

**NARRAÇÃO DO ACONTECIMENTO E IDEOLOGIA:
O EXEMPLO DO 11 DE SETEMBRO NA IMPRENSA FRANCESA.**

Maria Cristina Santiago da Silveira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Pierre François Georges Guisan

**Rio de Janeiro
Julho de 2007**

Silveira, Maria Cristina Santiago da.

Narração do acontecimento e ideologia: o exemplo do 11 de setembro na imprensa francesa/ Maria Cristina Santiago da Silveira – Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

236 f; 31 cm

Orientador: Pierre François Georges Guisan

Tese (doutorado) – UFRJ/Faculdade de Letras/
Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas, 2007.

Referências Bibliográficas: f. 222-233.

1. Discurso. 2. Narração. 3. Identidade.
4. Representações. 5. Religião. 6. Imprensa.
I. Guisan, Pierre François Georges. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-graduação em Letras Neolatinas. III. Narração do acontecimento e ideologia: o exemplo do 11 de setembro na imprensa francesa.

Agradecimentos

A minha querida família, por todo o apoio e carinho, e pela valorização que sempre deu a minha pesquisa.

Ao meu orientador, **Professor Dr. Pierre Guisan**, por sua dedicação, suas reflexões extremamente inteligentes e preciosas, por seus conhecimentos transmitidos com generosidade em cada aula, em cada orientação, enfim, por sua grandeza como pessoa e como professor, que encanta a todos que temos o privilégio de com ele aprender.

Ao **Exército Brasileiro**, que, através do Centro de Estudos de Pessoal, no Rio de Janeiro, e do Colégio Militar de Juiz de Fora, me proporcionou dispensas semanais para cumprir as disciplinas obrigatórias do programa de Doutorado, bem como, posteriormente, para as orientações.

A meu chefe, **Ten Cel Gustavo Monard**, por seu apoio, sua consideração e respeito, e por sua sensibilidade aos assuntos relacionados à educação.

Aos Professores **Dr^a. Angela Maria Corrêa; Dr^a Leticia Rebollo Couto; Dr^a Maria Elizabeth Chaves de Mello; Dr^a Mônica Savedra; Dr. Mario Roberto Lobuglio Zagari; Dr. Fernando Afonso de Almeida** por tão gentilmente aceitarem participar da Banca Examinadora da defesa desta Tese. Ao Prof. Mario Roberto Zagari um agradecimento especial por sua empolgação inspiradora para o ensino e a pesquisa.

Aos **Professores da Faculdade de Letras da UFRJ** com os quais tive o privilégio de estudar e àqueles que colaboraram com esta pesquisa durante os preciosos debates dos Colóquios da Faculdade de Letras.

À **Prof^a Dr^a Celina de Mello**, então Coordenadora do Curso de Pós-Graduação, pela análise detalhada de meu currículo escolar.

Às amigas: **Janaina França**, por seu incentivo, seu otimismo, pelas várias indicações de livros e textos e pela leitura comentada deste estudo; **Maria José Godinho**, pelas revisões de português; e **Giovana Farias**, pela tradução do resumo para o inglês.

Ao **Professor Bernard Py**, da Universidade de Neuchâtel, por sua amizade, palavras calorosas de incentivo, e por suas teorias acerca das representações lingüísticas.

Aos professores **François Burgat** (Universidade de Aix-en-Provence – IREMAM) e **Jean-Paul Willaime** (IRESCO/CNRS) pela gentileza com a qual fui recebida em seus respectivos locais de trabalho e por suas importantes considerações acerca de aspectos concernentes à religião e laicidade.

Ao **Dr. Sergio Varella**.

“Só a verdade vos libertará”

João, 8:32

“O segredo da Verdade é o seguinte:

Não existem fatos, só existem histórias.”

João Ubaldo Ribeiro

Viva o povo brasileiro, 1984

Para minha mãe.

RESUMO

A narração jornalística, ou seja, a construção do acontecimento no discurso jornalístico é o ponto de partida das investigações desta tese. Interessa-nos, para esta pesquisa, o discurso associado às representações sociais, sobretudo ao que equivale a modelos identitários revelados na narração - enquanto notícia - do acontecimento.

Após os atentados terroristas do 11 de setembro nos Estados Unidos, inúmeros artigos de imprensa escrita, no caso francesa, deram a oportunidade de se observarem aspectos das representações sócio-discursivas e modelos identificatórios interferindo na narração do fato.

O discurso da mídia impressa francesa sobre os atentados do 11 de setembro são importantes, pois a França estaria num ponto de desconstrução da chamada grande fratura mítica, ou seja, do choque entre civilizações ocidentais e orientais, ou mais pontualmente entre Ocidente e Islã.

O caso do 11 de setembro tratou-se de um evento não-ordinário, inédito, que desafiou nossas categorias prévias de dar sentido ao mundo. É o que Charaudeau chama de “potencial de imprevisibilidade”, ou seja, a maneira em função da qual o acontecimento foi selecionado e construído. O discurso do 11 de setembro trata das questões do Bem versus o Mal, além da prática discursiva baseada nas religiões, o embate entre Cristianismo e Islamismo, o discurso da salvação, a punição do responsável pelos ataques terroristas e dos fanáticos religiosos do islamismo. Entendemos que existe um esquema narrativo na construção desse evento não-fictício, que segue um roteiro – no caso o uso de estereótipos e mitos em escala global, a dicotomia bárbaros/civilizados, o ineditismo, a islamofobia, o islamismo, as fronteiras identitárias, a luta anti-terrorista.

RESUMÉ

La narration journalistique, en d'autres termes la construction de l'événement dans le discours journalistique est le point de départ des investigations de cette thèse. Cette recherche focalise le discours associé aux représentations sociales, surtout à ce qui équivaut à des modèles identitaires révélés dans la narration de l'événement.

Après les attentats terroristes du 11 septembre aux États-Unis, en 2001, plusieurs articles de presse écrite, dans ce cas la presse française, nous ont donné l'opportunité d'observer des aspects concernant les représentations socio discursives et les modèles identitaires qui interfèrent avec la narration du fait. Les discours des médias français sur les attentats du 11 septembre sont importants, parce que la France serait dans un point de déconstruction de la grande *fracture mythique*, autrement dit le choc entre les civilisations occidentales et orientales, plus précisément le choc entre l'Occident et l'Islam.

Le cas du 11 septembre est un événement non-ordinaire, original, inédit, qui a défié nos catégories de donner du sens au monde. Il s'agit de ce que Charaudeau nomme "le potentiel imprévisible", cela veut dire la manière d'après laquelle l'événement a été sélectionné et construit.

Le discours du 11 septembre traite des questions du Bien *versus* le Mal, outre la pratique discursive appuyée sur les religions, la lutte entre le monde chrétien et l'islam, le discours du salut, la punition du responsable des attaques terroristes et les fanatiques religieux de l'islamisme. Nous comprenons qu'il existe un schéma narratif dans la construction de cet événement réel, qui suit une méthode, dans ce cas l'utilisation de stéréotypes et des mythes dans une échelle globale, la dichotomie barbares/civilisés, l'inéditisme, l'islamisme, l'islamophobie, les frontières identitaires, la lutte anti-terroriste.

ABSTRACT

The journalistic narrative, meaning knowledge construction in the journalistic discourse, is the starting point for the investigations of this study. This research focus is the discourse related to social representations, mainly the identity models in the narrative (news) of the fact.

After the September 11 attacks, several French articles from the press, provided the opportunity to observe aspects of socio-discursive representations and identification models interfering in the narration of the fact.

The discourse of the French press about the September 11 attacks are relevant, because France would be in a phase of deconstruction of the great mythical fracture, a period of shock between Western and Eastern civilizations, more precisely between the West and the Islam.

The September 11 attacks were original, unprecedented and threatened our previous categories of giving sense to the world. This is what Charaudeau calls “unforeseeable potential”, the way the event was selected and constructed. The September 11 discourse deals with the issues of Good versus Evil, besides the discursive practice based on religions, on the fight between Christianity and Islamism, the salvation discourse, the punishment of those responsible for terrorist attacks and of religious fanatics of the Islamism. We understand there is a narrative system in the construction of this factual event, which follows a method – in this case, the use of stereotypes and myths in a global scale, the dichotomy barbarians/civilized, the originality, the islamophobia, the islamism, the identity boundaries and the anti-terrorist fight.

Sumário

	Pág.
Introdução	009
Objetivos	024
Hipóteses	025
Desenvolvimento da questão	025
1. Ideologia e discurso	028
1.1. Representação, discurso e identidade Nacional.	043
1.2. Função identitária das língua	071
1.3. Religião e Laicidade: aspectos formadores de identidade.	074
2. O acontecimento narrado	
2.1. A narração midiática do acontecimento	098
2.2. Mídia e a experiência do acontecimento narrado. Circularidade	107
2.3. O Outro narrado: um inimigo necessário?	110
3. Discurso de imprensa	118
3.1. Escrita, representação e transmissão	118
3.1.1 <i>Evolução da tecnologia e preservação da Identidade</i>	125
3.1.2 <i>Breve história das origens da imprensa escrita</i>	131
3.2. Mídia eletrônica	135
4. Metodologia e análise do corpus	140
4.1. Teoria de notícias de imprensa escrita.	142
4.2. Corpus: Textos de imprensa escrita francesa após os atentados do 11 de setembro de 2001.	149
4.2.1. Análises	155
Conclusão	217
Bibliografia	222
Leituras de Textos históricos e especializados.	234

INTRODUÇÃO

Quando as torres do World Trade Center vieram abaixo – ou melhor, na undécima vez que as vimos cair, na tela da TV – sabíamos todos que alguma coisa em nosso mundo tinha mudado para sempre, que, como se apressaram a dizer praticamente todos os comentaristas, da mídia ou da academia, uma nova era havia começado.
Fernando Lattman-Weltman (2003)

O mundo mudou. Ele não será certamente mais o mesmo depois dos atentados de setembro de 2001. As torres que se volatilizaram levaram consigo crenças, representações e pensamentos.
Denis L. Rosenfield (2002)

Esta pesquisa parte de investigações sobre a narração jornalística de um fenômeno, ou situação, e da construção do acontecimento no discurso: os atentados terroristas do 11 de setembro ao World Trade Center, em Nova York e a imprensa francesa. O interesse em desenvolver um estudo a partir de artigos veiculados pela mídia, mais especificamente a imprensa escrita francesa, visa a uma observação de aspectos das representações sócio-discursivas e de modelos identificatórios que possam interferir na narração do fato. Entendemos, assim como afirma Py (2004: 6; 2000: 117), que o discurso é o lugar privilegiado onde se dão as representações sociais. No entanto, enquanto as abordagens concernentes aos estudos das representações, no âmbito da lingüística, de modo geral, partem da análise *sobre/do* discurso, a fim de se estudar primordialmente aspectos da “consciência lingüística” dos falantes (o que leva a estudos sobre bilingüismo, multilingüismo ou aprendizagem da língua), neste trabalho optamos por explorar a descrição do acontecimento *pelo* discurso, como acontecimento social que estrutura e é estruturado (Gajo, 2000: 40) pela realidade a seu redor. Trataremos, portanto, especialmente, de uma chamada

“consciência/inconsciência identitária” a partir do discurso, atribuindo ao próprio discurso papel fundamental na constituição, reorganização e transmissão de representações identitárias, somando ao sentido semiótico do termo representação um sentido político e de engajamento crítico, o que poderia nos vincular, de certo modo, à área de estudos culturais.

Entendemos, conforme afirma Py (2000: 117), tratar-se este estudo de uma *perspectiva sobre os fenômenos discursivos*, muito mais que de uma *concepção geral do discurso*. Para Py, a expressão *concepção geral* sugere a existência de um modelo acabado e exaustivo, e tal modelo implicaria em uma esquematização e uma homogeneização tão forçada de seu objeto que ela excluiria uma grande parte dos aspectos mais interessantes, ou seja, o *sujeito e o contexto*: “Para nós o discurso é um fenômeno cujo estudo tem raízes nas diversas experiências que temos, enquanto atores e observadores”.^{1*} Precisamos de um quadro e de um conjunto de métodos e de princípios abertos e revisáveis, que nos permitam identificar e definir o que é observável (Py, op. cit.: 117).

Parte-se do princípio de que subjacente ao discurso, ou mediando o discurso, a sociedade e o sujeito (que produz ou interpreta sentidos do discurso), estão as representações psico-sócio-discursivas (de base mental e social) e as ideologias subjacentes às representações. Ao mesmo tempo, a partir da análise da construção midiática do acontecimento, observaremos traços da representação da identidade nacional que, se acredita, é em parte construída com o passar do tempo, no discurso.

¹ Pour nous le discours est un phénomène dont l'étude s'enracine dans les diverses expériences que nous en avons, à la fois en tant qu'acteurs et qu'observateurs.

Deixando de lado toda uma discussão sobre a existência ou não de diferenças entre língua e discurso, bem como sobre a possibilidade ou não de se considerar o léxico de uma língua independentemente das ideologias que circulam no interior de uma sociedade, nossa análise focaliza a relação entre texto e contexto, entre o discurso de construção midiática do acontecimento e as representações sociais que se dão nesse discurso. Assim como afirma van Dijk, compreendemos que as ideologias interferem no texto ou no discurso na medida em que estão subjacentes às representações e aos modelos mentais, que por sua vez representam acontecimentos a partir da perspectiva de um ou mais grupos ideológicos (van Dijk, 1998).

A narração de um acontecimento, através da mídia, é breve e, por sua vez, pode ser o ponto de partida para outros desmembramentos, tais como críticas, análises de especialistas, carta dos leitores, reações positivas ou negativas. A narração midiática de um acontecimento causa também uma reprodução do fato que, de outro modo, restaria discreto ou passaria em branco. Os acontecimentos narrados nos levam também, no caso específico desta pesquisa sobre os atentados ao World Trade Center (WTC daqui em diante), a nos questionar se, sem a mídia, o terrorismo teria o mesmo peso em nossas vidas e, por conseguinte, se o próprio terrorismo cumpriria os objetivos de seus idealizadores. Como afirma Marcel Burger (2003), “por se ancorar nos dramas do mundo, o discurso das mídias está em parte ligado, bom grado mal grado, ao sentimento de medo coletivo”.²

O discurso utilizado pela imprensa, mais especificamente, torna-se interessante para o estudo que se pretende fazer, no sentido de se buscar o uso da linguagem do discurso cotidiano. Enquanto manifestação da língua, o discurso jornalístico, ao narrar um acontecimento, está marcado por representações que o condicionam. O discurso jornalístico

² Parce qu’il s’ancre dans les drames du monde, le discours des médias a partie lié, bon gré mal gré, avec le sentiment de peur collective. IN Les mots de la peur: médias et analyse du discours. *Recueil de textes préparatoires*. Les médias et la peur. 2eme Colloque de l’Institut de journalisme et communication. Université de Neuchâtel, 11 avril 2003.

(informação) remete às representações que os homens e sociedades fazem de suas identidades e modos de relacionamento (D. Wolton, 2004).

Parece haver um interesse justificado no estudo do discurso de imprensa escrita, na tentativa de compreender, através de uma análise sociolingüística, ou mesmo sócio-política, psicossocial, psicocultural e psicoafetiva do discurso, como se trabalha a questão do imaginário e da identidade popular, a diversidade e o confronto de culturas e a própria construção da memória.

Pois, como sabemos, os textos de imprensa chegam a milhões de pessoas, que, dependendo das culturas nas quais estão inseridas, dependendo de suas crenças e convicções, além de sua própria memória dos fatos passados, farão leituras diversas. E como também sabemos, há uma constante guerra de informações, e de propagandas. Enfim, parece extremamente válido o estudo de como a imprensa, a partir das representações sócio-discursivas, atua na própria memória e no imaginário do leitor, e, paralelamente, a partir do imaginário do leitor - o que por si só justifica o interesse que os textos jornalísticos atraem para si.

Pode-se entender que os textos veiculados pela imprensa buscam, de um lado, envolver subjetivamente e sentimentalmente o leitor, buscam adesões bem como influir sobre o comportamento, opiniões e idéias do outro, agindo de maneira argumentativa e transmitindo alguma ideologia intencional ou inconscientemente; de outro, vender, isto é, ir ao encontro de determinadas expectativas. O fato é que todo sujeito transmite ideologias, e, além disso, possui seu próprio imaginário ou representação pessoal.

O que se narrou e o que se quis construir a partir da narração dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001? Na tentativa de controlar o acontecimento, a mídia, como em todo tipo de narração (fictícia ou não-fictícia), constrói a experiência do acontecimento no tempo, modelando sensibilidades e pensamentos.

Paul Ricœur, no primeiro volume de sua trilogia – *Temps et Récit* – trata dos paradoxos da experiência do tempo, focalizando o capítulo XI das Confissões de Santo Agostinho. Pretende, deste modo, conectar a questão da narrativa com a do tempo e assim estabelecer a tese central de seu trabalho, assim como nos apresenta Villela-Petit (1993:1):

« é à narração que o registro do tempo humano está confiado. Em outras palavras, a narração codifica, e portanto preserva, a memória do que merece ser lembrado ou, ao contrário, do que é tão horrível e ignominioso nas vidas dos seres humanos que o esquecimento seria como uma segunda morte para as vítimas. »³

Somente através da narração o tempo se realiza e se preserva do esquecimento e da sensação de que passa completamente. A refiguração, ou a transformação da experiência viva sob o efeito da narração, o remanejamento da experiência temporal, graças ao texto, remodela pela história a experiência do leitor (Gagnebin, 2006).

Na tentativa de controlar o acontecimento, utiliza-se muitas vezes da persuasão, da argumentação, que, entendemos, pode estar ligada ao próprio processo narrativo.

É através da argumentatividade que se caracteriza a interação social; e a interação social do homem *na e pela* linguagem constitui o objeto de estudo da pragmática. O ato de argumentar é, segundo Ingedore Koch (2000), o ato lingüístico fundamental. Neste ato estão envolvidas intencionalidade e persuasão, buscando a todo momento levar o interlocutor para o lado do enunciador, procurando atingir o sentimento deste último. A argumentação visa a provocar ou a incrementar a adesão dos espíritos às teses apresentadas – é um ato de persuasão, pois se utiliza de argumentos plausíveis ou verossímeis, tem caráter ideológico e leva a inferências e adesões. A linguagem seria, portanto, uma forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, veiculando ideologia através da argumentatividade.

³ “it is to narrative that the registering of human time is entrusted. In other words, narratives encode, and so preserve, the memory of what deserves to be remembered or, on the contrary, of what was so awful and ignominious in the lives of human beings that forgetfulness would be like a second death for the victims”.

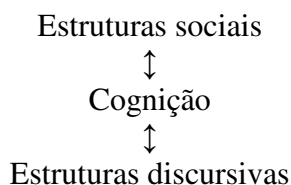
Para Reboul & Moeschler (1998), a produção e compreensão de frases fazem uso de conhecimentos não-lingüísticos e de processos de inferência. Para compreender é preciso inferir, apoiando-se na estratégia de interpretar a intenção do outro, bem como num conhecimento comum das partes. Segundo Oswald Ducrot, em sua *pragmatique 'intégrée'*, a pressuposição – informação que deve ser aceita na comunicação para que os interlocutores possam se compreender – é como um fio condutor do discurso. Do mesmo modo, o sentido de um enunciado não pode ser descrito sem referência a certas intenções de enunciação. Mais importante que as informações que os enunciados trazem é o encadeamento desses enunciados no discurso, como um todo, com uma finalidade desta cadeia. Assim, mais importante que saber *o que* o discurso quer dizer, deve-se analisar *como* o discurso diz (Orlandi, 2002).

O discurso é argumentativo pelo que é em si mesmo, pela alusão que cada enunciado faz a sua eventual continuação, a uma direção posterior para a qual deve ser orientado. Ainda segundo Ducrot e J. Claude Anscombre, (In Reboul & Moeschler, op. cit.), todos os enunciados de uma língua se dão e retiram seu sentido do fato que ocorrem, impondo ao interlocutor um tipo determinado de conclusões, ou seja, *o que a língua quer dizer é o que ela quer fazer dizer ao outro*.

Para Sophie Moirand⁴, a Análise do Discurso pode se tornar lugar de articulação da lingüística na História - história social ou história das idéias – e, mesmo, um meio de investigação da ideologia. Moirand faz referência também à tendência conhecida como *Critical Discursive Analysis* (ACD, a seguir), a análise crítica ou dita sócio-política do discurso, preconizada especialmente por van Dijk. A ACD está centrada na comunicação autêntica de cada dia (institucional, mídia, política) mais que em exemplos de sentenças ou de textos construídos na cabeça dos lingüistas. Essa análise assume uma relação dialética entre

⁴ Introdução feita por Moirand em *Le Français dans Le Monde – Le Discours: enjeux et perspectives*. Numéro Spécial, Hachette, EDICEF: Juillet 1996.

atos discursivos particulares e situações, estruturas, instituições sociais nas quais estão mergulhadas. Os contextos situacionais, institucionais e sociais modelam e afetam o discurso e, por sua vez, o discurso influencia a realidade política e social. Em outras palavras, o discurso constitui prática social e ao mesmo tempo é constituído por ela (Wodak et alii). O paradigma da ACD, entretanto, não é homogêneo. A abordagem cognitiva da análise crítica holandesa, exemplificada pelo trabalho de van Dijk, usa um modelo triádico para mostrar como cognição pessoal e social faz uma mediação entre estruturas sociais e estruturas discursivas.



Como sabemos, um princípio básico da Ciência cognitiva é que o homem representa mentalmente o mundo que o cerca de maneira específica, e o conhecimento representado possui habilidades para operar sobre os conteúdos da experiência e de utilizá-los na interação social. O que nos interessa mais de perto é o modo como este conhecimento é utilizado e que estratégias são postas em ação durante este uso. Em princípio, são os modelos de contexto que controlam o modo como formulamos nossos textos, enfim, como são formulados e como são compreendidos.

Os textos, artigos e editoriais que informam aos leitores sobre conflitos internacionais, sobre o terrorismo, e, mais especificamente, os artigos veiculados pela imprensa quanto aos ataques do 11 de setembro (além do posterior conflito entre EUA e Iraque) podem ser estudados através de análise com uma linha argumentativa/narrativa. Suas origens se dão bem antes do conflito em si, no período que se segue à Guerra Fria, quando, sem oponente

objetivo, os EUA passam a encarar o terrorismo como seu inimigo, sem que no entanto haja um país ou um governo específico do outro lado do campo de batalha, pois o terrorismo é um ato de grupos de pessoas sem pátria definida. Com isso, é possível inferir a necessidade de uma justificativa e uma motivação que legitime moralmente este novo embate político e bélico, em que subjaz também o argumento econômico e a ideologia do poder da superpotência. Pode-se compreender portanto que há todo um campo de *realidade X metáfora*, em que padrões simbólicos e afetivos têm como recorrentes as palavras paz, guerra, morte e vida, liberdade e prisão, Deus e injustiça, implicando nesta necessidade de justificativa moral para o mundo, nem que seja numa tentativa de persuasão momentânea, que queira também dizer que mesmo sem ela haverá o embate.

A importância dos estudos de discurso e comunicação

No primeiro aniversário do 11 de setembro, Teun van Dijk observou, em um artigo veiculado na internet, no site do CDDC - Center for digital discourse and culture⁵ -, que, apesar do grande estrondo midiático dos ataques às Torres Gêmeas em Nova York, e de todas as suas conseqüências, até então não se havia publicado um estudo dos discursos sobre o acontecimento e suas relações entre representações mentais e ideologia.⁶ Já se sabe, a partir sobretudo dos estudos de van Dijk, que a interface entre ideologias e discurso são os chamados modelos mentais na memória episódica, ou memória individual (podemos fazer uma distinção entre a memória social e uma mais pessoal, autobiográfica, a memória episódica).

⁵ <http://listserv.cddc.vt.edu>

⁶ Despite the monumental discursive aftermath of September 11, culminating in the memorials of this week, it is surprising that even after one year there have been virtually no discourse studies on these events. (...) It is not too late, and even after a year – or more – critical studies remain relevant, studies that may take advantage of the kind of hindsight one has after a year.

Em 2004, Butt, Lukin & Matthiessen, no artigo “A Gramática como primeira operação secreta de guerra”, publicado no *Jornal Discourse & Society*, enfatizam a ótima oportunidade que foram os discursos do 11 de setembro para se interpretar ideologia em relação à construção do texto, e como a língua serve para construir e representar modelos, padrões na sociedade como um sistema social. No mesmo Jornal, em 2004, Mariana Achugar interpreta que a análise de textos do 11 de setembro contribui para a investigação de como *social mental frames* e estereótipos influenciam nossa percepção de novos acontecimentos que desafiam nossas categorias prévias de dar sentido ao mundo.

Ao se narrar uma situação, um fenômeno, constrói-se o acontecimento, e na narração todas essas pressuposições estão ativas, tanto na representação mental quanto na coletiva, tanto na do autor do texto jornalístico como na do leitor, que somente interpreta a notícia por estar inserido e por compartilhar dos mesmos conhecimentos de mundo, experiências e ideologia do autor. Inserido que está em um fenômeno circular, o discurso jornalístico é moldado e ao mesmo tempo molda a construção da representação das identidades. É importante levar em consideração o fato de que algumas idéias sempre sobressaem sobre outras. Para Bateson (1977), em sua *teoria da ecologia do espírito ou das idéias*, seria como num sistema ecológico, onde haveria uma espécie de seleção natural que determinaria a sobrevivência de certas idéias e a extinção ou a morte de outras. Uma idéia age sobre as outras, tanto no nível do pensamento quanto no nível coletivo.

A escolha da França e da imprensa francesa

A escolha de se fazer um estudo do discurso veiculado pela mídia impressa francesa se dá, basicamente, pelo fato de que, a nosso ver, a França estaria num *ponto de minimização* das ideologias polarizadas, que se convencionou chamar de fraturas. A grande fratura mítica –

explorada e construída por diversos autores, em livros, artigos ou ensaios - é a do choque entre Ocidente e Oriente, ou, mais especificamente ainda, entre Ocidente e islã (islã aqui entendido como a religião). O Ocidente é tradicionalmente visto como a cristandade, *versus* o islã, e sobretudo islamismo, ou o integrismo islâmico (integrismo que, como veremos, não é particularidade da religião islâmica). A França parece ser um ponto de ruptura construída no sentido de que nela existe uma grande e histórica confluência de povos de origem islâmica. Desde Carlos Magno, passando pelas *nações*, como eram conhecidas as universidades do século XV, aos conflitos de libertação de suas colônias, a França nos oferece um especial campo de pesquisa.

Também porque, segundo Todorov, a reflexão sobre a questão do Outro na França é longa e rica, e foi central para a história européia, uma vez que a França teria absorvido contribuições de outras tradições, influenciando-as, por sua vez (Todorov, 1989:13). Para Todorov ainda, nos séculos XVIII e XX a reflexão sobre a diversidade dos povos foi uma constante na França, concentrando-se ao redor de grandes questões, a saber a oposição entre julgamentos universais e julgamentos relativos; as raças; a nação; e a nostalgia exótica (Todorov, op. cit). Não se pode deixar, entretanto, uma vez mais, de observar a existência de uma fratura real, observando-se os grandes conflitos e toda a problemática social que daí surgiram, sem uma compreensão legítima da pluralidade cultural existente no país. Ao mesmo tempo, esses conflitos reais vêm colocar em questão a própria instituição do Estado e a idéia de um nacionalismo forjado e construído, que não pode mais ser observado através de lentes imutáveis, o que corrobora cada vez mais a crença de que vivemos tempos de crises institucionais, tempos das incertezas, tempos transformadores.

Aspectos teóricos

Parece claro, do mesmo modo, que o estudo deste fato não é possível, ou se tornaria menos completo, se sob a perspectiva de um só aspecto teórico, o que leva à necessidade de um estudo multidisciplinar. Entendemos que, para se pensar a complexidade de realidades como a do 11 de setembro, por exemplo, e como sugerido por Arkoun (2004: 130), faz-se necessária a prática de uma *epistemologia programática*, tanto no sentido regressivo (em direção ao passado), quanto no progressivo (em direção ao futuro).

De fato, a importância do 11 de setembro pareceu bastante clara desde o início, para tentar estabelecer neste estudo o vínculo entre ideologia, sistemas de representações sócio-discursivos, identidade nacional e a narração do acontecimento pelo sujeito do discurso.

No caso do 11 de setembro, tratou-se de um evento não ordinário, que justamente rompeu com o ordinário, foi um acontecimento inédito, que desafiou *nossas categorias prévias de dar sentido ao mundo*. Encaixou-se no que Charaudeau (2006) chama de “Potencial de imprevisibilidade”, ou seja, a maneira em função da qual o acontecimento foi selecionado e construído, neste caso, a saliência foi produzida pelo fato de que o acontecimento escolhido veio a perturbar a tranquilidade dos sistemas de expectativas do sujeito consumidor de informação, o que leva a instância midiática a pôr em evidência o insólito ou o particularmente notável. A partir dos acontecimentos ocorridos em 11 de setembro de 2001, mais pontualmente o choque de aviões aos prédios do WTC, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, o mundo todo assistiu a um ato de terrorismo inédito, catastrófico, que atingiu de alguma maneira a todos, indistintamente, tocando nossa imaginação, através de imagens que pareciam cinematográficas mas, como quis posteriormente a mídia, abalou especialmente um país e seu povo, colocando os Estados Unidos no centro do conflito. Veiculado pela imprensa através de artigos de reportagem sobre os fatos em si, análises de especialistas, referências históricas e geográficas que colocavam

diante do leitor uma enorme gama de informações, a partir deste acontecimento, de um momento para o outro, passamos a conviver com notícias e análises de um ato inusitado de terrorismo que em si mesmo trazia outras implicações, e que iria marcar definitivamente o cenário das Relações Internacionais, a diplomacia, as citações midiáticas, e, principalmente, a vida de milhões de pessoas, com o início de conflitos armados. Por ser tão novo e criativo, houve quem o comparasse mesmo a uma obra de arte, criando ainda mais polêmicas. Quando Karlheinz Stockhausen, músico alemão, afirmou ser o 11 de setembro “a maior obra de arte de todos os tempos”, partia do princípio do ineditismo e da criatividade artística, que rompe com os parâmetros da vida normal. Ao mesmo tempo em que revelou o imaginário de povos e grupos de pessoas, formou um novo ponto de referência.

O esquema paradigmático

A partir da necessária narração do fato para que se torne um acontecimento, pelo discurso ou mesmo através das imagens, começa a tentativa de encaixá-lo no estado da cultura em que vivemos. Assim, as rupturas com a ordem devem ser trazidas para o *grande esquema paradigmático* das coisas, conforme Jerome Bruner (2000). Aspectos inéditos devem se encaixar em nosso mundo habitual. Aquilo que no início deixou dúvidas quanto a sua realidade, parecia ficção, cenas de um filme, passa a ser entendido como real.

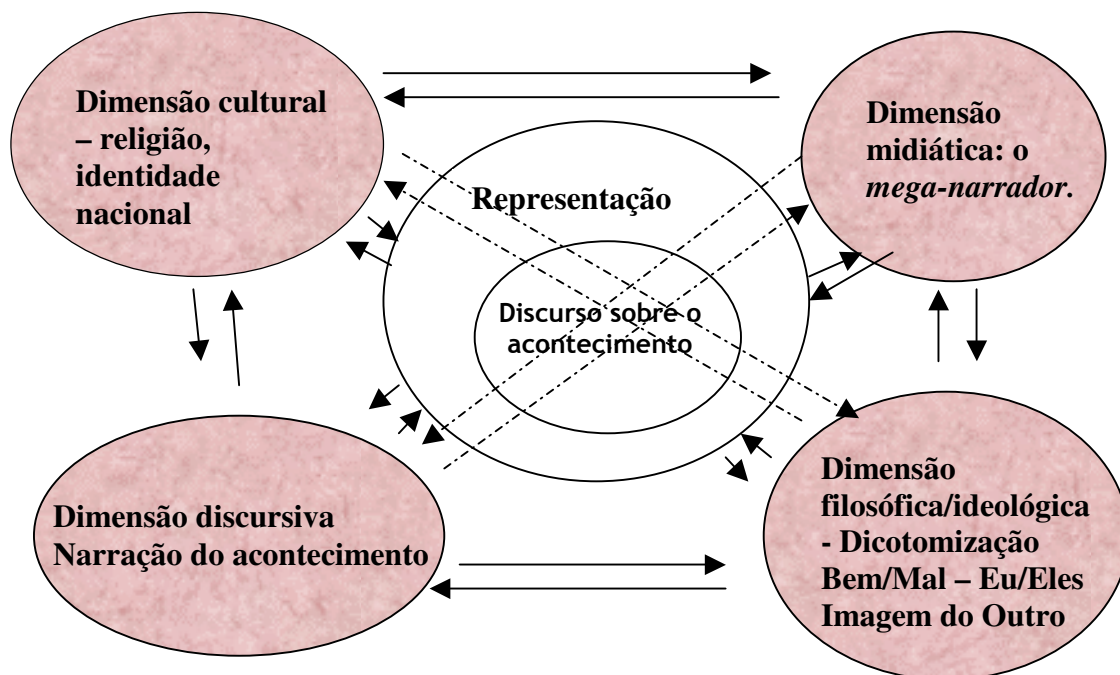
A nosso ver, é a cultura que dita o que considerar ordinário ou extraordinário. E os seres humanos, os grupos, as culturas e as sociedades lidam com suas representações pessoais ou coletivas, com aspectos culturais, com a memória. Deste modo é que, ao observarmos a narração do acontecimento, através do discurso, não podemos fazê-lo sem considerar aspectos sócio-culturais. Os aspectos culturais de uma nação não são mais algo espontâneo, mas um construto, que forja uma identidade e a faz coincidir com as fronteiras geográficas de um Estado. Esta identidade nacional, no entanto, ao mesmo tempo é fator de inclusão e de

exclusão, e se dá também a partir do que se caracteriza como alteridade. O Outro, estrangeiro, é o que pode trazer o mal para dentro de minha comunidade.

Deve-se frisar, neste ponto, que nosso estudo é um estudo de caso francês, do discurso francês, que, aparentemente, pelas especificidades representacionais que revela, se contrapõe a outro discurso. O discurso jornalístico francês nos permitiria generalizar sobre aspectos representacionais/identitários da nação francesa – sempre atentando-se para o fato de que as identidades são múltiplas, e é certa identidade, forjada, construída, que permeia o discurso, ou seja, que é privilegiada. Objetivamos, portanto, observar no discurso, ao mesmo tempo, como revela uma certa identidade marcada, e as fraturas deste discurso, que revelam as brechas, permitindo um dialogismo permanente.

Esta pesquisa tem seu crivo teórico dividido em quatro dimensões, que podem ser vistas a partir de sua interface. A nosso ver, o discurso está inserido em dimensões e contextos situacionais - sociais e institucionais - com as quais assume uma relação dialética: ao mesmo tempo em que essas situações modelam e afetam o discurso, são influenciadas por ele. Em outras palavras, conforme Wodak et al. (1999), o discurso constitui a prática social e ao mesmo tempo é constituído por ela. São essas as dimensões aqui trabalhadas: Dimensão cultural-política, com os teóricos da religião e identidade nacional; Dimensão filosófica/ideológica, textos sobre a dicotomização e a imagem do Outro; Dimensão discursiva, sobre a representação socio-psicológica-discursiva e a narração do acontecimento; Dimensão institucional, ou teoria da informação. A representação seria uma intermediação entre essas dimensões e o enunciante, logo, entre esses e a estrutura discursiva. Trata-se, no entanto, de uma divisão meramente utilitária, para que possamos reunir dados para melhor compreensão do corpus. Paralelamente, deve-se compreender que se trata de uma rede complexa de relações, onde todas as dimensões se entrelaçam, conforme o esquema abaixo:

Dimensões sociais



Segundo Fairclough (2001), o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, mas também um modo de representação e uma prática de significação do mundo, contribuindo para a construção de sistemas de conhecimento e crença. Paralelamente, ao mesmo tempo em que a prática discursiva contribui para reproduzir a sociedade (identidades sociais, relações sociais, sistemas de conhecimento e crença), também contribui para transformá-la. Deve-se ressaltar que, ainda de acordo com Fairclough, as práticas política e ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia é o efeito de significados gerados em relações de poder, como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder.

É possível entender, segundo, por exemplo, Gervereau (2004), que nosso olhar do acontecimento continua decididamente influenciado pelo local, pelas tradições nacionais; mais importante que o fato mundial é ainda a maneira de olhar o planeta a partir de um

determinado local. Ou ainda, nossa percepção do mundo se dá através de um viés nacional. Ao mesmo tempo, num mesmo país vive-se um contexto cultural que se traduz pela pluralidade, sobretudo no que poderíamos chamar de *atualização identitária*. Sendo assim, não é impossível considerar que exista um certo *continuum identitário*, mesmo que imperfeito. As culturas se mesclam, identidades novas e identidades já consolidadas se mesclam, para formar o patrimônio de um país. Assim é que patrimônios culturais de novos habitantes se chocam com o patrimônio já consolidado de um país, havendo necessidade de um novo amálgama, com adaptações e mesmo imposições de todos os grupos, permitindo, essa necessária atualização do aspecto identitário.

Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é um estudo de caso francês, ou seja, do discurso de imprensa escrita francesa e a observação de aspectos representacionais sócio-discursivos e de modelos identificatórios construídos que interferem na narração do acontecimento.

O primeiro objetivo específico é analisar as estratégias argumentativas utilizadas na produção de discursos jornalísticos, através de artigos de imprensa escrita francesa, influenciando o que a própria mídia intitula *The hearts and minds* – corações e mentes – dos leitores. Essa análise se pretende também interdisciplinar, por tratar a questão da argumentatividade e da persuasão no texto jornalístico sob o enfoque histórico, cultural, social, discursivo.

O segundo objetivo específico é trabalhar com a questão das fraturas, enquanto argumento utilizado na narração do acontecimento, ao repetir a idéia construída de choque de civilizações, de embate, de luta entre o Bem e o Mal. Observando um contexto como o da sociedade francesa, encontraremos contextos culturais variados, uma pluralidade cultural que nos permite observar ao mesmo tempo a fratura construída e os *continua*, ou seja, a ruptura da visão binária.

Outro objetivo é a busca em saber qual a lógica da informação em casos de acontecimentos inéditos.

Hipóteses

A primeira hipótese é de que haveria dois tipos de fraturas: uma fratura mítica e outra real. A fratura mítica, que mais nos interessa na observação da narração do acontecimento, gera o chamado choque civilizacional, e se apóia nas *entidades mitoideológicas* construídas (Cf. Arkoun, 2004: 129).

A segunda hipótese é que o acontecimento seria construído a partir da narração no discurso e modificado através do tempo.

A terceira hipótese parte da primeira, e seria a de que existem mais *continuum*(ou *continua*) do que se possa perceber à primeira vista.

A quarta hipótese é a de que o discurso jornalístico francês - e especialmente vários textos sobre o mundo árabe/muçulmano - permite observar a França como ponto que rompe ou minimiza a idéia construída de fraturas, de choque de civilizações, na tentativa de desconstrução das entidades mito-ideológicas.

Uma última hipótese é a de que a lógica do discurso jornalístico é narrativa-descritiva-argumentativa, baseando-se em Charaudeau (1992), segundo o qual os modos de organização do discurso são: enunciativo, argumentativo, descritivo e narrativo, de acordo com a finalidade discursiva do projeto de fala do sujeito comunicante.

Desenvolvimento da Questão

O desenvolvimento desta questão se daria em princípio pela análise do discurso e pela pragmática das relações argumentativas veiculadas em textos jornalísticos sobre o ataque terrorista às torres gêmeas em Nova York, EUA, em 11 de setembro de 2001, e o posterior ataque militar ao Iraque, com uma perspectiva sobre como se dá o tratamento do período pós-conflito. Paralelamente, um estudo da construção do discurso, que se pretende veiculador de

informação, a partir de um fato, como este discurso é muitas vezes estruturado sob certos padrões discursivos, onde inicialmente percebe-se o uso do grupo de palavras/pares como paz/guerra, morte/vida, ditadura/liberdade – libertação –, Mal/justiça, cruzada, guerra justa. É o que a própria mídia chama de ‘guerra de propaganda para corações e mentes’ (The Observer, março 2003). Ou como afirma Régis Debray, escritor e filósofo francês, conquistar *corações e mentes* – hearts and minds, como divulgado amplamente pela mídia internacional - não é o mesmo que conquistar e devastar um país (The New York Times on line, 2003).

Parece clara a perspectiva da análise e narração do acontecimento a partir do que entendemos como fraturas, ou fronteiras, rígidas, mistificadoras de povos, etnias, nações; um construto privilegiado, que de modo geral esvaziam-se das pluralidades, da *estrangeirice*, e mesmo da *hospitalidade*.

Se entendemos existirem três variáveis indissociáveis na produção do discurso, a saber, o acontecimento, o enunciante e a articulação do discurso, pretende-se, como ponto de partida para o desenvolvimento da questão, isolar a variável “articulação do discurso”, e enfocar uma linha argumentativa/narrativa que intencionalmente oriente o discurso, veiculando - intencionalmente ou não - ideologias, convencendo e influenciando em comportamentos e opiniões. Neste sentido leva-se também em consideração o uso da informação como estratégia de convencimento, unilateralidade do tratamento do fato, mostrando muitas vezes apenas um lado da questão e omitindo o outro, com o objetivo de evitar movimentos de oposição; leva-se em conta também o fato de se repetirem palavras específicas e idéias que são incutidas para que se justifique ou se comprometa moralmente uma determinada política. Assim é que podemos entender a força política e aumento do índice de aprovação popular de Jacques Chirac, presidente da França, após seus veementes protestos pacifistas contra o ataque americano ao Iraque, e a força de George W. Bush em seu país, os Estados Unidos, país agressor, levando-o a uma reeleição.

Através de amostras de discursos veiculados pela imprensa francesa, pode ser feita uma análise de um *corpus* que permita definir padrões e estruturas discursivos, além da enunciação em si.

Capítulo 1. Ideologia e Discurso

Neste capítulo, trabalharemos, de modo especial, com conceitos de representação, identidade nacional e sociedade (ou cultura), ideologia, significação (ou construção de significado), bem como aceitaremos a proposta de uma interface entre ideologia e discurso, que se daria através dos modelos sociocognitivos e mentais, como conceitualizados por van Dijk.

Na busca pela resposta à pergunta “Quem sou eu?”, os aspectos culturais de um Estado-nação são, na verdade, produto da grande representação social, que, por sua vez, tem no discurso seu lugar privilegiado. A nação é um construto que se dá no discurso através dos tempos.

Do mesmo modo que temos uma identidade universal, um ideal de humanidade como uma identidade abrangente, temos as fronteiras, que separam, classificam, discriminam e ao mesmo tempo integram seus membros. A teoria do *Choque de civilizações*, que consideramos restrita, diminui o âmbito do pensamento universalista e o ideal de humanidade como uma identidade plenamente abrangente, sem fronteiras, constituída de *continua*. Autores como Huntington e Gumilev seguem o que podemos considerar, de acordo com os termos de Goudakov (2005), como o “modelo civilizacional do mundo”. Ou de acordo com Henri Pirenne (2005), que entendia serem econômicas as causas da ruptura e do choque entre os povos. Mas, qual a origem desta propensão a ideologias com representações dicotômicas? Aparentemente desde Aristóteles há uma percepção dualista dos fenômenos do mundo. E a

divisão do mundo em Oriente e Ocidente faz parte desse sistema de compreensão. É sempre uma idéia de embate, de opostos.

Alguns autores consideram as guerras entre persas e gregos ou então as invasões bárbaras ao Império Romano como fator preponderante para o início do propagado *choque entre Oriente e Ocidente*; outros acreditam ser as invasões árabes. O fato é que em todos os casos sempre houve vários mundos que se entrelaçaram, culturas que influenciaram umas às outras, confluência de estruturas sociais, culturais, econômicas, ou mentais. Entendemos que as identidades (assim como as próprias línguas hoje ditas nacionais) não são, deste modo, nem imutáveis, nem lineares ou puras; são mutáveis e mesmo de natureza provisória. É um processo onde várias características se misturam. A dita identidade ou cultura francesa, nosso objeto de estudo, não é linear, e, dentro do que se construiu como identidade nacional, há várias outras, que se mesclam.

A religião é um fator identitário importante. É de grande interesse saber como se dá a representação social da religião em uma sociedade, como ela é percebida. Na França contemporânea, a representação que se tem, moldada no correr de vários séculos e defendida pelos poderes do Estado francês, é que a religião está oposta à liberdade e ao progresso. É também identificada ao poder da instituição eclesiástica sobre os indivíduos, gerando alienação da liberdade individual. A sociedade árabo-muçulmana, como de modo geral é fortemente identificada a sua religião, é representada como o Outro problemático dentro da representação de identidade privilegiada; é a oposição aos valores como liberdade e democracia, mas uma representação simplista (por ser um sistema de diferenciação bipolar simples, cf. Bateson, 1977) da realidade. Na verdade, são culturas nacionais que se entrecruzam na França, gerando uma teia complexa de relações, com mais *continuum* (ou *continua*) que fronteiras rígidas. No nosso entender, a França estaria justamente num ponto onde as fraturas são minimizadas. E no entanto, a representação da identidade nacional

veiculada enfatiza as fraturas e a crença de que a alteridade precisa ser anulada, banida ou integrada.

Para explorar o fenômeno da identidade nacional é preciso uma análise interdisciplinar, que combine perspectivas históricas, religiosas, sócio-políticas e lingüísticas. Muito embora não pretendamos seguir especificamente um método de Análise do discurso - que por si só não pode ser visto como algo homogêneo - , sabemos e concordamos que um dos objetivos da ACD é exatamente lidar com aspectos ideológicos, bem como estratégias de inclusão e exclusão discriminatória no uso da língua, afastando-se de uma análise objetiva e neutra. E, de acordo com a linha defendida por Teun van Dijk (1998), o conceito de ideologia, enquanto relacionado a sistemas de idéias sociais, políticas ou religiosas está na base de crenças sobre o mundo e guia determinado grupo social na interpretação dos fatos. Para van Dijk, ainda, entre as estruturas sociais e as estruturas discursivas encontram-se as representações subjetivas e as representações sociais. Ao que acrescentamos: entre o fato narrado e o enunciante temos as representações, que definem o enunciante, para a articulação do discurso. Deste modo, estabeleceremos uma Análise de discurso vinculada ao estudo das representações, por sua vez vinculada a ideologias, mais especificamente a uma pretendida, ou melhor, construída, identidade nacional.

Como afirmamos anteriormente, de acordo com Wolton, o discurso jornalístico - a informação - remete às representações que os homens e sociedades fazem de suas identidades e modos de relação (Wolton, 2004). Enquanto manifestação da língua, o discurso jornalístico, ao narrar um acontecimento, está marcado por representações que o condicionam. Parece haver um interesse justificado no estudo do discurso de imprensa escrita, na tentativa de compreender, através de uma análise sociolingüística, ou mesmo sócio-política, psicossocial, psicocultural e psicoafetiva do discurso, como se trabalha a questão do imaginário e da

identidade popular, a diversidade e o confronto de culturas e a própria construção da memória.

Pois, como sabemos, os textos de imprensa chegam a milhões de pessoas, que, dependendo das culturas nas quais estão inseridos, suas crenças e convicções, além de sua própria memória dos fatos passados, farão leituras diversas. E como também sabemos, há uma constante guerra de informações, e de propagandas. Enfim, parece extremamente válido o estudo de como a imprensa, a partir das representações sócio-discursivas, atua na própria memória e no imaginário do leitor, e, paralelamente, a partir do imaginário do leitor, o que por si só justifica o interesse que os textos jornalísticos atraem para si.

Pode-se entender que os textos veiculados pela imprensa buscam envolver subjetiva e sentimentalmente o leitor, buscam adesões bem como influir sobre o comportamento, opiniões e idéias do outro, agindo de maneira argumentativa e transmitindo alguma ideologia intencional ou inconscientemente. O fato é que todo sujeito transmite ideologias, e, além disso, possui seu próprio imaginário ou representação pessoal.

Deve-se frisar, neste ponto, que nosso estudo é um estudo de caso francês, do discurso francês, que, aparentemente, pelas especificidades representacionais que revela, se contrapõe a outro discurso. O discurso jornalístico francês nos permitiria generalizar sobre aspectos representacionais/identitários da nação francesa – sempre atentando-se para o fato de que as identidades são múltiplas, e é certa identidade, forjada, construída, e privilegiada que permeia o discurso. Objetivamos, portanto, observar no discurso como revela uma certa identidade marcada.

A representação do acontecimento

Paralelamente, observa-se que todo o processo discursivo lida com a categoria da memória – conforme Teun van Dijk (1993), a representação do acontecimento ou da situação

que o usuário da linguagem constrói – e com referências no tempo e no espaço que sejam úteis ao objetivo traçado. No caso específico da luta contra o terrorismo, necessitando de um culpado, parte-se da premissa de que os EUA jamais estiveram de algum modo ligados a grupos terroristas, mesmo em outro momento histórico, e, além disso, busca-se um culpado potencial - Bin Laden -, partindo-se em seguida para outro – Sadam Husseim - que, déspota, seria, de repente, o verdadeiro motivador fanático dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, agora considerado, nos discursos, *causa e justificativa* de uma invasão ao Iraque. Entende-se aí uma manipulação, que tanto pode ser produto de intenções ou de uma confusão inconsciente. Interessante notar como os discursos vão se somando, uns aos outros, sempre em uma conexão, não sendo mais possível analisar um fato posterior sem referência ao anterior.

Nos textos da imprensa relatando os ataques de 11 de setembro, e mais tarde sobre a invasão dos Estados Unidos ao Iraque, estaria subjacente a noção maniqueísta do Bem que luta e vence o Mal, além da prática discursiva baseada nas religiões, o discurso da salvação, do líder que encarna o Bem, com o uso da idéia de Deus que dá permissão para uma eventual “guerra justa” – uma cruzada em nome de Deus. O embate passa então por um discurso de quem se pretende revelador da providência divina. Trata-se de um embate da verdade que se considera absoluta, que desconhece e ignora, quer destruir o que é diferente, ou, ainda pior, pretende salvá-la de si mesma, partindo-se do pressuposto de que a cultura alheia e suas tradições são depositários do Mal, e por isso não há necessidade nem a possibilidade de debates, de conversas ou entendimentos diplomáticos, que buscam nas palavras sua “arma” mais eficaz.

Uma das mais importantes formas de prática social é o discurso, daí a importância em se observar a interface identidade social e estudo do discurso. Para esta pesquisa, analisaremos ainda aspectos da religião e da laicidade e seu papel na representação do Outro.

Nossa hipótese é que a imagem dicotomizada de *Bem* – Liberdade, Justiça - e *Mal* – Tirania - na narração do *evento 11 de setembro* revela algo do que se privilegia como identidade nacional francesa. Devemos reforçar que, numa mesma nação, ou no interior de uma mesma cultura, existem diversos grupos, diversas comunidades, com suas crenças e conhecimentos, com suas culturas, e um percurso histórico partilhados, em equilíbrio ou em desequilíbrio, e, deste modo, interessa-nos observar como isso se dá no discurso, tanto pelo *dito*, quanto pelo *não-dito*, o que se exclui ou o que é esquecido, exatamente por ser óbvio demais para a compreensão do fato nesta determinada cultura.

Nota-se ao mesmo tempo um grande enfoque em aspectos culturais, religiosos, sociais e mesmo uma busca pela origem histórica dos fatos, uma explicação através dos tempos, revolvendo uma série de questões da identidade dos povos envolvidos, a maior ou menor simpatia por parte dos leitores e sua adesão a uma ou outra causa, na maioria dos casos, sem que se faça uma leitura imparcial e sem partido dos fatos. Pode-se observar um forte apelo emotivo, gerando adesão de caráter subjetivo. Como analisa Moirand em sua introdução ao FDM (*Le Français dans le Monde*) (1996), o discurso hoje é explicado em função de dados diferentes do lingüístico e perpassado pelo psicossocial, o psico-cognitivo, o psicocultural e o psicoafetivo, ou seja, o lingüístico tem que integrá-los. É neste recorte que nos apoiamos para analisar o discurso e as representações discursivas.

Aparentemente, toda a problemática dos acontecimentos do *11 de setembro* tem raízes profundas e logo de início passou a ser analisada com base na construção da idéia de polarizações, de essência ideológica, revestida na idéia mais suavizada de diversidades culturais e identitárias.

Citando Samuel Huntington (1996):

Nos anos que se seguiram à Guerra Fria constatou-se o começo de mudanças espetaculares nas identidades dos povos, nos símbolos dessas identidades e, conseqüentemente, na política mundial. (...) As bandeiras estão sendo hasteadas cada vez mais altas e com autenticidade cada vez maior. Os russos e outros povos estão-se mobilizando e caminham sob esses e outros símbolos de suas novas identidades culturais.

Huntington claramente crê nas identidades rígidas dos povos, que mudam em bloco, de um momento para outro, a partir de algum fato marcante, espetacularmente. Como se a identidade de um povo fosse visível e mutável, além de marcada e observada através de uma oposição entre a nova e a velha, sem atentar, obviamente, para as marcas plurais que se sobrepõem, ou que coexistem, na maleabilidade sócio-cultural de uma nação. Apenas a título de ilustração, neste trecho vemos como o Homem (símbolo maior do classicismo) cede lugar aos povos (conceito veiculado à idéia moderna de nação/nacionalismo, a partir do romantismo).

Entidades mito-ideológicas

O que na verdade existem, para citar Arkoun (2004), e que nos servirá de apoio teórico, são poderosas *entidades mito-ideológicas*, construções mito-históricas, chamadas de Ocidente e Oriente, com a variante Ocidente-Islã, polarizações do espaço sob a liderança dos Estados Unidos, desde 1945, que continuam influenciando as opiniões públicas, e que, a nosso ver, precisam ser desconstruídas. Desde Pearl Harbour, a consciência americana passa a ser marcada pela idéia de choque, de angústia e medo do combate em solo nacional (o que antes era algo muito distante, com as guerras acontecendo no Velho Mundo), e este trauma precedente foi, ideologicamente falando, importante para avaliar o trauma do ataque às Torres.

Considerando o primeiro ataque americano ao Iraque, em 1991, conhecido como Guerra do Golfo, em textos publicados no *Libération* e depois editados num pequeno livro chamado *La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu*⁷, Jean Baudrillard já abordava a maneira como, dia-a-dia, todos eram bombardeados pela mídia, comparando os leitores a 'reféns de informação na cena da mídia'. De um modo geral, os artigos de imprensa passaram a abordar, de maneira sutil – ou não – numa perspectiva de contraste de civilizações, uma guerra iminente ao terror e a tudo que ele representava. Muitos artigos podem ser analisados como inseridos em um grande contraste de civilizações, numa diabolização que se convencionou chamar *civilização x barbárie*, contraste real, mesmo no mundo globalizado em que vivemos, que envolve a alteridade, o *Eu* e o *Outro*, a negação do que se percebe diferente, e que interfere na escrita dos textos e nas leituras que fazemos deles. De certo modo, a busca pela própria identidade parece levar à negação ou à recusa do Outro.

Kathrin Rosenfield⁸ estabelece uma comparação entre o sonho da civilização - ou o reconhecimento do Outro como igual - e a barbárie - que diz respeito, justamente, à recusa deste reconhecimento. *Barbárie* remete à desarticulação da linguagem e a seu poder de ordenar e regradar a sociedade. Etimologicamente, “bárbaro” significa gaguejar, e seu raio semântico, ainda segundo Rosenfield, estende-se a todas as práticas simbólicas, como o vestuário, as práticas sexuais, chegando à guerra, sendo neste domínio, nas formas de praticar a violência, que temos a concepção moderna de barbárie.

“A modernidade ocidental se identificou com a promoção do processo civilizatório, considerando sempre a barbárie como sendo o seu oposto.” A barbárie se inscreve, no projeto civilizatório, no registro de guerra, como se pudesse a qualquer momento iniciar os combates contra a civilidade, uma vez que é seu oposto. A oposição, como se dava na Grécia antiga,

⁷ BAUDRILLARD, Jean. *La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu*. Éditions Galilée. 1991.

⁸ ROSENFELD, Kathrin H. Édipo, Bin Laden e os engodos do reconhecimento. IN: ROSENFELD, Denis L. & MATTÉI, Jean-François (Ed.). *Terror e barbárie. Filosofia Política*. Número temático “O Terror”, série III, n.4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002

estaria no plano da distinção do *um e do outro*, explica Edward Said. Logo, ao mesmo tempo em que tentavam definir sua identidade pela negação do Outro, na verdade o que se conclui é que os gregos eram bárbaros e o Outro (no caso, os Persas), o civilizado – noção que os próprios gregos admitiam, uma vez que entendiam que o bárbaro poderia passar a ser civilizado, enquanto um grego poderia vir a ser bárbaro.

Façamos um vínculo, neste ponto, a Ésquilo, que, em *Os Persas* narra a derrota do ponto de vista dos Persas, além do fato de que os Gregos sentem piedade, compaixão pelos Persas.

Para Samuel Huntington, no pós-Guerra Fria as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas, mas culturais. As pessoas se definem em termos de antepassados, religião, idioma, história, valores, costumes e instituições. Para ele, a civilização é uma cultura em escrita maior, e, de todos os elementos objetivos que definem civilizações, o mais importante geralmente é a religião. No confronto de civilizações, os Muçulmanos – especialmente os fanáticos – atacam os *Ocidentais* não por professarem uma religião imperfeita e errônea – que não obstante é uma ‘religião do Livro’ – mas por não professarem nenhuma religião em absoluto. Mais importante, os Muçulmanos receiam e mesmo detestam, ainda segundo Huntington, o poderio ocidental e a ameaça que ele representa para sua sociedade, pois vêem a cultura ocidental como materialista, corrupta, decadente e imoral. O problema central parece ser então o receio de que o Ocidente, e em especial os Estados Unidos, tentem promover uma cultura ocidental universal.

Do lado do Oriente, *a guerra* ‘em nome de Alá’ promove uma negação absoluta do reconhecimento da alteridade, manifestando-se, de modo particularmente drástico, nas limitações impostas às mulheres, a etnias e culturas alheias e na destrutividade dirigida contra realizações culturais do passado, quando estas não coincidem com as convicções do fundamentalismo islâmico”, citando uma vez mais Kathrin Rosenfield.

A idéia de *choque de civilizações*, existente e difundida, de um modo geral, pela mídia, é, portanto, um dos pontos de partida para o desenvolvimento deste estudo sobre a narração do agora conhecido acontecimento do *11 de setembro*. Esta data, *11 de Setembro*, (ou *9/11*, *nine eleven*, como dizem os americanos) mesmo sem referência ao ano, basta para uma alusão a um acontecimento específico, e, posteriormente, a vários outros acontecimentos a ele relacionados; é um marco. O pressuposto de um choque de civilizações remete à idéia de *fraturas*. Se enfatizarmos as fraturas e as fronteiras, ficará difícil perceber os *continua*, os diferentes traços que se dissolvem num mesmo contexto, apagando as fronteiras. Pois, se observarmos sob a luz da antropologia mais básica, encontraremos dentro de vários contextos da cultura ocidental traços idênticos àqueles estigmatizados no Outro, no “estrangeiro”, que tanto incomoda (Arkoun, 1999).

Deste modo, acreditamos que, na verdade, existem mais *continua* do que se possa perceber. Entre a *barbárie* e a *civilização*, entre *Nós* e *Eles*, existem fraturas, sim, porém devemos especificar a existência dois tipos de fraturas: a mítica e a real. A fratura real engloba a diferença a partir daquele que integra ou daquele que exclui o Outro; a fratura mítica é a idéia forjada de um choque de civilizações. Negando-se a fratura mítica, podemos perceber os *continua*, os diálogos entre as diferenças, as igualdades na diferença, valores e princípios comuns ao ser humano, ao Homem único – *l’Homme unique*.⁹

De fato, a assimetria é mais aparente que real. Assim como B. Lewis resume nesta frase todo um pensamento de crítica e oposição à crença de um Choque de civilizações (Lewis, 1992:9), podemos observar, a partir de análises de especialistas neste tema, (Barbé, 2006; Bulliet, 2006; Pirenni, 2005; Arkoun, 2004; Cesari, 2004; Goody, 2004; Lewis, 2003b; Flori, 2001; Burgat, 1996; Guernier, 1950) que, na verdade, o que existe é uma *construção do mito de choque civilizatório*.

⁹ Expressão usada por Joseph Jurt em Conferência proferida no *I Simpósio Internacional de Letras Neolatinas* – UFRJ – setembro 2005.

A representação do Outro

Neste ponto, podemos retomar a análise de um outro aspecto, a saber, a insistência da dicotomização ou mesmo do maniqueísmo, ao se projetar o Outro, sua identidade, suas crenças, conhecimentos, etc. Aparentemente, a mídia, ao relatar os acontecimentos do 11 de setembro, estabeleceu uma representação do que ideologicamente se queria preservar na memória coletiva, e por isso tanta necessidade de repetição. É mesmo possível entender que existe a tentativa de controle do acontecimento pela mídia. Muitas vezes, o conceito de nação e de identidade nacional impede o que Habermas chama de *difference-sensitive inclusion*, ou seja, a coexistência pluralista igualitária – e cabe aqui enfatizar a importância da palavra igualitária – de vários grupos étnicos, comunidades lingüísticas, comunidades religiosas e formas de vida (Wodak et al. 1999: 9).

Na construção do discurso, portanto, temos a representação do Outro, mas, ao mesmo tempo, a representação de uma pretendida identidade nacional. Para van Dijk, o conhecimento sociocultural compartilhado e as crenças sociais formam um sistema central de representações mentais na memória social, que passam a monitorar as práticas sociais de um grupo. Esses sistemas organizadores, imanentes aos fatos no momento em que são observados, são o que Bateson (1968) entende por *ecologia* – uma ecologia do espírito ou das idéias, segundo o autor, nos leva a questões ecológicas, como por exemplo, sabendo que algumas idéias agem sobre as outras, existiria um tipo de seleção natural que determine a sobrevivência de certas idéias e a extinção de outras.

Para van Dijk (1993), o discurso: 1) é produzido/interpretado por indivíduos, mas somente podem fazer isso com base em conhecimento e crenças compartilhadas; 2) tem sua estrutura afetada por estruturas sociais através da cognição social; e 3) só afeta estruturas

sociais através do que chama de *mentes sociais* dos participantes do discurso, uma vez que são compartilhadas. A relação entre discurso e sociedade, portanto, é mediada pela cognição social, daí sua importância em um estudo como este.

Discurso e comunicação

O gênero midiático tem recebido muito interesse de pesquisadores em comunicação de massa, lingüistas e analistas do discurso. Essa atenção justifica-se quando analisamos o quanto importante são as notícias em nosso dia-a-dia. A maioria de nosso conhecimento social e político e nossas crenças sobre o mundo deriva de dúzias de reportagens que temos ou vemos todo dia (Cf van Dijk, 1991). Não há, deste modo, nenhuma prática discursiva, paralelamente à conversa diária, tão engajada e por tantas pessoas como as notícias de imprensa e televisão. Recentemente, a publicação da revista on line *Discourse & Communication* (Sage, 2007), editada por van Dijk, veio enfatizar a preocupação tanto do editor como de vários outros autores e pesquisadores com discurso e comunicação.

Na mídia francesa, mais especificamente – assim como afirma Bateson (1977) –, temos a representação de que na França culturas diferentes se relacionam em uma mesma nação, sem que haja igualdade. Haveria uma cultura verdadeiramente francesa e outra estrangeira, que não sofre nem produz influência; existe assim um “modelo de diferenciação bipolar simples”, ou seja, a tendência a sistemas dualistas.

A análise crítica do discurso de notícias não está limitada a estruturas textuais, mas ao que essas estruturas sinalizam em termos de significados, opiniões e ideologias. A análise crítica do discurso está interessada no domínio (*dominance*), definida como um abuso do poder social, no interesse do grupo mais poderoso, resultando em várias formas de desigualdade social (Cf van Dijk, 1993). Deste modo é que entendemos que precisamos de

uma análise cognitiva, social, política e cultural do contexto. Para isso, não podemos prescindir da noção de cognição social, entendida como uma interface entre o texto e o contexto. A cognição social, conforme van Dijk (1995b) é definida como o sistema de processos e representações mentais cuja parte fundamental é o conhecimento compartilhado pelos membros de um grupo, uma sociedade ou uma cultura. São representações, conhecimentos e crenças socialmente compartilhadas que monitoram a produção e a compreensão do discurso (van Dijk, 1993). Para o autor, é através de uma abordagem detalhada da cognição social que podemos relacionar discurso e falantes à estrutura social e cultural, ou seja, às representações que os usuários têm das estruturas sociais.

Apenas como complementação, é preciso entender que, na abordagem teórica de van Dijk, existem conceitos de representações sociais e também de representações mentais. Jornalistas e leitores têm uma representação pessoal, única dos acontecimentos narrados na notícia, a representação do conhecimento na memória de curto termo, ou os chamados *modelos*. Modelos são representações mentais do que o usuário da língua entende do acontecimento sobre qual o texto trata, e também possuem outras informações que não são expressas no texto, uma vez que são assumidas como conhecidas, e são entendidas, portanto, como irrelevantes. Esses modelos são únicos e pessoais. Por outro lado, é preciso observar que os modelos são socialmente controlados, ou seja, baseados em representações sociais ou cognições sociais que os membros compartilham. Os modelos são, portanto, representações ideologicamente controladas da situação. E, deste modo, podemos entender que a construção do acontecimento na narração, sua representação explícita e implícita no discurso é ideologicamente controlada.

Ideologia

Mas, o que é ideologia? Conceito abstrato e complexo, podemos tentar descrevê-lo, de acordo com van Dijk (1995b), inicialmente, como *frameworks*, molduras muito específicas de cognição social, com estruturas internas, funções cognitivas e sociais específicas. As ideologias são sociais, pois são compartilhadas, bem como organizam as cognições compartilhadas por membros dos grupos; são adquiridas, usadas e transformadas por pessoas em situações e instituições sociais, como por exemplo em situação de conflito de interesses entre formações sociais. Ideologias são, portanto, os sistemas mentais globais que organizam as atitudes socialmente compartilhadas; representam mentalmente as características sociais básicas de um grupo, como sua identidade, tarefas, objetivos, normas, valores, posições e recursos (van Dijk, 1995b). Racistas brancos, por exemplo, representam a sociedade basicamente em termos de um conflito entre brancos e não-brancos, na qual a identidade, os objetivos, valores e posições dos brancos são vistos como “ameaçados” pelos Outros. Fazem isso representando as relações entre eles e os Outros essencialmente em termos de nós *versus* eles, onde *nós* está associado a propriedades positivas e *eles* associado a propriedades negativas. Entretanto, ideologias não são restritas a grupos dominantes. Grupos dominados também compartilham suas ideologias. Van Dijk (2001) propõe uma teoria multidisciplinar de ideologia, definindo-a como uma forma especial de cognição social partilhada pelos grupos sociais.

Para o autor (1995a – *Discourse & Society*) a ideologia tem a função cognitiva de organizar as representações sociais do grupo e assim indiretamente monitorar as práticas sociais do grupo e também o texto e a fala dos membros. As ideologias, por estarem ligadas ao significado do discurso, controlariam, deste modo, seu significado. Muitas ideologias, por exemplo, aquelas que estão nas relações de conflito social, podem ser organizadas por uma

polarização. Ideologias tipicamente racistas e nacionalistas caracterizam as pessoas como Nós *versus* Eles; nosso povo *versus* o estrangeiro.

Segundo o mesmo autor, as ideologias formam a base das representações e práticas sociais e do sistema de crenças de membros de grupos, incluindo seu discurso, que ao mesmo tempo serve como meio de produção e reprodução ideológica. Sem as representações não estaríamos hábeis para detalhar como as ideologias influenciam os processos mentais envolvidos no discurso.

Ideologias, assim como outras representações mentais, são de alguma forma estruturadas (van Dijk, 2001). Por exemplo, podemos assumir que algumas crenças ideológicas são mais importantes que outras, o que sugere uma organização hierárquica das ideologias. As ideologias aparecem polarizadas em pensamento, opiniões, ações ou discurso. Isso sugere que em algum lugar na representação de ideologia encontraremos, provavelmente, categorias básicas que representam a oposição entre Nós e Eles.

Podemos, sim, compreender que a ideologia está subjacente à produção de discursos e à construção de textos, como uma estrutura. Esta estrutura poderia ser vista como *rígida* – e, deste modo, uma metáfora de uma reprodução discursiva constante –, ou *maleável*, onde a construção de ideologias é uma transformação (Fairclough, 2002). Para Fairclough, no entanto, a ideologia como propriedade de estruturas possui a desvantagem de desfocalizar o evento, pressupondo que estes são meras reproduções de estruturas, reproduções ideológicas, e não ideologia em transformação; assim, seria possível entender que as convenções e suas representações são mais delimitadas do que realmente o são. Podemos crer que o fato se torna uma representação daquilo que ideologicamente se quer preservar na memória coletiva.

A ideologia, no entanto, estaria localizada tanto nas estruturas como nas condições para o acontecimento dos eventos, e, acredita-se, nos próprios eventos. Ou seja, para Fairclough

(2002), a ideologia é uma propriedade de estruturas e de eventos, e, ainda para ele, o problema-chave é encontrar uma explicação satisfatória da dialética de estruturas e eventos.

Entre as muitas formas de reprodução e interação, o discurso tem papel importante como local preferencial para a formulação explícita, verbal e a comunicação persuasiva de proposições ideológicas.

1.1. Representação, discurso e Identidade Nacional

As ideologias – termo entendido por van Dijk como base que controla o conhecimento adquirido e partilhado por um grupo – e as representações sociais estão subjacentes ao discurso, ligadas ao significado do discurso. Devemos recuperar a existência de modelos, tanto mentais quanto sociais envolvidos no planejamento, na produção e na interpretação do discurso. Os modelos representam o conhecimento dos indivíduos, bem como opiniões específicas sobre ações e acontecimentos. A noção de modelo torna-se importante à medida em que os significados não são sempre expressos explicitamente, mas de algum modo são semanticamente implícitos, e a implicação só pode ser reconstruída na base de inferências de conhecimento partilhado culturalmente (van Dijk, 1995).

O termo representação, para este trabalho, será utilizado no sentido de uma função de construção de modelos (sociais e mentais) identificatórios. Preferimos representação a imaginário, este último termo difundido especialmente por Gilbert Durand, e tendo sido introduzido nos trabalhos historiográficos por Jacques Le Goff (Burguière, 2003), ou nos estudos sobre a relação entre o sujeito falante e sua língua, por Houdebine-Gravaud, seguida, entre outros, por Costaouec e Henninger (Houdebine-Gravaud, 2002). A nosso ver, o termo imaginário, enquanto uma coleção de imagens, seria mais um processo ativo de construção

individual, e estaria contido na idéia de representação, termo mais abrangente para se trabalhar o discurso e sua relação com a identidade coletiva, por exemplo, no sentido de se tratar de aspectos culturais e ideológicos mais sedimentados na coletividade, ou mesmo no inconsciente coletivo.

Quanto ao que entendemos por mito, vamos nos referir às reflexões de Arthur da Távola (1985). Para Arthur da Távola (1984:11)

“mito é a forma comunicativa de conservar e de significar um valor através de um símbolo ou meta-símbolo, que expressa, amplia, antecipa, fixa, esclarece, oculta ou exalta o valor significativo. É, portanto, e representa, uma verdade profunda da mente”.

Existe como forma de conservar na memória ou de significar um determinado valor. A mitologia, as lendas, os contos de fadas, a comunicação de massa, servem-se de mitos por ser mais fácil para a mente expressar os conteúdos (valores) através das histórias e narrativas do que de conceitos. O mito serve para tal captação. Tudo o que não se torna (jamais) claro para a mente ou é inconsciente ou transcendente emerge sob a forma de mito. Expressar-se por meios simbólicos é a forma de as mentes individual ou coletiva fazerem emergir ao consciente o que nelas jaz ou lateja em profundidade, oclusão, alcance, memória ancestral ou futura.

O mito é o incursos comum, paralelo ao incursos ideológico, presente em todas as comunicações. A comunicação entre os homens retoma a mitologia grega os seis elementos incursos. O *logos*, o *eros*, o *ethos*, a *psyche*, o *theos* e o *pathos*.

O *logos*, ou seja, a necessidade de conhecimento, ordenação, conceito. O *ethos*, o princípio do inevitável suplício ético (o de Tântalo) do indivíduo quando em ação no mundo. *Eros*, o princípio do amor. *Psyche*, o princípio da alma, do psiquismo, da instância subjetiva. *Theos*, o princípio da divindade. E o *pathos*, que vem a ser a inevitável tensão enfermiza do

ser humano sempre incompleto, doente ou reduzido no todo ou parte, herança de taras e loucuras (no mito cristão, o pecado original, e no greco, os males da caixa de Pandora). Tais elementos estão, direta ou indiretamente, de modo simbólico sob a forma de lendas e fábulas, presentes em toda comunicação, como incursos. Qualquer comunicação refere-se fundamentalmente a um ou vários destes enigmas originários das zonas não iluminadas da mente. A comunicação de massa, assim como a arte, se utiliza das formas conflitivas neles latejantes ou jacentes.

O mito é uma forma de conservar e significar um valor através de um símbolo ou de um metassímbolo, que expressa, amplia, antecipa, fixa, esclarece, oculta ou exalta o valor significado.

Todos os ingredientes do mito, ódio, inveja, morte, traição, anomalia, vida, amor, esperança, ciúme, divindade, herói, monstro, fada, duendes, medo, gênios, imortalidade, intriga, delação, sexo, vingança, justiça, acaso, proteção, fúria, cosmogonia, teogonia estão presentes nas histórias e temas – em qualquer nível intelectual – da comunicação humana, principalmente a de massas que fabrica em série.

Jung teve a intuição genial de que o homem carrega dentro de si uma espécie de memória da humanidade, forma de guardar, no inconsciente, experiências ancestrais da espécie. Jung verificou que os símbolos utilizados sempre revelavam pontos em comum, representativos do psiquismo humano com seus componentes conscientes e inconscientes. Mais: tais símbolos revelavam a relação imemorial do homem com os mesmos elementos básicos da natureza e as forças profundas do cosmos. Seja em civilizações separadas por séculos, quilômetros ou milênios, seja em outras mais próximas, os arquétipos do que Jung denominou inconsciente coletivo sempre estavam presentes, embora sob diferentes formas. Particularmente na mitologia, como séculos depois nos contos de fadas, por exemplo, patenteavam-se as mesmas relações arquetípicas com os elementos constitutivos do

inconsciente individual e do coletivo. O mito seria a tradução explícita ou enigmática dos conflitos e lutas do ser humano para compreender ou empreender o processo de relacionar-se com a realidade. (Távola, op.cit.)

Expresso através do símbolo, da fábula, da lenda, da história ou dos signos, o mito faz emergir uma verdade profunda da mente mergulhada no enigma, no inconsciente, no cosmos ou no elo perdido. *O mito nos sabe*. (Cf. Távola, 1985: 14).

Acreditamos, portanto, que há uma fronteira sutil que separa conceitos tais como imaginário, mito, ideologia e representação.

Representações

Como afirmamos anteriormente, sem as representações não estaríamos hábeis para detalhar como as ideologias influenciam os processos mentais envolvidos no discurso.

O termo representação social, claramente marcado pelo aspecto social, tem origem em Durkheim, que utilizava a expressão *representações coletivas* –, e, mais especificamente, no âmbito da Psicologia social, é atribuído a Moscovici (1961), Jodelet (1989) e Doise (1990) (Cf. Dagenais & Moore, 2004: 35). O termo representação social, como entendem Dagenais & Moore: “conceitualiza como os indivíduos e os grupos se servem do discurso para definir e redefinir sua vivência coletiva”.¹⁰ Segundo Jodelet (1988), as Representações sociais designam fenômenos e, deste modo, se apresentam sob formas variadas: são imagens, que condensam um conjunto de significações; sistemas de referência, que nos permitem interpretar aquilo que nos acontece, ou mesmo dar sentido ao inesperado; categorias que servem para classificar as circunstâncias, ou mesmo tudo isso junto. Ainda para Jodelet, certo é que se trata de uma maneira de interpretar e de pensar nossa realidade quotidiana, de apreender os acontecimentos da vida, as informações que circulam em nosso ambiente, a

partir de nossas experiências como também das informações, saberes, modelos de pensamento que recebemos pela tradição ou pela educação. Muito embora as representações sociais sejam uma forma de pensamento social, não se tratam propriamente de fenômenos culturais ou ideológicos. Como sujeitos, interferimos nos acontecimentos, e, deste modo, a psicologia social também aborda as representações sociais a partir de uma interface do psicológico e do social. Boyer, por exemplo, para fazer referência à norma e avaliação da norma, utiliza o termo *représentations psycho-socio-langagières*, ou seja, representações que pesam sobre as práticas da língua e condicionam sua manifestação (Cf. Boucherit, 2002: 29). Finalmente, é o nosso conteúdo mental que possibilita a restituição simbólica de alguma coisa ausente, distante. O acontecimento é algo que já passou, e o que temos do acontecimento é sua representação. Deve-se enfatizar que a representação, entretanto, não é uma imagem fiel, passiva, como uma impressão no espírito de algo que acontece no mundo exterior: existe uma parte de atividade sempre em construção no ato da representação.

Com relação à produção do discurso, entendemos que esta produção pode ser assumida como tendo início em uma representação pré-textual de natureza temática ou macro-proposicional¹¹, que dá origem, por sua vez, a um planejamento hierárquico parcial ou provisório. Cabe neste ponto, para chegarmos ao nível temático da memória, fazermos referência à chamada *memória de processamento* (Cf. Corrêa, 1993). A memória de processamento pode ser entendida como a 'designação funcional para a atividade cognitiva que redunde na manutenção de e no acesso a representações mentais durante o processamento de informação' (Baddeley, 1986) e é caracterizada como operando em três níveis: imediato; intermediário ou episódico e temático. Define-se deste modo que a informação processada no primeiro nível é de natureza literal (envolvendo palavras) ou quase literal (envolvendo

¹⁰ Le terme représentation sociale, généralement attribué aux travaux en psychologie sociale de Moscovici (1961), Jodelet (1989) et Doise (1990), conceptualise comment les individus et les groupes se servent du discours pour définir et redéfinir leur vécu collectif.

¹¹ Conceito de macro-proposição apresentado em van Dijk & Kintsch, 1983)

sintagmas) e sua manutenção tem curta duração. No segundo nível encontrar-se-iam representações, de natureza semântica ou proposicional, centradas na unidade de referência em torno da qual o episódio ou segmento do discurso em processamento se organiza. E no terceiro, e para nós o mais interessante nível - *temático* - encontrar-se-ia *em constante ativação* a representação dos elementos em torno dos quais todo o discurso, e de modo especial o discurso de imprensa, se organiza (elementos temáticos). Este nível seria responsável pelo planejamento pré-textual e pelo monitoramento da produção e compreensão do discurso. Este nível temático pode, deste modo, estar contido e ao mesmo tempo depende da representação do acontecimento e toda a carga ideológica que traz em si na produção do discurso.

Entendemos, como afirma Bernard Py, que o discurso é o meio natural por excelência das representações sociais, e é através do discurso que elas existem, se constituem, se modelam, se modificam ou se desagregam, e se difundem no tecido social. Desta forma, o discurso permite uma observação objetiva de “manipulações simbólicas”, tais como o comentário, a contestação, a adesão, alusão, etc. (Cf. Py, 2004: 8). Interessa-nos, portanto, para esta pesquisa, o discurso associado às representações sociais, sobretudo ao que equivale a modelos identitários revelados na narração - enquanto notícia - do acontecimento.

Identidade e Reconhecimento

A palavra identidade, do latim *identitas, identitates* significa “igualdade perfeita” (Cf. Pfetsch, 1999:268). No entanto, não será este o sentido adotado aqui para este trabalho, ou seja, como um acordo perfeito.

A teoria de Paul Ricoeur (1992) é importante para a conceitualização do que venha a ser identidade. Segundo Ricoeur, a identidade pode ser vista a partir de uma polaridade. O primeiro polo é o *polo idem* (*a mêmeté, ou sameness*), ou seja, da identidade biológica, dos

traços constantes do caráter. O segundo polo é o *polo ipse* (*ipséité, ou selfhood*), da auto-determinação, daquele que se conhece autor responsável por seus atos. Na narração da identidade temos tanto o self (o mesmo, o indivíduo) como a nação (o grupo, a coletividade). Como mediador dos dois polos está a chamada identidade narrativa. Em *Temps et Récit*, Tome III - *Le temps raconté* -, Ricoeur afirma que a identidade do QUEM é apenas uma identidade narrativa. Isso porque a narração de um acontecimento transforma o fato *in natura* em acontecimento e produz a identificação de uma entidade individual ou coletiva. A identidade pura é ficção, ilusão, tanto no nível individual quanto no coletivo: uma pessoa pertence a mais de um grupo ou sistema coletivo, e as nações são em muitos aspectos híbridas de identidade. Além disso, podemos dizer que a identidade inclui ao mesmo tempo a não-identidade. Para Ricoeur: “Pour identifier il faut distinguer, et c’est en distinguant qu’on identifie” (Ricoeur, 2004:50). Nesse seu *Parcours de la reconnaissance* (2004) a identidade é colocada sob os auspícios da noção de reconhecimento. Trata-se da conclusão da problemática filosófica da identidade que se impôs a Ricoeur desde sua trilogia *Temps et Récit* (Villela-Petit, 2004), elaborando a noção de identidade narrativa. Ricoeur propõe um percurso em três etapas:

1. Idem ou Reconhecimento como identificação: eu reconheço algo ou alguém como o mesmo, apesar das modificações que ele possa ter sofrido.
2. Ipse, ou Reconhecer-se: uma etapa intermediária, o reconhecimento que cada um faz de si mesmo enquanto ser falante e atuante. Coloca o reconhecimento no centro da questão da ipseidade – reconhecimento de si como capaz, do homem como agente; uma reflexão dirigida à dimensão social de nossas capacidades, de nossos poderes de agir. É pela Odisséia que Ricoeur aborda a questão do reconhecimento de si mesmo. Quando retorna a Itaca, Ulisses não é imediatamente reconhecido pelos seus, até poder se reintegrar no papel de rei e esposo.

3. Reconhecimento mútuo: Eu (ou Nós) peço para ser reconhecido. Não é um caminho fácil o reconhecimento de uns pelos outros. As relações entre grupos humanos são marcadas pelo desprezo (*mépris*) equivalente ao quiproquo (*méprise*) no plano do reconhecimento-identificação. Despreza-se, mas não reconhece. Há uma dissimetria original que marca a relação com o outro e que somente o reconhecimento mútuo poderia superar.

Para Villela-Petit, o reconhecimento mútuo no entendimento de Ricoeur realizaria-se sobretudo na amizade (e no amor) onde cada um é cheio de gratidão pelo fato mesmo que o outro exista, seja (*soit*).

O que nos identifica? O que nos diz o que somos, como indivíduos, como parte da humanidade, de uma sociedade, ou então como portadores de uma nacionalidade? Segundo E. Morin, “Quem somos nós é inseparável de um onde estamos, de onde viemos ou para onde vamos”.¹² (Morin, 2001:19). Antes de tudo, e, principalmente, o que faz a humanidade ser humanidade são as inter-relações entre cérebro, mente, linguagem e cultura, uma parte não menos importante que a outra. O ser humano se realiza pela cultura; mas não haveria cultura sem as aptidões do cérebro; por outro lado, também não haveria linguagem nem pensamento sem cultura. A cultura, entendida como um conjunto de costumes, saberes, regras, crenças, valores, mitos, técnicas é algo próprio do ser humano, se transmite a cada geração, cria e recria a complexidade social (Morin, op.cit.). Para Morin, a cultura é um patrimônio organizador, e a emergência maior própria à sociedade humana. É o patrimônio cultural que dá a cada sociedade sua identidade singular, e que alimenta esta identidade. Cada cultura concentra em si um capital duplo: capital cognitivo e técnico (as práticas, os saberes, as regras) e o capital mitológico e ritual (crenças, normas, valores). No entanto, assim como

¹² Qui sommes-nous est inséparable d'un où sommes-nous, d'où venons-nous, où allons-nous?

Morin, entendemos que este patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que é fechado, inserido na memória dos indivíduos, é, também, aberto, ou seja, mudanças ocorrem no seio da própria sociedade, através de seus indivíduos e dos que chegam trazendo e inscrevendo aspectos identitários diversos. Para Morin (2001:152),

“a cultura é ao mesmo tempo fechada e aberta. Ela é muito fechada em seu capital identitário e mitológico singular, e o protege pela sacralidade e pelo tabu, de modo quase imunológico, mas ela se abre eventualmente para integrar um aperfeiçoamento, uma inovação técnica, um saber exterior.”

Pluralidade cultural

Vive-se um contexto cultural que se traduz pela pluralidade sobretudo no que poderíamos chamar de *atualização identitária*. Poder-se-ia mesmo discutir se existem ainda identidades. No entanto, na prática, sabemos que sempre existirão culturas, e cultura é uma das dimensões da identidade. Para Pfetsch (1999), a palavra identidade cobre várias dimensões e vários níveis de análise. Segundo ele, teríamos uma dimensão filosófica, uma dimensão psicológica ou genética (englobando a consciência identitária, o sentimento de pertença, a relação emocional), uma dimensão geográfica, uma dimensão cultural (língua, religião, cultura material e estética) e uma dimensão histórico-política (consciência histórica, nacionalismo). Parece óbvio, no entanto, tratar-se de uma divisão didática, o que não significa total separação desses níveis. Nossa pesquisa englobará, em especial, aspectos culturais, e, mais especificamente ainda, tentaremos nos ater aos aspectos da língua e da religião, particularmente às dimensões que mais nos interessam na análise das representações do acontecimento, mas que necessariamente estão em constante relação com os demais níveis.

Não se pode entender a questão da identidade como uma estrutura estática, mas muitas vezes o medo de mudanças e o desafio que o futuro pode impor causam problemas. Não se pode, por outro lado, entender identidade independente das contingências, quer sejam

históricas, sociais, religiosas, étnicas ou econômicas, enfim, de tudo o que possa se tornar uma ideologia. Ao contrário, como afirma G. Bateson (Apud Bensa, 1988), a identidade é como “uma estrutura imanente ao contexto”. Para Bateson, os acontecimentos são estruturas e *evoluem* com os contextos, que carregam por sua vez pensamentos e ações dos homens, de acordo com uma temporalidade própria.

O contexto – ou *ecologia*, como preferia Bateson – são os diferentes sistemas (sempre em transformação) *imanentes* aos fatos no momento em que são observados *e que pré-existem a eles* (grifo nosso). Todos esses sistemas estão em relação, da mesma forma que o indivíduo e a sociedade são um sistema complexo de relações. Por isso, mais importante que discutir se existem ou não identidades, o mais interessante é abordar a complexidade dos aspectos identitários, que representam essas relações e lhes conferem sua estrutura, ao mesmo tempo em que são construídos por ela. Como nos afirma E. Morin, “os indivíduos produzem a sociedade, que produz os indivíduos; o indivíduo está na sociedade que está no indivíduo” (Morin, 2001:153)¹³. A identidade é um fenômeno circular.

Um sistema precisa de organização e, como entenderemos aqui, precisa de comunicação, para que produza sentido. Existiria um constante *va-et-vient*, chamado por Bateson de *double bind – double contrainte* –, uma supradeterminação ou determinação recíproca, a condição necessária da organização do sistema, entre seus níveis e subníveis. Assim, analisaremos a estrutura sistemática, ou o processo identitário, acatando a perspectiva de que é um sistema organizado e múltiplo, em que a pluralidade vai e vem, comunica-se, interage. E, ainda, um sistema/processo de enunciações entre os homens onde, de um lado, existe o *fazer persuasivo* e, de outro, o *fazer interpretativo* (Cf. Greimas, 1983), intermediado necessariamente pelas representações dos sujeitos, que se substituem em seus papéis de produtor e receptor das enunciações.

Entendemos que, além de seu papel na produção da linguagem, a identidade cultural também é afetada ou até moldada, neste *vai-e-vem*, ou mesmo, nesta circularidade comunicacional. Assim como a identidade (origem social, classe, atitudes, crenças, etc) de um falante é expressa nas formas lingüísticas que ele escolhe, por sua vez o discurso afeta esta mesma identidade. Não podemos deixar de citar, entretanto, a existência das hegemonias, por exemplo, a língua, ou o território, que são visivelmente reconhecidas, estão no pensamento de cada um, mas são mais ou menos importantes em determinados momentos da história.

Ao mesmo tempo em que é única, uma nação contém (e é contida de) uma pluralidade que a identifica; a representação deste conjunto é exatamente aquilo que a identifica, intencionalmente ou não, *forjada ou natural*, mas certamente tendo em sua base aspectos históricos, sociais, econômicos, étnicos, culturais, enfim. Essa pluralidade afasta-nos de uma análise fechada e definitiva de aspectos identitários. Parece extremamente claro, como afirma Bauman (2004), que somos habitantes de um mundo líquido, *o mundo líquido moderno*, um mundo de incertezas, onde as identidades estão em movimento, e, portanto, não são rígidas. As identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis não funcionam neste novo mundo de seguranças frágeis. Num mundo globalizado, os marcos e as fronteiras são cada vez mais facilmente transgredidas e apagáveis. Como, portanto, solidificar o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade? Deste modo é que falar de identidade, e sobretudo de identidade nacional, hoje, em tempos de globalização, é ainda mais complexo, e seria mais interessante abordar a questão do ponto de vista de um ressurgimento do nacionalismo (Castells, 2004) – que no entanto é criticado por Bauman (2004) – ou segundo o próprio Bauman, um momento em que há uma reavaliação do pacto tradicional entre nação e Estado, que aponta para a clara erosão da soberania nacional. Ou seja, muito mais que um ressurgimento de nacionalismos, quando observamos as reivindicações de autonomia

¹³ Les individus produisent la société qui produit les individus. L'individu est dans la société qui est dans l'individu.

identitária por grupos étnicos, culturais, dentro de um contexto de pluralidade de identidades, seria mais um grito contra o consagrado papel do Estado em tentar forjar e privilegiar uma identidade única. A ameaça da globalização, juntamente com questões de injustiças e desigualdades sociais muitas vezes baseadas em aspectos identitários, dentro de um Estado-nação, coloca em questão todo o sistema. Assim também como afirma Hall (2006), devemos pensar que as culturas nacionais constituem um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. A identidade passa forçosamente pela alteridade, mas, de modo geral, só falamos de identidade. Há divisões internas mas são unificadas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (Hall, op. cit.: 62).

Na verdade, como já assinalamos, tudo é um mito; sendo assim, a categoria de identidade é problemática. A Europa Ocidental não tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única etnia ou uma única cultura. O que acontece é que as culturas nacionais tentam “costurar as diferenças numa única identidade” (Hall, op. cit.).

De acordo com Hall (2006), a identidade cultural é formada ao longo do tempo, através de processos inconscientes. Está sempre incompleta, sendo formada. É uma identificação, um processo em andamento. As identidades culturais são aspectos das identidades que surgem do “pertencimento” a culturas étnicas, raciais, lingüísticas, religiosas e, hoje em dia, nacionais.¹⁴ O sujeito, entretanto, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2006: 13).

¹⁴ Insistimos em dizer que são pontos de vista e não entidades verdadeiramente existentes; são construtos, no nível do discurso, que enunciam o pensamento comum. Etnia é o termo politicamente correto para raça.

Entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII assiste-se o nascimento do “indivíduo soberano”, o motor do sistema social. O sujeito individual, do qual nos fala Raymond Williams, narrado por Hall (2006), é o sujeito indivisível e também uma entidade singular, distintiva, única. Trata-se em primeiro lugar da ligação entre o individual e o coletivo, sua posição no interior de uma entidade social. Assim, chega-se a uma delimitação do indivíduo e sua participação na sociedade, observando-se sobretudo o que venha a ser a identidade nacional. É o recentramento do sujeito da História no indivíduo.

No século XVIII a vida moderna está centrada no indivíduo “sujeito-da-razão”. O sujeito cartesiano é a concepção do sujeito racional, pensante e consciente, situado no centro do conhecimento. À medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriram uma forma mais coletiva e social. O pêndulo volta para o coletivo (Indivíduo-coletivo). Emergiu uma concepção mais social do sujeito (o cidadão individual enredado nas maquinarias burocráticas e administrativas do estado moderno). A individualidade moderna, no entanto, possui transformações associadas à modernidade que libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas, antes vistas como divinamente estabelecidas, não sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. O surgimento do Modernismo faz emergir um quadro mais perturbado e perturbador do sujeito e da identidade (Hall, 2006: 32). Na segunda metade do século XX há rupturas nos discursos do conhecimento moderno, e o descentramento final do sujeito cartesiano.

Segundo Lacan, a identidade, do mesmo modo que o inconsciente, está estruturada como a língua. O significado é inerentemente instável: ele procura o fechamento (a identidade), mas ele é constantemente perturbado (pela diferença) (Hall, op.cit.: 41).

Na necessária reconfiguração das discussões sobre as identidades nacionais, a filosofia desconstrucionista entende que é preciso que se leve em conta o papel da linguagem –

entende-se aqui linguagem como concepção geral, ao passo que línguas são consideradas como realizações particulares dos universais da linguagem. Assim, a partir daquilo que marca uma língua, de suas características mais intrínsecas, tenta-se decifrar a representação das Identidades Nacionais. No nosso caso específico, em sua representação discursiva e, ao mesmo tempo, na leitura, haveria uma constante reinvenção dos significantes, uma reinvenção que não parte do texto propriamente dito, mas da invenção do Outro. Porque, para Derrida (Benington, 2004), não se pode falar de identidade sem falar de pluralidade – ou seja, “a interseção de muitas identidades”. Além disso, o pensamento desconstrucionista não se dissocia da questão da alteridade (Duque-Estrada, 2004).

A identidade é baseada também na definição que parte do que *não é* – a *não-identidade*: uma civilização é, dentre outros fatores, aquilo que ela não é. De modo geral, a identidade se realiza e se suporta negativamente sobre a do outro, o *adversário*. O mais difícil é identificar o que ela é, mas neste dilema poderoso, em grande parte vê-se como inimigo aquilo que é estrangeiro a uma determinada civilização. Nos conflitos identitários, por exemplo, muitas vezes existe apenas *nós* – a vítima inocente por definição –, e *eles*, os culpados, os perversos, o *lobo*, o criminoso (Maalouf, 1998). Não se consegue facilmente *descobrir a estrangeirice* (Ricoeur) que existe em cada nação, cultura, religião, enfim, em cada *eu*. Sempre se vê esta estrangeirice com uma estranheza constante, em bases de uma persistente dualidade. Desta forma é que a maioria dos conflitos sangrentos de todos os tempos está ligada fortemente a *dossiers identitários* complexos e muito antigos, segundo Maalouf.

A menos que se consiga entender um novo conceito de identidade, conciliando todas as pertencas, ou seja, a multiplicidade de fatores que nos definem, que definem as nações, estaremos sempre sob a ameaça de conflitos.

Para Maalouf (1998:61), a questão é:

... de saber por que na história dos povos, a modernidade é às vezes rejeitada, por que ela não é sempre percebida como um progresso, uma evolução bem-vinda. Numa reflexão sobre identidade esta interrogação é essencial.¹⁵

Além disso, essa interação expande-se do sistema de identidade para sua representação no discurso, com o mesmo nível comunicacional. Numa sociedade, os níveis sociais, religiosos, econômicos, étnicos, lingüísticos, culturais possuem, a nosso ver, e necessariamente, divisões, que devem ser observadas quando se dirige o olhar para determinada sociedade, nação, ou instituição.

Entendendo-se que cada ser humano é um pequeno subsistema do grande sistema ecológico (Cf. Bateson) que é a comunicação entre humanos, abordemos o sujeito e o aspecto da subjetivação. Foucault, por exemplo, insiste em que o sujeito é efeito das formações discursivas. Esta posição, entretanto, pode ser menos rígida, se pensarmos que, na verdade, existe uma dialética, em que os sujeitos sociais são moldados por práticas discursivas e, ao mesmo tempo, são capazes de modelar e reestruturar essas práticas (Cf. Fairclough, 2002).

O ser humano não pode viver sem mito, e sempre será condicionado por mitos antigos e mitos inéditos. Há sempre mitos providenciais, que, com sua energia, animam as ideologias e intervêm sempre na história. A energia do mito anima, por exemplo, ideologias poderosas como as religiões, que fazem de seus adeptos heróis ou mártires. E, para Morin, com o crescimento das civilizações laicas, um novo mito “religioso” surgiu, ou seja, o Estado-nação (Morin, 2001:201). Seria a identidade um mito?

¹⁵ *...de savoir pourquoi dans l'histoire des peuples, la modernité est parfois rejetée, pourquoi elle n'est pas toujours perçue comme un progrès, comme une évolution bienvenue. Dans une réflexion sur l'identité cette interrogation est essentielle* (Maalouf, 1998:61)

No que diz respeito a toda a fúria ideológica que existe em nome do nacionalismo, entendemos, como Amin Maalouf, em seu livro *Identités Meurtrières (Identities Assassinas)* (1998):

A palavra identidade é um falso amigo. Começa por refletir uma aspiração legítima, e de repente torna-se um instrumento de guerra. A passagem de um sentido ao outro é imperceptível, bem como natural, e nos deixamos surpreender algumas vezes.¹⁶

Com relação mais especificamente à identidade nacional, de acordo com Stephanous (1999), tradicionalmente duas teses se afrontam. Uma que quer ser baseada sobre elementos objetivos, em particular numa língua, numa civilização e, se for o caso, numa religião comum; e outra tese que acentua a vontade de pertença a uma comunidade política, o Estado-nação. Está claro que o Estado permite o desenvolvimento de uma identidade nacional, ou mais corretamente, o Estado-nação, sempre tentou forjar cuidadosamente uma identidade nacional única – pertencer a uma nação foi uma convenção arduamente construída, de acordo com Bauman (2004) – entretanto, é a cultura, acima de tudo, que definiria a(s) identidade(s). É a identificação dos indivíduos a certos valores particulares, ou seja, que não têm um caráter universal, o grande *fator identificador* da identidade.

A emergência do Estado como organizador das sociedades históricas

A identidade nacional está marcada pela composição dos Estados-nação. Acreditamos, como E. Morin (2001), E. Castells (2004) e Z. Bauman (2004), que a emergência do Estado é o acontecimento organizador das sociedades históricas. Pertencer a uma nação não foi sempre algo tão natural. A título de ilustração, Bauman conta que, pouco antes da Segunda Guerra, realizou-se um censo na Polônia, e os funcionários foram treinados a esperar que, para cada

¹⁶ *Le mot identité est un “faux ami”. Il commence par refléter une aspiration légitime, et soudain il devient un instrument de guerre. Le glissement d’un sens à l’autre est imperceptible, comme naturel, et nous nous y laissons tous prendre quelquefois.*

ser humano houvesse uma nação, e que deveriam coletar informações sobre esta auto-identificação nacional. No entanto, em cerca de 1 milhão de casos dos entrevistados não entendiam o que era nação, nem o que era ter uma nacionalidade – eles se diziam daqui, deste lugar – e assim os administradores do censo acrescentaram à lista oficial de nacionalidades o termo *pessoas do lugar*.

Assim como o acontecimento, a identidade nacional também é construída no discurso, é produto do discurso. É ao mesmo tempo uma comunidade imaginada e uma construção mental, um complexo imaginário de idéias, de elementos que definem a unidade coletiva. A imprensa dissemina a língua escrita e torna possível o rápido crescimento do número de pessoas que pensam sobre si mesmas e sobre como se relacionarem com os outros em novas maneiras.

É já um fato, entretanto, e não poderíamos deixar de constatar, que a instituição Estado-nação é hoje uma instituição em crise.

Aquele momento da História humana, em que as sociedades anteriores ao Estado se organizaram em Estados, provavelmente, se dá quando o Homem, passando a ser o *sujeito de seu próprio destino* (Mairet, 1995: 205), torna-se capaz de se distanciar e romper com o estado originário de natureza. Hobbes e Rousseau capturaram esse processo de fundação da *civilidade* em favor de tal ruptura do Homem com sua condição natural. Neste novo mundo, cuja vontade pertence ao próprio Homem, passa-se a reconhecer uma ordem política como primeira: o estado de soberania. Essa nova ordem corresponde a uma liberdade, onde o Homem é *senhor de sua História e mestre de suas ações* (Mairet, op. cit.: 206).

A constituição do Estado, porém, pode ser entendida como a renúncia do indivíduo a seu *potentia* (direito natural), a fim de ser ordenado pelos objetivos da comunidade, da forma como o Estado os define, constituindo-se a *potestas* e destituindo-se a *potentia* (Mairet,

1995). O indivíduo é, assim, privado de seus direitos naturais, de acordo com a doutrina clássica da soberania. O Estado seria a força sem fim e a violência imediata. A liberdade natural do ser humano teria se tornado sinônimo de servidão, e, ao mesmo tempo, sua sujeição atual seria início da liberdade histórica e domínio de seu destino.

Cabe aqui citar Rousseau (1971:522):

Como os homens não podem criar novas forças, mas apenas unir e dirigir as que existem, eles não têm outro meio, para se conservarem, do que formando, por agregação, um somatório de forças que possa vencer as resistências, fazendo-os agir sob o mesmo impulso, de comum acordo.

Esse somatório de forças só pode surgir do concurso de vários; mas a força e a liberdade de cada homem, por serem os primeiros instrumentos de sua conservação, como poderia ele engajá-las, sem prejudicá-las e sem negligenciar os cuidados que ele deve ter consigo mesmo? Essa dificuldade, voltando ao meu assunto, pode ser enunciada nos seguintes termos:

“Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e, pela qual, cada um, unindo-se a todos, só obedeça, entretanto, a si mesmo, permanecendo tão livre quanto antes.” Este é o problema fundamental que o vem resolver.

Neste novo mundo - profano, histórico - não se tem mais como referencial o divino, mas uma nova autoridade, a norma do justo e das conquistas e revoluções. Quem governa, agora, depende apenas das ações e vontades humanas. Os Homens serão livres apenas se seu princípio estiver neles mesmos, e não fora deles, ou seja, na natureza ou no divino. A modernidade estaria em se pensar o mundo como histórico, e não mais como religioso ou natural.

A origem moderna do governo centrado no Estado está na ascensão da burguesia, num processo lento que é explicitado com os Tratados de Vestfália, de 1648, ao fim da Guerra dos 30 anos, quando firmou-se, entre as sociedades da Europa ocidental, um pacto de unidade, cujo poder de uma sociedade feudal, com autonomia regional dos senhores feudais, foi passado para o Estado, que passa, então, a ser o governante centralizador e monopolizador. A concretização do Estado parte de um processo lento que vinha pouco a pouco se firmando.

Tem-se agora um território maior que se sobrepõe, mas que continua com guerras civis, uma vez que a burguesia ascendente se alia ao Rei contra os senhores feudais.

O Absolutismo de Luis XIV, época da Guerra de 30 anos, é na verdade e primeira realização do Estado moderno, em que um árbitro domina a todos os outros, colocados em igualdade. Na Idade Média, nação era um termo ainda usado no mesmo contexto de povo. A língua, neste caso, não possui papel de divisão nacional ou de territórios. E mesmo até o século XVIII, quando a reflexão moderna de nação começa verdadeiramente, os filósofos entendiam a nação como uma comunidade restrita, que repousava sobre critérios étnicos de origem, de língua e de costumes, onde todos os cidadãos podiam participar diretamente da vida política. A idéia de uma identidade única e singular da nação veio como um processo de ruptura da concepção de uma história universal, modelo adotado pelos clérigos. Nos séculos XVIII e XIX é que nação se torna um termo inconcebível sem os Estados. A partir do final do século XIX existe um mundo onde os indivíduos são unidos entre si por laços indiretos e invisíveis, ou os laços jurídicos construídos pelo Estado moderno (que se assemelha ao poder do Rei no século XVII) (Noiret, 1992). Os Estados nacionais passam a ser agora Estados-nação, cujo primeiro modelo é, entendemos, a França revolucionária. Podemos dizer que, então, criou-se o conceito de *nacionalismo moderno*, que por sua vez, de acordo com Todorov (1989) teria duas subdivisões: nacionalismo interno – o lugar da igualdade, que se opõe ao direito real ou divino – e externo – a idéia de que uma nação se opõe a outra. Mas isso pode ser discutido, a partir do questionamento, ou seja, se haveria sempre uma oposição, e se essa oposição é retórica ou de fato.

Devemos aqui observar a relevância de Renan que, em 1882, apresenta, solenemente, na Sorbonne, a questão: *Qu'est-ce qu'une nation?* Embora datada de mais de um século contém elementos que nos ajudam a elaborar algumas reflexões importantes para o questionamento da

idéia de identidade nacional ainda hoje. Cinco anos mais tarde, ao apresentar o seu texto para ser publicado, ele destacará a sua importância para o leitor:

A parte que considero mais importante desse volume, e sobre a qual permito-me chamar a atenção do leitor, é a conferência: **Qu'est-ce qu'une nation?** Pesei cada uma das suas palavras com o maior cuidado; é a minha profissão de fé no que se refere às coisas humanas, e, quando a civilização moderna desaparecer em consequência do equívoco funesto destas palavras: **nação, nacionalidade, raça**, desejo que se lembrem dessas vinte páginas. Considero-as totalmente corretas. (Renan, 1991:28)

E, mais adiante, ele acrescenta:

Uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas que, a bem dizer, fazem uma só, constituem essa alma, esse princípio espiritual. Uma se encontra no passado, outra no presente. Uma é a posse comum de um rico legado de lembranças; a outra é o consentimento atual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a manter intacta a herança que recebemos. [...] Uma nação é, portanto, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizemos e dos que estamos ainda dispostos a fazer. Ela supõe um passado; entretanto, resume-se no presente, por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente expresso de continuar a vida comum. (Renan, idem: 41)

A partir do momento em que a nação, no sentido de um conjunto de cidadãos, tornou-se lugar do poder, cada um de seus membros podia considerar o Estado como seu Estado: e é por aí que se introduz o nacionalismo exterior moderno. É preciso enfatizar o uso da palavra moderno, pois o nacionalismo que dá preferência aos seus em detrimento de todos os outros é uma característica de todos os grupamentos humanos.

Heródoto assim descreve os persas:

“Dentre os outros povos eles estimam antes, no entanto após eles mesmos, seus vizinhos imediatos, em seguida os vizinhos destes, e assim por diante de acordo com a distância que os separa; os povos situados o mais longe de suas casas são a seus olhos os menos estimáveis: como eles se julgam o povo mais nobre sob todo ponto de vista, o mérito dos outros varia para eles de acordo com a regra em questão, e as nações mais distantes lhes parecem as mais vis” (I,34, de acordo com Todorov, 1989:239).¹⁷

No século XX, entretanto, a própria definição de nação é vista com indiferença, ou mesmo rejeitada, sobretudo no período que se segue à II Guerra Mundial. Isso se dá especialmente pelo advento do totalitarismo e o uso que se começou a fazer das ideologias nacionais (Todorov, 2000).

Essa centralização do Estado existia na França mesmo durante a monarquia, uma idéia de soberania que, mais tarde, com a Revolução, deixa de ser soberania do rei e da religião para ser soberania do povo (Morin, 1987). Os Estados modernos têm, pode-se considerar assim, sua origem em guerras civis e revoluções, o que lhes conferiu a unidade e a soberania. No caso particular da França, a língua foi importante fator de recorte do Estado, além do fato de que se pretendia tornar os ideais republicanos tão universais quanto era a língua.¹⁸

Para Henry Kissinger (1996), no entanto, as razões que antecedem o estabelecimento do sistema moderno de Estado se encontram, especificamente, em Richelieu, que, para Kissinger, é o nome de referência quando se trata do nascimento do Estado. Richelieu promulgou, entre 1624 e 1642, durante seu mandato como 1º Ministro da França, o conceito

¹⁷ Parmi les autres peuples ils estiment, après eux-mêmes toutefois, leurs voisins immédiats, puis les voisins de ceux-là, et ainsi de suite selon la distance qui les en sépare; les peuples situés le plus loin de chez eux sont à leurs yeux les moins estimables: comme ils se jugent le peuple le plus noble à tout point de vue, le mérite des autres varie pour eux selon la règle en question, et les nations les plus éloignées leur semblent les plus viles.

¹⁸ Cabe aqui observar o caso do Brasil e a união lingüística em todo o grande território nacional de mais de 30.000km terrestres.

de *raison d'Etat*, onde afirmava que o bem-estar do Estado justificava quaisquer meios que fossem empregados para desenvolvê-lo. Ao mesmo tempo, a *raison d'Etat* surgia como substituição aos valores morais universais que vigoravam na sociedade medieval com base na religião católica. Com a nova ordem instituída inicia-se uma época sem limites morais, onde os mais fortes dominam. Turner (1988) entende que essa ordem substitui o sistema feudal ao descentralizar a autoridade religiosa, centralizando a autoridade política no Estado, que, mais tarde, monopolizaria e legitimaria o uso da violência, ou soberania.

O mundo passa a ser autocentrado, o Estado é o centro e poder absoluto, gerenciando tanto o bem como a violência. A relação entre Estados é regida pelo poder, e a moralidade não toma parte nisso. Portanto, de acordo com esta idéia, os Estados não podem jamais ser criticados ou condenados na base da imoralidade de suas ações. Deste modo, os Estados não precisam de justificativa moral para seu comportamento (Turner, op. cit.). Isso gerou a monopolização da violência pelo Estado, algo que, por sua vez, trouxe misérias, calamidades, perseguições, guerras etc., fatos que caberiam apenas a cada Estado, internamente, resolver, e sendo quaisquer outros atores impedidos de interferir. Para E. Morin (2001), a partir de então, “a razão do Estado vai primar sobre as razões da Fé”.¹⁹ Entretanto, a nação torna-se religião, a secularização da nação é ela mesma uma religião. “La Nation est devenue Religion en transférant sur elle l’allégeance à la Chrétienté” (Cf. Arnold-Toynbee, citado por Morin, 2001:63). O que pode ser criticado, pois a nação substitui a religião em uma de suas funções, não preenche todas elas. Morin acrescenta ainda “l’allégeance affective à la famille, de telle sorte que la religion nationale est devenue la religion dominante de l’Europe occidentale, avant de se répandre sur l’Univers”. Todos os esforços de Richelieu tinham um objetivo, ou seja, afastar o domínio do Sacro Império Romano-Germânico que, além de pretender controlar a Europa (e, portanto, ameaçava a segurança da França), tinha o objetivo de reavivar

¹⁹ La Raison d’État va primer les raisons de la Foi.

a universalidade católica, indo contra os ideais de Estado nacional do cardeal. Esse processo da Contra-Reforma deu origem, em 1618, à sangrenta Guerra dos Trinta anos. Em 1648, com o fim da Guerra, o cardeal Richelieu consolida o conceito de *raison d'Etat*.

Diversos autores (O' Bryan, 1998; Montbrial, 1998; Lyons, 1995; Kratochwil, 1995) apontam para a necessidade de que se reconsidere o conceito de soberania do Estado. No entanto, aparentemente, o Estado continuará como o centro das sociedades, ainda que o conceito de soberania, preponderante para a compreensão dos Estados-nação, seja hoje relativizado, tanto nas relações internacionais quanto, por exemplo, na ação de sociedades não-governamentais. A monopolização do poder pelo Estado e sua imunidade em ser condenado por ações violentas, por omissões ou ameaças ao próprio povo são uma realidade cada vez mais desafiada e atacada. O Estado foi, portanto, fator preponderante na sedimentação de povos e culturas, e na construção da identidade nacional.

Importante ainda para a compreensão da identidade nacional, propriamente, é o fato de que parece ser na integração com o passado como construto que a sociedade assume seu aspecto identitário mais forte (Dupin, 2004: 13; Pfetsch, 1999:265). O fundamento, a base da identidade de uma nação está na construção de um passado comum, mesmo que seja um passado inventado, que venha a lhe conferir uma legitimidade (Cf. Jurt, 1998: 39). Esse passado mítico fundamenta a história da coletividade, e ajuda a construí-la. Acima de tudo, é o discurso – que se dá através de um sistema de representações, valores e normas – que constitui a história de uma nação (Mona Singer, citada por Jurt, 1998). Não podemos deixar de citar a esse respeito o conceito estabelecido por B. Andersen de *comunidades imaginadas*. Para Andersen, indivíduos que não se conhecem, que jamais se encontraram, estão ligados por um laço imaginário, ou seja, a comunidade imaginária. Essa consciência de pertencer a uma comunidade, logo a idéia de uma comunidade étnica, e não política, parece ter surgido com os Helenos: este povo entendia que sua particularidade estava baseada em uma língua, uma

religião e uma civilização comum (Cf. Stephanou, 1999). Segundo Manuel Castells, no contexto histórico atual, acima dos aspectos políticos e de todas as considerações acerca do Estado-nação, a cultura une os indivíduos, dando-lhes o verdadeiro sentimento de nacionalidade:

(...)o nacionalismo contemporâneo (...) tende a ser mais cultural que político, logo a se orientar mais em direção à defesa de uma cultura já institucionalizada do que em direção à edificação ou à defesa de um Estado.²⁰

A história nacional da França

No caso específico da historiografia e da construção identitária ou do *espírito nacional* (Cf. Morin, 2001) da França, não se pode fixar uma data precisa para seu início. A história da Gália tem papel preponderante. Os valores nacionais franceses são vistos hoje como construídos em relação a esta época de sua história, embora não sem controvérsias e mudanças no correr do tempo, justamente corroborando a idéia de que os mitos, mesmos os valores nacionais, são um construto.

É no século XIII, com o desejo dos reis de que o povo se identificasse com eles e a criação do *Chroniques de France*, que se dá o início do que podemos chamar de gênero da história nacional. Talvez tenha sido após a guerra dos Cem anos, entre ingleses e franceses, que se cristalizou uma primeira identidade nacional, e que com Joana d’Arc é que se tenha tido a primeira manifestação de fervor nacional. No entanto, não se renuncia por completo a idéia de uma história universal: a nação, mesmo que singular, faz parte do mundo, e portanto não se sente jamais sozinha (Cf. Burguière, 2003).

“*Nos ancêtres les Gaulois*”: Para Burguière (2003), desde o fim do século XV os gauleses estariam presentes no imaginário nacional francês, mas é apenas no século XIX que

²⁰ (...) le nationalisme contemporain (...) tend à être plus culturel que politique, donc à s’orienter vers la défense d’une culture déjà institutionnalisée plus que vers l’édification ou la défense d’un État. Castells, 1999 :45.

passam a ser visto como os ancestrais dos franceses, por serem os preferidos dos republicanos. Anteriormente, esta honra era disputada com a tradição dos francos como os dignos ancestrais, e quanto a isso há pelo menos duas histórias que foram muito veiculadas. Numa, conta Frégédaire que o ancestral dos francos é Francion, filho de Enéas, que após a tomada de Tróia teria ido fundar um reino entre o Reno e o Danúbio, e por sua ferocidade no combate teria recebido o nome de franco. Para o autor dos Gesta, no entanto, o ancestral é Antenor, que fugiu de Tróia e venceu os Alanos, o que lhe teria dado o direito à isenção de impostos em Roma, e por isso, por essa franquia, lhe foi dado o nome de franco. O que importa é esta referência fundadora a Tróia. Mesmo quando se busca o mito fundador nos gauleses, essa referência retorna, agora através da história de que um gaulês teria fundado Tróia e trazido à Grécia a cultura gaulesa. Os gauleses teriam sido povos de uma civilização pacífica e religiosa, tendo antes dos outros banido as guerras, os sacrifícios humanos e aprendido a acreditar na imortalidade da alma. Eram ancestrais ainda mais prestigiosos que os demais, transformando a identidade nacional francesa no sentido de que agora os reis não eram mais identificados como o mito identificador através de sua linhagem (Burguière, 2003).

No século XVIII, com a teoria de Boulainvilliers, acreditava-se novamente nas origens francas, de grande utilidade para a monarquia, pois desenvolvia a argumentação que justificava os privilégios em nome da origem e da raça (Noiriel, 1992). Ninguém duvidava dessa tese, mas acreditava-se, então, que a autoridade vinha de Clovis, conquistada na ponta das espadas, e, portanto, legítima. Mesmo refutada, esta tese continua fortemente, inclusive no período revolucionário. Os Revolucionários, entretanto, retiram a parte da violência, e acrescentam a idéia de um conflito cuja dinâmica é uma tensão constante. Hoje, não se fala mais de uma nobreza franca ou de uma Gália conquistada pelos francos (Burguière, op.cit.). Parece que, ainda hoje, os gauleses são o mito preferido e ao qual o povo mais se identifica. Clovis foi rejeitado por ser franco, ou seja, alemão. Na Segunda Guerra, aqueles chamados

émigrés, considerados herdeiros dos francos, “voltam” para a Alemanha, e são vistos, deste modo, como traidores.

Meio século após a publicação do livro de Boulainvilliers, Mably desenvolve uma crítica radical à concepção aristocrática, ou seja, a concepção étnica, baseada na origem e no direito de sangue, os Francos sendo os únicos ancestrais legítimos, e afirma a argumentação da assimilação de diferentes componentes da sociedade francesa: para ele, Gauleses e Francos se fundiram, desprezando a idéia de exclusivismo que tanto serviu à monarquia. Com isso, torna-se forte a idéia de que a população francesa é um produto de etnias diversificadas. É o que leva, mais tarde, Michelet a tentar descobrir o que faz a unidade do povo francês. Para ele, o grande argumento, e o grande segredo, é que a França é um personagem, uma pessoa, com membros (as províncias) e cabeça (Paris), e o fato de ter a base em uma longa unidade geopolítica, acima de tudo, é que possibilita a continuidade da identidade francesa, que originalmente teve uma mescla étnica na formação de seu povo.

A partir do final do século XIX, o trabalho de definir o que vinha a ser uma nação, bem como o trabalho de definir a identidade da França, é passado para os filósofos. Além disso, acredita-se que esta tarefa não deve ser trabalho de um só, mas de uma pesquisa coletiva. Naquela época, existia a idéia de que o povo francês, graças ao enraizamento milenar dos habitantes em solo francês, já teria sido fundido, e a construção deste povo estaria terminada. Desta forma, os novos povos que chegavam tinham difícil ou impossível assimilação, e eram até mesmo considerados uma ameaça à identidade nacional. Essa idéia, obviamente, é de uma situação estática, que mostra uma realidade pronta e acabada, mas que condiziria com o repúdio a novas aquisições culturais vindas de outros lugares.

Em 1986, num contexto marcado pelo aumento da xenofobia, a queda do império soviético, a explosão de nacionalismos na Europa do Leste, e pela idéia da ameaça da imigração sobre a identidade nacional, Fernand Braudel publica sua *Identité de la France*, um

verdadeiro acontecimento (Cf. Noiriel, 1992). A grande questão de Braudel era perceber como a multiplicidade inicial da sociedade francesa pôde chegar à unidade do povo. Sua obra oferece as três grandes direções entendidas por Noiriel (1992:34) como características da problemática identitária:

- a) valorização de uma especificidade resultante de um trabalho de unificação;
- b) busca de traços do passado no presente;
- c) e busca do determinismo de forças profundas que continuam a agir no inconsciente dos vivos.

É interessante observar a idéia de controle dos diversos grupos étnicos pelo Estado dentro de um mesmo território. Mesmo com toda a relativização de sua soberania, ainda hoje cabe ao Estado a função primordial de forjar o mito da identidade nacional, o que continua gerando conflitos, sobretudo quanto à não obediência aos ditames do Estado, que gera, além disso, estigmatização.

Não podemos negligenciar, contudo, o fato de que a França, por sua vez, está inserida no contexto da Europa. A Europa foi fortemente marcada pela história e cultura helênicas e latinas, pelo humanismo religioso, e a França segue também este caminho (Pisano, 1999). No entanto, a própria Europa não se constitui uma unidade perfeita. Como afirma E. Morin, “A Europa se dissolve a partir de quando queremos pensá-la de modo claro e distinto”²¹ (Morin, 1987). No decorrer da sua história, a Europa conta com momentos de identificação, no conjunto de países tão diversos. Por exemplo, ao ser confrontada com o “perigo” do Islã, a Europa soube fundar os valores ocidentais partilhados: através das cruzadas²², canalizando-se as pulsões coletivas; criou-se uma mitologia moderna, que consagra o antagonismo entre

²¹ “L’Europe se dissout dès qu’on veut la penser de façon claire et distincte”

²² Cabe aqui ressaltar que, na época das expedições militares cristãs a Jerusalém falava-se nos cruzados, mas o termo cruzada ainda não era utilizado. Esta palavra viria a ser forjada apenas no século XV, ou seja, no século XIII ainda não se tinha essa idéia de choque entre civilizações ou religiões, no caso.

Ocidente e Oriente. Um mito, que passou a ser entendido como verdade, e se cristalizou no imaginário coletivo. Hoje, mais do que nunca, busca-se uma identidade européia.

Paradoxalmente, neste momento em que se tem cada vez mais uma “reivindicação identitária” e a importância atribuída à herança do passado, vivemos também numa época de “culto ao presente” (Dupin, 2004:13).

1.2 Função identitária das línguas

Segundo Calvet (1999: 167), um dos domínios concernentes às representações seria a *função identitária das línguas*, que caracteriza, por exemplo, uma comunidade, um povo, uma nação, uma instituição. Assim é que, para citar um exemplo, a União Européia, ao tentar definir uma língua que a identifique, esbarra em um problema de variedades lingüísticas, e, acima de tudo, na irrelevante questão da proporção de falantes de cada uma dessas línguas, uma vez que cada nação, cada Estado membro da Comunidade entende que sua língua é necessária e importante para a união dos povos em questão. Como bem se interroga Jacques Derrida, em janeiro de 2002, no Jornal *Le Monde*:

O que uma política responsável fará do plural e do singular, começando pelas diferenças entre as línguas na Europa de amanhã e, a exemplo da Europa, na mundialização em curso?²³

Temos também os exemplos das línguas crioulas ou dos *pidgins*, que, basicamente, dependem de questões ideológicas, como o prestígio sócio-cultural de um povo, para serem consideradas língua. Ou ainda o caso do hebreu, língua já esquecida, mas resgatada pelo povo judeu quando da criação de Israel, acrescentando um importante aspecto na construção identitária desse novo Estado.

O entendimento de língua como mito identificatório parece ter começado com os gregos, povo que muito se interessou em conhecer a si mesmo a partir do conhecimento do

Outro, e ao qual damos os créditos para o uso do termo bárbaro, aquele que falava mal, ou, mais especificamente ainda, aquele que não falava grego (Hartog, 1999; Cassin, 1993). Entre outros, portanto, o fato de não falar grego definia a barbárie, já mesmo nos tempos homéricos, em que o par antônimo *gregos/bárbaros* ainda não se estabelecera, o que acontecerá entre o sexto e o quinto século a.C. Homero faz a diferença especificamente no falar, e, ao citar os cários, qualifica-os de barbarófonos, aqueles que têm um falar bárbaro, embora não sejam bárbaros, não tenham uma natureza bárbara (Hartog, 1999). Mas tudo indica que o presumido autor (ou autores) de a *Odisséia*, aparentemente, não conhecia uma língua que não a sua própria, e, ao narrar o que via em suas viagens, devia fazê-lo baseado em suas próprias interpretações, sem o testemunho dos habitantes dos locais por onde passava. Idéia de monolinguismo que pode ser criticada, uma vez que nem se sabe se Homero existiu. O fato é que, ao narrar o Outro, o mundo do Outro, um outro problema está justamente em como inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta. Normalmente, adota-se a sistemática da inversão: não temos mais *a* e *b*, mas *a* e o inverso de *a*, ou ainda, os gregos e o inverso dos gregos (Hartog, op.cit.). Normalmente, a narração se faz a partir do Eu, do Mesmo, incapaz de reconhecer esse Outro (Badiou, 1995).

Com a narração das Guerras Médicas, por Heródoto, o antônimo é dotado de um rosto, o do persa, e a clivagem passa a ser fundamentalmente política (Pólis x Reinado). O bárbaro – agora então identificado como o povo persa –, entretanto, não se afastava dos outros, mas se definia pelas maravilhas dos outros povos que adicionava a sua cultura. Façamos novamente referência, neste ponto, à peça “Os Persas” de Esquilo, onde adota-se o ponto de vista do Outro.

Mas, o que faz com que uma língua seja considerada como tal, e outra apenas uma maneira inferior de se expressar? A representação do Outro e do que seja a língua do Outro, e

²³ *Qu'est-ce qu'une politique responsable fera du pluriel et du singulier, à commencer par les différences entre les langues dans l'Europe de demain et, à l'exemple de l'Europe, dans la mondialisation en cours* LE MONDE DIPLOMATIQUE |

a representação da própria língua, de maneira análoga a como faziam os gregos antigos, pode ser então mais um fator arbitrário e com menos critérios lingüísticos de definição, cuja chave para compreensão está justamente na construção de um objeto, em sua representação (Cf. Guisan, 2004).

Muitas vezes, entretanto, nós nos confrontamos com verdadeiros mitos lingüísticos, com representações e julgamentos acerca de um fato da língua que não existem; mitos que, para Calvet, podem ser exatamente uma busca por legitimidade identitária. As pessoas querem sempre se identificar com alguns grupos sociais e, por outro lado, se dissociar de outros. Por esta razão, sabemos que, em grande número, a relação entre língua e identidade tem sido de grande interesse dos pesquisadores, justamente por essa revelação da vontade identitária de seus usuários, membros de uma nação ou uma comunidade. De um modo geral, os estudos da língua como *medium* de expressar uma identidade social tem se voltado para a dimensão fonológica da língua falada. Entendemos, entretanto, assim como Ivanič (1998) que essa idéia se aplica a todos os aspectos do sistema de língua, inclusive o que diz respeito à escrita.

Ao mesmo tempo, e acima de tudo, para este presente trabalho, entenderemos que as diferenças lingüísticas estão associadas a etnia, aspectos geográficos, classe social ou sexo, mas também a atividades sociais e a ideologias, aspecto que irá perpassar as pesquisas e as possíveis conclusões a que esperamos chegar.

Cabe aqui citar o exemplo dos Diários de Klemperer, que, durante o nazismo, tratou do assunto língua-ideologia, em que, segundo ele, se podia reconhecer na língua alemã o autoritarismo da guerra, a partir vários vocábulos ou expressões típicas daquela época, muitas das quais ficaram estigmatizadas no pós-guerra (Kemperer, 1996).

1.3. Religião e Laicidade: aspectos formadores de identidade.

...après le 11 septembre, (...) l'islam était de plus en plus largement perçu comme "l'Autre", l'ennemi dans toute son alterité. Or, je voulais montrer qu'il faisait également partie intégrante de l'histoire et de l'actualité de l'Europe.

* * *

Nous devons garder à l'esprit que, si certains types de représentations – dont le langage – sont essentiels à la vie humaine, toutes les formes de représentation n'ont pas toujours été essentielles. Et ce, pour la simple et bonne raison que toute représentation suscite invariablement une part de doute – et c'est ce doute qu'a exprimé de façon extrême la destruction des statues de Bamyam.

Jack Goody²⁴

Após os atentados de 11 de setembro de 2001 às torres gêmeas do WTC e ao Pentágono, símbolos para os americanos, o Presidente George W. Bush - não se sabe até que ponto conscientemente -, citou a necessidade de uma cruzada e de uma guerra contra o terrorismo. Na verdade, o que estava sob suas declarações, mais especificamente, era a idéia de uma guerra de civilizações: a judaico-cristã contra a islâmica. Essa retomada do vocábulo, e, por conseguinte, do conceito de Cruzada, pelo Presidente Bush, talvez mesmo por desconhecimento histórico, provocou inúmeras reações, sobretudo das comunidades islâmicas dos Estados Unidos e da Europa.

²⁴ *...após o 11 de setembro, (...) o islã era cada vez mais amplamente percebido como "o Outro", o inimigo em toda sua alteridade. Ora, eu queria mostrar que ele era parte igualmente integrante da história e da atualidade da Europa.---*

Devemos ter em mente que, se certos tipos de representação – entre os quais a linguagem – são essenciais à vida humana, nem todas as formas de representação foram sempre essenciais. E isso pela simples e boa razão que toda representação suscita invariavelmente uma parte de dúvida – e é essa dúvida que foi expressa de maneira extrema pela destruição das estátuas de Bamyam. Goody, Jack. 2004.

Na edição do jornal *Le Monde*, de 11 de setembro de 2002, um artigo assinado por Laurence Wurtz ainda discutia o assunto:

Na França, no dia seguinte aos atentados, a comunidade árabo-muçulmana se sentiu duplamente ferida. “Inicialmente, como todo o mundo, sentimos a dor de ver todos aqueles mortos. Nós tivemos vergonha que se utilizasse o Islã para esses fins. E depois, tivemos a impressão que o trabalho feito para tentar viver junto, na França, era muito frágil”, explica Yemina Benguigui. “Esta comunidade concluiu que não era considerada pela sociedade francesa como cidadã completa, resume Georges Morin, presidente da associação Coup de soleil que milita para o diálogo entre *pieds-noirs* e imigrantes. A visão da comunidade árabo-muçulmana sobre a sociedade francesa não mudou fundamentalmente, mas essas reações criaram feridas suplementares.” Nada de assombroso, responde Saïd Bouamama, sociólogo: “A assimilação que se desenvolveu é reveladora de uma relação particular com a nação. Falando de outro modo, a diversidade cria a idéia fixa pela explosão.” Colocaram-nos em um plural: os muçulmanos, os árabes..., complementa Yamina Benguigui. Como nos tirar desse plural, nós somos também cidadãos, nós não temos por identidade o islã.” Ao contrário da artista, Saïd Bouamama estima que hoje ainda a sociedade e suas elites não fazem a diferença entre muçulmano, árabe, magrebino: “À direita como à esquerda escutamos os amálgamas. Eu tenho a impressão que a associação islã/islamismo se desenvolveu.”²⁵

²⁵ En France, au lendemain des attentats, la communauté arabo-musulmane s'est sentie doublement blessée. « D'abord, comme tout le monde, nous avons ressenti la douleur de voir tous ces morts. Nous avons eu honte qu'on utilise l'islam à ces fins. Et puis, on a eu l'impression que le travail accompli pour tenter de vivre ensemble en France était tellement fragile », explique Yamina Benguigui. « Cette communauté a réalisé que la société française ne la considérait pas comme citoyenne à part entière, résume Georges Morin, président de l'association Coup de soleil qui milite pour le dialogue entre *pieds-noirs* et immigrés. La vision de la communauté arabo-musulmane sur la société française n'a pas fondamentalement changé, mais ces réactions ont créé des blessures supplémentaires. » Rien d'étonnant, répond Saïd Bouamama, sociologue : « L'assimilation qui s'est développée est révélatrice d'un rapport particulier à la nation. Autrement dit, la diversité crée la hantise de l'explosion. » « On nous a mis dans un pluriel : les musulmans, les arabes..., ajoute Yamina Benguigui. Comment nous extraire de ce pluriel, nous sommes aussi des citoyens, nous n'avons pas pour identité l'islam. » A l'instar de l'artiste, Saïd Bouamama estime qu'aujourd'hui encore, la société et ses élites ne font pas la différence entre musulman, arabe, maghrébin : « A droite comme à gauche, on entend des amalgames. J'ai l'impression que l'association islam/islamisme s'est développée. »

E em dezembro de 2004, Monique Chemillier-Gendreau, professora da Universidade Paris VII Denis-Diderot, assim escreve no *Le Monde Diplomatique*, sob o título *Sous le sceau des croisades* – sob o carimbo das cruzadas:

Há aqueles que caíram na armadilha do choque de civilizações e que, cultivando a cegueira, vêem no islã, assimilado sumariamente ao mundo “árabo-muçulmano”, o inimigo plurisecular do mundo cristão. Há aqueles que recusam esse quadro de leitura perigosa e resolveram compreender as realidades de um mundo diferente do seu e as razões de uma relação degradada até a pior violência.
(...)

Partindo de questões gerais, a ideologia do choque de civilizações e as crises do mundo árabe, para ir em direção ao “Golfe em fogo” e “o abscesso palestino”, esse conjunto muito denso permite perspectivas saudáveis. Sim, nós nos arriscamos a entrar em um período de “cruzada”, não por uma oposição real de dois mundos irreduzíveis, mas muito mais pela deformação imaginária das realidades desenvolvidas por aqueles que têm interesse nessa realidade (Alain Gresh). Sem dúvida, os fundamentalistas que apóiam George W. Bush, este “nascido de novo” inspirado por Deus, são tão perigosos (e mais?) que aqueles que englobamos sempre por ignorância sob o nome d’Al-Qaida. Não, nós não sabemos muita coisa desta rede três anos após o 11-setembro, estudos mais refinados que aqueles que aparecem ordinariamente permitem iluminar o interesse convergente dos regimes ocidentais a desenvolver o mito de uma potência oculta denominada Al’Qaida (Olivier Roy).²⁶

Ora, a visão que o Ocidente sempre teve das Cruzadas foi de uma legitimidade total, enquanto que os *djihad*s eram vistos como uma forma de violência inadmissível (Goody, 2004:15), e o Islã era tido como uma religião sócio-culturalmente retrógrada. Deste modo, falar em Cruzada contra o terrorismo, relacionando-o à religião, foi uma conseqüente

²⁶ Il y a ceux qui sont tombés dans le piège du choc des civilisations et qui, cultivant l’aveuglement, voient en l’islam, assimilé sommairement au monde « arabo-musulman », l’ennemi pluriséculaire du monde chrétien. Il y a ceux qui refusent cette grille de lecture périlleuse et sont résolus à comprendre les réalités d’un monde différent du leur et les raisons d’une relation dégradée jusqu’à la pire violence.

(...)Partant de questions générales, l’idéologie du choc des civilisations et les crises du monde arabe, pour aller vers « le Golfe en feu » et « l’abcès palestinien », cet ensemble très dense permet des remises en perspective salutaires. Oui, nous risquons d’entrer dans une période de « croisade », non pas par une opposition réelle de deux mondes irréductibles, mais plutôt par la déformation imaginaire des réalités entretenue par ceux qui y ont intérêt (Alain Gresh). Sans doute, les fondamentalistes qui soutiennent George W. Bush, ce « *born again* » inspiré par Dieu, sont-ils tout aussi dangereux (et plus ?) que ceux que l’on englobe souvent par ignorance sous le nom d’Al-Qaida. Non, nous ne savons pas grand-chose de ce réseau. trois ans après le 11-Septembre, des études plus fines que celles livrées ordinairement permettent de mettre en lumière l’intérêt convergent des régimes occidentaux à développer le mythe d’une puissance occulte nommée Al-Qaida (Olivier Roy).

racionalização. O que pouco se abordou foi se, na realidade, estávamos diante de um conflito religioso, ou muito mais político e social, onde vários dos protagonistas estavam visando, de modo radical, toda uma política capitalista e, sobretudo, a política de uma nação que, como se pode observar através de suas ações no mundo (e como nos lembra Chomsky em algumas de suas obras), considera sua missão guiar o destino do mundo, os Estados Unidos da América. Pode-se fazer referência aqui a Negri & Hardt (2007), e suas obras “Empire” e “Multitudes”.

Ao mesmo tempo, rapidamente, em vários jornais, se desenharam as caricaturas do mundo muçulmano, integrista, *o Outro*, inimigo, terrorista, totalmente separado, por uma linha de fronteira, do Ocidente, numa confusão total entre política e religião. De todo modo, se tem aí, como base, uma *ideologia de fraturas*, a crença em um *choque de civilizações*. Para Bulliet (2006), a hipótese do choque de civilizações entende que o Ocidente (judaico-cristão) sempre esteve e sempre estará em conflito com o Islã. Huntington, autor de *O choque de civilizações*, e seus seguidores, e antes dele Basil Mathews (que em 1926 já havia publicado um livro cujo título era *Young Islam on trek: a study in the Clash of civilizations*), criaram e desenvolveram uma fórmula com proporções quase cósmicas, em que se coloca a fé islâmica – ou mais precisamente a comunidade muçulmana mundial que a professa – contra a cultura ocidental contemporânea em suas diversas nuances, cristã, judaica e humanista laica (Bulliet, 2006). Não se pode deixar de lado, entretanto, o fato de que, antes do final da Guerra Fria, os Estados Unidos se fortaleciam dos extremistas e dos integristas em prol de sua então cruzada contra o comunismo. Além disso, como nos lembram Fourest & Venner (2003) os discursos extremistas das *religiões do Livro* são, na verdade, extraordinariamente similares. Podemos citar, por exemplo, o site www.harunyahya.org, em que se pode verificar discurso bastante similar ao dos protestantes fundamentalistas, como por exemplo o fato de não se aceitar o evolucionismo e sim o criacionismo, e onde vários artigos fazem comparações explícitas entre islamismo e cristianismo, como religiões do Livro. Para Fourest & Venner haveria um acordo

entre os ramos fundamentalistas das três religiões, que estaria por detrás de várias ações, vários fatos, enfim, que acontecem nas sociedades.

É necessário ainda que observemos que no Corão constam a grande importância que se deve dar à vida e a proibição do sacrifício humano.

Em entrevista à *Revista Veja* Ed. 1914 (20/07/2005) Ali Mohamed Abdouni, presidente do Conselho Superior para Assuntos Islâmicos no Brasil, afirma: “A palavra Islã significa paz, justiça. Ou, em outra interpretação, submissão total à vontade de Deus. Se uma pessoa se submete voluntariamente à vontade de Deus, ela jamais terá envolvimento com o terrorismo.

“O *Corão*, o livro sagrado do Islã, prega a paz. A guerra só pode ser uma forma de um muçulmano se defender, ainda assim, dentro de seu território. Como alguns grupos islâmicos estão praticando agora atos terroristas, a religião muçulmana é vista no Ocidente como violenta. Ora, o Islã tem catorze séculos de existência e uma história marcada pela tolerância. Se o Brasil, a Espanha e a América Latina são hoje predominantemente católicos, isso se deve à tolerância que prevaleceu nos oito séculos em que o império muçulmano dominou a Andaluzia, na Península Ibérica. Naquele período, o idioma, os costumes e as tradições religiosas locais foram cuidadosamente preservados. O Islã prega uma mensagem de paz e harmonia, e não de guerra e terrorismo.”

Quando *Veja* afirma que o trecho corânico que autoriza os muçulmanos a eliminar infiéis onde os encontrarem é entendido por muitos não-muçulmanos como uma licença para matar, e pergunta se isso é uma verdade, Abdoumi responde que não:

“Existe confusão em torno desse versículo. Essa confusão desaparece quando se lê o texto por inteiro. Ele foi revelado depois que os idólatras romperam um acordo de paz com o profeta Maomé. Ou seja, as determinações expressas no versículo só valeram para aquela situação e contra aquele grupo específico. Prova disso são os templos religiosos milenares dos

judeus e cristãos que permaneceram protegidos e funcionando normalmente durante catorze séculos de governo islâmico. Os fanáticos de todas as religiões, e não apenas do Islã, costumam usar trechos tirados do contexto para justificar suas ações violentas.”

Quanto à proibição de matar um muçulmano, está no capítulo "A Mulher" em (4:93) – "E para qualquer um que matar um crente (muçulmano) intencionalmente, sua punição será o inferno; ele vai morar lá, e Deus vai enviar sua ira sobre ele e amaldiçoá-lo, e preparar para ele uma dolorosa punição". Note que "qualquer um" se refere a crentes e infiéis indistintamente. Esse verso também é claro quanto à isenção de culpa em acidentes, mas não em sentenças de morte.

O suicídio também é proibido pelo Corão. É um erro e não faz parte dos designios de Allah. "E não mateis a vós mesmos! Deus procede misericordiosamente convosco!" (*Sura: as mulheres, verso 29*).

São, portanto, discursos fundamentalistas que devem ser analisados em sua particularidade, e não uma generalização de discursos como autoria de todos os integrantes de uma determinada religião. É a partir do impacto desses discursos que se busca um grau de diferenciação entre o integrismo muçulmano e os outros. Por exemplo, o papel do Estado na Arábia Saudita, atualmente, como inimigo das mulheres, nos traz o problema da esfera pública bastante apropriada pelos muçulmanos, enquanto que cristãos e judeus na maioria das vezes ficam na esfera privada (embora há pouco tempo muitos estados europeus ainda tinham as mulheres em posição de inferioridade e mesmo de minoridade, na esfera pública. Por exemplo, as mulheres passam a votar, na França, apenas a partir de 1945).

Quando Bush declara uma cruzada contra o terrorismo - ao mesmo tempo em que ele mesmo se alimenta de integristas -, na verdade, o que ele quer é agir em nome de Deus, não tendo, deste modo, que prestar contas de seus atos à comunidade dos homens (Fourest & Venner, 2003:289).

Em quase todo o mundo ocidental, nos séculos XIX e XX, sobretudo, se tentou retirar a religião da esfera pública, defendendo-se os valores ocidentais laicos. Entretanto, é possível observar um retorno a interpretações vinculadas a aspectos religiosos, bem como um retorno de manifestações religiosas ostensivas, ameaçando o espaço público que elas ocupam, talvez parte do fenômeno de luta contra a mundialização (Goody, 2004). Cabem aqui considerações acerca de uma hipótese da hegemonia cíclica das ordens dos mitos: língua, religião, geografia ou fronteiras nacionais, de acordo com reflexões expressas por Guisan (2001).

A história da Europa, assim como afirma Marc Crépon em seu *Les géographies de l'esprit*, (Crépon, 1996), foi marcada pelo conflito entre dois princípios: o da Igreja, que detinha a verdade absoluta e se esforçava em conformar a vida dos indivíduos a esta verdade; e o do Estado secular, que tende a realizar seus próprios fins em um mundo finito, se servindo dos indivíduos para a satisfação de seus interesses. Para Crépon, esses dois princípios se desenvolvem e se opõem até que vem o tempo de sua reconciliação: a Reforma, um verdadeiro movimento revolucionário na História. A própria Revolução francesa não teria muito a ver com religião? Haveria, na verdade, uma certa visão missionária (religiosa, cristã) *versus* uma visão pragmática restrita dos interesses políticos do Estado.

Religião e cultura

A religião dos povos pode ser um dos fatores constitutivos de seu caráter, de sua cultura, de seu espírito. A compreensão mais acentuada do mito da religião muda de perspectiva no século XVIII; o descrédito desses mitos se dá com o ideal das Luzes cujas explicações enquadram os povos em uma identidade arbitrária e parcial, privando-os daquilo que faz sua vida própria. O espírito dos povos deve significar sua liberdade e, portanto, sua diversidade. A vida de um povo não deve se exprimir em sua religião, não há mais relação de causa e efeito entre um povo e sua religião. Montesquieu, entendendo que fatores

concomitantes em uma ação recíproca compõem o espírito geral de uma nação, passa a ser a exceção na filosofia do século das Luzes. Crépon se pergunta, deste modo: o espírito está livre de toda caracterização ou é preciso lhe reconhecer também características geográficas e conceber que o pensamento por essência contém as fronteiras das línguas, dos costumes e das religiões? Para ele, a partir do momento em que se tenta conhecer a singularidade de um povo, não se pode fazer justiça a ele, e o conhecimento é reduzido.

Em diálogo entre Paul Ricoeur e Jean Daniel, publicado no *Nouvel Observateur* consagrado às grandes questões da filosofia (1998), Jean Daniel afirma que “As religiões vividas de uma maneira seja setorial, seja estatal, seja civil deram uma força considerável às diferenças, às fronteiras, portanto à recusa, à rejeição”²⁷. Ao que Ricoeur conclui: “É esta espécie de precaução de fechamento que introduz a guerra no religioso, bem como a possibilidade de um desvio, um seqüestro pelo político.”²⁸

Na França, o sistema de República laica, como é sabido, causa muitas vezes conflitos com as diversas religiões, seus símbolos e crenças. Estudos de Willaime (2004), Burgat (2002) e Cesari (2004) nos permitem identificar os fatores em torno da laicidade, especialmente a francesa, de um país que se toma por maior divulgador deste estatuto do Estado republicano. O discurso do nacionalismo xenófobo estigmatiza cada vez mais o islã e toma fôlego na Europa. O não-europeu agora não é mais o judeu ou o latino-americano, o *latino*, em francês, mas o muçulmano. Conforme Bulliet (Op.Cit.) há um ardor atual em ver no Islã um Outro mal visto, o que comporta um forte potencial de tragédia. Ele continua, afirmando que, para muitos ocidentais, há alguma coisa de maldade no Islã. Parece apropriado aqui citar a obra de Meddeb (2002), criticada justamente por seu título: “A doença do Islã”. Ainda para o autor, não se pode dizer que a Europa tenha sido influenciada apenas por Roma,

²⁷ Les religions vécues d’une manière soit sectorielle, soit sectorielle, soit étatique, soit civile ont redonné une force considérable aux différences, aux frontières, donc au refus, au rejet.

²⁸ C’est cette espèce de précaution de clôture qui introduit la guerre dans le religieux, ainsi que la possibilité d’un détournement par le politique.

Jerusalém ou Atenas, mas também por Córdoba ou Bagdá, por exemplo. Há um silêncio evidente sobre a influência cultural muçulmana, caráter tendencioso da leitura das relações islamo-cristãs como hostis e não-produtivas. A tese defendida por Bulliet, no entanto, é de que, muito mais que judaico-cristão, o modelo de civilização islamo-cristã é preferível, pois historicamente Islã e Ocidente não pararam de se assemelhar, mesmo quando seus caminhos se separaram, sobretudo no que toca à separação da Igreja e do Estado, o que não acontece no Islã.

De acordo com a tese defendida por Pierre Guisan, o Islã foi, se se observar atentamente, a real primeira Reforma, bem antes da Protestante. Citando Guisan, o Islã veio para restabelecer a Verdade, desmistificando a tese da divindade de Cristo (mas na verdade, várias seitas consideradas heréticas já haviam dito isso, e, portanto, essa idéia propriamente dita não era tão nova no próprio islamismo); além disso o Islã defende a idéia da predestinação (*Maktub*), não possui hierarquia, como viria a ser depois o sistema protestante, e converteu, pacificamente, vários cristãos, inclusive da África do Norte.

Conforme afirma Bulliet, as duas sociedades permanecem irmãs. E cita os seguintes exemplos: na opinião da maioria dos especialistas em vários países muçulmanos, em que a maioria da população é indiferente, uma fração importante dos muçulmanos (12 a 15% aproximadamente) deseja que um governo islâmico se imponha e faça respeitar uma ordem moral e comportamental que lhe pareça indissociável do fato de ser muçulmano. Uma outra fração, que parece ser da mesma ordem, amaria viver em uma sociedade fundamentalmente laica, onde a vida espiritual relevaria de práticas privadas. Em geral, essas duas minorias se desprezam e disputam a fidelidade da maioria menos ideológica. Os cristãos conservadores da América profunda, minoria não desprezável, se esforçam, por pressão pública, a fazer impor pelo Estado ao conjunto do país suas normas morais fundadas na religião. Uma outra parte se diz fiel aos direitos e liberdades garantidos em sua Constituição, mas ameaçada pelo “direita

religiosa”. Essas duas minorias se desprezam e disputam a fidelidade da maioria. Resumindo, há muito mais similaridade entre as civilizações presumidamente em choque do que se diz e se defende na mídia e em trabalhos científicos. Finalizando, segundo Bulliet, não se pode compreender plenamente o passado e o futuro do Ocidente sem levar em consideração a relação que mantém com seu “gêmeo”, o Islã, há catorze séculos, o que vale também para o mundo muçulmano, além do fato de Islã e Cristianismo serem baseados em um “monoteísmo escritural de tradição semítica”.

Temos, cada vez mais, as *comunidades imaginadas* em torno do islã, e o discurso racista, cujo maior alvo de desprezo é a cultura alheia, não desapareceu. Paralelamente, na França, como afirma François Burgat (1996: 39):

Entrincheirada por detrás da muralha do apego severo (integrista?) aos símbolos da “sua” laicidade, a esquerda vai mostrar-se incapaz de admitir que o universalismo do pensamento republicano possa ser posto em causa e que algures alguém ouse, um dia, tentar escrever um pedaço da História num vocabulário diferente do que ela forjou.

Na França, pode-se dizer, há um verdadeiro sentimento de amor à laicidade, e existe mesmo a noção de ser o país que maior difundiu essa prática, o que, a nosso ver, pode realmente chegar ao status de um integrismo “religioso”, em certos momentos.

De todos os elementos intrinsicamente ligados à formação e à definição de uma sociedade, tais como a língua, os costumes, instituições e atitudes, o fator religioso, a nosso ver um dos mais importantes, é muitas vezes subestimado. Igreja, Estado e sociedade civil estão ligados na construção das sociedades e identidades, e autores que estudaram o nacionalismo, como por exemplo Eric Hobsbawm, se interessaram muito pouco por este assunto (Goody, 2004). A religião será sempre parte da representação da identidade de um povo, e parte da estrutura ideológica do discurso.

Mesmo considerando-se, atualmente, uma constante erosão das dimensões religiosas das identidades coletivas, especialmente pelo distanciamento dos fiéis e pela diminuição formal de pertença a uma religião, pela autonomia do sujeito em sua maneira de viver a religiosidade, do mesmo modo que existe uma perda de fronteiras religiosas, devido à globalização, acreditamos que, ainda assim, há uma identidade coletiva que é sustentada por aspectos religiosos (ao sustentá-los ou ao rejeitá-los) e que, ao mesmo tempo, assimila considerações de rivalidades religiosas. Um grande exemplo disso é o que conhecemos por “limpeza étnica”, que, de um modo geral, baseia-se nas diferenças religiosas. É o caso do hinduísmo e do islamismo na Índia, dos judeus e árabes na Palestina, de judeus e cristãos no holocausto europeu, a crise entre protestantes e católicos na Irlanda do Norte, e, especialmente, o recente conflito entre croatas católicos, cristãos ortodoxos da Sérvia e muçulmanos da Bósnia, todos antes pertencentes à ex-Iugoslávia, em que todos falam línguas semelhantes (sobretudo oralmente), embora historicamente diferentes, possuem origens e culturas comuns, e todos, de certo modo, possuem problemas fundamentalmente de ordem religiosa.

Certamente, não vivíamos mais a identidade nacional estreitamente ligada a uma religião - *cujus regio ejus religio* -, e cada vez mais as pessoas admitem que as outras religiões também possuem sua verdade. Entretanto, enquanto sistema ideológico, a religião impregna profundamente as sociedades e, ao mesmo tempo, as divide. Crer em um só Deus exclui a multiplicidade. Em certas religiões, e mais ainda naquelas que apareceram no Oriente Próximo, essas crenças ligam o indivíduo diretamente ao Criador de seu universo, e por conseqüência, às fontes de suas dores e de suas alegrias. Esta ligação com o Deus Criador possui evidentemente uma ligação com a própria criação de nosso mundo e de nossa espécie, com nossa existência presente e nosso futuro na outra vida. Os ritos de culto (se benzer, colocar um chapéu, juntar ou abrir as mãos, e a postura do corpo em geral) e as concepções da

representação dividem a tal ponto as comunidades (cada uma persuadida que somente seus ritos valem), que se arriscam a atizar o fogo ao menor sinal de tensões (Cf. Goody, 2004: 138).

Durante muito tempo, até os dias de hoje, muitos acadêmicos entendem que a secularização está diretamente vinculada ao progresso das sociedades. Mas, como afirma Mark C. Taylor, “a religião nunca foi tão poderosa ou tão perigosa quanto hoje”. Este poder religioso, no entanto, deve ser encarado dentro do contexto pós-moderno, e não como um retorno aos primórdios da religião. E, deste modo, deve ser estudado a partir de conexões e interdisciplinariedade. Taylor tenta conectar filosofia, religião, artes, cultura, internet, sistemas complexos, política e economia.

Se observarmos o lugar das religiões a partir das representações sociais do ponto de vista da França, podemos entender que, de modo geral, a religião é percebida como o oposto da liberdade e do progresso (Cf. Willaime, 2004). No entanto, mesmo acreditando haver uma singularidade francesa em considerar o lugar e o papel da religião na sociedade, e de viver um regime de laicidade por muito tempo, o próprio autor desta afirmação nos remete ao fato de ser esse esquema extremamente redutor. A narração do 11 de setembro de 2001, transformado em evento midiático, se deu a partir de conotações marcadamente religiosas, o que, em nosso entender, revela a identidade de uma nação; o fato de se utilizar para isso uma língua comum aos leitores (neste caso específico a língua francesa, em jornais que circulam na França) reforça esta noção. A sociedade francesa, bastante marcada pela imigração e pelos descendentes de origem árabo-muçulmana, traz em si um fenômeno dual, inicialmente, pró e anti-islamismo, ou seja, a noção intrínseca do bem e do mal trazido pelo estrangeiro como definidor de identidades; por sua vez, pode-se considerar que, dialeticamente, haveria uma unidade nas oposições. Na verdade, uma vez mais, a oposição é mais um construto que uma realidade; a aceitação e o desprezo em uma realidade sócio-político-cultural.

O exemplo do mundo árabo-muçulmano é muito revelador no que diz respeito ao entendimento da modernidade conceitual de identidade. Tanto a maneira como os povos de religião islâmica se definem, ou como os outros povos os mitificam, de modo geral há uma base dual nestas construções identificatórias. Para Huntington, “os muçulmanos receiam e detestam o poderio ocidental e a ameaça que ele representa para sua sociedade e suas crenças. Eles vêem a cultura ocidental como materialista, corrupta, decadente e imoral” (Huntington, 1996:267).

Para Jocelyne Cesari (op.cit.) é necessário que se analise a imigração muçulmana ao continente europeu e o que ela chama de “momento fundador de um espaço transcultural”. É importante, ainda, para que se compreenda a relação entre cristãos e muçulmanos, analisar as práticas discursivas dos próprios muçulmanos do Ocidente que, em seu entender, são os atores centrais na fabricação do imaginário islâmico hoje (Cesari, 2004:15). O problema maior - ou o que a autora chama de as *ideologias do ódio* -, se apóia nas teses reducionistas do *choque de civilizações* e na retórica anti-ocidental, ou na luta do Islã contra o Ocidente. De acordo com esta hipótese do choque de civilizações, lançada por Huntington e seguida por diversos teóricos, o Ocidente (judaico-cristão) sempre esteve e sempre estará em conflito com o Islã (Bulliet, 2006). Posturas assim tão radicais, no entanto, pertencem a uma minoria, também radical, o que existe em todos os movimentos integristas de todas as religiões. Não se pode, portanto, reduzi-la ao Islã. Além disso, essas *ideologias do ódio* praticamente encontram no Ocidente, por seu contexto liberal propício, o espaço que não encontram em seu próprio país de origem (Cesari, op.cit.:159).

Predomina, devemos entender, um discurso racista, sobretudo na extrema-direita francesa, a partir do início da década de 1980. Esse discurso, denominador comum dos partidos de extrema direita, baseia-se na tese de que existiria uma incompatibilidade de culturas, que o islã é inassimilável à “cultura nacional”.

Há hoje, na Europa, o que se chama *islamofobia*, sobretudo após os atentados do 11 de setembro, e não só como apanagem da extrema direita, mas mesmo entre intelectuais, jornalistas, pessoas de cultura, que “exprimem sem inibição sua aversão ao islã”, como afirma Vincent Geisser (2003), citado por Jocelyne Cesari.²⁹ Para Burgat (1996), há uma propensão do Ocidente, da mídia e especialistas para só perceberem o mundo árabe através de um “prisma deformante do islamismo”, ao mesmo tempo em que existe uma recorrente dificuldade do mesmo Ocidente (geograficamente falando) em compreender as mutações de seu próprio ambiente árabe, numa visão extremamente simplista. No imaginário europeu, e mais especificamente no caso francês, existe a pergunta capital, que precisa compreender a distinção entre um francês “de souche”, “da gema” e um francês de origem estrangeira. Além disso, formou-se uma equação praticamente perfeita e aceita: *banlieues=immigration=Árabes=islã*. O discurso da incompatibilidade cultural soma-se deste modo a uma retórica que considera o islã como inimigo (Cesari, op. cit.: 57). Entretanto, da mesma forma que consideramos necessária uma abordagem ampla para se compreender a identidade nacional francesa, assim acontece com relação ao “mundo árabo-muçulmano”.

Os muçulmanos encarnam, cada vez mais, a alteridade maior nas sociedades americana e européia, são o Outro. Essa consciência do Eu em relação ao Outro muçulmano apareceu já no século XVI, por exemplo, nos escritos do Orientalista Guillaume Postel, considerado como o precursor do diálogo entre islã e cristianismo.

²⁹ Geisser, Vincent. *La Nouvelle Islamophobie*. La Découverte, 2003.

Como afirma Laurent Bonnefoy (2003: 14):

De acordo ao que autores como Akbar S. Ahmed, François Burgat, Jocelyne Césari, Fred Halliday, Jochen Hippler, Karim H. Karim, Elizabeth Poole e Edward W. Said demonstram em seus diferentes estudos, o Islã e os indivíduos ou grupos que praticam esta religião sob suas diferentes formas se vêem frequentemente estigmatizados negativamente nos discursos midiáticos, políticos e acadêmicos. À luz desses estudos, a estigmatização do Islã parece proceder na França, na Grã-Bretanha ou ainda nos Estados Unidos de uma modelização idêntica. Da figura de alteridade, os muçulmanos passam facilmente à de inimizade.³⁰

É exatamente no discurso que se constrói essa mitificação do Outro na figura dos muçulmanos, sobretudo – porém, sabidamente, não apenas – depois dos atentados do 11 de setembro.

A percepção negativa das sociedades islâmicas se fortifica, modernamente, a partir dos anos 1980. O “fenômeno islâmico” era pouco compreendido pelo cidadão comum, confrontado que era a uma série de informações que confundiam islã e política. Há, desde essa época, um discurso anti-islâmico que passa por um processo contínuo de legitimação.

Sabemos, entretanto, que não é possível haver uma generalização das avaliações quanto aos povos que professam a fé muçulmana, sobretudo porque entre eles mesmos existem diferenças. Paralelamente, não se pode insistir no já conhecido esquema de oposição total de identidades: Nós e Eles, ou mais especificamente, *nós-Occidentais*, *Eles-extremistas muçulmanos*.

Antes de tudo, como afirma Cesari (2004:14), e como também entendemos, é preciso quebrar a gaiola de ferro das imagens e representações do islã, por vários motivos. Primeiro, a

³⁰ Conformément à ce que des auteurs tels Akbar S. Ahmed, François Burgat, Jocelyne Césari, Fred Halliday, Jochen Hippler, Karim H. Karim, Elizabeth Poole et Edward W. Said démontrent dans leurs différentes études, l’islam et les individus ou les groupes qui pratiquent cette religion sous ses différentes formes, se voient fréquemment stigmatisés négativement dans les discours médiatiques, politiques et académiques. A la lumière de ces études, la stigmatisation de

história da Europa também se construiu com a participação da cultura árabo-muçulmana, e com ela conviveu por séculos sem os conflitos que, há cerca de 20 anos, tornaram-se mais aparentes e reforçados. Em segundo lugar, porque não se pode definir como extremistas e/ou ortodoxos apenas os muçulmanos, uma vez que ortodoxismos e extremismos existem em toda religião. Em terceiro lugar, muçulmanos, cristãos e judeus possuíram e ainda possuem zonas de confluência cultural que contribuem para a convicção de que os *continua* precisam ser observados, e não somente as fronteiras. Além disso, como já citado anteriormente, o mundo muçulmano é riquíssimo de matizes que não permitem a construção de um mito identitário rígido. Finalmente, é preciso que se reflita sobre a real vinculação dos atentados terroristas à religião: a nosso ver, deve-se observar que existem razões políticas e econômicas muito mais fortes por detrás de atitudes desse porte. Mais especificamente, uma forte necessidade dos religiosos radicais em protestarem em nome apenas da religião, colocando-a acima da primazia política ou econômica de muitos países que professam a fé muçulmana e, obviamente, do Ocidente corrompido pela falta de fé e de moral. O discurso pode também servir para ocultar outros determinantes, como a miséria, fatores políticos, e por isso há a adesão.

A rejeição da cultura árabo-muçulmana

Existe a construção de um mito, ou seja, de que a história européia se construiu em parte sobre a rejeição da cultura árabo-muçulmana. O que não se diz, ou melhor, o que se oculta é o fato de que elementos desta cultura estão presentes na formação da cultura européia. Conforme afirma Alain de Libera, citado por Willaime³¹, o que jamais entrou na história ocidental latina ou cristã e que continua social e escolarmente oculto é, por exemplo,

l'islam semble procéder en France, en Grande-Bretagne ou encore aux Etats-Unis d'une identique modélisation. De la figure de l'altérité, les musulmans passent aisément à celle de l'inimitié.

³¹ Alain de LIBERA, "Fractures en Méditerranée" in Islam contre Islam, Manière de voir, nr. 64, *Le Monde Diplomatique*, juil.-août 2002, p.10.

a filosofia política, o laicismo, o racionalismo reformador do islã e do pensamento árabo-muçulmano cujos ancestrais são, no entanto, pensadores da Andaluzia medieval, como Ibn Badjdja (Avempace), Ibn Toufayl (Abubaker) ou Ibn Rouchd (Averroes).

Do mesmo modo, Libera afirma que esta divisão entre Ocidente e Oriente, tão amplamente decantada e multiplicada, longe de revelar uma separação entre cristianismo e islã foi inicialmente interna no próprio mundo muçulmano com o Estado muçulmano do Ocidente (califado omeiade de Córdoba) oposto ao império oriental dos califas abassídeos de Bagdad. Na verdade, inicialmente nem houve oposição ideológica, uma vez que uma mesma família reinou sobre todo o império e depois na Espanha, num poder único e de uma única dinastia.

Torna-se impossível identificar, historicamente, Europa a Ocidente, impossibilidade que reforça a originalidade de uma cultura europeia rica de heranças religiosas e filosóficas extremamente diversas (Willaime, op. cit.:39). Do mesmo modo, torna-se impossível minorizar a importância dos muçulmanos na Europa Ocidental da atualidade (podemos inclusive citar a importância lingüística para portugueses e espanhóis, sendo que na língua portuguesa há mais de mil vocábulos árabes e na língua espanhola mais de quatro mil). Não devendo nos esquecer que, em sua maioria, os muçulmanos europeus originam-se de antigas colônias ou domínios dos países europeus. Na França, a dominação numérica dos muçulmanos originários do Maghreb está ligada às particularidades do império colonial (Cf. Cesari, op.cit.:25). E o peso da história colonial se manifesta igualmente, por exemplo, no caso dos “harkis”, argelinos que combateram ao lado do Exército francês durante a guerra de independência, muitos tendo sido repatriados com suas famílias para a França, no ano de 1962.

Entre Islã e Ocidente, entretanto, os contatos jamais faltaram. Durante séculos os mercadores europeus fizeram um comércio ativo com os muçulmanos. E a base histórica

comum da sociedade cristã e da sociedade muçulmana não se limita à tradição das Escrituras. Para Bulliet, não se pode compreender plenamente o passado e o futuro do Ocidente sem levar em conta a relação com o Islã há 14 séculos. Da mesma maneira, isso vale para o mundo Muçulmano. As Cruzadas intensificaram, sim, uma relativa hostilidade mútua – muito mais comercial. Mesmo assim, no entanto, não menos importantes foram os próprios contatos comerciais e sobretudo culturais. Na Espanha, por exemplo, os eruditos cristãos aproveitaram os momentos de paz para traduzir em latim os livros árabes e transmiti-los para a França e Itália. Nos estados cruzados e territórios muçulmanos limítrofes, mercadores italianos e nobres da Europa fizeram a experiência direta da vida quotidiana na sociedade muçulmana e levaram para seu país costumes e idéias.

Naquela época, muitas coisas provenientes dos territórios muçulmanos mudaram a vida na Europa em vários domínios: a filosofia (os comentários sobre Aristóteles), a teologia (o averroísmo), a matemática (os números arábicos), a química (pólvora), a medicina (técnicas cirúrgicas), a música (as canções dos *troubadours*), a literatura (os contos que apareceram em obras italianas), a produção (o vidro, o papel, a gravação sobre madeira), a cozinha (o açúcar) e os prazeres da vida quotidiana. Esta influência foi mais forte na Europa do sul, mas as idéias filosóficas muçulmanas também penetraram as universidades da Europa do Norte. Mesmo assim, o que sempre se privilegiou foi o conflito armado e não o empréstimo cultural, obscurecendo o paralelismo da evolução social e religiosa dos dois lados do Mediterrâneo. Os islamofóbicos acusam o Islã de intolerante por recusar a igualdade religiosa plena aos judeus e aos cristãos. Como resposta, os muçulmanos se valem dos longos períodos de coexistência pacífica e mutuamente benéfica nos tempos em que a cristandade latina expulsava as minorias judia e muçulmana e depois se estraçalhava na guerra entre católicos e protestantes. Com a paz de Vesfália, em 1648, a lei canônica da Igreja teve que recuar face ao direito real. As cicatrizes deixadas por anos de matança reforçaram uma convicção crescente: nunca mais o

poder do Estado deveria ser colocado a serviço de uma religião intolerante. A lei islâmica, por sua vez, continuou universal e incontestável; não houve a ruptura entre Igreja e Estado (Buliet, op. cit.).

No trecho que se segue, Jean-Paul Willaime resume, sob seu ponto de vista extremamente atual, toda essa problemática da alteridade, bem como da conhecida e citada tese do choque de civilizações:

A alteridade está no coração da Europa e não é apenas externa. É porque a Europa tem algo a ver com o universal que ela não é redutível a uma identidade qualquer, substancial, que se poderia qualificar de “ocidental”, de “cristã”, e que se poderia desfraldar tal qual uma bandeira.

Não apenas porque o Ocidente transborda amplamente a Europa, mas também porque a Europa não se reduz a sua versão ocidental: o Oriente está na Europa igualmente; não somente porque o cristianismo está hoje em dia muito mais não-europeu que europeu, mas também porque há muitos séculos as terras da Europa foram marcadas por outras culturas religiosas e filosóficas (fontes gregas, latinas, judaicas, árabo-muçulmanas, materialistas...).

São os confrontos, conflitos, diálogos, interpenetrações e fecundações recíprocas que se infiltraram entre essas diferentes culturas que fizeram a Europa e continuarão a fazê-la. (Willaime, 2004: 15).³²

Goody (2004) entende que, mais que uma terra cristã, o continente europeu é na verdade uma encruzilhada de vias de penetração das três grandes religiões do Livro, vindas do Oriente Próximo e originárias de uma mitologia ou de um texto sagrado comuns: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, na ordem cronológica.³³ Todas essas religiões fazem parte da Europa, do mesmo patrimônio, e exerceram influência política e cultural. Longe de estar

³² (...) l'altérité est au coeur même de l'Europe et ne lui est pas seulement extérieure. C'est bien parce que l'Europe a quelque chose à voir avec l'universel qu'elle n'est pas réductible à une quelconque identité substantielle que l'on pourrait qualifier d'occidentale”, de “chrétienne” et que l'on pourrait brandir tel un drapeau. Non parce que l'Occident déborde largement l'Europe, mais aussi parce que l'Europe ne se réduit pas à son versant occidental: l'Orient est en Europe également; non seulement parce que le christianisme est aujourd'hui beaucoup plus non-européen qu'européen, mais aussi parce que depuis des siècles les terres d'Europe ont été marquées par d'autres cultures religieuses et philosophiques (sources grecques, latines, juives, arabo-musulmanes, matérialistes...). Ce sont les confrontations, conflits, dialogues, interpénétrations et fécondations réciproques qui se sont noués entre ces différentes cultures qui ont fait l'Europe et qui continueront à la faire.

³³ Guisan, entretanto, adverte para o fato de que a religião católica medieval, no fundo, não era uma religião do Livro, visto que o Livro era proibido de ser lido; houve um afastamento do Livro.

apenas em Damasco ou em Bagdad, o islamismo sempre se manifestou na Europa, em Córdoba, em Sevilha, em Palermo, em Atenas ou em Budapeste.

Bloqueados em seu avanço contra o Império Bizantino, os muçulmanos se dirigem para o Ocidente, se impõem na África do Norte, submetendo várias tribos berberes e, menos de um século após a Hégira, os exércitos árabo-berberes chegam ao Atlântico. Através do Marrocos chegam às ilhas mediterrâneas e à Espanha. Os Judeus acolhem favoravelmente os árabes da Espanha, são todos pertencentes à religião do Livro, e são pelos muçulmanos protegidos, formando uma grande integração e tempos de paz e harmonia. Os muçulmanos não exigem a conversão das populações hispânicas sob seu jugo, e os chamados moçárabes, cristãos que aceitam a dominação do islamismo, adotam a língua (tornam-se bilíngues) e os costumes dos conquistadores, continuando a exercer livremente sua religião. Sobretudo na região de Toledo, as três religiões constituem um traço importante da sociedade espanhola, percebido até hoje pelas heranças arquitetônicas. Temos também, no recém lançado livro de Mazower³⁴, a história de Salônica, na Grécia, em que as três religiões conviveram em paz por séculos, até a afirmação do estado laico e finalmente com o envio dos judeus para os campos de concentração durante o nazismo. As trocas entre cristãos e muçulmanos podem ser traduzidas em sincretismos culturais excepcionais, como afirma Goody (op. cit.:38), encontrados ainda hoje em festas e no folclore europeu. Outro traço interessante é a exportação de pessoas, através de escravos ou prisioneiros, com os quais muitos muçulmanos se uniam em matrimônio, como podemos ver na narração de A. Maalouf, em seu belo *Léon l'Africain* (1986).

Não se tentou erradicar o Islã; nunca houve perseguição em massa contra os muçulmanos nos reinos latinos, e é apenas no século XVI que há a conversão à força dos muçulmanos, na Espanha, um caso único, como ressalta Henri Bresc (L'Express, 12/12/2002

³⁴ Mazower, Mark. Salônica. Cidade de fantasmas: cristãos, muçulmanos e judeus – 1430-1959. Companhia das Letras, 2007.

p. 57). Mesmo os papas mantêm relações com os soberanos muçulmanos; autores gregos são traduzidos em árabe, a partir do século XII, e os textos árabes são traduzidos para o latim. No fim do século XIII, Raimundo Lúlio, missionário cristão em Maiorca, recomendava a seus leitores cristãos que imitassem os sarracenos, que reinavam sobre a Espanha e a África do Norte, no hábito de nada iniciar sem mencionar primeiro o nome de Deus, conforme afirma Annemarie Schimmel (2002).³⁵ O que se pode supor é que judeus, muçulmanos e cristãos se entendiam sob vários planos, mesmo se suas leis eram divergentes. Bresc (op. cit.), assim como Bulliet (2006), afirmam ainda que, ao contrário do que se imagina, não havia confronto entre Oriente e Ocidente, mesmo durante as cruzadas. Vivia-se uma época pluralista ou multicultural, o que vai contra a tese dos integristas, ou seja, de que seu ódio é justificado pela colonização medieval feita pelo Oriente. “A idéia de uma luta titanesca entre Oriente e Ocidente se deve muito mais às *construções posteriores* (grifo nosso) que à verdade histórica”, conclui Bresc.

Assim é que, desde o século VIII, já se havia estabelecido uma imagem negativa dos muçulmanos (Flori, 2001), numa *construção ideológica deliberadamente construída*, muito mais que por ignorância, indiferença ou convenção literária; o islamismo já era visto como um concorrente temido na Europa, tanto por sua alteridade como por seu poderio militar. Em 711, as tropas muçulmanas atravessam o estreito de Gibraltar, sob o comando de um general berbere, Tarik, que dá o nome ao estreito (Gibraltar = Diebel-al-Tarik ou montanha de Tarik). Eles atravessam os Pireneus, entram na França meridional, onde são vencidos em 720 e depois expulsos em 732 por Charles Martel, entre Tours e Poitiers. Entretanto, a leitura de uma crônica moçárabe, redigida em 741, conta a conquista árabe-berbere da Espanha sem animosidade particular, e apresenta Maomé como um homem sábio, honrado após sua morte como um profeta e um apóstolo de Deus, conforme afirma Flori (2001), a

³⁵ Cada um dos 114 capítulos (*Sura*) do Alcorão se inicia com as seguintes palavras: *Em nome de Deus, o Misericordioso, o Compassivo*. Do mesmo modo, cada muçulmano começa seu trabalho, seja ele sagrado ou profano, pronunciando esta

partir da *Chronica Byzantina-Arabica*, 1,9 e 1,19, éd. J.Gil, *Corpus Scriptorum Muzarabicorum*, 2 vol. Madrid, 1973.

É preciso esperar até a metade do século IX para se deparar com textos violentamente anti-muçulmanos, que, no entanto, são em minoria, e desaprovados pelos cristãos espanhóis, que os vêem como textos ligados a um movimento extremista e fanático, dos “mártires de Córdoba”. Esses mártires são executados em 851, justamente por terem acusado publicamente Maomé de ser um falso profeta. Na Espanha da “dita” Reconquista, bem depois do ano mil, já se pode perceber uma diabolização do islamismo, uma percepção do islã libidinoso e idólatra, estabelecendo os reis cristãos como legítimos e sacralizados, sustentados por Deus em seus objetivos. O termo Reconquista é consagrado para fins de cronologia, mas não é avalizado aqui como um discurso de reconquista. A Reconquista pode ser vista como um conjunto de guerras feudais, e é através do discurso que se faz da guerra feudal um tipo de cruzada, numa invenção “a posteriori”. Através das Crônicas da época, a interpretação recorrente era de que Deus havia castigado por determinado tempo os cristãos, através dos árabes, caldeus ou mesmo antes, através dos visigodos – os Gog (Cf. Flori, 2001: 246-260).

No século XVI, sob Felipe II, os Mouros são levados a se converter ou então a deixar a Espanha. Aqueles que ficam são submetidos a várias regras que visavam enfraquecer sua cultura e tradições. Em 1609, no entanto, nada pôde impedir a expulsão de todos os Mouros da Espanha, levando o país ao começo do declínio, sobretudo pela economia rural que se deterioriza, pela perda dos conhecimentos e técnicas agrícolas das populações muçulmanas.

À parte toda a tecnologia voltada para a agricultura, com seus recursos hidráulicos de irrigação de imensas terras áridas com suas enormes rodas de água, cultura da cana de açúcar no mundo mediterrâneo, do algodão no Egito, podemos citar ainda a grande influência

cultural do islamismo no mundo dito Ocidental, assim como no campo da ciência, astronomia, cartografia, medicina, botânica, farmacologia, filosofia, a fabricação do papel, as artes, arquitetura, música e literatura. A invasão da França pelos árabes é importante para a literatura européia, pela criação da primeira *Canção de gesto*, *La Chanson de Roland*, relatando as bravuras do rei de França que havia guerreado na Espanha.³⁶

O ano mil não marca, portanto, uma transformação radical da história, como muitos historiadores atestam. Essa mudança já vinha sido preparada pela cristandade em relação aos povos não-cristãos, os “bárbaros” pagãos que a “ameaçavam” desde o século VIII. E essa expansão cristã se desdobra até o fim da Idade Média, com a simbólica data de

“(…) 1492, termo da reconquista espanhola, fim da presença do poder muçulmano na Europa mas também a descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo, início da hegemonia espanhola, expansão mundial de seu modo de vida e de pensamento, difusão universal de sua religião” (Flori, 2001: 262).³⁷

A cristandade organiza cruzadas em direção ao Oriente a fim de retomar a Terra santa. Entretanto, e o que nos interessa acima de tudo é que, mesmo que marcada pelas Crônicas, a Reconquista, as Cruzadas ou os *djihad*s, a relação entre o mundo muçulmano e cristão é muito mais rica de trocas comerciais, culturais e filosóficas que guerreiras.

A pluralidade das culturas, a alteridade, as tensões e diálogos constituem a identidade civilizacional da Europa, e notadamente da França. Como afirma Willaime, (op.cit.),

“é exatamente pelo fato de a Europa possuir alguma coisa a ver com o Universal que ela não é redutível a uma identidade substancial qualquer, que se poderia qualificar de ‘ocidental’, de ‘cristã’ e que se poderia levantar esta bandeira”.³⁸

³⁶ Para um relato mais detalhado, ver o brilhante livro de Goody (2004).

³⁷ 1492, terme de la reconquista espagnole, fin de la présence d’un pouvoir musulman en Europe, mais aussi découverte du Nouveau Monde par Christophe Colomb, début de l’hégémonie européenne, expansion mondiale de son mode de vie et de pensée, diffusion universelle de sa religion.

C’est bien parce que l’Europe a quelque chose à voir avec l’universel qu’elle n’est pas réductible à une quelconque identité substantielle que l’on pourrait qualifier d’occidentale”, de “chrétienne” et que l’on pourrait brandir tel drapeau.³⁸ p. 15

A partir daí nos perguntamos: o que é a identidade francesa, quando se define afirmando o distanciamento entre ocidentais e Eles, os muçulmanos?

Por que se identifica terror e islamismo, religião?

A palavra terrorismo, empregada originalmente na Revolução francesa, e hoje entendida como o uso não-autorizado da violência contra poderes estabelecidos do Estado, sempre vem à tona quando há referência aos conflitos entre cristãos e muçulmanos. “Ora, o que alguns chamam de terrorista é para outros um combatente da liberdade” (Goody, 2004: 143). De fato, o uso mais frequente do termo terrorista se dá a partir da apropriação de uma terminologia usada na II Guerra pelo ocupante alemão, que considerava o resistente francês como terrorista. Isso é importante para o discurso jornalístico francês e até mundial, quando durante a invasão americana ao Iraque se começou a chamar os iraquianos resistentes de terroristas. Como bem sabemos, os atos considerados como terroristas ganham legitimidade a partir do momento em que são atos do poder legitimado, ao mesmo tempo em que, aqueles que resistem a ataques desse poder, são eles mesmos chamados de terroristas, muitas vezes. Ao reduzir o adversário a um terrorista, não se faz nada para tentar compreender suas finalidades políticas ou religiosas. Trata-se do inimigo, e ele usa de violência gratuita (Goody, 2004: 146).

Capítulo 2. O acontecimento narrado

2.1. A narração midiática do acontecimento.

A identidade está contida no acontecimento – que é construído.
Charaudeau (2005)

No momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo.
Michel Foucault (2002)

A identidade está contida no acontecimento. Uma vez passado o momento do fato em si, tudo o que temos é o relato, a narração do fato - o discurso de construção do acontecimento -, e a mediação entre o tempo cósmico e o tempo da consciência humana (diferenciação de tempo feita por Paul Ricoeur), preservando a memória dos fatos. O acontecimento em si, no que tange à sua significação, é sempre o resultado de uma leitura, e é essa leitura que o constrói. O acontecimento midiático, entretanto, é objeto de uma dupla construção: a de uma encenação levada a efeito pela transmissão, a qual revela o olhar e a leitura feita pela instância midiática, e a do leitor-ouvinte-telespectador que a recebe e interpreta (Charaudeau, 2005:245).

Podemos entender, portanto, que tudo é narração? O ser humano precisa da narração e da significação que pode conferir aos fenômenos do mundo, e, entre muitas, a habilidade de narrar é um grande diferencial de nossa espécie com relação a todas as outras. No fundo, desde a Antiguidade pelo menos, o homem sempre tentou responder à questão de seu destino desenvolvendo duas atividades discursivas complementares: a narração e o comentário.

Narração (*récit*) e comentário (*commentaire*) estão intrinsecamente ligados, a ponto de os teóricos da linguagem se dividirem, ainda hoje, entre duas posições extremas: os partidários do “tudo é narração” (Ricoeur) e os do “tudo é argumentação” (Ducrot). Fazendo nossas as palavras de Charaudeau (2005), “longe de nós a idéia de opor de modo tão radical essas duas atividades discursivas. Elas o são em sua finalidade, mas no uso comunicativo elas estão intrinsecamente ligadas”.³⁹

A narração – fictícia ou não-fictícia – pressupõe determinados aspectos e características descritos pela narratologia. A narração midiática, embora seja um tipo de narração breve, também contém essas características, mas sua análise mais significativa é essencialmente a da mensagem em si mesma, da tematização e do contexto, e menos a análise de sua estrutura narrativa. Como veremos, trata-se de uma *Diegese* narrativa.

Para Charaudeau (2005), o ato de construir e transmitir um acontecimento, por exemplo, é narração. A narração midiática é bastante persuasiva, utiliza-se de um discurso argumentativo de modo a conquistar seu público e satisfazer interesses da grande indústria que é a mídia. Mas, na imprensa, a narração está em toda parte, seja pelo discurso, seja pelas imagens que se mostram ou pelo recorte que se faz da notícia.

Pires (Tese de Doutorado, 1998) realiza seu trabalho a partir de um corpus discursivo de imprensa seguindo o quadro de descrição semiótica de Greimas, para quem “a narratividade formava o nível fundamental da organização discursiva” (Pires, 1998:28). Greimas valoriza Propp como o primeiro a fazer uma reflexão sobre a organização narrativa do discurso, onde a semiótica francesa viu um modelo que constituiria um “ponto de partida para a compreensão dos princípios de organização de todos os discursos narrativos (Greimas, 1979 *apud* Pires, 1998).

³⁹ Loin de nous l'idée d'opposer de façon radicale ces deux activités discursives. elles le sont dans leur finalité, mais dans l'usage communicatif elles sont intrinsèquement liées.

Propp resumiu em algumas características as situações dos contos maravilhosos, que, entretanto, podem nos ser úteis na análise da narração do acontecimento midiático do 11 de setembro. Para Propp, os contos possuem um herói, um vilão, uma disputa entre herói e vilão, um lugar distante como uma floresta encantada, o herói que vence o vilão ou o herói que é vencido pelo vilão, um vilão que deve ser punido no final da história, o Bem que vence o Mal. Para nós, as narrações do 11 de setembro podem ser consideradas como *narrações heróicas* (Cf. Gluck, 2004: 137), em que o vilão é perseguido pelo herói, depositário do bem e do direito de sair em uma cruzada.

Parece existir na narração, seja de um fato, seja de uma cultura, a tentação em se dicotomizar, em trazer aspectos ideológicos para o discurso de maneira binária.

Imediatamente após os atentados terroristas ao WTC em setembro de 2001, a mídia do mundo inteiro relatou, publicou notícias, comentários e análises do acontecimento, transmitiu imagens que se fixaram em nossa memória. Na mídia impressa francesa a grande manchete recaiu sobre a complexa questão do fundamentalismo islâmico, do anti-islamismo e com o uso da pronta referência ao modelo do choque de civilizações. Todos os estereótipos vieram à tona, facilmente, para conduzir a narração dos acontecimentos. Isso nos leva a um questionamento, sobre a possibilidade de a narrativa jornalística instalar manipulação na sociedade à qual é veiculada, ou, como é cada vez mais o caso, na escala planetária de sua influência, produzindo mitos em escala global, e atingindo o que Joseph Jurt acredita ser uma realidade: *o homem único*.⁴⁰ Em nossa opinião, a mídia manipula, ao mesmo tempo em que recebe *inputs* que a levam a reproduzir ideologias, crenças e opiniões de um determinado grupo, que será o público alvo.

⁴⁰ Em conferência proferida durante o I Simpósio Internacional de Letras Neolatinas, UFRJ - setembro 2005.

A narração dos ataques terroristas às torres gêmeas em NY na imprensa escrita francesa pode ser vista dentro do âmbito das *narrações heróicas* (Cf. Gluck, op.cit.); a dicotomia bárbaros/civilizados foi colocada em perspectiva, na grande guerra do Bem contra o Mal. Havia necessidade de heróis e vítimas, e, claro, de um oponente. Para Carol Gluck, o chamado *récit héroïque* (narração heróica) se dá na guerra do bem contra o mal. Imediatamente após os primeiros ataques, só se tinha a informação bruta e as imagens, não se tinha a narração, ou melhor, não se tinha o controle dos fatos (Gluck, 2004:136). Para Gluck ainda (idem: 136),

a narração heróica emerge, seja durante, seja imediatamente após um acontecimento dramático ou traumatizante. A narração é heróica na medida em que o acontecimento tem uma dimensão ampla, os agressores e as vítimas são claramente identificáveis e a trama narrativa não sofre nenhuma ambigüidade ou ambivalência.⁴¹

Num primeiro momento, autoridades oficiais evocaram o fato de ser um ataque geral “contra a civilização”, tornando-se depois o foco para os Estados Unidos. Entretanto, o mito do choque civilizacional permaneceu no imaginário das pessoas.

Apesar de se ter a crença em um ilusório choque de civilizações, da luta de opostos, ignora-se que por detrás da impressão de integristas judeus, cristãos e muçulmanos estarem em guerra, na verdade sonham com um mundo muito parecido, povoado pelos mesmos valores (Fourest & Fiammetta, 2003). Temos no próprio integrismo a grande chave para entender que só se pode compreender aquele que é assimilável dentro de certos padrões, que o diferente só pode existir enquanto houver chance de ser como *Eu*.

⁴¹ Le récit héroïque emerge soit pendant, soit immédiatement après un événement dramatique ou traumatisant. Ce récit n’est héroïque que dans la mesure où l’événement a une dimension ample, les agresseurs et les victimes étant clairement identifiables et la trame narrative ne souffrant aucune ambiguïté ou ambivalence. (Gluck, 2004:137).

Mais uma vez, retomamos a idéia dos mitos, dos simulacros, das *poderosas entidades mito-ideológicas* (Cf. Arkoun, 2004) que, na narração de um acontecimento, mais especificamente em textos jornalísticos, nem sempre estão em relação com o fato representado, mas ao trabalho de *ordenamento do sentido* (Cf. Charaudeau, 2006) ao qual se entrega o sujeito. O discurso, ao representar, transfere uma série de mitos para o texto, modificando a realidade (Ivanič, 1998). Além disso, deve-se atentar para a imagem, que normalmente é construída a partir do afastamento temporal da informação de seu referencial.

Entendemos, como afirmado anteriormente, que um sistema precisa de organização e comunicação, para que produza sentido. E esse sistema organizado é múltiplo, em que a pluralidade vai e vem, comunica-se

Como afirma P.Charaudeau, em sua *Grammaire du sens et de l'expression* (1992), os modos de organização do discurso constituem os princípios de organização da matéria lingüística – princípios que dependem da finalidade comunicativa do falante – e são: enunciativo, argumentativo, descritivo e narrativo. Após análise desses modos de organização do discurso, podemos entender que o discurso midiático é basicamente argumentativo-narrativo, além de, obviamente, descritivo, no sentido de ser informativo. A descrição, mesmo que objetiva, como assim o quer a mídia, de um modo geral, depende das ideologias. O modo de organização narrativo caracteriza-se por uma dupla articulação: a organização da lógica narrativa, construção de ações sucessivas que seguem uma lógica e formam uma história, e a organização da representação narrativa, que faz com que esta história se torne um “universo narrado”. Esse universo narrado é dito através de um sujeito narrador, que por sua vez está ligado ao destinatário por um contrato de comunicação.

O modo de organização argumentativo está voltado para o tema do ato de linguagem. Para Charaudeau, a argumentação de um texto pode estar escondida até mesmo no que não foi

dito. Para Charaudeau (2005: 12), “a informação é essencialmente assunto de linguagem e a linguagem não é transparente para o mundo: ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo”.⁴² Ainda segundo Charaudeau (idem: 12), “as mídias são espelhos que, deformando, refletem, embora cada um a seu modo numa parcela simplificada, amplificada, estereotipada do mundo”.⁴³

Todo texto produzido é portador de efeitos de sentidos possíveis. Mas esse sentido é feito pelo sujeito “linguageiro”, pois é falando que o sujeito confere aos fenômenos uma significação. Como o sujeito languageiro é duplo, o olhar que estrutura o acontecimento também é duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significante, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência da inteligibilidade (Charaudeau, 2006:96).

Analisar as práticas e as representações deste espaço põe uma problemática de ordem sociológica. Por isso a existência de vários estudos, sendo um deles o estudo dos discursos que definem as intenções e justificam as práticas organizacionais.

Deste modo, segundo Charaudeau (ibidem) toda análise de um texto é somente a análise de possíveis interpretativos, “possibles interprétatifs”. Todo artigo de jornal será pleno de efeitos possíveis dos quais uma parte somente corresponderá às intenções mais ou menos conscientes dos atores do órgão de informação e uma outra corresponderá ao sentido construído pelo receptor. A percepção do sujeito está inscrita numa rede que estabelece através de sua própria experiência, entre diversos sistemas de pensamentos e crenças e numa rede de significações sociais.

⁴² L'information est essentiellement affaire de langage et le langage n'est pas transparent au monde: il présente sa propre opacité à travers laquelle se construit une vision, un sens particulier du monde.

⁴³ Les médias sont des miroirs qui tout en déformant témoignent malgré tout chacun à sa façon d'une parcelle amplifiée, simplifiée, stéréotypée du monde.

O fato existe, mas sua significação evenemencial depende do sujeito. No caso dos atentados do 11 de setembro, houve os ataques e a destruição dos prédios do WTC em Nova York, isso é o fato. Mas sua significação evenemencial – se foi um ato de fundamentalistas, um ato de muçulmanos que odeiam o Ocidente, um ato de vingança de bin Laden ou Saddam Hussein, uma mensagem contra o Império americano – depende do olhar interpretante do sujeito, de suas ideologias e crenças.

O universo da informação midiática é um universo construído. Não é, como se diz muitas vezes, o reflexo do que se passa no espaço público – ele é o produto de uma construção. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto. A instância midiática impõe ao cidadão uma visão do mundo que é ordenada por si mesma, mas apresentada como se ela fosse natural ao mundo.

A questão do acontecimento é muitas vezes mal colocada no domínio das mídias. O mundo a ser comentado passa por um trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em um mundo comentado. O acontecimento se encontra no “mundo a comentar” – como surgimento de uma fenomenologia que se impõe ao sujeito. Mas nunca é transmitido na instância da recepção em seu estado bruto. Por sua significação depende do olhar que se põe sobre ele, olhar de um sujeito que o integra em um sistema de pensamento e assim o fazendo o torna inteligível. O olhar que estrutura o acontecimento é duplo: o olhar do sujeito produtor - o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significativo; o olhar do sujeito intérprete - que reestrutura o acontecimento precedentemente significado de acordo com sua própria competência de inteligibilidade.

Existe uma passagem que liga o acontecimento ao processo *evenemencial* (Cf. tradução do termo original de Charaudeau por Angela Corrêa, 2006). Não é o acontecimento enquanto tal o interesse de uma disciplina do sentido, mas o *processo evenemencial* do qual convém precisar as condições de distinção, de reconhecimento.

Para que o acontecimento possa ser *reconhecido, distinguido*, é preciso que se produza uma modificação no estado do mundo fenomenal gerador de um estado de desequilíbrio, que esta modificação seja percebida pelos sujeitos e que esta percepção se inscreva em uma rede coerente de significações sociais por um efeito de *pregnância* (Charaudeau, 2005).

É preciso que alguma coisa aconteça, ou seja, que de uma maneira ou de outra algo produza uma ruptura na ordem estabelecida e provoque o desequilíbrio nos sistemas que fundamentam esta ordem. Nas palavras de Charaudeau: é a descontinuidade no continuum do estado do mundo, da desordem em um estado de ordem. O problema que se coloca é a relação que se estabelece entre o que surge no mundo fenomenal e o trabalho de ordenamento (*ordonnancement*) do sentido ao qual se direciona o sujeito. Neste trabalho o sujeito tem dupla faculdade:

1. perceber os fenômenos através de uma experiência direta, ainda não conceitualizada (isso se se decide reservar conceitualização à operação da linguagem);
2. estruturar o mundo comentando com a ajuda da linguagem.

Charaudeau entende que o acontecimento relatado (o tratamento discursivo que se dá à notícia) compreende fatos e ditos. O fato relatado é objeto de uma descrição, de uma explicação e de reações. Interessa-nos aqui sua abordagem do que entende por descrição. O sujeito que relata um acontecimento opera uma encenação discursiva e, ao mesmo tempo, constrói uma “diegese narrativa”, cujo papel é o de construir uma história segundo um esquema narrativo intencional. Trata-se de construir uma narrativa, um narrador (a diegese evenemencial existe sem narrador, mas não a diegese narrativa), e um ponto de vista (não há narrativa sem ponto de vista).

A busca pela problematização do sujeito enquanto efeito ou produto de um processo parece bastante apropriada para a compreensão das narrações que se fazem dos

acontecimentos e do modo como se dão as relações entre o *Eu* e o *Outro* no âmbito destas narrações. De modo geral, é possível observar a presença de uma lógica binária e de uma imagem de luta de opostos. Essa dualidade atinge as análises e a narração do acontecimento, e, possivelmente, cria a grande metáfora do Bem e do Mal. A visão que o Ocidente tem dos fatos reflete, de modo geral, um embate, uma dualidade, e por conseguinte, o choque, enquanto que no Oriente tem-se a predominância da imanência e da visão de um grande círculo, no que diz respeito a análises da vida e da morte. Porém, uma vez mais, esta é ainda uma visão dicotômica e errônea, pois, na verdade, em cada mundo existem vários mundos; a polaridade esconde pluralidades e complexidades muito mais importantes que a superficial análise dos opostos.

Além disso, acredita-se que na narração é possível o exercício da autoridade e da referenciação. Quando vejo o Outro a partir de um mesmo referencial, reduzo suas possibilidades. Na busca pelo reconhecimento, o indivíduo é modelado e sua singularidade perde espaço.

Rejeitando-se a predominância da dicotomia e a idéia de opostos na compreensão dos acontecimentos, pode-se buscar na narração pontos que permitam observar a descontinuidade do processo de reproduções rígidas de estruturas. Assim, através da linguagem é viável chegar à diversidade e à pluralidade.

Trabalharemos na análise do corpus basicamente com o que entendemos ser as estratégias da narrativa, conforme estudadas nesse capítulo, ou seja, a nosso ver: narrações heróicas; entidades mito-ideológicas; ordenamento de sentido; e estrutura de tópicos temáticos.

Ao mesmo tempo, queremos responder à pergunta: como trazer o Outro para a narração de um acontecimento e ao mesmo tempo preservar sua singularidade? Basicamente, é

possível crer que, no campo da narração, é através do narrador – não enquanto um indivíduo, mas enquanto compilador de várias vozes – de um acontecimento.

2.2 Mídia e a experiência do acontecimento narrado. Circularidade.

A narração midiática possui algumas características particulares, que a diferencia da ficção, por exemplo. Trataremos desse assunto a partir das observações de Charaudeau (2005). Para Charaudeau, cada vez que se quer narrar, reportar um acontecimento depara-se com o problema da relação entre realismo e ficção, sendo que a instância midiática possui algumas restrições particulares que correspondem aos problemas situacionais do “contrato de informação”. Deste modo, podemos compreender que a instância midiática não é livre, como na ficção, para inventar uma história. Parte-se do fato de que um acontecimento, ao chegar para a instância midiática, já está com significados de outra instância de informação (a Agência de notícia, por exemplo). O jornalista interpreta e analisa o acontecimento a partir daí, bem como em função de sua própria experiência, racionalidade, cultura. Tudo, é claro, combinado às técnicas próprias de seu métier (cf Charaudeau, 2005:127).

Assim, o acontecimento se transforma em narrativa midiática através de escolhas efetuadas a partir de uma série de roteiros possíveis. Precisa-se levar em conta, ainda, as restrições e as possibilidades do suporte (imprensa e papel; rádio e ondas sonoras; televisão e imagem) pelo qual deve passar a narração. É possível dizer que a instância narrativa se institui em “mega-narrador” (ou mega-narrador midiático), composto que compreende a notícia e a redação que insere a notícia em uma certa *mise en scène*. (termo tomado de empréstimo a Benoît Grevisse e usado inicialmente por André Gaudreault, Cf. Charaudeau, op.cit.:157), numa composição que compreende a fonte da informação, o jornalista que redige a notícia, e a redação, que insere a notícia nessa *mise en scène*.

Relatar o acontecimento é *construí-lo midiaticamente*. No mesmo instante em que é relatado constrói-se uma notícia em um espaço temático do jornal (a *mise en scène*).

Para Charaudeau, o acontecimento compreende os fatos e o dito. Quanto ao fato, é objeto de uma descrição, uma explicação e de reações. Como podemos ver a seguir:

Descrever um fato depende, em parte, do que Charaudeau cida como o potencial diegético, e por outro lado, depende de uma “diegese narrativa”, ou da *mise en scène* discursiva que o sujeito opera. Esse *potencial diegético* poderia ser explicado como as possibilidades da narração vinculadas a uma unidade de tempo não delimitada por antecipação e um espaço que deve ser percorrido de maneira linear. A diegese narrativa não existe sem narrador e sem ponto de vista.

Explicar um fato é tentar dizer o que o motivou, quais foram as intencões de seus autores, as circunstâncias que o tornaram possível e, enfim, as conseqüências previsíveis. Toda narração se sustenta não apenas pela lógica dos fatos mas também por sua conceitualização intencional, construída ao redor de diferentes questões e de respostas a essas questões: a origem, ou por que as coisas são como são; a finalidade, ou em que direção vão as coisas; o lugar do homem no universo, ou por que o homem é assim no meio de todas as coisas. Não se pode aqui confundir essa busca a respostas com o acontecimento comentado. Trata-se apenas de fornecer causas e conseqüências diretamente e estreitamente ligadas ao fato (sem análise ou comentário).

Descrever as reações ao fato é também uma tarefa necessária. É o jogo de inter-relações entre os diferentes atores sociais que a mídia tem obrigação de descrever, pois testemunha (este jogo) o funcionamento democrático da sociedade.

Interessante observar, enfatizando a atualidade do assunto dessa tese, o artigo publicado no *European Journal of Communication* (Machill, Köhler and Waldhauser, 2007)

em que se trabalham aspectos da narratividade sob uma diferente ótica da utilizada em nossa pesquisa. Pelo fato de se notar que boa parte do conteúdo de notícias nem sempre é retido pelo público alemão, foi feito um experimento e se concluiu que é possível otimizar os níveis de retenção e compreensão de notícias de televisão através de formas narrativas específicas para o conteúdo dessas notícias. Ao invés de se observar a narração na construção do acontecimento em artigos jornalísticos, o estudo da narração foi colocado a serviço do discurso da mídia e em prol do telespectador.

2.3 O Outro narrado: um inimigo necessário?

*Comment la pensée pourrait-elle
réellement prétendre appréhender l'autre, le tout autre, sans étonnement ?*
Derrida (1987:32)⁴⁴

*Pourrons-nous refouler les monstres qui
sont en nous par la vertu de l'amour et de la fraternité ?*
Morin (2001:275)⁴⁵

Desde a Grécia Antiga existe o interesse pelo Outro. E, aparentemente, este interesse, que se assemelhava ao olhar crítico e interrogativo que lançavam sobre si mesmos, nasceu com os gregos. Antes dos gregos, e mesmo nas demais civilizações não-gregas, os outros eram considerados inferiores, perversos, maus, desleais (Hartog, 2004). Para Hartog, os gregos, pela primeira vez, encontraram a capacidade de se colocar distantes o suficiente e assim se conhecer. O olhar sobre os outros se deu sob a perspectiva de que este Outro era apenas um outro aspecto. Nessa época, aproximadamente no século XV ou XVI a.C., ainda não se pensava em termos dicotômicos gregos/bárbaros, o que se dará mais tarde na época Homérica, entre o sexto e o quinto século a. C. Em suas aventuras, Ulisses – o que sai pelo mundo e experimenta a *alteridade radical* –, ainda segundo Hartog, percebe os outros como todos os que simplesmente não são gregos. Estes últimos foram bárbaros um dia, mas se tornaram gregos; os bárbaros, por sua vez, são os que continuaram bárbaros. Heródoto narra o par formado por bárbaros e gregos, um se definindo a partir da oposição com o outro.

⁴⁴ “Como o pensamento poderia realmente pretender apreender o outro, sem se espantar?”

⁴⁵ “Poderíamos, através da virtude, do amor e da fraternidade, afastar os monstros que estão em nós?”.

No entanto, será uma definição com bases políticas. Para os gregos, bárbaros eram os povos vivendo sob a tirania de um rei, isto é, a barbárie era um conceito político, não moral ou cultural. Apenas entre os séculos quarto e terceiro a diferença a partir dos traços culturais se acentua.

Importa-nos aqui, certamente, a comparação que se faz entre o selvagem e o civilizado, a noção da já antiga necessidade do Ocidente em observar e relatar o Outro a partir da dualidade. Conta-nos Hartog o conselho dado por Aristóteles a Alexandre: seu aluno deve tratar os gregos como amigos, os bárbaros como inimigos. Mas, cabe aqui também a figura de Erastótenes, sábio alexandrino, para quem os critérios para se ver o Outro devem ser morais – a virtude e a maldade. Gregos podem ser maus tanto quanto bárbaros podem ser ‘civilizados’. Esta bela passagem é importante especialmente para que compreendamos a perspicácia do grande sábio em perceber o vínculo que se trava entre o mal e o Outro, em que o diferente é moralmente inferior. Normalmente, ele percebeu, não se diluem as fronteiras, não se permite a multiplicidade.

O mal

Se observamos a possível origem do mal, talvez cheguemos à conclusão de que o mal essencialmente vem do estrangeiro, o mal é o Outro, que, por sua vez, é parte da definição do Eu, ou seja, diante da visão dicotômica que se possui, uma parte do par opositivo só tem significado enquanto a outra parte existe. Parece difícil a aceitação da diferença em si mesma, sem a necessidade de sua compreensão. Santo Agostinho, no entanto, refuta a idéia dualista do mundo sendo governado por duas entidades, uma boa, outra má. Para ele o mal não é substância. Ele existe, mas não como princípio (Cf. Arendt, 1999).

Esse *inimigo* que é o Outro tem várias funções, entretanto. Ele é o par que permite a existência do Eu. Quando se vê ou se narra o Outro como inimigo, é por uma necessidade

deste oposto. Não podendo haver reconhecimento neste diferente, passa-se a um processo de tentativa de torná-lo reconhecível, ou então de destruí-lo. Mas nem tanto, visto que, se o Outro é destruído, o Eu não pode mais existir, dentro desta perspectiva dualista.

Para Paul Ricœur, em entrevista à edição especial do *Nouvel Observateur* ⁴⁶, no entanto, o homem só existe na pluralidade das culturas, das línguas, das religiões. Como descobrir a *estrangeirice* em nós mesmos, como ser estrangeiro simbolicamente? Pois, somente então, poderemos *não anular* a diferença. Ricœur elabora sua resposta a partir da analogia entre o mundo estrangeiro e a hospitalidade⁴⁷ através da língua. Receber a língua estrangeira em sua casa e habitar a língua do Outro: cria-se então o direito de ser recebido em outro país como amigo, justamente porque a hospitalidade não anula a diferença.

Os conflitos gerados pela visão do que não é idêntico – o diferente, o estrangeiro – podem existir também dentro de uma mesma etnia, uma mesma crença, e, neste caso, o mais próximo é mais estrangeiro que o estrangeiro. O estrangeiro pode estar longe bem como perto. Geograficamente perto, essencialmente distante.

Neste ponto, a diferença e a representação deixam de estar em lados opostos. É preciso para tal evitar entender os diferentes pontos de vista sob a ótica da dualidade e da dicotomia. Na busca por encontros não se pode fazer de outra forma que admitindo as diferenças, sem opô-las.

A questão do sujeito

A questão do sujeito é ponto essencial para a busca da compreensão do Outro, e está vinculada à complexidade de uma sociedade em questão. O questionamento sobre o sujeito nos leva a problemáticas como a da identidade, do indivíduo e da pessoa; e, ao mesmo tempo, à sua relação com a alteridade, o Outro. O sujeito, para Stuart Hall (2006), previamente vivido

⁴⁶ Le Nouvel Observateur. Les Grandes Questions de la Philosophie. Edition Hors-série, nr. 32. 1998.P. 8-13.

⁴⁷ *Hospitalidade*, termo presente na produção filosófica de Jacques Derrida.

como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Segundo Hall, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. O sujeito moderno emergiu num momento particular e tem uma história, segue-se que ele também pode mudar e, de fato, sob certas circunstâncias, podemos mesmo contemplar sua “morte”. As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e estruturas. Antes se acreditava que essas eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais. O surgimento do modernismo faz emergir um quadro mais perturbado e perturbador do sujeito e da identidade (Hall, 2006: 32).

Podemos refletir, entretanto, se a noção de sujeito é uma especificidade ocidental, e se poderíamos analisar o sujeito no islã através de nossas próprias análises. Para Al Jabri (1997), os pesquisadores orientalistas, conscientemente ou não, proferem um discurso a partir de um ponto de vista exterior, o do sujeito europeu. Quando, para descrever ou apreender o Outro, o sujeito se limita a seu próprio sistema de referência, ele se condena a não poder jamais apreender as noções em jogo em seu verdadeiro alcance, e a cometer contrasensos.

Para Al Jabri, no entanto, uma atitude intracultural não deve ser entendida como um fechamento em si mesmo. O sujeito não pode existir sem uma coletividade de referência, é neste contexto que a idéia de sujeito pode se emancipar da inexorável dualidade do Bem e do Mal. O sujeito para o islã parece privado de voz, afônico ao ponto de ser enigmático. Há um lapso do sujeito no islã; o sujeito está ausente de si mesmo (“Eu penso, logo Ele é, Ele sendo Deus), desconectado da realidade do “Eu penso, logo sou”, de acordo com Malek Chebel

(2002). O que é um muçulmano e o que é um árabe? Um pode ser tomado como o outro e vice-versa? Segundo Chebel (op. cit.), a essência do islã traduz antes de mais nada o ser árabe, enquanto falante da língua árabe, a filiação linguística sendo tão importante como a recepção efetiva do Corão, uma vez que muitas interpretações estão intimamente ligadas à psicologia da língua árabe. A língua antiga dos árabes, segundo a interpretação de Chebel para o islã, transmite o islã e veicula uma parte de sua consciência, suas representações mais elaboradas e seu temperamento. A existência do Outro necessário no islã está vinculada à idéia do demônio – Ibliss ou chaytân – uma das figuras mais complexas e ambivalentes das representações muçulmanas (Chebel, 2002:122). Do ponto de vista do imaginário, essa entidade paradoxal encarna o Outro em toda sua medida. E enquanto o Outro, garantia positiva da identidade do Um, Satã se revela uma sanção enigmática da singularidade à qual aspira o crente, sem poder chegar a ele.

Entendemos que o Eu está sempre em relação necessária com um Outro, sobretudo uma relação de negação do Outro, ao mesmo tempo que a aniquilação do Outro é impossível, uma vez que ele é necessário para a existência do Eu. O Ocidente, representado pelos Estados Unidos, esteve sempre em busca de seu famoso espelho, de um Inimigo total, e, após encontrá-lo, utiliza a estratégia de diabolizar o adversário, exagerando seus perigos. Após a queda da ex-União Soviética, os analistas ocidentais não pararam de se perguntar qual seria o inimigo do Ocidente em substituição ao comunismo. O fim de uma guerra (a guerra fria) era o começo de uma outra: como se o Eu do Ocidente só pudesse se afirmar através da negação do Outro. El Jabri se pergunta: Somos condenados a permanecer prisioneiros da lógica que não concebe relações com os outros que através de termos que apelam para a hostilidade, tais como perigo, choque, conflito, ameaça, etc.?

Filosofia do reconhecimento

Paul Ricoeur (2004) entrevê três momentos do que chama *filosofia do reconhecimento*: a) o reconhecimento como identificação; b) reconhecer-se a si mesmo; e c) o reconhecimento mútuo. No primeiro estudo, o reconhecimento como identificação, Ricoeur percebe o sentido mais ativo e mais epistêmico do reconhecimento: eu reconheço uma coisa quando não me ligo no que ele é, quando eu a distingo do que ele não é. O ato de identificar não se dissocia do de distinguir. O reconhecimento de si mesmo, o olhar para dentro de nós mesmos – momento que, entretanto, segundo Ricoeur, traz em seu conceito o de distinção e de alteridade – Ricoeur coloca o reconhecimento no centro da questão da ipseidade. O terceiro momento, ou o reconhecimento mútuo, o reconhecimento de uns pelos outros, que coloca no ápice a alteridade, é um caminho árduo. Segundo ele, nada é mais árduo que a estima social.

De um modo geral, para as nações européias e para os Estados Unidos, o Outro na contemporaneidade é o árabe e o muçulmano, com toda uma carga imaginária muitas vezes errônea e focada apenas no aspecto fundamentalista da religião muçulmana. O xenofobismo e o islamofobismo estão presentes em várias situações do cotidiano, bem como na mídia, nas reportagens e em muitos discursos. Entretanto, como já vimos, o islamismo, tanto quanto a cultura celta ou romana, faz parte da formação cultural européia, e a concepção de que não há uma integração cultural é apenas mais um argumento a favor da construção do mito do choque civilizacional.

A narração do árabe e do muçulmano no mundo conhecido como ocidental está baseada em uma visão dualista. O islã e o árabe têm suas próprias representações numa persistência fragmentária, e, no entanto, poderosa e ideologicamente corrente, segundo nos afirma E. Said (1995). No século XX, especificamente, é depois da guerra de 73 que o árabe aparece como algo mais ameaçador. Os povos de origem árabe eram vistos como semitas,

numa alusão de que os semitas estavam por trás de todos os “nossos” problemas (no caso em questão, a falta de gasolina, sendo que com a guerra os cartéis ocidentais tenham lucrado muito mais que os principados e protetorados árabes). O povo árabe é narrado com um valor negativo intrínseco. Ao mesmo tempo, é narrado sempre em grandes números, sem uma individualidade. São Eles, os Outros, literalmente.

Assim ocorre no ano de 2001, no atentado do 11 de setembro. Além disso, as próprias vítimas são tidas como um bloco, fala-se pouco delas, transformando o Estado americano na grande vítima, falando-se muito mais nos algozes, Eles, *os loucos islamitas*. Como sabemos, o fundamentalismo religioso é atualmente uma fonte de identidade surpreendente, forte e influente (Castells, 1999). O fundamentalismo pode ser encontrado em qualquer religião do planeta; entretanto, existe uma tendência no imaginário ocidental a ver o muçulmano como representante deste fundamentalismo que leva, inevitavelmente, ao terrorismo. Esse Outro diabolizado toma para si a culpa de todos os males; e, ao mesmo tempo, há uma manipulação a partir da qual todo muçulmano – e não apenas os fundamentalistas – estaria particularmente favorável e simpático às ações terroristas contra o Ocidente. Nota-se uma tendência a transformar todo árabe ou todo muçulmano em um simpatizante das causas terroristas baseadas no fundamentalismo religioso islâmico, o que, por sua vez, aumenta os índices de islamofobismo nas sociedades ocidentais.

Para El Jabri, tudo não passa de uma odisséia ocidental para procurar o seu famoso espelho, o Inimigo Total, diabolizando este adversário. Da idéia hegeliana de afirmação identitária através da negação do outro, temos muito mais esta lógica de não se aniquilar o adversário, pois sem ele não se teria a visão narcisística do Eu. Deste modo, retirando a individualidade do Outro, tem-se a própria percepção da identidade. Ainda para El Jabri, os árabes estariam sempre dentro de uma lógica que se interessa por perigo, choque, conflito e ameaça, uma visão desconfiada, diabolizante, desprovida de toda objetividade e realismo. E aí

estaria a chave da construção da narração deste Outro. Sem a *ética do diálogo*, que, por sua vez, seria o grande resumo do que se propunha Averroes – o diálogo cultural, o princípio do direito à diferença. Nem sincretismo, nem separação radical, mas o respeito às diferenças. De acordo com El Jabri, a chave de um mundo que não seja entendido através dos moldes do choque de civilizações está no modelo de diálogo, que ele vai encontrar em Averróis. Trata-se de um modelo realista que se dirige ao Outro como ele se apresenta diante de nós e não como é visto em uma idéia enganosa. Ao mesmo tempo, é um princípio do direito à diferença, permitindo a cada um conservar sua identidade e sua distinção histórica, cultural e racial. Esse modelo permite ver, sentir e dialogar com o outro sem preconceito negativo e fictício. É a ética do diálogo.

Averroes colocou bem o problema da relação com o Outro, que hoje é para nós o problema da “contemporaneidade” (ao passo que o Outro representava na época, para Averroes, os sábios antigos da Grécia) (Cf. Al Jabri, 1997:163). Ele o tratou de uma maneira científica. Para ele, se as regras do raciocínio foram estudadas de modo mais perfeito pelos Antigos, independentemente de sua religião, devemos tirar muito de seus livros, para ver o que disseram a respeito. É preciso estar sempre com uma consciência crítica.

Capítulo 3. Discurso de imprensa

3.1 Escrita, representação e transmissão

*Plus le monde des objets, des outils
s'unifie, plus le monde des réflexes, des cultures, des appartenances se
diversifie.*
Régis Debray (1998).⁴⁸

Pour qu'une chose existe elle a besoin d'être 'informée'.
J.Yves Leloup (2006)⁴⁹

Da transmissão oral, passando à possibilidade de escrita à mão, à invenção da imprensa tipográfica até chegarmos à internet, o ser humano busca sempre uma possibilidade de comunicar, mas, muito mais que isso, transmitir, tratar e elaborar o conteúdo de sua transmissão, argumentar e convencer.

Para o presente estudo – análise de fenômenos discursivos a partir de textos de imprensa escrita – cabe lançar um olhar específico sobre a própria mídia, levando-se em consideração a existência de uma evolução das tecnologias através dos tempos, até a chegada dos novos *mídiuns*⁵⁰, responsáveis por uma 3ª revolução tecnológica, portadores de uma maior conscientização do oral e das modificações introduzidas anteriormente pela imprensa e pela escrita (Maingueneau, 2002). Além disso, torna-se necessário maior entendimento do conceito de comunicação e seu papel na busca do homem por seu *Eu*.

⁴⁸ Mais o mundo dos objetos se unifica, mais o mundo dos reflexos, das culturas, das pertencas se diversifica. .

⁴⁹ “Para que uma coisa exista, ela precisa ser informada.”.

⁵⁰ Termo utilizado na tradução brasileira da obra de D. Maingueneau (2002).

Para melhor compreender as etapas da imprensa escrita, será apresentado um pequeno panorama das origens do jornal, a partir do momento em que pode ser entendido como tal por sua função de transmitir informações, até os dias atuais, a evolução dos suportes, da imprensa, com a melhor qualidade de impressão, a instantaneidade e maior rapidez de produção da imprensa virtual, a inclusão de imagens, bem como o tratamento do conteúdo.

Evolução tecnológica

Com a evolução das tecnologias, a comunicação encontra novos suportes, que, parece não restar dúvidas, podem causar reflexos na mensagem. Muito embora as modificações na mensagem não estejam centradas somente nos suportes, uma vez que entendemos haver outros fatores implicados - o contexto, o inconsciente coletivo e o imaginário do receptor, por exemplo - é importante abordar o que está sendo feito a partir da sofisticação tecnológica, numa perspectiva que entende a relação entre a *realidade* e a *representação* como um fluxo, e não uma construção linear. A compreensão das tecnologias permite maior compreensão da própria história da comunicação.

Entende-se que a mídia é uma modalidade variada da faculdade existencial de comunicar, à qual a espécie humana deu sua verdadeira dimensão graças à linguagem. Ao mesmo tempo, a invenção da escrita - a possibilidade de se registrar e se transmitir de maneira mais segura as informações antes veiculadas apenas oralmente - está na origem de toda a evolução tecnológica que se deu posteriormente, até os dias de hoje, em que temos a possibilidade de veicular numericamente o oral, a escrita e a imagem. Balle chega mesmo a afirmar que a escrita, a imprensa e a internet “são milagres para o pensamento” (Balle, 1999). Mas, admitindo-se ao mesmo tempo que a comunicação remonta para além das tecnologias, e que a evolução dos objetivos e funções das mídias de informação não necessariamente elimina todas as aquisições do pensamento humano, podemos entender que, na verdade, existe

uma interação de realizações, onde o imaginário técnico é ao mesmo tempo parte das conquistas acumuladas pelo homem e agente na obtenção dessas conquistas.

As grandes revoluções tecnológicas como a invenção da escrita – cujos primeiros documentos datam aproximadamente do VII milénário a.C., (Ducrot, 1995) –, a invenção da imprensa e a chegada das multimídias são fenômenos cujos estudos tiveram maior ênfase há bem pouco tempo. A atenção da maioria dos lingüistas e filólogos estava mais voltada para pesquisas sobre a língua oral. Muitos estudos, muitas vezes com a ajuda de teorias e descobertas antropológicas, passam a observar o papel da escrita, sobretudo as transformações na organização social existentes na passagem de uma sociedade originalmente oral para sociedade escrital. O interesse dos antropólogos se deslocou para *o problema das relações da escrita com a cultura material e as estruturas sociais*. Outras pesquisas possuem resultados que indicam ainda a existência de especificidades de cunho cognitivo com a aquisição da língua escrita. É possível entender que, antes de mais nada, a oposição língua oral-língua escrita se refere aos suportes físicos, o oral transmitido por ondas sonoras e o gráfico por signos inscritos, em um suporte sólido. Hoje, no entanto, há uma infinidade de modernas técnicas de tratamento de informações que manipulam de forma quase imaterial os sons, as letras e as imagens, o que leva à necessidade de tornar mais complexa a observação dessa oposição.

Um dos primeiros teóricos a estudar a relação entre as tecnologias da comunicação - em particular o alfabeto e a imprensa - e as inúmeras mudanças intelectuais, artísticas e sociais surgidas com os Gregos, e mais tarde no fim da Idade Média, McLuhan concluiu que “são os signos despidos de significação, ligados a sons sem significação que dão forma e sentido ao homem ocidental” (Olson, 1998). Para ele, o progresso intelectual aparece ligado ao alfabeto. McLuhan, Goody e Ong deram importância ao estudo da escrita, e suas obras

propuseram uma nova abordagem da linguagem, do universo e do espírito, bem como das mudanças ocorridas na tecnologia da comunicação.

O papel da escrita

Mas o que a escrita representa? Se ela serviu para preservar as aquisições intelectuais, não é ainda certo que estava na origem da produção dessas aquisições. Parece que o fato de escrever alguma coisa sobre uma folha de papel não muda em nada a representação mental que temos desta coisa (Carruthers In Olson, 1998: 31). Para Olson (op cit.: 21), somos tão convencidos da importância da escrita que a menor fraqueza em performances de testes de leitura é vista como uma ameaça ao bem estar da sociedade. Entretanto, firmar a existência de um laço entre a aparição do alfabeto ou da imprensa e as mudanças nos modos de falar ou pensar é, na melhor das hipóteses, uma suposição, na pior, um erro.

Olson se interroga ainda sobre o papel da escrita e do domínio da escrita nas transformações culturais, e qual seria esse papel. É importante questionar o que existe intrinsecamente na escrita que faça com que possa contribuir para essas mudanças, ou ainda, se a escrita contribuiu para as mudanças ou foi apenas responsável por sua difusão e preservação. Olson entende que, se a escritura alfabética está ligada à revolução grega, sua contribuição às mudanças produzidas no início da era moderna é fraca, pois no século XVI o alfabeto já existia por quase dois mil anos. McLuhan entendia que as mudanças foram trazidas pela imprensa de Gutenberg, pelo fato de multiplicar os efeitos da escrita alfabética. No entanto, a imprensa foi inventada ao final do século XV, enquanto que a maioria das mudanças conceituais, sobretudo as que estão na base da Reforma, já existiam. É indubitável o fato de que o alfabeto e a imprensa tiveram papel essencial, mas como isso se deu é o que se quer saber.

Entendendo que os sistemas de escrita e a imprensa são mídias usadas para comunicar, vejamos o que vem a ser comunicar, e o que entendemos por mídia. Uma mídia é, basicamente, uma técnica ou um conjunto de técnicas que permite aos homens comunicar a expressão de seu pensamento, quaisquer que sejam a forma e a finalidade desta expressão. A comunicação midiaticizada, como técnica, pode favorecer as trocas entre pessoas e grupos, ou então prejudicá-las. Não podemos, entretanto, confundir a técnica com as instituições que recorrem a ela, como por exemplo a prensa de Gutenberg com os jornais nacionais (Balle, 1999).

Comunicação

Para falar sobre o que é comunicação, os indivíduos, ou o coletivo, são identificados como o ponto central da questão: falar de comunicação torna-se abstrato se não se fala de *quem comunica*, e *para quem* (Villaza, 2002; Serres, 2001). Ao mesmo tempo, sem comunicação não há *eu*, pois os seres trocam energia e informação para se organizar e perdurar. Comunicar significa colocar ou ter algo em comum. O homem é o animal que fala. Mas nem sempre sabe comunicar, ou, como veremos, nem sempre sabe transmitir. Somente a linguagem pode ligar, e, deste modo, a comunicação seria antes de tudo linguagem (Sfez, 1990). Na ausência da linguagem, conflitos, poder e debates juntam energia e violência à informação. Além disso, ou por isso mesmo, sem comunicação não há possibilidade de haver sociedade. A invenção da escrita, da imprensa e das tecnologias eletrônicas transformou o conjunto de ferramentas de recepção de informação, e, com estas últimas, uma mudança que atinge o tempo, o espaço e as relações entre os homens (Serres, op. cit.).

Comunicar pode ter seu sentido expandido quando compreendemos o conceito de transmitir. O homem possui, exclusivamente, a capacidade de transmitir. Os animais podem

se comunicar, mas somente o homem transmite. Transmitir significando fazer saber, fazer conhecer (Debray, 1998). A comunicação é sincrônica, através do espaço; a transmissão é diacrônica, através do tempo, faz vir o passado para o presente. Comunicar é um processo quase natural, transmitir é um ato político, é converter, transformar por meio de intermediários. A Mediologia, estudo dos fatos de transmissão, estuda os efeitos espirituais dos dispositivos materiais ou os determinantes técnicos das mutações culturais, tudo o que é interação entre cultura e técnica – interação a partir da qual se dá a transmissão.

“A transmissão é sem dúvida uma necessidade cultural profunda, uma necessidade biológica profunda que, no limite, leva à manutenção de uma bio-diversidade cultural, isto é, a manutenção de uma humanidade plural, de uma humanidade que se rebela contra a homogeneização técnica. No fundo, é muito difícil, assim me parece, se libertar da cultura pela técnica. Hoje, através de todos os discursos sobre a unificação pelos sistemas de redes, Internet, etc., sonhamos com a invenção de uma comunicação homogênea que vai igualar todas as diferenças. É esquecer o essencial, ou seja, a transmissão de uma herança.” (Debray, 1998: p. 56).⁵¹

Para além da posição que pretende ser o homem o único ser capaz de comunicar, por ser o único animal que fala, Debray acrescenta que as sociedades sem escrita não possuem história, pois não podem transmitir (1998: p. 26), e não se pode pensar o homem fora da sociedade, sem história, sem técnica, *sem suporte de memória*. Visão oposta à de Jean Pierre Changeux, que considera em seu *L’homme neuronal* (1983, cf. Debray, op. cit.: 33) que o comportamento e toda representação física podem ser explicados, em última instância, mecanicamente. É bastante interessante também o enfoque do que se entende por pensamento

⁵¹ “La transmission est sans doute une nécessité culturelle profonde, une nécessité biologique profonde qui, à la limite, débouche sur le maintien d’une bio-diversité culturelle, c’est-à-dire le maintien d’une humanité plurielle, d’une humanité qui se rebelle contre l’homogénéisation technique. Au fond, il est très difficile, me semble-t-il, de se débarrasser de la culture par la technique. Aujourd’hui à travers tous les discours sur l’unification par les réseaux, Internet, etc., on rêve d’inventer une communication homogène qui va lisser toutes les différences. C’est oublier l’essentiel, à savoir la transmission d’un héritage.”

complexo, que supera o divórcio entre ciência e filosofia, negocia com as incertezas e contradições, reconhecendo que limitam o pensamento, na exploração do continente menos conhecido de todos, ou seja, o do espírito humano – aquele que elabora o conhecimento, segundo E. Morin (1998).

Observar uma informação e seu meio pressupõe que se leve em consideração o local, as condições materiais de apresentação do discurso, e o contexto, que permeia a construção de sentido de um enunciado. No processo de construção que resulta na representação do fato real, vários fatores interagem. Além do fato em si, que age sobre nossos sentidos, é preciso considerar a memória de cada um e o imaginário coletivo – que por sua vez é formado pelas representações e suas significações. Mas, o que está além das representações imagéticas? Onde está a verdadeira construção cognitiva? A criatividade, própria dos seres humanos, não deve ser encaixada em uma camisa de força, e nem entendida como passível disso na relação dos indivíduos com as tecnologias. É necessária lucidez para perceber que no processo como um todo há uma fenda que permite a liberdade do olhar, consequência da plasticidade cerebral inata e seus processos mentais e da construção social – homem, sociedade e mídias na formação da identidade do indivíduo e das nações.

As revoluções tecnológicas da história da humanidade nascem da necessidade e ao mesmo tempo são agentes de mudanças intelectuais, culturais, sociais e artísticas, e, possivelmente, agem sobre a especificidade cognitiva. É preferível encará-las sob um ponto de vista interacionista, muito mais que determinista, sobretudo no que diz respeito à preservação ou manipulação de nossas identidades.

Quanto ao suporte, embora por muito tempo relegado a um segundo plano, hoje existe a consciência de que não é acessório, não é um simples meio para transportar uma mensagem. E de que a mudança do mídiuim pode provocar uma mudança no conjunto do gênero do discurso.

3.1.1. Evolução da tecnologia e preservação da Identidade

A questão da evolução das tecnologias de comunicação é importante pela possibilidade de permanência, maior confiabilidade e, sobretudo, quanto à noção de democratização do que se comunica. A invenção da escrita permite a permanência e evita a alteração da mensagem, que agora não depende apenas da memória de seu transmissor, nem corre o risco de ser deturpada pelo uso da imaginação. Mesmo assim, com os primeiros escritos à mão, havia ainda o problema de erros dos escribas e copistas, e o da limitação dos usuários à obra. A necessidade de maior difusão leva a suportes mais leves, mais fáceis de serem manuseados. No correr dos séculos, a escrita tomou as formas mais diversas para se espalhar pelo mundo. Mas, é com a revolução da imprensa, com o aperfeiçoamento de uma invenção chinesa por Gutenberg, que se tem uma etapa decisiva na história da humanidade. O mundo passa a ser um lugar do impresso, e assim continua, mesmo com a chegada de novas tecnologias como o rádio ou a televisão. Na década de 1980, com o florescimento das novas mídias, dos novos equipamentos, de novas técnicas, nasce também uma utopia de que a informação ou o saber poderiam ser de acesso mundial. Este ideal de democratização, como por exemplo, do conhecimento acessível a mais pessoas ou a informação instantânea transmitida ao mesmo tempo para milhões de pessoas, subentende a probabilidade de menos intervenção do usuário, o que, por sua vez, levou aos canais de televisão ou aos sites de jornais na internet a propor fóruns de debates, opiniões do leitor, ou programas interativos tipo Big Brother, no caso da TV. Na discussão sobre a ação da técnica sobre as pessoas, suas

identidades e a sociedade, há pelo menos duas tendências a serem observadas: uma visão linear e outra interacionista.

A própria noção de cultura massificada possui seus críticos, que entendem cultura de massa como um mito (Balle, 1999). Trata-se de um mito, que sobrevive não pelo fato de ser necessariamente verdadeiro, mas porque é útil por oferecer um símbolo de pertinência (um signo de distinção social), ou porque resume em uma expressão única as múltiplas críticas que as mídias recebem. Mito, porque sugere uma cultura que atinge a todos, e hoje sabemos que não há um, mas vários públicos, tanto para a televisão quanto para a imprensa escrita. A noção de cultura de massa sugere também uniformidade, onde tudo é moldado de uma mesma maneira. Isso supõe que, em um dado momento, as mesmas representações e os mesmos modos de pensar ou de agir alimentam o total das mídias.

Entendemos que o controle de informação foi usado pelo Estado como um instrumento privilegiado de poder. Com a crise do Estado, aparentemente, este controle está hoje muito mais dissolvido, e não concentrado no Estado, ou nas *instâncias de controle simbólico*, como podem ser conceituadas a mídia e as Igrejas (Castells, 1999). O poder estaria difuso em redes mundiais do capital, do poder, da informação e da imagem, que circulam e se transformam, configurando sistemas de geometria variável e geografia desmaterializada. No entanto, ele não desaparece. O poder das instâncias de controle simbólico ainda existe, e agora, segundo ainda Castells, reside nos códigos (informações) e nas imagens (representações), ao redor dos quais as sociedades organizam suas instituições e os indivíduos organizam seus comportamentos e suas vidas. Tudo visando a apreender os espíritos – os códigos culturais. Estes, numa era de grande fluxo informacional - aparentemente, tão volúvel e modificável - são aspectos identitários de difícil dissolução e, deste modo, altamente valorizados.

Alguns críticos, como L. Sfez, em sua *Critique de la communication* (1990), entendem que a máquina constitui a comunicação, a cultura e o pensamento; o homem é jogado no

mundo da técnica, que se torna sua natureza. Em suas previsões, o produto se tornará produtor, a cópia terá devorado o modelo, o Dr. Frankenstein será governado por sua criatura. Segundo Sfez, hoje a comunicação é tecnológica ou não existe, e o discurso sobre a técnica invadiu a totalidade das atividades humanas, incluindo a comunicação, o que, para ele, é algo a ser criticado. As novas tecnologias virtuais têm o poder temporal, representacional, sem território. Não há mais aqui e lá, mas uma confusão entre perto e longe, presente e futuro, real e irreal.

Há uma alucinante utopia das tecnologias e o virtual está cada vez mais inserido nos mídiuns (Derian, 1999). Para McLuhan a mensagem pode ter efeitos muito diferentes dependendo da mídia que a transmite. Mais importante que o conteúdo é a maneira como este é transmitido, e, mais ainda, a mídia graças à qual é transmitido. Os meios de difusão e comunicação determinariam modos de pensar, de agir e de sentir da sociedade. A ligação entre a natureza da mídia e a sociedade global, resultado da influência exclusiva da tecnologia sobre a cultura. Jacques Ellul e a escola de Frankfurt (Sfez, op. cit.) definem o que seria o “social sendo corrompido pela técnica”, vista como um agente de fragmentação, da diluição dos laços simbólicos, que se impõe no momento em que estes estão enfraquecidos. O aumento das técnicas ou tecnologias de comunicação, com o objetivo presumido de tratar o organismo que ela mesmo conduziu à agonia, instala-se um paradoxo: comuniquemos pelos instrumentos que precisamente enfraqueceram a comunicação. A sociedade, deste modo, enfraquecida e esfacelada, procura uma identidade, encontrando-a num consenso em torno de resultados objetivos, que formam um núcleo de certezas.

À medida em que a transmissão torna-se técnica, ela tende a se uniformizar. No entanto, ao mesmo tempo em que a técnica homogeneiza e unifica o planeta, a cultura diferencia os homens. Se em todos os lugares do mundo temos as mesmas técnicas, não temos as mesmas línguas, nem os mesmos gestos: o sistema cultural liga as gerações e diferencia os

homens, enquanto a técnica “traduz as coerências objetivas que tendem a ser as mesmas em todos os cantos do espaço”. Para uma convergência técnica, uma divergência cultural. E, ao mesmo tempo, cada ser humano, cada indivíduo, por si só possui um olhar diferente para cada informação recebida. A idéia que temos de identidade, tanto dos indivíduos quanto das nações, como sendo um construto, nos possibilita entendê-la como *um processo que não se fecha em si mesmo* e onde, ao mesmo tempo, não cabe uma constatação de massificação completa. Para Rajagopalan (2002), de todas as identidades, é a do indivíduo a mais difícil de ser pensada como um processo de “(re)construção”.

Na busca por uma maior compreensão da técnica e sua relação com a sociedade, a percepção de uma dialética entre utopia e ideologia parece bastante adequada. Num terceiro nível desta dialética encontra-se a função ideológica como preservação da identidade de um grupo social, e a utopia como exploração do possível, ou de uma gama de possíveis. Essa dialética permitiria maior entendimento da afirmativa de Max Weber, para quem a imprensa é um dos meios da formação do homem moderno, e da assertiva de Balle (op. cit.), segundo o qual a mídia forja o pensamento do homem moderno. Se o homem moderno tinha a imprensa como um dos meios de formação, o homem contemporâneo possui a marca da ruptura, está angustiado pela noção de tempo que lhe foge, na busca constante por chegar a nenhum lugar, sem garantias (Batista, 1995). Suas crenças e a construção de seu pensamento entraram em uma relação circular, sobretudo com a chegada das possibilidades virtuais.

Do mesmo modo que todas as atividades humanas, assim também a técnica recorre às representações imagéticas, ou de imagens. Os laços que as unem vão além de seu conteúdo visual veiculado, e é a sua relação que apresenta significação. Convém chamar de imaginário o sistema formado por estas representações imagéticas, suas representações e as significações que revestem por intermédio de sua aproximação. Não há dúvida, portanto, de que a técnica representa uma dimensão imaginária da mesma maneira que a ciência ou a arte.

A própria idéia da elaboração técnica possui uma perspectiva linear, à qual, no entanto, se opõe um modelo turbilhante, onde a inovação pode partir de qualquer ponto e não forçosamente do cérebro fértil de um inventor brilhante (Flichy, 2001). À medida que a intuição inicial dos autores de uma idéia se desenvolve, um imaginário comum se constrói. A utopia inicial permite lançar o projeto e o resultado de uma construção imaginária coletiva que se apóia sobre as realizações técnicas e experimentações de usos.

Na relação entre a sociedade e a técnica, e com relação à imprensa mais especificamente, sabe-se que uma de suas funções é a catarse. A imprensa teria a mesma função da tragédia ou da psicoterapia, num esquema em que os crimes ou escândalos favoreceriam a liberação de inúmeras tendências (biológicas ou culturais) normalmente barradas pela sociedade. (Balle, 1999). Deste modo, os leitores poderiam viver por procuração uma vida que lhes é proibida pela ordem social onde estão inseridos. “Denunciando os escândalos, designando os culpados, a imprensa dá uma satisfação, ao menos imaginativa e verbal, à nossa violência, a nossas reivindicações, nossa necessidade de protestar”. Produzimos exorcismos através de “invocações a demônios externos” (Derian, 1999), tais como drogas, imigração ou o Islam. Para Derian, o fato de a imprensa possuir uma função psicoterapêutica explicaria o mecanismo a partir do qual a “cultura de massa” irriga o “imaginário coletivo”. O leitor se identifica com personagens, vive experiências que não são suas, irrigando a vida real com o imaginário – que por sua vez é irrigado com a vida real. Pelo mimetismo dos detalhes são criados mitos, modelos. (Morin, *L’esprit du temps*, In Balle, op. cit.). Porém, podemos entender que, ainda que seja um processo de irrigação sobre o imaginário coletivo, através do núcleo de certezas formado por resultados objetivos, a catarse passa pela necessidade do indivíduo, a partir da representação de um mundo que, por sua vez, passa pelo seu próprio “eu”, em um fluxo de possibilidades contínuo e ágil, com mais de um personagem no controle.

Se entendermos que o sujeito é capaz de decidir e romper o estabelecido, se é capaz de negar e escapar do que está fechado, numa quebra de paradigma, passamos a compreender toda a situação a partir da própria noção de contemporaneidade. Ao contrário do que imaginava Mc Luhan, existe a possibilidade de se visualizar uma relação *não linear* entre tecnologia e cultura, ou seja, uma relação dialética em que as influências são cíclicas, em um sistema de trocas bastante sofisticado.

O que perdemos e o que ganhamos com a mudança e a multiplicação dos suportes? O próprio Debray (1993) admite haver duas maneiras para se responder à mesma questão: Podemos ver na mecanização galopante das memórias um fator de homogeneização das mensagens, pela destruição das identidades coletivas; o homogêneo ganha, o humano se enterra na areia. Ou podemos ver neste maquinismo, nesta pesada mediatização técnica, a ocasião enfim dada ao homem de se soltar do universo sensível. Com a imagem virtual, a reprodução através do exemplo pára de decalcar um real exterior e primeiro, perde seu estatuto fac simulado enganador, segundo o esquema platônico. A máquina libera a imagem do mito da caverna, da ditadura das aparências. Há uma oscilação entre o maravilhar-se e a precaução. Respeitar a ambigüidade do progresso técnico é praticar sistematicamente o ir e vir do pêndulo.

O sistema formado pelas representações do real forma um imaginário que, por sua vez, é projetado sobre o real, num *continuum*, que, determinismos à parte, possui uma complexidade que não pode ser ignorada, por ser muito mais um desafio que uma receita pronta, que negocia com incertezas e contradições, uma complexidade da qual o homem como sujeito não pode ser ignorado.

3.1.2. Breve história das origens da imprensa escrita.

Para melhor compreensão dos aspectos relativos à interação entre o Homem – enquanto indivíduo e coletivo – e as tecnologias usadas para a informação, a partir da escrita, faremos uma breve passagem pelas origens da imprensa escrita, com maior enfoque na história do jornal na França.

A primeira publicação possível de ser considerada como um jornal data do Império Romano, os *acta diurna* (atos do dia), escritos à mão, distribuídos nos lugares públicos e em lojas da cidade, enviados para todos os cantos do Império. Eram publicados *faits divers*, fatos sensacionalistas, casamentos, mortes, notícias militares, crônicas esportivas e teatrais. Essas publicações eram redigidas pelos chamados *diurnarii* (ou os primeiros jornalistas). Herdeiros desses *acta diurna*, os *avvisi*, na Itália, ou os *zeitungen*, na Alemanha, se espalham pela Europa na Idade Média, sobretudo a partir do século XIII, com informações comerciais acima de tudo. A difusão das notícias à mão parte dos grandes centros como Veneza, Lyon ou Frankfurt, para logo tornar-se sistemática quando do nascimento dos correios modernos e a evolução da fabricação do papel.

Gutenberg cria a imprensa, aperfeiçoando um sistema já existente na China desde o ano 868. As conseqüências da invenção da imprensa são naturalmente enormes. Os chamados *occasionnels*, que como o nome indica não possuíam periodicidade, aparecem pela Europa, tratando sobretudo de acontecimentos particulares. Nos séculos XV e XVI, as grandes descobertas suscitam curiosidade e aumentam as fronteiras do mundo. Os serviços postais começam a aparecer. Vários órgãos de informação aparecem sob vários nomes, “nouvelles à la main”, “avvisi”, “occasionnels”, “canards”, “libelles”, “almanachs”. É possível encontrar os chamados *canards* datados de 1529, mas não outros de datas anteriores. No entanto mais de 200 *occasionnels* foram impressos entre 1488 e 1529.

O que era o *canard* em sua concepção original? Era um documento impresso vendido por ocasião de um *fait divers* de atualidade, ou então relatando uma história apresentada como tal, nem sempre totalmente verdadeira. Pode-se perceber que no século XVI e início do século XVII havia um grande interesse pelos chamados *faits divers*, verdadeiros ou falsos. Embora consagrados em especial aos *faits divers*, é possível verificar laços estreitos com acontecimentos políticos e religiosos contemporâneos. O *canard* era um agente de difusão rápido, com uma clientela bastante grande e mais variada. Variavam normalmente entre 6 a 16 páginas. Normalmente eram utilizadas imagens para relatar fatos relacionados a milagres, monstros, inundações, fenômenos celestiais. Os crimes e fatos diabólicos não eram ilustrados. Raramente havia um comentário sobre a imagem, e algumas dessas imagens tinham como objetivo tornar o jornal mais agradável aos olhos, como nos relata J.P.Seguín (sem data), pois os *canards* possuíam a função de “distrair as massas dos assuntos mais sérios”. Muitas vezes as ilustrações eram cópias de outros *canards*, para ilustrar fatos diversos ocorridos em diferentes países, sobretudo os assuntos sensacionalistas, “para tocar fortemente as imaginações”. Até o final do século XIX o poder se utiliza dos *canards* para a propagação das piores insanidades, bem como de idéias consideradas perigosas.

O fato de os rumores, antes passados de boca em boca, serem publicados e, de certa forma, substituídos pelos chamados *fait divers*, pode ser revelador de alguns fenômenos. Primeiro, o homem daquele tempo se dá conta de uma nova tecnologia que pode lhe ser útil, preservando por mais tempo a novidade, que também pode ser repassada e lida por várias pessoas, em diversas cidades ou países; em seguida, o fato passa a ter uma versão que aparentemente não pode ser mudada por quem conta, mesmo que possa ser interpretada diferentemente por cada um que a lê; o uso de imagens para relatar os fatos, por mais inverossímeis que fossem, eram uma distração, e assim se criava a tradição da imprensa como veículo de diversão; finalmente, vemos como o poder facilmente se apropria da nova

possibilidade, trazida com a imprensa, da técnica usada pelo homem para se sobrepor a outros, manipulando ou não a informação.

Quanto à forma, todos estes *canards*, *almanchs* ou *occasionels* apresentavam características da imprensa escrita - folhas impressas que contavam com texto e imagem um fato extraordinário - exceto uma: a periodicidade. Somente em 30 de maio de 1630, ou seja, 200 anos depois da aparição da imprensa, Théophraste Renaudot funda *La Gazette*, com periodicidade regular. *La Gazette* marca o nascimento da imprensa periódica francesa (Guillauma, 1990). Por muitos anos, foi o que se pode considerar um órgão oficial do governo. Publicava essencialmente notícias do estrangeiro, e apenas em seu número 6, em 04 de julho, publica notícias da corte e de Paris. Quando Renaudot deixa Paris para St.Germain-en-Laye, um de seus adversários, o médico Guy Patin, escreveu: “Nossa cidade é cheia de pessoas curiosas e com fome de notícias... Parece que tudo está morto a partir do momento em que a Gazette não existe mais, vivem como bestas, sem saber o que se passa.”

Até o fim do século XVII a imprensa ainda se aparenta ao livro. Entre o final do século XVII e a metade do século XIX, a imprensa torna-se diversificada e politizada. A curiosidade dos leitores aumenta, as condições técnicas progridem, como por exemplo a uniformização dos caracteres, por François Didot. No século das Luzes, a imprensa é ainda um instrumento essencial da comunicação política.

Em 1789, com a Revolução francesa, tem início uma época de liberdade de escrever e imprimir. Entre maio de 1789 e dezembro de 1799, aparecem mais de 1500 periódicos de todas as formas e tendências (Guillauma, op.cit.). Faltava, no entanto uma revolução social, que acontecerá ao longo do século XIX e que será acelerada graças à evolução das técnicas. Com a *Terreur*, no entanto, surgem as restrições. Em 1811, só existem quatro jornais em Paris e 1 por Departamento. O processo de composição não evolui muito, até o século XIX.

Só no final do século XIX, por exemplo, tem-se a invenção da linotipo e da fotogravura em relevo sobre metal, permitindo misturar a ilustração ao texto. A mídia possui agora uma grande importância social e um grande interesse do poder em comunicar, inicialmente apenas com relação ao livro e em seguida para a imprensa. Com a revolução industrial e a invenção da fotografia, o livro evolui. E a impressão de imagens é cada vez mais necessária para os jornais, o que leva à criação de novas técnicas (Balle, 1999). Com a impressão realizada por meio de movimentos rotativos, as máquinas alcançam altas velocidades, o que torna possível a produção em massa e na hora. Com a produção em massa da imprensa, começa realmente o emprego de motores a vapor e sistemas integrados que recorrem a um sistema rotativo. Obras monumentais passam pouco a pouco a ter características das obras como as conhecemos hoje. Há uma multiplicação dos jornais, tornando acessível a um número cada vez maior de pessoas informação sobre assuntos de atualidade, política e geral. Os transportes melhoram, especialmente o trem. São criadas agências de imprensa, que alimentam os jornais com informações que seriam muito difíceis de conseguir e barateiam os custos. A imprensa francesa conhece o desenvolvimento que a leva à idade de ouro.

É também no século XIX que a idéia de nação, como é entendida hoje, surge, opondo-se à visão naturalista que se tinha dela anteriormente. E junto com a idéia de nação, surgem as noções de pátria e de língua associada à pátria – ou seja, no mesmo século conhecido como o século de ouro da imprensa. Fatos que se associam e se entrecruzam na história humana.

O nascimento do que se chamou informação e jornalismo modernos possui algumas datas simbólicas. Em 1830, Émile Girardin funda *La Presse*. Nos Estados Unidos, é fundado o *New York Sun* em 1833 e o *New York Herald*, em 1835. Em 1855, são fundados na Inglaterra o *Sheffield Daily Telegraph*, o *Liverpool Daily Post* e o *London Evening News*.

Esses órgãos de imprensa rompem com a tradição de jornais feitos para um público

restrito e politizado. Pouco a pouco o preço dos jornais começa a cair. Em 1836, Moïse Millaud lança o *Le Petit Journal* a 5 centavos. Isso significa que o jornal não se dirige apenas a uma aristocracia de dinheiro e de instrução, mas a um público numeroso e heterogêneo. Nasce a grande imprensa, e com ela os impérios e os gigantes da imprensa, a informação como mercado, e os grandes ‘quotidiens’. A imprensa torna-se uma verdadeira indústria. Entre 1870 e 1920, o número de exemplares da imprensa parisiense passa de seus 1 milhão de exemplares para aproximadamente 5 milhões. Com a Segunda Guerra Mundial há uma grande virada na história da imprensa francesa, sem comparação.

É claro que cada época possui seus signos e símbolos, e, portanto, suas próprias representações. Os *canards* e os primeiros periódicos franceses, naturalmente, representavam as informações a partir de fatos que pareciam interessantes à sociedade da época. Com o correr do tempo, o aprimoramento das tecnologias e a possibilidade de distribuição cada vez mais precisa e rápida, com as transformações políticas e sociais, as necessidades mudam, o olhar sobre os fatos muda e, portanto, a relação da mídia com o público torna-se cada vez mais complexa. As reações são estudadas, o fluxo entre emissor e receptor é cada vez mais complexo. O turbilhão que orienta as invenções das técnicas, a partir das necessidades e desejos, existe em uma constante progressão, dentro de um âmbito mais largo que a invenção ela mesma.

3.2. Mídia eletrônica

Faremos neste ponto uma abordagem acerca do homem e seu relacionamento com a escrita e a imprensa com ênfase na observação da chegada dos novos mídiuns, novos suportes responsáveis pela chamada 3ª revolução tecnológica, portadores de uma maior conscientização do oral e das modificações introduzidas anteriormente pela imprensa e pela

escrita (Maingueneau, 2002), suas conseqüências para a representação da identidade do sujeito e a produção de cultura; abordagem sobre a busca do homem por sua identidade a partir do conceito de comunicação.

Os tempos que vivemos hoje são comparados ao Renascimento, sobretudo o século XV, século de Gutenberg, com a expansão dos conhecimentos graças à invenção das novas tecnologias de informação, a passagem do manuscrito ao impresso, da mão ao instrumento, a sofisticação do suporte (o papel) e o início da massificação da cultura (Vandendorpe, 2001). A diferença entre os dias de hoje e a Renascença estaria no fato de que naquele momento o homem se voltava para as fontes da Antigüidade, enquanto hoje somos guiados por direções múltiplas e, ao mesmo tempo, pela idéia que fazemos do nosso próprio destino. O saber contemporâneo é feito de incertezas.

Vários autores (Chartier, 2002; Sperber, 2002; Villaça, 2002; Derian, 1999; Vandendorpe, 1999; Debray, 1998; Kosovski, 1995; Virilio, 1993) vêm se dedicando a estudar o fenômeno da revolução tecnológica trazida com as multimídias, colocando-a lado a lado com a importância de duas outras revoluções para a humanidade: a escrita e a imprensa. Vandendorpe, em um artigo publicado na revista *Le Débat* (2001), chega mesmo a colocar a possibilidade de que todas as aquisições obtidas com as novas tecnologias serão, pelo menos, tão importantes como o aparecimento da escrita para as sociedades orais. Ao mesmo tempo em que fascinam, com suas quebras de limites espaciais, a circulação planetária de informações e conhecimento, a quebra da linearidade, ou ainda pelo sentimento que geram nas pessoas de poderem controlar toda a situação, causam também polêmicas, como a possibilidade de uma volta à situação de analfabetismo (pelo menos quanto ao ato de escrita), a possibilidade de uma civilização de iletrismo - *civilization of illiteracy* (cf. Mihai Nadin, In Vandendorpe, op. cit.) ou o fim da memória histórica, substituída por uma memória de curto termo, extremamente condizente com a sociedade de consumo.

O aperfeiçoamento das novas tecnologias leva a algumas considerações acerca do real *versus* virtual, da perda do sujeito e sua individualidade ou a completa massificação da humanidade. Autores como Paul Virilio, em um clima de alerta, entendem que o desenvolvimento da comunicação moderna, dos *mass media* e das técnicas modernas causam danos, que não podem ser dissimulados, e levam a uma catástrofe. Esse clima de alerta é visto em P. Quéau e em E. Couchot (Weissberg, 2002). Este último acredita que, com as novas tecnologias, teríamos o desaparecimento do sujeito nos mundos virtuais. Autores que defendem o *efeito-retorno*, participam de uma tradição denunciadora das tecnologias, a partir da qual o importante não é o que o homem faz com o instrumento, mas sim o que este instrumento faz com os homens e com as suas culturas. Essa é uma perspectiva de anulação do sujeito, que pode ser reduzido a zumbis (Weissberg, 2002). Há uma nostalgia de um suposto estado natural da comunicação, que naturalmente gera dúvidas. Entretanto, parece correto afirmar que esse retorno não seria nada mais que uma ilusão, pois até onde sabemos o homem está sempre ligado a um artefato exterior a si mesmo para realizar tarefas.

Podemos entender que toda aquisição nova para a humanidade, ao ser colocada lado a lado com outras aquisições, causa naturalmente discussões, previsões e críticas. A mudança gera uma quebra de paradigma, e assim, uma situação em que todos os modelos e receitas sobre como observar a realidade convivem com a incerteza e a falta de explicação para muitos fenômenos.

A sociedade de informação em rede mundial e as modernas tecnologias de informação são muitas vezes entendidas como um fator de homogeneização, levando o homem a um novo relacionamento com os acontecimentos, baseado na rapidez e nas grandes contradições. Esses fatores se confrontam com fenômenos cada vez mais comuns de busca pela própria identidade nas sociedades do mundo inteiro. Ao mesmo tempo em que todos estão ligados num grande sistema planetário, pode-se perceber um retorno às próprias sociedades locais, no

que poderia parecer um paradoxo, na compreensão dos fatos (cf Castells, 1999). A noção de determinismo tecnológico, defendida por autores como, Jacques Ellul, Herbert Marcuse e Marshall Mc Luhan, cujo lema é o famoso *media is message*, “a mensagem é o mídiu”, encontraria oposição nas reflexões que privilegiam os receptores das mensagens, seus preconceitos, suas pressuposições e comportamentos, suas reações diante das mensagens, fugindo, deste modo, do poder controlador da mídiu. Como define Descartes (apud Rajagopalan, 2002), a mente humana é dotada de autoconhecimento, e é por isso que o conhecimento sobre o mundo externo é factível. Além disso, se a sociedade é submetida à técnica, é ela mesma que produz as técnicas, ou seja, a sociedade produz sua própria definição, o que nos leva, portanto, à noção de que a sociedade é determinante e causa de si mesma (Sfez, 1999). Todas essas discussões conduzem a uma importante questão, que pode ser colocada da seguinte maneira: o que é mais importante, o conteúdo ou sua mídiu?

Minimizando a influência da técnica, numa tentação idealista (Balle, 1999), e colocando maior peso nas utilizações que são feitas delas, acentuamos a importância do conteúdo da mensagem. A evolução das tecnologias e dos suportes passaria pelas necessidades que vão surgindo, em um sistema de demanda constante, que evolui com a própria sociedade, num círculo de dependências, e não em uma simples linearidade ou de um simples determinismo. As aquisições trazidas com as tecnologias de comunicação poderiam ser a origem dessas tecnologias, e não sua consequência. O certo, por tudo o que estamos assistindo, é que uma tecnologia de modo geral não invalida a outra, nem a substitui, completamente, convivendo paralelamente ou interagindo entre si. Assim é que a língua oral continua sendo usada, com a apropriação de novas tecnologias para, por exemplo, conquistar maior estabilidade, uma das aquisições trazidas pela escrita. Os novos suportes de escrita e as novas tecnologias adquirem dimensões de transmissão oral: leve e móvel. E o rolo, antigo suporte para a escrita, substituído pelo códex, é inspiração para as “páginas” nos documentos

de processadores de texto ou da internet. De acordo com o *efeito jogging* (Débray, 1998) de compensação no progresso técnico, cada vez que se inventa algo, não necessariamente se destrói o que havia, mas se cria um efeito compensador. Por exemplo, quando se inventou o carro, muitos disseram que o homem iria terminar sem pernas; entretanto, o homem passa a fazer o “jogging” para compensar o fato de não mais andar como antes da invenção do carro.

A perspectiva que tenta fugir dos preconceitos de sentidos únicos coincide com a idéia de *relação social de atores* e vai contra a perspectiva mecanicista da causalidade linear de determinismo tecnológico, propondo uma interpretação mais interacionista, segundo a qual os usuários da mídia agem em função dos objetivos da mídia mas também de suas próprias idéias. Para a *sociologia da ação* (Cf. Balle, 1999: p. 41), acima de tudo, cabe a idéia de que todo fenômeno social é sempre o resultado de ações, crenças ou comportamentos individuais. Observando a definição que E. Morin dá ao fenômeno da representação – uma construção obtida a partir de uma síntese cognitiva, onde o real age sobre nossos sentidos, e recebe a projeção desta mesma construção, para que o sujeito, assim, possa se relacionar com este real – verificamos um processo dialético, onde o sujeito age permanentemente sobre a realidade, e não apenas recebe sua ação.

Na verdade, o que se discute por detrás de toda esta problemática é o grande questionamento sobre até que ponto as operações mentais são organizadas pelos processos genéticos (vistos como disposições), ou até que ponto são produto do comportamento adquirido e da cultura.⁵² Dualidade que tende a ser colocada de lado por alguns teóricos e pesquisadores, mas que ainda é objeto de discussão, especialmente na tentativa de se entender o homem a partir de uma idéia onde ambos os fatores interagem.

⁵² Em conferência proferida em 02/10/2001, Goody trata especificamente da idéia de mente, concebida como oposição ao corpo, ao material. In *Lemonde.fr*, 02/10/2001.

4. Metodologia

A metodologia utilizada para a análise do corpus, para essa pesquisa, está baseada na investigação sócio-cognitiva/ideológica e nas teorias de análise do discurso de mídia impressa (van Dijk, 1988.) assim como na tipologia do texto de informação (Charaudeau, 2005).

Para van Dijk, os textos de imprensa necessitam de sua própria análise estrutural, a saber, uma análise ideológica, cultural e lingüística. Paralelamente, existe a necessidade de uma teoria interdisciplinar. Seu modelo de análise baseia-se em uma organização temática, específica, onde o tópico, parte dessa estrutura, é uma macroproposição subjetiva, estrategicamente derivada, ligada a seqüências de proposições por macroprocessos (regras, estratégias), numa base de conhecimento de mundo, crenças e interesses pessoais. O leitor possui modelos de interpretação, que estariam estocados em sua memória episódica e dariam a informação que falta na interpretação de atos ou ações do discurso.

O estudo das notícias teve várias etapas, da abordagem anedótica, passando pela macro e micro sociologia até chegar à análise sistemática do conteúdo da imprensa. Na Alemanha, por exemplo, os estudos de mídia são feitos levando-se muito em consideração, além dos termos lingüísticos e da análise sistemática da comunicação de massa, a socioeconomia e as implicações ideológicas das notícias, numa abordagem de natureza interdisciplinar. O trabalho alemão está mais perto do que se entende ser uma análise lingüística e discursiva. Vários estudos franceses, como por exemplo Véron (1981), sobre a análise na imprensa francesa do acidente nuclear na Ilha Three Mile, mostram a possibilidade de se integrar uma análise estrutural do discurso de notícia com o estudo da produção de notícias e suas ideologias subjacentes.

Tanto para Charaudeau (2005) quanto para van Dijk (1998) existe uma especificidade no discurso de notícias; ou seja, existem certas especificidades na organização temática, em que os tópicos podem ser organizados, expressos ou assinalados de maneira específica, ou o que van Dijk chama de *Teoria de macroestruturas semânticas*.^S

Segundo van Dijk, inicialmente, é preciso que entendamos a análise de textos de notícias como um tipo de texto ou discurso. Há específicas estruturas do discurso de notícia se o compararmos a outros tipos de discurso. O autor entende que o texto de notícia possui vários níveis ou dimensões de descrição e unidades ou categorias usadas que caracterizam esses níveis ou dimensões.

A Análise do Discurso (AD) é uma disciplina interdisciplinar, e interessada na análise de vários contextos de discurso, ou seja, no processo cognitivo de produção e recepção e nas dimensões socioculturais do uso da linguagem e da comunicação. Por isso é preciso lidar com processos envolvidos na produção, na compreensão e no uso das notícias no contexto da comunicação de massa. Para van Dijk, é de extrema importância o interesse pelas complexas relações entre notícias e seu contexto: como situações ou problemas cognitivos e sociais determinam as estruturas das notícias e como o entendimento das notícias é influenciado por suas estruturas textuais.

Para van Dijk (op. cit.) interessa focalizar as estruturas das notícias e seu processo cognitivo, na produção e na compreensão. Propõe uma teoria parcial dos chamados *schemata* das notícias, ou seja, das formas e categorias convencionais dos artigos de imprensa. De um ponto de vista cognitivo, suas análises lidam com os processos de memória envolvidos na compreensão, representação e retomada de acontecimentos por jornalistas e por leitores no processo de reconstrução dos acontecimentos na renovação de conhecimentos e crenças. A dimensão psicológica de seu estudo não é meramente cognitiva, mas sociocognitiva. Para o autor, a dimensão cognitiva do estudo de notícias tem sido negligenciada.

Temos uma noção ambígua do que seja notícia: notícia de algo que aconteceu e que alguém nos conta; ou então, notícia como informação, notícia que envolve comunicação de massa, onde observaremos texto ou discurso de rádio, TV, jornal, nos quais a informação é dada sobre recentes acontecimentos.

4.1. Teoria de notícias de imprensa escrita.

Van Dijk (1988) nos faz um resumo de importantes estudos sobre a mídia. Muitos estudos de notícias têm uma natureza anedótica. São sempre escritos por ex-jornalistas, que contam sobre suas experiências. Nos Estados Unidos, por exemplo, em um estilo narrativo, Rosenblum descreve como correspondentes estrangeiros trabalham, como conseguem as notícias, que tipo de problemas possuem (tais como a censura em países do terceiro mundo) e o quanto de notícias podem ser caracterizadas como golpes e terremotos. A filosofia política de tal trabalho é usualmente liberal. A imprensa é levada a ter um papel crítico.

Mas, nem todos os estudos pré-teóricos são meramente anedóticos. Alguns deles são bem documentados e baseados em pesquisas extensas.

O grupo de estudos de notícias do MIT gravou em videotape e analisou mais de 600 horas de notícias de TV. Seu interesse permanece com o framework de como a imprensa cobriu os candidatos para as eleições presidenciais nos Estados Unidos, o papel dos *âncoras* ou como a audiência é seduzida pelo entretenimento na TV. O estudo enfatiza o papel do jornalismo responsável e a necessidade de observadores de imprensa críticos. Muitos desses estudos estão interessados em como as notícias podem distorcer e são guiadas pelos acontecimentos. O corpus é usualmente fragmento de entrevistas e quadros de figuras, mais que análises fechadas de dados de notícias. Quase nunca podem ser vistos fragmentos extensos de textos de notícias na maioria desses estudos.

Conceitualmente, a análise de produção de notícias enfocava os problemas de organização, notícias e valores jornalísticos, controle político ou corporativo. Como análise social, permanece superficial e num macronível; como análise de notícias é impressionista. Geralmente contam histórias, em vez de analisá-las.

É preciso uma microanálise do processo de produção das notícias. Como, por exemplo, o jornalista interpreta o ambiente de notícias e como tal interpretação modela sua reprodução de acontecimentos e discurso.

Tuchman (1978, apud van Dijk, 1988) entende que as notícias não são caracterizadas como uma pintura da realidade, que pode ser correta ou não, mas como uma moldura através da qual o mundo social é rotineiramente construído. Sua ênfase está nas dimensões sociais e ideológicas da construção de notícias. Revela que uma microanálise também requer descrições sistemáticas de notícias, como um produto de práticas, e pouco é feito em relação a isso.

Outro estudo é feito por Fishman (1980). Conclui que os métodos de produção de notícias e a dependência de fontes externas levam a uma representação uniforme, ideológica do mundo. Ideologia não é tida como enraizada nas condições socioeconômicas e cognitivas dos “fazedores” de notícias.

Os estudos britânicos diferem bastante dos americanos. Praticamente nenhum estudo britânico sobre notícias tem uma perspectiva puramente microsociológica (etnometodológica). Muitos estudos são formulados em uma tradição de sociologia política (ou ciência sócio-política). Muitos desses estudos têm uma orientação marxista relacionados a trabalhos feitos na França ou na Itália, tal como os de estruturalistas franceses: Barthes, Foucault, Derrida, Pêcheux ou Althusser. Essa orientação dá mais atenção à análise ideológica da mídia, especialmente em uma perspectiva histórica e socioeconômica. Há mais atenção ao

conteúdo sistemático ou análise do discurso, parcialmente sob influência do estruturalismo francês.

No geral, o estudo britânico é inspirado macrosociologicamente, mas com interesse na análise ideológica e por isso há mais exemplos concretos de descrição de notícias atuais. Nem todos os sociólogos da imprensa britânica, no entanto, são marxistas, e nem todos são influenciados pelos estruturalistas franceses. Nos anos 1960 e 1970 houve um desenvolvimento na pesquisa de mídia britânica.

O estudo de Cohen (1980, apud van Dijk, 1988) dá muita atenção ao papel das notícias. Sua maior tese foi que o pânico moral como formulado na imprensa popular (tablóides) definiu os vários grupos de jovens como “folk devils”. Ele mostrou que a mídia tomou conta de um problema inicial e contribuiu para aumentar e confirmar os estereótipos. A orientação desse estudo é principalmente sociológica, baseada no trabalho de campo e dados sociais, e não descreve sistematicamente os textos de imprensa.

Os estudos britânicos dão atenção à natureza basicamente ideológica de reconstrução da mídia da realidade social como forma de reprodução das forças dominantes e ideologias na sociedade. Há ainda a noção de que desvios e marginalidade são reproduzidos nas notícias. No geral os estudos permanecem sociológicos. A Análise do Discurso mais de perto permanece exceção ou é reduzida à análise ideológica como o caso do grupo do CCCS (Center for contemporary cultural studies, em Birmingham, dirigido por Stuart Hall). Há atenção crescente na linguagem de notícia pelo modo como ideologias dominantes são formuladas. O estudo lingüístico ou gramatical é bem ilustrado por Fowler, Hodge, Kress & Trew (1979, apud van Dijk 1988). Uma análise semiótica sistemática de notícia é formulada por Hartley (1981), que estuda a dimensão da linguagem e visual da notícia e da mídia. Esses estudos lingüísticos e semióticos são os primeiros passos para um estudo mais analítico do discurso conforme pretendido por van Dijk (1988).

Na França, o jornal *Communications* permanece um fórum central de várias linhas de estudo, de análise estrutural de histórias dos anos 60 a vários outros estudos semióticos (Gritti; Violette Morin). O clássico estudo de Barthes sobre os “fait divers” permanece um bom exemplo de análise ideológica de acontecimentos mundanos na imprensa.

O que van Dijk conclui é que estudos britânicos, alemães e franceses diferem dos americanos, sendo que os estudos europeus dão atenção sistemática a dimensões ideológicas e produção da notícia.

Entendemos, a partir de van Dijk (1998), que a análise do discurso realiza muito mais que apenas descrever estruturas textuais: a ação da pragmática está envolvida. Uma análise em total escala envolve uma integração de texto e contexto no sentido de que o uso de um discurso em uma situação social é ao mesmo tempo um ato social. Similarmente, a interpretação e produção de um texto envolve os processos mentais de interpretação e formulação, uso do conhecimento e outras estratégias da dimensão cognitiva do discurso. Os significados do discurso, portanto, são meramente uma abstração desses processos de interpretação cognitiva.

Para van Dijk, falta um estudo sistemático e uma teoria de discurso de notícia, bem como estudos sobre a relação de estruturas e produção de notícias e processos de recepção. Segundo ele, um estudo total do discurso de notícias requer 1) descrição de estruturas textuais e 2) descrição de processos de produção e recepção do discurso de notícias em situações comunicativas e contextos socioculturais. Um dos objetivos da AD é entender como estruturas do discurso influenciam e são influenciadas pela situação social.

Estruturas temáticas

Mais do que em outros tipos de discurso, a organização temática do discurso de notícias tem um papel crucial. A análise sistemática de estruturas textuais de notícias começa

com uma explicação de noções como tema/tópico. Tópico é sobre o que o discurso é; o mais importante, o aspecto dominante, central de uma leitura.

Existe um primeiro nível chamado Macroestrutura, com uma macroposição para cada parágrafo. Como significados em um nível local, as macroestruturas são caracterizadas em termos de proposição. As proposições são as menores, mais independentes construções de significado da linguagem e do pensamento. Numa dimensão referencial, proposições são também a menor unidade semântica que pode ser verdadeira ou falsa. Os tópicos do discurso de notícia formam uma estrutura hierárquica, com derivações de níveis mais baixos. Isso causa certo problema para a lógica da relevância dos textos de notícias, uma vez que nem sempre os tópicos principais vêm na lógica de acontecimento. Os antecedentes dos acontecimentos das notícias podem muito bem ser expressos depois, comparando sua posição semântica em relação ao acontecimento principal da notícia.

Discursos mais longos contêm vários tópicos, portanto, têm uma macroestrutura que consiste de várias macroposições. Alguns tópicos são mais gerais ou abstratos que outros – portanto, a macroestrutura total tem uma organização hierárquica, na qual cada seqüência de macroposições pode ser submetida a um nível mais alto de macroposição. Essa relação hierárquica pode ser definida por macroregras, que representam e que intuitivamente entendemos por sumário. Macroregras são regras de mapeamento semântico ou transformações, que ligam proposições de níveis mais baixos com macroposições de nível mais alto. Os tópicos são derivados do significado de um texto por essas macroregras de sumário.

As macroregras deduzem informação. Primeiro, deletamos toda informação que não é relevante, como pequenos detalhes; segundo, podemos pegar uma seqüência de proposições e substituí-las por uma generalização; e terceiro, substituir uma seqüência de proposições que denotam um ato ou acontecimento por uma macroposição que denota o ato como um todo.

Para Charaudeau (2005), informação e comunicação são noções que remetem a fenômenos sociais. A mídia constitui um suporte organizacional que se ampara nessas noções (informação/comunicação) para integrá-las em suas diversas lógicas: econômica (fazer viver uma imprensa), tecnológica (qualidade e quantidade de sua difusão) e simbólica (servir a democracia cidadã).

A lógica econômica e a tecnológica são imprescindíveis, mas é a lógica simbólica que nos interessa: trata da maneira pela qual os indivíduos regulam as trocas sociais, constroem as representações que eles se dão dos valores que sustentam suas práticas, e isso criando e manipulando signos. Produzem assim sentido, e não é um paradoxo que essa seja a lógica que governa as outras.

É característico de uma comunidade social produzir discursos para justificar seus atos. Ora não é dito que esses discursos revelem o verdadeiro teor simbólico: às vezes eles mascaram, ou o pervertem, ou ainda revelam apenas uma parte.

A informação é essencialmente negócio da linguagem e a linguagem não é transparente ao mundo: ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo (Charaudeau, 2005). Todo texto produzido é portador de efeitos de sentidos possíveis.

Segundo Charaudeau, ainda, as mídias são espelhos que, deformando, testemunham, apesar de tudo, cada um a seu modo, uma parcela amplificada, simplificada, estereotipada do mundo.⁵³

O universo da informação midiática, segundo Charaudeau, é um universo construído (Charaudeau, 2005:122). Não é, como se diz sempre, o reflexo do que se passa no espaço público mas sim o fato de uma construção. Segundo o autor, o acontecimento jamais é transmitido em seu estado bruto. A instância midiática impõe ao cidadão uma visão do mundo

⁵³ Parte 2 – Cap. 7 - L'événement comme miroir social du monde. - P. 78: *l'événement est toujours construit.*

que é ordenada por ela mesma e apresentada como se fosse natural ao mundo. Não nos esqueçamos, entretanto, da característica observada durante os ataques às torres do WTC, em que inicialmente tínhamos as imagens brutas, com uma narração confusa e perplexa pelo inusitado do acontecimento.

Tentaremos, metodologicamente, compreender o que aconteceu, no discurso, com o 11 de setembro, os temas e as perspectivas, o dito e o não dito, o que girou em torno da narração do acontecimento. Trataremos, como foi dito anteriormente, do acontecimento como construção; das dicotomias: Eu *versus* Outro, Mal *versus* Bem, religião *versus* laicidade; do ineditismo e do inusitado do acontecimento; das identidades reveladas no discurso; as representações; as construções mito-históricas da nação; a construção coletiva da imagem do Outro; a modificação da narração do acontecimento para a justificativa de entrada em guerra (Estados Unidos e Iraque); algumas linhas de pensamento e também os tópicos temáticos. Faremos uma passagem pela linha do tempo: 0 - 1 e 2, ou seja, no ano de 2001, de 2002 e finalmente de 2003, para compreendermos as modificações na construção do discurso e nas representações narradas.

Segundo van Dijk, as pessoas lembram muito pouco das notícias da imprensa ou da televisão. Veremos como o 11 de setembro se tornou um marco, em que não mais é preciso relembrar os fatos para fazer referência a qualquer outro fato a seu redor. Mas, ficou na memória ou no imaginário? Ou nos dois?

4.2. Corpus: Textos de imprensa escrita francesa após os atentados de 11 de setembro de 2001.

Foram analisados artigos do jornal *Le Monde on line*, *Le Libération on line*, e dos semanários *Le Point*, *L'Express International*, *Le Nouvel Observateur* e *L'Expansion* dos anos de 2001 (logo após os fatos ocorridos). Em seguida, alguns desses jornais e revistas no aniversário do 11 de setembro, em 2002 e em 2003. Não houve análise de artigos dos mesmos jornais e revistas utilizados em 2001, tanto pela impossibilidade de se conseguirem esses mídiuns, ou então porque nem todos tiveram artigos publicados sobre o 11 de setembro nos anos subsequentes.

A escolha dos jornais e das revistas se deu por um lado pela disponibilidade, à época, e por outro pelo fato de se poder dividi-los entre mais ou menos discretos, mais ou menos eruditos; finalmente, o fato de termos essa diversidade de estilos, tanto semanários sensacionalistas, que exploram as imagens dos ataques em toda sua tragédia, como revista de peso na análise de aspectos da economia.

Vários outros textos de outros jornais franceses, brasileiros, americanos e italianos foram lidos, com o único objetivo de uma comparação e maior descrição/informação. Mesmo que apenas de modo superficial, é interessante relatar que, em um mundo de informação globalizada, que muda minuto a minuto, nos textos de imprensa francesa é possível notar aspectos particulares não observados nos demais jornais ou revistas de outros países.

Com a análise dos artigos de imprensa, pretende-se responder a questões sobre a lógica da informação (especialmente em acontecimento inédito); o processo de evenemencialização; a organização temática e narrativa sistemática na construção do

acontecimento no discurso de informação; e as intenções do discurso como justificativa das práticas organizacionais.

A resposta, aparentemente, está no sistema de relação entre texto e contexto, através das representações e das ideologias a elas subjacentes. Não se pode tratar de um tema, não se pode narrar um fato da atualidade sem estabelecer uma relação estreita com um contexto e, obviamente, com o público receptor da notícia – notícia que tanto pode ser repetida por vários anos e em vários artigos, ou ser esquecida rapidamente.

Façamos inicialmente uma análise geral de alguns jornais e revistas. Tomemos por exemplo os títulos de duas publicações francesas da época do ataque às torres gêmeas em Nova York. No *L'Express* de 13 de setembro de 2001 o título era “Les ‘Islamistes’ déclarent Guerre contre l’Occident” e no *Le Point* temos “Comment en finir avec les fous d’Allah”. As insinuações de uma necessária batalha contra o terror, com referências religiosas e comparações às antigas Cruzadas foram justificadas pelo caráter santo e justo da guerra que se travaria entre o Bem e o Mal. Na edição de 19 de setembro de 2001 do *International Herald Tribune*, um pequeno artigo faz referência ao comentário sobre a cruzada contra o terrorismo do Presidente Bush, que provocara condenação no mundo árabe, onde o termo é interpretado como a guerra santa cristã contra Muçulmanos. No *La Repubblica* de 13 de outubro de 2001, Umberto Eco aborda a questão do confronto de civilização ou cultura, de uma guerra entre Oriente e Ocidente, e inclui entre os cristãos todos os ocidentais, mesmo os ateus e agnósticos. No *New York Times* de 11 de março de 2003, já durante o conflito EUA x Iraque, o artigo de Jackson Lears tem como título “How a war became a crusade”. Dois dias antes, Jimmy Carter, ex-presidente dos EUA, havia publicado um outro artigo: “Just war – or a Just War?”. Para Ignacio Ramonet, do *Le Monde Diplomatique* de Maio de 2003, o neo-imperialismo dos EUA renova a concepção romana de uma dominação moral – fundada na

concepção de que a livre-troca, a mundialização e a difusão da civilização ocidental são boas para todo mundo – mas também militar e midiática, exercida sobre povos considerados mais ou menos inferiores.

Conseqüentemente ao ato de terror, iniciaram-se ameaças e uma preparação (ou guerra) psicológica, antecedendo, inicialmente, o que se chamou *Guerra ao terror*, caça a seu provável patrocinador, Bin Laden, e, posteriormente, o ataque americano ao Iraque, país que, junto com seu líder, Saddam Hussein, passa a ser o alvo justificado tanto pelo terrorismo como pelo fato de deter armas de destruição em massa – algo não comprovado na época e nem atualmente, aliás. É a busca pelo culpado, pelo antagonista, numa narração heróica; a busca pelo Outro, necessariamente mau, o oposto ao Bem, do outro lado da fronteira. Em sua crônica em *O Globo* (29/09/2001), Affonso Romano de Sant’Anna analisa a guerra em torno de Bin Laden – “uma guerra espirrando sangue, estilhaçando corpos e aleijando consciências” – como, antes de mais nada, uma batalha de rituais e símbolos, quando os Estados Unidos começam a mobilizar o imaginário da população através de rituais cuja função era aglutinar os cidadãos e servir de catarsis para a perplexidade, rituais como o culto à bandeira, canto de hinos de fé na América ou visita às ruínas do *World Trade Center*, reativando símbolos e imagens estocadas no imaginário americano. A catarsis é extremamente essencial nas narrações heróicas, na busca por um culpado. E, para se buscar um culpado, é preciso um herói, moralmente amparado.

A maneira como a mídia, de modo geral, se colocou diante do evento do 11 de setembro e do ataque americano ao Iraque chama a atenção quanto aos aspectos argumentativos do discurso, em que se percebe a necessidade de envolver subjetiva e sentimentalmente os leitores, buscando adesões, transmitindo alguma ideologia ao mesmo tempo em que anula outra – e aqui cabe ressaltar, percebe-se tanto a intenção de hegemonia

americana quanto a posição anti-americanista, na tentativa de explicar um ato terrorista como revanchismo ao neo-liberalismo e a tudo o que representa.

Como todo discurso, o discurso jornalístico também quer convencer o leitor de sua legitimidade, persuadindo-o a se identificar com o que lê. O narrador pode se colocar de maneira mais ou menos distante do fato e sua narração, mas, de um modo geral, há apenas traços do enunciador. No entanto, para representar o mundo, é preciso que de algum modo sua presença seja marcada. A imprensa emprega abundantemente o modo de discurso indireto chamado *résumé avec citations*. Tem pretensão documentária, e repousa sobre uma ética da palavra exata, da objetividade, que leva a voz do discurso a se fazer o mais discreta possível.

Análise de artigos franceses

Consideremos, a seguir, com exemplos específicos, extratos de textos jornalísticos da imprensa escrita francesa na semana de 11 de setembro de 2001. Em seguida, tomaremos textos de setembro de 2002 e 2003, no sentido de visualizarmos uma possibilidade de mudança na construção da narração. A escolha do corpus deu-se na perspectiva da passagem temporal. Precisamos, ao mesmo tempo, de uma visão regressiva e progressiva do fato, e deste modo optou-se por uma comparação entre textos veiculados pela imprensa no decorrer de três anos do acontecimento.

Foi possível observar, além disso, uma mudança de estilo entre os jornais e revistas. No entanto, entre os suportes, imprensa escrita – papel – e imprensa escrita – virtual, não há mudanças consideráveis a serem relatadas.

Análise estrutural

A mídia, como vimos, precisa de sua própria análise estrutural, além de uma análise ideológica, cultural, semiótica e lingüística dos textos e da retórica de imprensa. O objeto central da notícia de imprensa são as mensagens em si mesmas.

Van Dijk estabelece uma análise baseada em tópicos e macroproposições e macroestruturas. As macroproposições, ou proposições, são expressas através de sentenças e por sua vez são parte de macroestruturas, ou tópicos. As macroestruturas são expressas indiretamente por longas partes de textos; não são palavras ou sentenças, mas fazem a descrição do discurso em um macronível. As macroestruturas estabelecem um link com as estruturas do discurso. Podemos resumi-las com a frase: «A informação mais importante é...».

Cada tópico de um texto é representado por uma macroproposição. A macroestrutura é o conjunto de proposições ou macroproposições.

Ex: Tópico

M2

P1 P2 P3

M1

P1 P2 P3

Tópico: macroproposição subjetiva estrategicamente derivada, ligada a seqüências de proposições por macroprocessos (regras, estratégias) numa base de conhecimento de mundo, crenças e interesses pessoais. No uso da língua há uma dimensão social: os modelos são estocados na memória episódica e dão a informação que falta na interpretação de atos ou ações do discurso.

Macroproposição é uma estrutura hierárquica tópica ou temática.

Vejamos os seguintes extratos de textos do Le Monde, Le Libération, L'Express e Le Point na semana imediatamente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Em seguida, veremos extratos dos anos de 2002 e 2003, na busca de superestruturas e macroproposições:

S1 (ou Superestrutura 1) – aliança anti-terrorista diante de um fato inesperado e sem precedentes: M1 (ou macroproposições 1): “Il s’agit d’abord de sceller une sainte alliance antiterroriste.” / “Les attentats commis aux Etats Unis sont sans précédent.” / “L’événement est tout à fait inouï.”

M2 – choque islã (Barbárie, o inimigo, o Outro, Violência e fanatismo)/Ocidente. Religião (fanatismo) e Laicidade (razão). “Le nouveau siècle vient de vivre son premier acte majeur de barbarie.” / “ je suis frappé par la méconnaissance pathétique de l’islam en Occident.”

Para esta pesquisa, chegamos à conclusão de que existem macroestruturas e macroproposições recorrentes, de um modo geral, a todos os textos do corpus.

P1 – Religião. Bem e Mal. Laicidade (singularidade francesa em considerar o papel e o lugar do religioso na sociedade): “Ils consacrent une nouvelle ère de l’histoire du monde, consacrent une fracture entre civilisations.” / “Etrangement, la différence des Occidentaux abasourdis, tétanisés, ces foules enthousiastes ne semblent pas surprises outre mesure par cette apocalypse.” / “(...) aggraveront cette fracture entre civilisations occidentale et islamique.”

P2 – Identidade nacional, fronteiras: Car la crainte est d’entrer dans une logique de confrontation islam-Occident.: “Ils soulèvent la question de l’inévitable riposte américaine.” / “D’ailleurs, dans les deux tours, il y avait beaucoup d’Européens, il y avait des musulmans, des Noirs.”

M3 – Desconstrução da guerra de civilização.

4.2.1 Análises:

SETEMBRO 2001

1) Le Point nr. 1514 – Numéro spécial – 21 septembre 2001

Título: Comment en finir avec les FOUS D'ALLAH

Por: Pierre Beylau

Neste primeiro texto faz-se uma referência explícita a uma santa aliança antiterrorista, liderada pelos EUA, que buscam legitimação de seus atos e apoio da comunidade internacional. Fica clara a posição de total apoio e solidariedade aos Estados Unidos, em primeiro lugar, e não se fala das vítimas humanas tão insistentemente como se fala do Estado atacado. Neste texto pareceu conveniente ao articulista citar o medo do choque islã/Ocidente, no entanto, a cultura árabo-muçulmana continua sendo entendida como parte paralela, embora não excludente, da identidade nacional francesa – é um componente, mas analisado separadamente.

Trecho:

Mais il s'agit d'abord de sceller une sainte alliance antiterroriste. Avant toute action militaire d'envergure, les Etats-Unis souhaitent s'assurer du soutien de la communauté internationale. Car, en matière de lutte antiterroriste, la politique est la continuation de la guerre par d'autres moyens. Le massacre de New York a créé un choc psychologique. Personne n'a osé prendre la défense des kamikazes de New York et de Washington. Même pas ceux qui, dans un passé récent ou lointain, ont instrumentalisé le terrorisme.

(...)

En France, la campagne électorale a été un temps oubliée et, de Matignon à l'Elysée, un seul mot d'ordre a prévalu: solidarité avec les Etats-Unis. Hasard du calendrier: Jacques Chirac devait être le premier chef d'Etat occidental à se rendre à Washington après la tragédie.

(...)

Car la grande crainte est d'entrer dans une logique de confrontation islam-Occident. La croisade du "Bien contre le Mal" évoquée par George Bush suscite des interrogations. Les Européens et les pays arabes redoutent une diabolisation du monde musulman. Hubert Védrine s'est alarmé de voir la théorie de Samuel Huntington sur le choc des civilisations devenir une grille d'analyse conceptuelle en matière de relations internationales. Pour les Européens, notamment les Français, le monde arabo-islamique n'est pas une donnée exogène: c'est une composante nationale et un environnement géopolitique immédiat.

Como acabar com os loucos de Alá.

Mas trata-se antes de mais nada de selar uma santa aliança antiterrorista. Antes de toda ação militar de envergadura, os Estados Unidos desejam se certificar do apoio da comunidade internacional. Porque, em matéria de luta antiterrorista, a política é a continuação da guerra por outros meios. O massacre de Nova York criou um choque psicológico. Ninguém ousou tomar a defesa dos kamikazes de Nova York e de Washington. Mesmo aqueles que, em um passado recente ou longínquo instrumentalizaram o terrorismo. (...)

Na França, a campanha eleitoral foi por um tempo esquecida e, de Matignon ao Eliseu, uma só palavra de ordem prevaleceu: solidariedade com os Estados Unidos. Acaso do calendário: Jacques Chirac devia ser o primeiro chere de Estado ocidental a ir a Washington após a tragédia.

(...)

Pois o grande medo é de entrar em uma lógica de confrontação islã-Occidente. A cruzada do “Bem contra o Mal” evocada por George Bush suscita interrogações. Os Europeus e os países árabes temem uma diabolização do mundo muçulmano. Hubert Védrine se alarmou em ver a teoria de Samuel Huntington sobre o choque de civilizações se tornar uma tabela de análise conceitual em matéria de relações internacionais. Para os europeus, sobretudo os franceses, o mundo árabo-muçulmano não é um dado exógeno: é um componente nacional e um ambiente geopolítico imediato.

2) L’Express – 13-19 septembre 2001

Título: Les “islamistes” déclarent la guerre à l’Occident. Pourquoi maintenant?

Por: Denis Jeambar et Alain Louyot

Novamente temos a declaração de atentados sem precedente nos Estados Unidos, que abrem uma nova era da história do mundo e consagram uma fratura entre civilizações. Há referência a uma Terceira Guerra Mundial, de um gênero inédito na História, entre o terrorismo islamista (e aqueles que já são designados de guerreiros de Alá) e o Ocidente, a partir do ódio que o Ocidente inspirou. Nos Estados Unidos as imagens do fim do mundo fazem milhões de espectadores chorarem, enquanto que em Cabul ou Islamabad, nas ruelas sórdidas de Gaza, outros se exibem diante das câmeras rindo, dando graças a Alá: «Ces foules enthousiastes ne semblent pas surprises outre mesure par cette apocalypse». Para os muçulmanos, trata-se de uma punição esperada aos responsáveis de todos os males da comunidade do Profeta. O ineditismo seria, portanto, para os ocidentais apenas. Tenta-se diminuir o quadro de que todos sejam fanáticos («Bien sûr, ils ne sont qu’une minorité... déterminée et fanatisée»), entretanto a imagem já se formou nas mentes dos leitores. Temos

aqui também a comparação com os ataques de Pearl Harbor, onde mesmo os mais audaciosos dos diretores de filmes de catástrofes não ousariam imaginar. É como pensar o impensável, segundo o artigo.

No próximo trecho, a não-precedência do acontecimento é citada, atentados sem precedente que inauguram uma nova era da história do mundo, e pode-se ver claramente uma pressuposição de que a fratura Ocidente/Islã é de conhecimento de todos, e ao mesmo tempo consagrada e reafirmada – e mesmo agravada – através da narração da demonstração de sentimentos das pessoas diante do acontecimento: “Kaboul, Islamabad, ruelles sordides de Gaza, d’autres s’exhibent devant les caméras en riant, en pavoisant, en rendant grâce à Allah”. O jornalista somente deixa claro mais abaixo tratar-se de um pequeno grupo que exprime sua felicidade com os atos terroristas (Bien sûr, ils ne sont qu’une minorité déterminée et fanatisée), quando já se tinha estabelecido a imagem de dualidade entre Ocidente e Islã. Uma guerra mundial começou, uma terceira guerra, de um novo gênero, inédito na História, “entre le terrorisme selon toute vraisemblance islamiste et l’Occident”, “ceux qu’on designe déjà comme les guerriers d’Allah”. O artigo cita ainda o Corão: “Allah est avec ceux qui sont patients”. O Ocidente é definido estereotipadamente, como a civilização judaico-cristã. E a guerra do golfo contra o Iraque pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais agravam esta fratura entre civilizações ocidental e islâmica. Segundo o artigo, Huntington já havia anunciado esta nova fratura fundamentalista. Segundo ele, o que os governos árabes não conseguiram, a religião vai fazê-lo, com a aparição de uma identidade que transpõe os Estados e que serve de fermento ao terrorismo que atinge hoje os EUA e um Ocidente petrificado.

Como sabemos, as relações entre Ocidente e Oriente não foram apenas de rivalidade, ao mesmo tempo que temos terrorismos europeus como o ETA (grupo separatista basco) e o

IRA (na Irlanda). Paralelamente, é importante atentar para as afinidades na área do Mediterrâneo e de Andaluzia, conforme nos esclarecem autores como Arkoun (2005) e Barbé (2006). Esses dois estudiosos do chamado “espaço mediterrâneo” defendem sua unidade intelectual, espiritual, ética e cultural, “para além das fraturas”, os sistemas teológicos de exclusão recíproca das comunidades, as conquistas e os traços de fronteiras políticas pela Europa colonial, incluindo a ex-União Soviética e a atual Rússia. Não é necessário opor uma margem à outra nem em termos políticos e muito menos do ponto de vista religioso e cultural. Arkoun aborda a história dos sistemas de pensamento e das representações e não somente das idéias que moldaram as crenças religiosas, os conhecimentos, as culturas do que ele chama de o espaço Mediterrâneo. Sua epistemologia quer romper com os dois “monstros ideológicos”, Islã e Ocidente, construídos inicialmente sobre as duas margens Norte-Sul do Mediterrâneo e depois em toda a esfera geopolítica dita “Ocidente”, sob a liderança dos EUA desde 1945. Pensar o espaço mediterrâneo é uma tarefa de desconstrução e refundação. A questão que Arkoun coloca é a seguinte: de que parte do planeta poderia surgir um pensamento liberado das pesadas heranças mitohistóricas e dos pesos das mitoideologias contemporâneas para subverter ao mesmo tempo os fundamentos da Machtpolitik do Ocidente e os discursos de vitimização das ideologias pós-coloniais que continuam a cobrir os fracassos e as tragédias programadas pelas elites nacionais desde os anos 1950? As gerações mais jovens das duas margens continuam a receber um ensino da história que perpetua os estigmas, as definições ideológicas, as ignorâncias fortemente institucionalizadas e mesmo sacralizadas nas três tradições monoteístas. A modernidade clássica continua a usar as oposições binárias comuns aos teólogos monoteístas e à metafísica clássica, como razão/fé, bem/mal, verdadeiro/falso, divino/humano, eternidade/finitude, transcendente/imanente/ cidade de Deus/cidade profana dos homens. E a mídia se alimenta do vocabulário da literatura politológica e constrói os imaginários políticos e sociais fora de todo controle crítico.

Para Barbé, é necessário um retorno ao Mediterrâneo plural, menos maniqueísta e belicoso. É necessário o contato e o diálogo de culturas, em vez do choque, e um espaço transfrontaleiro onde as particularidades nacionais e fraturas culturais poderiam ser mediatizadas e parcialmente pacificadas. Para Barbé, depois do 11 de setembro, há uma tendência a interpretar os acontecimentos sob o prisma do choque de civilizações. Em uma cenografia do Mal onde o terrorista tomou o lugar deixado pelo comunista, a tese de Huntington parece reconfigurar a si mesma a maioria dos imaginários políticos do pós-guerra fria. “Huntington se revela ser antes de mais nada um cartógrafo, que traça fronteiras intransponíveis entre os povos e as civilizações”. Na opinião de Barbé, o Mediterrâneo poderia ser o lugar privilegiado de um diálogo entre culturas, religiões e civilizações. Um espaço vivo e aberto sobre as diferenças, lugar privilegiado de contatos intercivilizacionais. A potência mediadora do mediterrâneo deveria transpor a violência retórica que subentende os discursos essencialistas inspirados tanto nos E.U. quanto na Europa pela tese do choque de civilizações.

Trecho:

Les effroyables attentats commis aux Etats-Unis sont sans précédent. Ils ouvrent une nouvelle ère de l'histoire du monde, consacrent une fracture entre civilisations et soulèvent la question de l'inévitable riposte américaine.

La Troisième Guerre mondiale a commencé mardi 11 septembre sur la côte est des Etats-Unis. Une Guerre mondiale d'un nouveau genre, inédite dans l'Histoire, entre le terrorisme, selon toute vraisemblance islamiste, et l'Occident. On ne connaissait ni le jour ni le lieu où ceux que l'on désigne déjà comme les guerriers d'Allah frapperaient. Mais depuis plusieurs années dans l'ombre, ils attendaient leur heure et fourbissaient leurs armes.

(...)

Newt Gingrich, l'ancien promoteur de la révolution conservatrice de 1995, nomme ce désastre le “Pearl Harbor du XXI^e siècle”.

Pendant que, d'un bout à l'autre des Etats-Unis, des millions de téléspectateurs sanglotent devant les images de fin du monde qui défilent sur leur petit écran, déjà à Kaboul, à Islamabad ou dans les ruelles sordides de Gaza, où le Hezbollah fait recette, d'autres s'exhibent devant les caméras en riant, en pavoisant, en rendant grâce à Allah. Etrangement, la différence des Occidentaux abasourdis, tétanisés, ces foules enthousiastes ne semblent pas surprises outre mesure par cette apocalypse.

Bien sûr, ils ne sont qu'une minorité parmi 1 milliard de musulmans à sombrer dans cette criminelle paranoïa. Mais une minorité déterminée et fanatisée. Et si l'on tente de définir une sorte de pathologie

du fondamentalisme islamique, force est de constater que ce sont presque toujours les mêmes frustrations, les mêmes circonstances, le même contexte social qui favorisent son éclosion et son épanouissement.

(...)

L'interminable cortège de guerres israélo-arabes, avec leurs exodes et leurs massacres, puis, en 1991, la guerre du Golfe, menée contre l'Irak de Saddam Hussein par les Etats-Unis et leurs alliés occidentaux au profit d'Etats arabes jugés réactionnaires par nombre de pays musulmans, aggraveront cette fracture entre civilisations occidentale et islamique.

Os islamistas declaram a guerra ao Ocidente. Por que agora?

Os horríveis atentados cometidos contra os Estados Unidos são sem precedente. Abrem uma nova era da história mundial, consagram uma fratura entre civilizações e levantam a questão da inevitável resposta americana.

A Terceira Guerra mundial começou terça-feira, 11 de setembro na costa leste dos Estados Unidos. Uma Guerra mundial de um gênero novo, inédito na História, entre o terrorismo, segundo toda verossimilhança islamista, e o Ocidente. Não se conhecia nem o dia nem o lugar em que aqueles que já se designa como os guerreiros de Alá atacariam. Mas durante vários anos na sombra, eles esperavam sua hora e mantinham suas armas. (...)

Newt Gingrich, que promoveu a revolução conservadora de 1995, chama esse desastre de “Pearl Harbor do século XX”.

Enquanto, de um lado ao outro dos Estados Unidos, milhões de telespectadores soluçavam diante das imagens do fim do mundo que desfilavam nas suas telas de televisão, em Cabul, em Islamabad ou nas ruas sórdidas de Gaza, onde o Hezbollah domina, outros se exibem diante das câmeras rindo, demonstrando sua alegria, dando graças a Alá. Estranhamente, a diferença dos ocidentais estupefados, paralisados, essas multidões entusiasmadas não parecem surpresas por este apocalipse.

Certamente, eles são apenas uma minoria dentre o 1 bilhão de muçulmanos a fazer sombra nesta paranóia criminosa. Mas uma minoria determinada e fanática. E se se tenta definir uma espécie de patologia do fundamentalismo islâmico, é preciso constatar que são quase sempre as mesmas frustrações, as mesmas circunstâncias, o mesmo contexto social que favorecem sua aparição e o desenvolvimento de suas potencialidades. (...)

O infundável cortejo de guerras israelo-árabes, com seus êxodos e seus massacres, e depois, em 1991 a guerra do Golfe, contra o Iraque de Sadam Hussein, pelos Estados Unidos e seus aliados ocidentais em benefício dos Estados árabes julgados reacionários por um número de países muçulmanos, agravariam essa fratura entre civilizações ocidental e islâmica.

Temos a seguinte estrutura:

M1) Barbárie. Identidade-fronteiras/fraturas de civilizações (Occident X Islam ou clivage Est-Ouest):

P1: “Pendant que, d’un bout à l’autre des E.U.(...) à Kaboul , à Islamabad ou dans les ruelles sordides de Gaza (...) rendant grâce à Allah.”

P2: “Les effroyables attentats consacrent une fracture entre civilisations”

P3: "Une guerre mondiale d'un nouveau genre, inédit dans l'histoire, entre le terrorisme, selon toute vraisemblance islamiste et l'Occident"

P4: "L'interminable cortège (...) aggraveront cette fracture entre civilisations occidentale et islamique"

M2) O ineditismo / a não-precedência:

P1: "Et soudain, ce matin de cauchemar, en 99 minutes, s'est embrasé dans um Pearl Harbor sans précédent"

P2: "Penser la peur, penser la rage, penser l'impensable et l'impuissance de la superpuissance"

P3: Newt Gingrich nomme ce désastre le 'Pearl Harbor du XXIe siècle'

3) Le Nouvel Observateur – 13 au 19 septembre 2001.

Título: L’innommable

La chronique de Jacques Julliard

A questão do ineditismo, do absurdo, do não-ordinário, passa pela linguagem, pelo discurso, pela leitura ou incapacidade de nomear e de ler. A esta incapacidade, está intimamente ligada a questão da barbárie, que, como sabemos, semanticamente quer dizer “falar mal”. Se temos uma escalada da barbárie, isso se refletiria na própria linguagem e ao seu bom ou mau uso.

Trecho:

Faut-il parler d’une escalade dans la barbarie? Oui, à condition d’indiquer que cette évolution est ancienne, qu’elle remonte à la Révolution française et aux guerres révolutionnaires qui, substituant l’idéologie au simple affrontement des forces matérielles, a aboli la distinction entre civil et militaire.
(...)

Ce qui nous coupe le souffle dans l’événement présent, c’est moins son horreur – nous sommes habitués – que son illisibilité: nous sommes en face de l’innommable. Certes, nous n’avons pas encore atteint le degré d’atrocité des deux premières guerres mondiales, mais on se demande si l’on n’en a pas déjà dépassé l’absurdité. Aucune cause, fût-elle la plus légitime, ne saurait être justifiée par le courage désespéré et le froid nihilisme de ses partisans.

O inominável

*É preciso falar de uma escalada na barbárie? Sim, com a condição de indicar que essa evolução é antiga, remonta à Revolução francesa e às guerras revolucionárias que, substituindo a ideologia pelo confronto das forças materiais aboliu a distinção entre civil e militar.
(...)*

O que nos corta a respiração nesse acontecimento presente é menos seu horror – estamos habituados – que sua ilisibilidade: nós estamos diante do inominável. É certo, não havíamos atingido o grau de atrocidade das duas primeiras guerras mundiais, mas nos perguntamos se já não ultrapassamos o absurdo. Nenhuma causa, seja ela a mais legítima, não saberia ser justificada pela coragem desesperada e o frio nihilismo de seus partidários.

M1) Barbárie

P1: Faut-il parler d’une escalade dans la barbarie?

P2: Oui, à condition d’indiquer que cette évolution est ancienne...

M2) O ineditismo / a dificuldade em encaixar em nosso ambiente cultural

P1: ... que son illisibilité.

P2: ... nous sommes en face de l’innommable.

P3: ... l’on n’en a pas dépassé l’absurdité.

4) L'Expansion – du 27 septembre au 10 octobre 2001.

Título: *Un monde à rebâtir*

Por: Michel Camdessus

Temos neste próximo texto novamente referência à barbárie, e ainda certa idéia da possibilidade de se derrotar o poderoso Império americano, e que ele também pode ser frágil e impossibilitado de prever certas catástrofes. Há alusão às fronteiras e a suas representações sociais e geográficas. Ao mesmo tempo, como estabelecemos anteriormente, a discussão em torno dos ataques do 11 de setembro levam a considerações acerca de aspectos representativos da identidade nacional tais como a questão religiosa e a questão da alteridade: A pressuposição de que a religião islâmica é vista de outra maneira que uma religião da bondade e da não-violência, e de que o Outro é de certa maneira ignorado, desconhecido, logo temido e até mesmo violentado socialmente.

Branco, negro, hispânico são citados e os Orientais são resumidos em um único bloco, estereotipados.

O mundo já não é mais o mesmo, existe agora o mito do divisor de águas, no entanto não se diz como era antes da catástrofe, como se na realidade tudo fosse tranquilo e pacífico.

Trecho:

(...)

J'insiste, c'est un financier qui vous le dit. Le nouveau siècle vient de vivre son premier acte majeur de barbarie. C'est terrible, mais il aura fallu ce drame pour que le monde prenne conscience de son insouciance et de sa stupéfiante incapacité à prévoir. On réalise seulement maintenant combien le spectaculaire programme militaire du président Bush, fondé sur des boucliers anti-missiles destinés à protéger des agressions extérieures pour vivre bien tranquille chez soi, préparait la guerre d'avant. Aujourd'hui, l'ennemi n'est plus forcément à l'extérieur des frontières. Il peut être n'importe où, attaquer de l'intérieur.

(...)

Nous vivons un moment décisif pour le multilatéralisme. La vision unilatérale du monde développée par les Etats-Unis a débouché sur une impasse. Chaque jour amène un nouveau problème à géométrie mondiale, qui se rit des frontières des Etats nationaux.

(...)

Je suis frappé par la méconnaissance pathétique de l'islam en Occident. Il faut qu'il y ait des malheurs comme ces attentats pour que les hommes de foi se réunissent pour prier ensemble. Pour que l'on découvre que l'islam est une religion de bonté, d'amour et de paix. Avec l'islam, nous partageons la Méditerranée, nous partageons le Livre. Nous sommes tous fils d'Abraham. Mais l'inculture spirituelle de l'humanité nous coûte aujourd'hui très cher. Je ne veux pas parler de l'étranger, mais en France même, nous souffrons d'une conception rigide de la laïcité. Pour ne pas risquer de heurter la sensibilité de quiconque, on refuse d'évoquer cette dimension culturelle majeure qu'est la foi des uns et des autres. Si bien que, dans nos écoles, nos enfants sont privés de la connaissance d'un aspect essentiel de l'autre. Le refus de connaître le fait religieux dans nos sociétés crée les conditions de cette méconnaissance et de l'affrontement. On ne connaît pas l'autre, donc on le redoute.

Um mundo a reconstruir.

(...)

Eu insisto, é um financista que vos diz. O novo século acaba de viver seu primeiro ato maior de barbárie. É terrível, mas terá sido necessário esse drama para que o mundo tome consciência de sua despreocupação e de sua estupefante incapacidade de prever. Tomamos consciência somente agora de quanto o espetacular programa militar do presidente Bush, fundado sobre seus meios de proteção anti-mísseis destinados a proteger as agressões exteriores para viver bem tranquilo em sua casa, preparava a guerra antes. Hoje, o inimigo não é mais necessariamente no exterior das fronteiras. Ele pode estar em qualquer lugar, atacar do interior.

(...)

Nós vivemos um momento decisivo para o multilateralismo. A visão unilateral do mundo desenvolvida pelos Estados Unidos caiu em um impasse. Cada dia que passa traz um novo problema à geometria mundial, que ri das fronteiras dos Estados nacionais.

(...)

Estou chocado pelo desconhecimento patético do islã no Ocidente. É preciso que haja desgraças como esses atentados para que os homens de fé se reúnam para orar juntos. Para que se descubra que o islã é uma religião de bondade, de amor e de paz. Com o islã, nós dividimos o Mediterrâneo, dividimos o Livro. Somos todos filhos de Abraão. Mas a falta de cultura espiritual da humanidade nos custa hoje muito caro. Eu não vou falar do estrangeiro, mas na França mesmo, sofremos de uma concepção rígida da laicidade. Para não arriscar a ferir sensibilidades, recusamos de evocar esse dimensão cultural maior que é a fé de uns e de outros. Se bem que, em

nossas escolas, nossos filhos são privados do conhecimento de um aspecto essencial do outro. A recusa de conhecer o fato religioso em nossas sociedades cria as condições desse desconhecimento e de enfrentamento Não se conhece o outro, logo ele é temido.

M1) Barbárie

P1: Le nouveau siècle vient de vivre son premier acte majeur de barbarie.

M2) Fratura Ocidente / Islã

P1: Je suis frappé par la méconnaissance pathétique de l'islam en Occident.

M3) Religiosidade / Laicidade

P1: Pour que l'on découvre que l'islam est une religion de bonté, d'amour et de paix.

P2: Nous sommes tous fils d'Abraham.

P3: ...en France même, nous souffrons d'une conception rigide de la laïcité.

P4: Le refus de connaître le fait religieux dans nos sociétés crée les conditions de cette méconnaissance et de l'affrontement.

5) Le Monde.fr – 13 sept 2001

Título: L'Amérique sous le choc d'un "Pearl Harbor" terroriste.

Por: AFP, Reuters.

Neste artigo, temos a comparação explícita com Pearl Harbor, ao mesmo tempo em que se observa o ineditismo do ataque. Bush deve achar e punir os culpados, fazendo, deste modo, justiça àqueles que ofenderam seu país. Os Talibãs negam a responsabilidade. Os próprios Estados Unidos negam envolvimento no acidente.

A confiança da mídia nas informações da própria mídia se observa no fato de o redator do jornal árabe al Qods em Londres afirmar que é quase certo que o milionário Bin Laden esteja por trás dos atentados.

Os aliados europeus demonstram sua solidariedade e denunciam o ato de barbárie do qual os Estados Unidos foram vítimas. Os símbolos da grande potência foram atacados, ataque muito mais ao Estado do que às vítimas. Chirac expressa emoção por tais "attentats monstrueux".

A estrutura e a lógica do discurso de mídia se pode perceber como se a cada parágrafo um tópico fosse explícito e que não necessariamente será desenvolvido no próprio parágrafo, mas terá uma continuação em outra página.

Como em toda narração temos os personagens, o local, o tempo, o clímax, a busca pelos culpados e pela punição. Todos os detalhes são dados, como o número dos vôos, os locais, número de passageiros e tripulação.

Trecho:

Deux symboles de l'hyper puissance américaine, les tours du World Trade Center, à New York, et l'immeuble du Pentagone, à Washington, ont été attaqués mardi 11 septembre. Des milliers de vies ont brusquement été fauchées. Le Président s'est engagé à traduire les coupables en justice.

(...)

À une Amérique traumatisée par une série d'attaques terroristes qui ont fait des milliers de morts à New York et à Washington, mardi 11 septembre, le président George W. Bush a promis que les Etats-Unis retrouveraient les coupables et se ferait justice.

(...)

L'hypothèse islamiste. Em absence de revendication, les responsables américains sont prudents. Ils se sont refusés, mardi, à désigner un coupable. Mais commentateurs de presse, élus et experts évoquaient tous la piste islamiste, cette nébuleuse d'associations et de groupes, plus ou moins autonomes, fonctionnant sous l'égide du dissident saoudien Oussama Ben Laden.

(...)

À Londres, Abdel-Bari Atwan, le rédacteur du journal arabe al-Qods-al-Arabi, estimait que le milliardaire islamiste était "presque à coup sûr" derrière les attentats.

(...)

Dans les territoires palestiniens et ici et là dans le monde arabe, cependant, certains ne cachaient pas leur joie de voir touché le puissant allié d'Israël.

(...)

Ailleurs, de Moscou à Pékin, les condamnations ont été unanimes.

Mesures de sécurité en France. Le Président Jacques Chirac a exprimé "l'immense émotion" de la France et le premier ministre, Lionel Jospin, sa "tristesse horrifiée devant des attentats monstrueux". Le gouvernement a fait valoir qu'il n'y avait pas de menace identifiée contre la France mais a néanmoins décidé de réactiver le plan de sécurité Vigipirate à son seuil maximal.

A América sob o choque de um "Pearl Harbor" terrorista.

Dois símbolos da super potência americana, as torres do World Trade Center, em Nova York, e o prédio do Pentágono, em Washington, foram atacados terça-feira, 11 de setembro. Milhares de vidas foram bruscamente roubadas. O Presidente se engajou a traduzir os culpados na justiça

(...)

A uma América traumatizada por uma série de ataques terroristas que fizeram milhares de mortes em Nova York, terça-feira, 11 de setembro, o presidente George W. Bush prometeu que os Estados Unidos achariam os culpados e se faria justiça.

(...)

A hipótese islamista. Na ausência de revindicação, os responsáveis americanos são prudentes. Eles se recusaram, terça-feira, a designar um culpado. Mas comentaristas da imprensa, políticos e experts evocavam a pista islamista, esse nuvem de associações e de grupos, mais ou menos autônomos, funcionando sob a égide do dissidente saudita Osama Bin Laden.

(...)

Em Londres, Abdel-Bari Atwan, o redator do jornal árabe al-Qods-al-Arabi, estimava que o miliardário islamista estava "quase certamente" por detrás dos atentados.

(...)

Nos territórios palestinos, aqui e acolá no mundo árabe, entretanto, muitos não escondiam sua alegria de ver atingido o poderoso aliado de Israel.

(...)

Em toda parte, de Moscou a Pequim, as condenações foram unânimes.

Medidas de segurança na França. O Presidente Jacques Chirac exprimiu "a imensa emoção" da França e o primeiro ministro, Lionel Jospin, "tristeza terrificada diante dos atentados monstruosos". O governo insistiu no fato de que não havia ameaça identificada contra a França mas decidiu reativar, entretanto, o plano de segurança Vigipirate em seu nível máximo.

Temos a seguinte estrutura:

M1) Os ataques terroristas: O FATO

P1: "Une Amérique traumatisée par une série d'attaques"

P2: "Nous ne ferons aucune distinction entre les terroristes."

M2) A hipótese islamista: A HIPOTESE

P1: "En absence de revendication les responsables américains sont prudents."

P2: " Mais commentateurs de presse évoquaient tous la piste islamiste cette nébuleuse d'associations et de groupes"

P3: " Les talibans afghans ont nié toute responsabilité."

M3) Oriente Médio: O CULPADO

P1: "Dans les territoires palestiniens et ici et là dans le monde arabe certains ne cachent pas leur joie de voir touché le puissant allié d'Israël".

M4) Barbárie/fronteiras identitárias:

P1: "La solidarité des alliés européens"

P2: "Les gouvernements des Quinze et la commission européenne ont dénoncé l'acte de barbarie dont ont été victimes les Etats Unis."

P3: "Ils ont fait part de leur solidarité avec M. Bush et avec le peuple américain."

6) Libération – 12 sept 2001

Título: L'Apocalypse au coeur de l'Amérique

Quatre avions détourné s'écrasent, dont trois sur des symboles de la puissance américaine. Un bilan "terrifiant".

Por: Véronique Soule (avec AFP et Reuters)

Neste artigo se narra como os símbolos do poderio americano são atacados e como o mundo se solidariza com os Estados Unidos. Os Estados Unidos foram a vítima. Ao mesmo tempo há uma comparação a Pearl Harbor – Pearl Harbor terrorista – que deixou os americanos traumatizados, pois foram vítimas de guerra em seu próprio território. Trata-se de um atentado espetacular, uma tragédia nacional: "L'Amérique tétanisée par ce qui la veille encore semblait inimaginable". O Ocidente está em alerta – ou seja, o Ocidente é a vítima do Oriente, ao mesmo tempo em que não se leva em consideração aspectos da cultura capitalista em vários países do Oriente Médio, da África, da Ásia. Bush deve punir, e a palavra "diable" vem à tona várias vezes em seus discursos, assim como os salmos. Nos países europeus se redobram as medidas de segurança. Na França reforça-se o plano de segurança "Vigipirate".

Neste artigo como em todos os outros são dados os detalhes, tais como a companhia aérea, os números dos vôos, o horário preciso, o número de passageiros.

Trecho:

C'est un Pearl Harbor terroriste, répètent les Américains traumatisés. C'est en tout cas la première fois que les Etats-Unis sont victimes d'un acte de guerre sur leur propre territoire.

"Une tragédie nationale". Touchée dans ses points névralgiques, la capitale administrative et la capitale symbolique du pays, l'Amérique était hier soir tétanisée par ce qui, la veille encore, semblait inimaginable.

(...)

Le Président George W. Bush qui se trouvait en Floride, a évoqué à la télévision une "tragédie nationale" lors d'une "apparente attaque terroriste", et a promis de "pourchasser et punir" ses auteurs.

(...)

L'Occident en alerte. L'onde de choc a provoqué un séisme sur les marchés financiers, en chute libre en Europe et en Amérique Latine... (...) La plupart des pays occidentaux ont par ailleurs pris des mesures de sécurité exceptionnelles. La France a notamment annoncé un renforcement du plan Vigipirate et le déploiement de 1 100 soldats dans les rues de Paris.

O Apocalipse no coração da América. Quatro aviões desviados se chocam, três dos quais contra os símbolos do poder americano. Um resultado “aterrorizante”.

É um Pearl Harbor terrorista, repetem os americanos traumatizados. É em todo caso a primeira vez que os Estados Unidos são vítimas de um ato de guerra em seu próprio território

“Uma tragédia nacional”. Tocada em seus pontos nevrálgicos, a capital administrativa e a capital simbólica do país, a América era ontem à noite paralisada pelo que, na véspera, parecia inimaginável.

(...)

O presidente George W. Bush que se encontrava na Flórida, evocou na televisão uma “tragédia nacional” quando de um “aparente ataque terrorista”, e prometeu “perseguir e punir” seus autores.

(...)

O Ocidente em alerta. A onda de choque provocou um seismo nos mercados financeiros, em queda livre na Europa e na América Latina... (...) A maioria dos países ocidentais, aliás, tomaram medidas de segurança excepcionais. A França anunciou um reforço do plano Vigipirate e a distribuição de 1 100 soldados nas ruas de Paris.

M1) O ineditismo

P1: l'Amérique était hier soir tétanisée par ce qui, la veille encore, semblait inimaginable.

M2) Punição

P1: ... et a promis de “pourchasser et punir” ses auteurs.

M3) Ocidente

P1: L'Occident en alerte.

7) Le Monde.fr – 23 sept 2001

Título: Le syndrome post-11 septembre

No título, a síndrome vira uma referência fechada, em que não é mais preciso explicação. Os atentados em solo americano mudaram nosso mundo. Tantos atentados e tragédias acontecem no mundo, mas esse, por seu ineditismo, pelo símbolo que contém em si mesmo, por representar a luta entre o mundo ocidental e a barbárie, muda nosso mundo. Nosso? De quem?

O combate ao terrorismo fica urgente, mesmo que se tenha atos terroristas, inclusive o chamado terrorismo de Estado, em várias partes do mundo.

Neste extrato, Alain Joxe reitera a estranheza do acontecimento, mas também o fato de que existe uma diferença identitária entre americanos e europeus, e que, por exemplo, muçulmanos e negros não são europeus – são os Outros.

Temos a análise de especialistas, em que se percebe a afirmação da estrangeirice quando não se é Europeu (havia nas Torres muçulmanos, negros e Europeus). Mas, o que se quer dizer com a expressão Europa unificada? Há, no discurso, a idéia de uma Europa unificada sem contrastes. O mundo muçulmano está em conflito com o mundo ocidental. Os especialistas descrevem, mesmo se são contrários a eles, os estereótipos que estão em todos os lugares após os atentados. Se há essa discussão e se ela é transcrita, revela que o conteúdo de suas análises é de conhecimento do público, não é estranho ao leitor e, portanto, está no ar dos tempos, na conversa do dia-a-dia, enfim, na memória das pessoas. Citando o autor:

*Car, contrairement à l'idée d'une lutte du bien contre le mal, l'option est toujours entre le mieux et le pis. Si l'on en reste à la vision du bien contre le mal, la vengeance américaine aura forcément des conséquences purement négatives.*⁵⁴

⁵⁴ Porque, contrariamente à idéia de uma luta do bem contra o mal, a opção é sempre entre o melhor e o pior. Se ficamos com a visão do bem contra o mal, a vingança americana terá forçosamente conseqüências puramente negativas.

Trecho:

Alain Joxe: L'événement est tout à fait inouï. (...) Cette haine leur paraît incompréhensible. Cela ne touche pas uniquement les Etats-Unis en tant que centre du système mondial. Mais dire que nous sommes tous des Américains, c'est absolument faux. Nous sommes européens, et cependant nous sommes émus bien que nous n'ayons pas les mêmes raisons d'être émus.

Pierre Hassner: Effectivement, nous ne sommes pas tous Américains, de même que tous les Français n'étaient pas des juifs allemands en 1968. Mais, d'un certain point de vue, je pense qu'il est parfaitement vrai de dire "Nous sommes tous américains". D'ailleurs, dans les deux tours, il y avait beaucoup d'Européens, il y avait des musulmans, des Noirs.

A síndrome pós-11 de setembro

Alain Joxe: O acontecimento é completamente extraordinário. (...) Esse ódio lhes parece incompreensível. Isso não toca apenas os Estados Unidos enquanto centro do sistema mundial. Mas dizer que somos todos americanos é absolutamente falso. Somos europeus, e entretanto nos emocionamos ainda que não tenhamos as mesmas razões de estarmos emocionados.

Pierre Hassner: Efetivamente, nós não somos todos americanos, da mesma maneira que os franceses não eram todos judeus alemães em 1968. Mas, sob um certo ponto de vista eu penso que é perfeitamente verdadeiro dizer "Nós somos todos americanos". Aliás, nas duas torres, havia muitos europeus, havia muçulmanos, negros.

M1) Ineditismo

P1: L'événement est tout à fait inouï.

M2) Europa

P1: Nous sommes européens, et cependant nous sommes émus bien que nous n'ayons pas les mêmes raisons d'être émus.

P2: D'ailleurs, dans les deux tours, il y avait beaucoup d'Européens, il y avait des musulmans, des Noirs.

M3) Barbárie

P1 : Cette haine leur paraît incompréhensible.

8) Le Nouvel Observateur – 20-26 sept 2001

Título: Les Khmers rouges de l'islam (*La technologie moderne au service du djihad*)

Por: Michel Barry (Propos recueillis par Josette Alia)

A questão do ineditismo, das redes terroristas afegãs, a ideologia islamista, o novo djihad, ou cruzada à moda islamista. Já se determina quem é o autor dos atentados, ou Osama Bin Laden, o vilão. Temos também a questão do embate do islã arcaico *versus* tecnologia e ciência ocidental “satânica”.

Trecho:

Quels sont les véritables buts de Ben Laden et des islamistes afghans? Quelles doctrines inspirent leurs actes? Comment concilient-ils une conception ultra-archaïque de l'islam avec le recours aux sciences et techniques de l'Occident “satanique”?

Le N.O. – Le 11 septembre à New York, l'ampleur et la violence des attaques, la sophistication des techniques employées et la mondialisation des réseaux surprennent le monde. Tout semble indiquer qu'on est en face d'un avatar inquiétant de l'islamisme, dont les experts nous annonçaient pourtant le dépérissement. Quelle est votre lecture de ce phénomène? Quelle idéologie se cache derrière ce nouveau djihad afghan professé par Oussama Ben Laden?

Michel Barry. – Essayons de voir d'abord d'où il vient. L'islamisme est une idéologie née dans les années 20, lorsqu'au lendemain de la Première Guerre mondiale les pays musulmans en pleine déroute se sont trouvés sous la domination directe ou indirecte des Européens. Deux réactions opposées se produisent alors. Des révolutionnaires laïques – Atatürk en Turquie, Reza en Iran, Amamoullah en Afghanistan – proclament l'échec de la civilisation traditionnelle islamique et adoptent le modèle européen, mettant l'accent sur le culte de la nation, de la langue, du sol, et recherchant à travers l'archéologie la trace d'un passé préislamique. (...) En même temps, toujours dans les années 20, un mouvement aussi révolutionnaire que celui des colonels laïques se développe en Egypte: celui des Frères musulmans. Eux attribuent la défaite des musulmans aux perversions et aux mœurs décadentes de l'Empire Ottoman, et ils préconisent un retour à la pureté originelle du premier siècle de l'islam.

(...)

Il faut être claire sur ce point: les trois figures emblématiques de l'islamisme actuel, Mawdoudi le sunnite indo-musulman, Qotb le sunnite égyptien et Khomeini le chiite iranien prêchent la même idéologie et ont la même vision du monde, en tout cas au départ.

N.O. Comment définiriez-vous cette idéologie?

M. B. – Elle est moins une spiritualité qu'une règle. Les rapports entre l'homme et Dieu relèvent de l'expérience du Prophète et ce que le Prophète a laissé à la communauté humaine, c'est essentiellement une loi: la charia. Cette loi édictée par Dieu a structuré la meilleure communauté humaine possible, il est donc sacrilège d'en changer le moindre détail. A la primauté de la charia et au mythe du retour à la pureté des origines, il faut ajouter une vision particulière de l'histoire: pour les islamistes afghans, l'islam dès le début a été en butte à des forces “corrosives” qui ont cherché à le déstabiliser et qui sont représentées par les juifs, “éternels ennemis” de l'islam. Militairement vaincus,

chrétiens, juifs et zoroastriens ont alors entamé un travail de sape pour introduire dans l'islam des doctrines perverses destinées à le dénaturer. Il faut démasquer ces ennemis cachés qui prennent parfois l'apparence de faux convertis, et les éradiquer.

N.O.- Vous ne caricaturez pas un peu?

M. Barry.- Je cite mot à mot les textes fondamentaux de l'idéologie islamiste afghane.

(...)

Les talibans sont au font les Khmers rouges de l'islam, ceux qui vont le plus loin pour mettre en pratique la notion de retour aux sources intégrales.

(...) pour les talibans, la division des musulmans en Etats-nations est une invention perverse de l'Occident et il faut rétablir les liens transversaux qui existaient autrefois à travers le monde musulman.

(...)

Il s'agit d'appliquer la loi divine. Cela n'a rien à voir avec la logique, avec les droits de l'homme ou avec la générosité. Mais tout à voir avec un fanatisme religieux qui nie l'humanité.

Khmers vermelhos do islã (A tecnologia moderna a serviço do jihad)

Quais são os verdadeiros objetivos de Bin Laden e dos islamistas afegãos? Que doutrinas inspiram seus atos?

Como conciliam uma concepção ultra arcaica do islã com o recurso às ciências e técnicas do Ocidente "satânico"?

N.O. – O 11 de setembro em Nova York, a amplidão e a violência dos ataques, a sofisticação das técnicas empregadas e a mundialização das redes surpreendem o mundo. Tudo parece indicar que estamos diante de um avatar inquietante do islamismo, cuja perda de vitalidade os experts anunciam. Qual é sua leitura desse fenômeno? Qual ideologia se esconde atrás do jihad professado por Osama Bin Laden?

M. Barry: Vamos tentar primeiro ver de onde ele vem. O islamismo é uma ideologia nascida nos anos 20, quando no final da Primeira Guerra mundial os países muçulmanos desorientados se acharam sob o domínio direto ou indireto dos europeus. Duas reações opostas se produziram então. Os revolucionários laicos – Ataturk na Turquia, Reza no Irã, Amamoullah no Afeganistão - proclamam o fracasso da civilização tradicional islâmica e adotam o modelo europeu, acentuando o culto à nação, à língua, ao solo e procurando através da arqueologia traços de um passado pré-islâmico. (...) Ao mesmo tempo, sempre nos anos 20, um movimento tão revolucionário quanto o dos coronéis laicos se desenvolve no Egito: o dos Irmãos muçulmanos. Eles atribuem a derrota dos muçulmanos às perversões e aos costumes decadentes do Império Otomano e eles preconizam um retorno à pureza original do primeiro século do islã.

(...)

É preciso ser claro nesse ponto: as três figuras emblemáticas do islamismo atual, Mawdoudi o sunita indo-muçulmano, Qotb o sunita egípcio e Khomeini o chiita iraniano pregam a mesma ideologia e possuem a mesma visão do mundo, pelo menos no início.

N.O. Como o sr. definiria essa ideologia?

M. B. – É menos uma espiritualidade que uma regra. As relações entre o homem e Deus relevam da experiência do Profeta e do que o Profeta deixou à comunidade humana, é essencialmente uma lei: a charia. Essa lei prescrita por Deus estruturou a melhor comunidade humana possível, é portanto um sacrilégio mudar o menor detalhe que seja. À primazia da charia e ao mito do retorno à pureza das origens é preciso adicionar uma visão particular da história: para os islamistas afegãos o islã desde o início lutou contra forças "corrosivas" que procuraram desestabilizá-lo e que são representadas pelos judeus, "eternos inimigos" do islã. Militarmente vencidos, cristãos, judeus e zoroastras começaram um trabalho de sapa para introduzir no islã doutrinas perversas destinadas a desnaturá-lo. É preciso desmascarar esses inimigos escondidos que tomam às vezes a aparência de falsos convertidos, e os erradicar.

N.O.- O sr. não está caricaturando um pouco?

M. Barry.- Eu cito palavra por palavra os textos fundamentais da ideologia islamista afegã.

(...)

Os talibãs são no fundo os Khmers vermelhos do islã, aqueles que vão mais longe para colocar em prática a noção de retorno às fontes integrais.

(...) para os talibãs, a divisão dos muçulmanos em Estados-nação é uma invenção perversa do Ocidente e é preciso restabelecer os laços transversais que existiam antes através do mundo muçulmano.

(...)

Trata-se de aplicar a lei divina. Isso não tem nada a ver com a lógica, com os direitos humanos ou com a generosidade. Mas tudo a ver com um fanatismo religioso que nega a humanidade.

M1) Ineditismo

P1: Le 11 septembre à New York, l'ampleur et la violence des attaques, la sophistication des techniques employées et la mondialisation des réseaux surprennent le monde.

M2) Fanatismo religioso/ esclarecimentos

P1: L'islamisme est une idéologie née dans les années 20, lorsqu'au lendemain de la Première Guerre mondiale les pays musulmans en pleine déroute se sont trouvés sous la domination directe ou indirecte des Européens.

P2: Les talibans sont au font les Khmers rouges de l'islam, ceux qui vont le plus loin pour mettre en pratique la notion de retour aux sources intégrales.

9) Le Nouvel Observateur – 20-26 sept 2001

Título: L'islam contre l'islam

Por: Jean Daniel

Neste artigo, Jean Daniel fala da posição americana e também européia em fazer a guerra, em vez de se pensar nos aspectos diplomáticos. Para o autor, várias personalidades americanas e européias se recusam a considerar os atentados do 11 de setembro como uma oposição entre islã e Ocidente. Essa tese seria uma expressão dos fanáticos terroristas islâmicos, que combatem em nome desse choque ou de uma incompatibilidade de civilizações.

Torna-se interessante notar como o autor do artigo consegue analisar aspectos psicológicos dos membros das redes terroristas, e como tais aspectos podem se assemelhar a teorias ocidentais de choque ou de fraturas civilizacionais.

O artigo traz também a questão de que os atentados são um “sinal” de uma primeira guerra do terceiro milênio, o que foi também expresso por vários outros artigos à época, e a questão do orgulho americano, idéia que depois foi sendo cada vez mais acentuada. No início tínhamos um ataque a toda a civilização ocidental, os europeus estavam órfãos e

emocionados, apavorados, etc, mas com o passar de poucos dias forjou-se a idéia de que o grande atacado foi o Estado americano.

Trecho:

I - Le spectre du choc des civilisations

La guerre, la guerre, la guerre... à force d'en parler, il faut bien finir par la faire. Redoutant que le lyrisme des promesses ne conduise à une irresponsabilité des comportements, de nombreuses personnalités américaines et européennes viennent de prendre une position claire. Elles refusent de considérer les attentats du 11 septembre contre les Etats-Unis comme le signe d'une première guerre du troisième millénaire qui opposerait l'Islam à l'Occident.

(...)

Ainsi, le geste des pilotes qui ont lancé leur avion contre les tours du World Trade Center et contre le Pentagone, provoquant plus de 5 000 morts civils et blessant la fierté américaine, s'inscrirait dans une stratégie antioccidentale. Les inspirateurs du terrorisme islamiste ne peuvent, quant à eux, être choqués par une thèse qui les exprime avec autant de compréhension. Après tout, la grande majorité des musulmans a sans doute condamné les attentats contre les civils, mais les partisans des guerres saintes combattent toujours au nom d'une incompatibilité de civilisations.

I – O espectro do choque de civilizações.

A guerra, a guerra, a guerra... por se falar tanto dela, é preciso acabar fazendo. Receando que o lirismo das promessas conduza a uma irresponsabilidade dos comportamentos, várias personalidades americanas e européias acabam de tomar uma posição clara. Elas se recusam a considerar os atentados do 11 de setembro contra os Estados Unidos como o sinal de uma primeira guerra do terceiro milênio que oporia o islão ao ocidente.

(...)

Assim, o gesto dos pilotos que lançaram seu avião contra as torres do World Trade Center e contra o Pentágono, provocando mais de 5000 mortos civis e ferindo o orgulho americano, se inscreveria em uma estratégia antiocidental. Os inspiradores do terrorismo islâmico não podem, quanto a eles, estar chocados por uma tese que os exprime com tanta compreensão. Após tudo, a grande maioria dos muçulmanos sem dúvida condenou os atentados contra os civis, mas os partidários das guerras santas combatem sempre em nome de uma incompatibilidade de civilizações.

M1) Ocidente / Islã

P1: ...qui opposerait l'Islam à l'Occident.

P2: Après tout, la grande majorité des musulmans a sans doute condamné les attentats contre les civils, mais les partisans des guerres saintes combattent toujours au nom d'une incompatibilité de civilisations.

Conclusões parciais

Nos textos de imprensa analisados, observamos na construção do acontecimento – a narração do 11 de setembro –, de um modo geral, o que se segue: A narração dos ataques terroristas às torres gêmeas em 2001 traz à tona, como a ponta de um iceberg, representações da identidade de uma sociedade. Essa narração do fato pode ser vista como uma narração heróica, em que temos a busca pela especificação de componentes da narração - como o Herói ou o mocinho (o Bem), o Bandido ou o culpado (o Mal) -, a trama, os detalhes – tais como local, horário, meios, número de vítimas no ar e nos prédios - o conflito, a inevitável busca pela justiça, o julgamento, a busca por um culpado com referências imutáveis e uma condenação prévia. Neste acontecimento não-fictício podemos verificar, explícita ou implicitamente, na relação entre texto e contexto, várias das chamadas *entidades mitoideológicas*, especialmente o entendimento do choque de civilizações. Esses são os principais traços argumentativos utilizados nos textos jornalísticos em questão. Além disso, confunde-se o pressuposto líder e mandante dos ataques (que é muçulmano da ala radical) com a religião e os costumes islâmicos como um todo. Confunde-se islamismo, o islã fundamentalista, radical, com Islã, religião. Há uma valorização de Bem e de Mal, sem uma discussão ética dos valores. O ineditismo do acontecimento traz em si uma noção de atentado que passa pela ficção, quase como se contasse uma história cinematográfica.

Inicialmente, com o ineditismo do fato, se lida com uma memória imediata, sensorial – não se sabe exatamente como lidar com o fato em si e as imagens. Posteriormente, já é possível uma análise através da memória de curto termo, a memória de trabalho. Analisa-se, fazem-se comparações e julgamentos, mas os fatos estão ainda recentes. É preciso uma base cultural existente para que se compreenda e conviva com o fato. Num momento mais à frente, o acontecimento, já construído, passa a fazer parte da base de conhecimentos da sociedade, de sua cultura e ideologia. O acontecimento “11 de setembro” por si só já está inserido e

cristalizado e, aparentemente, sob a capa das entidades mitoideológicas explicadas pelo famoso choque de civilizações, aliado ao esquema terrorismo=fanáticos islamitas.

Os artigos analisados colocam a Europa em primeiro plano, ao relatar como as pessoas sentem a solidariedade para com os Estados Unidos e uma possível entrada na guerra contra o terrorismo. A França – uma vez que se trata de textos de imprensa francesa – aparece em um nível mais inferior na escala hierárquica do texto. Aparentemente, isso se deve ao fato de se querer impor um conjunto unido e hegemônico como representação da identidade das nações da União Européia.

Visto tratar-se de uma nação com fortes influências da civilização árabe, é surpreendente (ou não) notar como é percebido no texto o dualismo entre uma civilização Ocidental, dita Judaico-cristã, e o velho “rival”, o Islamismo. Em vários textos esses opostos aparecem, inclusive com abordagem e explicação de sua origem histórica. Mais interessante é que se toma como base analítica um paradigma religioso, em um país que se diz genuinamente laico.

Alguns artigos vinculam os atentados do 11 de setembro a Pearl Harbor. Entretanto, o ineditismo, a não procedência do acontecimento é um dos aspectos mais recorrentes e mais fortes em todos os textos.

É bastante claro que a linha jornalística de cada um dos jornais e revistas analisados pode ser dividida entre mais discreta e mais espetacular na construção da mensagem. De todo modo, entende-se que o jornal ou a revista possui um público receptor que se encaixa em um tipo de leitura e interpretação, e necessita de estruturas culturais conhecidas para compreender o inédito. Esses jornais e revistas apelam para o que o público receptor espera ler.

Podemos observar que o fundamentalismo islâmico, em sua oposição ao Ocidente, aparece como sendo um desestabilizador de uma civilização inteira, como se dentro desta mesma civilização não houvesse conflitos entre os próprios cristãos, e como se a civilização

árabo-muçulmana nunca tivesse tido contato pacífico e construtivo com o dito Ocidente. Devemos nos lembrar que para os árabes a palavra *Maghreb* (o “deitar”) é o Ocidente, e isso inclui, por exemplo, o Marrocos (Maghrb); e a palavra *Machrek* (o “levantar”) é o Oriente.

Podemos entender que de certo modo existe uma batalha entre a razão, ou tudo o que o Ocidente construiu, e a *barbárie*, a insanidade, o não-diálogo – mesmo que, assim como escreve Lattman-Weltman, o terror, à sua maneira, tenha um caráter expressivo, uma linguagem, sendo portador de uma mensagem que se traduz em atos: “é a linguagem do confronto absoluto”. Assim, podemos ainda entender que, se a razão é ocidental, logo a loucura é oriental, a não ser que, seguindo a idéia de pares, a razão não exista sem a loucura, e ambas as categorias estariam sempre juntas. Com esses exemplos podemos ver que o processo de evenemencialização passa obrigatoriamente pelo paradigma de um quase folhetinesco conflito entre Bem e Mal, Ocidente e Islamismo radical, razão e barbárie.

SETEMBRO DE 2002

Em setembro de 2002, temos como tópico geral o aniversário dos atentados do 11 de setembro, em especial o choque dos aviões às Torres do WTC, mais comentados do que os atentados ao Pentágono. É preciso levar em consideração os aspectos da passagem do tempo e sua relação com a narração do acontecimento. O distanciamento temporal nos leva ao trabalho da memória, e, de modo geral, não é mais necessário relatar o que aconteceu, com exceção de alguns poucos artigos. Nessa passagem do tempo, o antiamericanismo vem à tona entre os franceses, substituindo em grande medida o sentimento de compaixão, e o grande argumento é a invasão americana ao Iraque, anunciada pelo presidente George Bush. O uso da palavra *cruzada* é novamente resgatado. A análise do apoio da direita religiosa e dos neoconservadores a Bush corrobora para que se comece a falar também de fundamentalismo cristão. Há um debate de idéias – religião *versus* laicidade.

Interessante observar alguns jornais com artigos que colocam em evidência as lições tiradas (*ou não*, como afirma Chomsky em artigo publicado no *Le Monde* de 11 de setembro de 2002) após os acontecimentos do 11 de setembro. Lições relativas a terrorismo, ameaças, imagem dos EUA no mundo, invasão do Iraque, ódio dos extremistas islâmicos em relação aos ocidentais.

Uma abundância enorme de produção editorial francesa e estrangeira também marcou o aniversário do 11 de setembro na França. Entre os lançamentos, temos: “*Orient-Occident, la fracture imaginaire*” de Georges Corm, Editora La Découverte; “*Pourquoi le monde déteste-t-il l’Amérique*” de Ziauddin Sardar et Merryl Wyn Davies, traduzido em francês por M.-F. Paloméra e J.-P. Murlon, Fayard; “*L’Islam à l’épreuve de l’Occident*” de Jocelyne Cesari, La Découverte; “*L’imposture du choc des civilisations*” de Marc Crépon, Pleins Feux; “*Lettres de France – Après le 11 septembre*” de Jean Daniel; “*Géopolitique de l’apocalypse. La*

démocratie à l'épreuve de l'islamisme", de Frédéric Encel, Flammarion; "*L'ennemi américain – Généalogie de l'antiaméricanisme français*", de Philippe Roger, Seuil.

01) Le Monde – 10 septembre 2002

“RADIO”

24 heures de réflexion

Por: Matthieu Garrigou Lagrange

Temos aqui a referência ao aniversário do 11 de setembro e à operação da Radio France Internationale, que acontece na véspera, dia 10, batizada de “e o dia seguinte, tudo foi diferente?”. Tenta-se obter uma resposta para o questionamento sobre a mudança do mundo no pós-11 de setembro. Esta data passa a ser, deste modo, um marco.

Trecho:

La veille de la commémoration des attentats du 11 septembre, la radio internationale RFI bouleverse ses programmes pour laisser la place à une opération exceptionnelle baptisée “11 septembre: et le lendemain, tout fut différent?”. Pendant vingt-quatre heures, de minuit à minuit, l’antenne est mobilisée pour tenter de répondre à une question: en quoi le 11 septembre 2001 a-t-il changé la face du monde?

En partenariat avec l’Institut d’études politiques de Paris, d’où seront diffusées les émissions, en direct et en public, RFI se propose d’aborder un thème différent toutes les heures de ce marathon radiophonique.

(...)

“Nous organisons cette spéciale le 10 septembre pour ne pas mélanger commémoration et réflexion”, souligne Jérôme Bouvier, directeur de la rédaction française de RFI et initiateur du projet.

24 horas de reflexão

Na véspera da comemoração dos atentados do 11 de setembro, a rádio internacional RFI (Radio France Internationale) mexe em sua programação para deixar um lugar a uma operação excepcional batizada de “11 de setembro: e o dia seguinte, tudo foi diferente?”. Durante vinte e quatro horas, de meia-noite a meia-noite, o canal é mobilizado para tentar responder a uma questão: em que o 11 de setembro de 2001 mudou a face do mundo?

Em parceria com o Instituto de estudos políticos de Paris, de onde serão difundidas as emissões, ao vivo e em público, RFI se propõe a abordar um tema diferente a cada hora dessa maratona radiofônica.

(...)

“Nós organizamos esse especial no dia 10 de setembro para não misturar comemoração e reflexão”, reforça Jérôme Bouvier, diretor da redação francesa de RFI et que iniciou o projeto.

M1) O aniversário.

P1: La veille de la commémoration des attentats du 11 septembre, la radio internationale RFI bouleverse ses programmes pour laisser la place à une opération exceptionnelle (...)

M2) Antes e depois do 11 de setembro

P1: "11 septembre: et le lendemain, tout fut différent?"

P2: Pendant vingt-quatre heures, de minuit à minuit, l'antenne est mobilisée pour tenter de répondre à une question: en quoi le 11 septembre 2001 a-t-il changé la face du monde?

02) Le Monde – 11 septembre 2002

CINÉMA

Onze autres manières de voir le 11 septembre

Título: Début de polémique aux Etats-Unis

A questão do antiamericanismo novamente estampada em artigo francês. Viciosamente antiamericana, é como o New York Post denuncia a atitude do filme.

Este filme, produzido por Canal +, é acusado de um antiamericanismo estridente.

Esse fato corrobora a questão da compaixão que é deixada de lado para análises mais contundentes e baseadas em aspectos distantes da emoção diante dos ataques às torres, em 2001.

Trecho:

Sans attendre d'avoir vu 11'09"01, le tabloïde New York Post a dénoncé l'attitude "vicieusement antiaméricaine" que reflète le film, qui doit être projeté, pour la première fois en Amérique du Nord, le 11 septembre, au Festival de Toronto.

Dans un article publié le 20 août, François Godard, correspondant occasionnel à Paris du journal des professionnels de Hollywood, écrivait: "Pour commémorer les attentats du 11 septembre à New York et Washington, Canal +, filiale de Vivendi Universal, a produit 11'09"01 (...). Il y a un seul problème, plusieurs films sont d'un antiaméricanisme strident."

Onze maneiras de ver o 11 de setembro

Início de polêmica nos Estados Unidos

Sem esperar ter visto 11'09"01, o tablóide New York Post denunciou a atitude "viciosamente antiamericana" que reflete o filme, que deve ser projetado, pela primeira vez na América do Norte, no dia 11 de setembro, no Festival de Toronto.

Em um artigo publicado em 20 de agosto, François Godard, correspondente eventual em Paris do jornal dos profissionais de Hollywood, escrevia: "Para comemorar os atentados do 11 de setembro em Nova York e Washington, Canal +, filial de Vivendi Universal, produziu 11'09"01 (...). Só tem um problema, vários filmes são de um antiamericanismo estridente."

M1) O antiamericanismo visto pelos americanos e comentado pelos franceses

P1: Sans attendre d'avoir vu 11'09"01, le tabloïde New York Post a dénoncé l'attitude "vicieusement antiaméricaine" que reflète le film...

P2: Il y a un seul problème, plusieurs films sont d'un antiaméricanisme strident.

03) Le Monde – 11 setembro 2002

L'après-11 septembre

Título: Depuis un an, l'image des Etats-Unis s'est fortement dégradée en France

Por: Gérard Courtois

Neste artigo, temos a idéia de divisão antes/depois 11 setembro. A simpatia de antes se foi, e a América é asuperpoderosa, o Império criticado pela mídia e pela população francesa. Agora, o “somos todos americanos” deu lugar a uma análise mais racional e menos emotiva dos acontecimentos, na época tão inéditos e espantosos que não deu muito tempo a muitas análises mais racionais.

Como diz o artigo, os clichés começam a vir à tona, ou seja, estereótipos da relação França-Estados Unidos. A questão do antiamericanismo é colocada logo de início, e é q idéia que fica mais marcada, para logo em seguida se reafirmar oo sentimento de solidariedade. Um esquema bastante usado pelos artigos de imprensa, ou seja, colocar em relevo uma idéia que não necessariamente é a única para somente em seguida fazer o contraponto.

A questão da guerra contra o Iraque também é colocada em perspectiva. A democracia que poderia ser um dos motivos para o ataque americano ao Iraque não é vista como um argumento válido pelos franceses.

É deveras interessante observar como a França consegue fazer agora um distanciamento e, de certo modo, perceber as diversidades existentes no próprio território nacional, minimizando, como já nos referimos anteriormente, as grandes fraturas, como, por exemplo, Tirania *versus* Democracia.

No entanto, a fratura dentro do próprio Ocidente é revelada nas críticas que a França estabelece contra os americanos.

Trecho:

L'élan de sympathie manifesté au lendemain des attentats s'est évanoui. Selon un sondage Sofres, les Français voient d'abord en l'Amérique une hyperpuissance riche et impérialiste, défendant ses intérêts. Ce regard critique n'empêche pas un sentiment de solidarité plus marqué.

LE "JE T'AIME moi non plus" franco-américain n'est pas nouveau. Mais l'on aurait pu imaginer que l'onde de choc déclenchée par les attentats du 11 septembre 2001 serait de nature à bousculer les clichés tenaces entretenus par les Français sur les Américains et vice-versa. Il n'en est rien, ou presque, selon le sondage réalisé par la Sofres pour la Fondation franco-américaine, Le Monde et Business Week.

(...)

L'année écoulée depuis le 11 septembre n'a pas davantage amélioré le jugement porté par les Français sur la politique étrangère américaine. Au contraire. Près deux tiers des sondés estiment que Washington entend d'abord "protéger et étendre les intérêts et les investissements américains dans le monde" (64%) et "imposer la volonté des Etats-Unis au reste du monde" (63% en forte hausse de 11 points en deux ans). A l'inverse, 23% seulement (en recul de 5 points) jugent que les Américains cherchent à "maintenir la paix dans le monde" et 9% seulement (recul de 2 points) qu'ils veulent "aider au développement de la démocratie". L'un des arguments volontiers développé outre-Atlantique pour justifier une éventuelle intervention en Irak – l'installation à Bagdad d'un régime démocratique – ne trouve manifestement guère de crédit en France.

Após um ano a imagem dos Estados Unidos se degradou fortemente na França

O espírito de simpatia manifestado no dia seguinte aos atentados se foi. De acordo com uma sondagem Sofres, os franceses vêem inicialmente na América uma superpotência rica e imperialista, defendendo seus interesses. Esse olhar crítico não impede um sentimento de solidariedade mais marcado.

O "JE T'AIME moi non plus" franco-americano não é novo. Mas teria-se podido imaginar que a onda de choque declanchada pelos atentados do 11 de setembro de 2001 seria de natureza a mudar por completo os clichês tenazes que os franceses possuem dos americanos e vice-versa. Não acontece nada, ou quase, segundo a sondagem realizada pela Sofres para a Fundação franco-americana, Le Monde e Business Week.

(...)

O ano que se passou após o 11 de setembro não melhorou o julgamento dos franceses sobre a política estrangeira americana. Pelo contrário. Quase dois terços das pessoas sondadas estimam que Washington quer antes de mais nada "proteger e estender os interesses e os investimentos americanos no mundo" (64%) e "impôr a vontade dos Estados Unidos ao resto do mundo" (63% em alta de 11 pontos em dois anos). Ao inverso. 23% somente (um recuo de 5 pontos) julgam que os americanos procuram "manter a paz no mundo" e 9% somente (recuo de 2 pontos) que eles querem "ajudar o desenvolvimento e a democracia". Um dos argumentos desenvolvidos de boa vontade do outro lado do Atlântico para justificar uma eventual intervenção no Iraque – a instalação em Bagdá de um regime democrático – não tem crédito na França.

M1) Ameaça terrorista

P1: Les services américains s'inquiètent de la reorganisation des réseaux d'observation de Ben Laden.

P2: Les services estiment que la menace terroriste demeure entière.

M2) Mundo árabe / Ocidente

P1: L'organisation terroriste a une profondeur que peu imaginaient en Occident en septembre 2001.

P2: Environ 100.000 hommes... La plupart sont retournés chez eux dans des pays

P2: Indonésie, Bali.

M3) Luta (ou guerra) anti-terrorista

P1: Les responsables de la lutte contre le terrorisme estiment avoir affaibli l'organisation terroriste.

P2: L'organisation a modifié sa stratégie.

04) Le Monde – 11 septembre 2002

Título: New York, Kaboul... Bagdad: l'année qui ébranla le monde.

Por Jan Krauze

Novamente neste artigo é abordada a questão do ineditismo bem como do antes e depois dos atentados. Não se tem ainda a noção completa do que tenha sido o 11 de setembro, segundo o jornal, mas é comparado ao fim da guerra fria, e muitos ficam entre o início de uma nova ordem ou de uma nova desordem mundial.

O artigo trata ainda da resolução de problemas com o Afeganistão, política de George Bush que não é bem vista por todos os seus aliados.

Não se pode deixar de mencionar o fato de que novamente se reitera a questão do ataque aos Estados Unidos, e não uma questão de direitos humanos, uma questão internacional, onde civis de várias nacionalidades foram mortos.

Trecho:

L'attaque terroriste sans précédent contre la plus grande puissance du monde a contraint les sociétés occidentales à réviser nombre de leurs certitudes sur l'ordre international de l'après-guerre froide. Rien n'est plus exactement comme avant le 11 septembre 2001.

Un an après les attentats du 11 septembre 2001 contre New York et Washington, la portée exacte de l'événement reste à mesurer. Pour certains, il ouvre une ère nouvelle d'incertitude devant le versant le plus inquiétant d'une "mondialisation" mal contrôlée. Pour d'autres, la fin de la guerre froide en 1989 annonçait cette irruption d'un nouveau désordre, loin du "nouvel ordre international" alors espéré. Stupéfiée par l'audace de l'attaque, l'Amérique s'est ressaisie rapidement. Une campagne militaire efficace lui a permis de réimposer un début d'ordre en Afghanistan. Le président George W. Bush y a vu une chance historique d'asseoir le leadership américain sur une nouvelle doctrine stratégique d'"action préventive". Cette politique suscite méfiance et critiques parmi les alliés traditionnels des Etats-Unis.

Nova York, Cabul... Bagdá: o ano que abalou o mundo.

O ataque terrorista sem precedente contra a maior potência do mundo levou as sociedades ocidentais a revisar algumas de suas certezas sobre a ordem internacional do pós-guerra fria. Nada é exatamente como antes de 11 de setembro de 2001.

Um ano após os atentados do 11 de setembro de 2001 contra Nova York e Washington, a medida exata do acontecimento ainda está para se medir. Para alguns, abre uma nova era de incerteza diante de uma "globalização" mal controlada. Para outros, o fim da guerra fria em 1989 anunciava essa irrupção de uma nova desordem, longe da "nova ordem internacional" então esperada. Estupefada pela audácia do ataque, a América se refez rapidamente. Uma campanha militar eficaz lhe permitiu reimpor um início de ordem no Afeganistão. O presidente George W. Bush viu ali uma chance histórica de colocar a liderança americana sobre uma nova doutrina estratégica de "ação preventiva". Essa política suscita desconfiança e críticas entre os tradicionais aliados dos Estados Unidos.

M1) Antes e depois do 11 de setembro

P1: Rien n'est plus exactement comme avant le 11 septembre 2001.

M2) O ineditismo / a não precedência

P1: L'attaque terroriste sans précédent

M3) Aspectos da invasão militar

P1: Cette politique suscite méfiance et critiques parmi les alliés traditionnels des Etats-Unis.

05) Libération – 11 septembre 2002

Título: La guerre de trop

Por: Serge JULY

Neste aniversário do 11 de setembro, já não se vêem mais as declarações do tipo “Todos somos americanos”. O ponto principal agora é a guerra do Iraque, a possibilidade ou não de armas nucleares e os tratados de não-proliferação. O grande mal agora não é tanto Bin Laden, mas muito mais Saddam Hussein, continuando na linha de uma rivalidade entre Estados Unidos (Ocidente) e o eixo do mal (algum país ou alguém vinculado ao dito Oriente ou aos islamistas).

Trecho:

Un an après, l'Amérique de George W. Bush rythme les commémorations de la tragédie du 11 septembre avec le décompte d'une nouvelle guerre. Elle mobilise l'opinion et ses troupes pour un combat douteux préfigurant le triomphe du désordre mondial.

Ce n'est pas le milliardaire saoudien (s'il est toujours vivant) et ses réseaux en fuite qui mobilisent cette armada, c'est encore une fois Saddam Hussein. Le vaincu de la guerre de 1991 est de nouveau la cible américaine.

Certes, le dictateur irakien a un palmarès édifiant: utilisation des armes chimiques contre les Iraniens et contre sa propre population, les Kurdes d'Irak, invasion-annexion du Koweït em août 1990, ce qui provoqua la première guerre du golfe, guérillas et parties de cache-cache sur les armes de destructions massives avec les inspecteurs des nations unies jusqu'à leur expulsion em 1998.

Aucun lien n'est aujourd'hui prouvé entre Saddam Hussein et Ben Laden. Ce sont deux phénomènes de nature différente, même s'ils appartiennent tous deux à notre “modernité”. Cette foi, le forcené baasiste n'a agressé ni Israël ni les Etats-Unis, il n'a pas cherché non plus à annexer le territoire de l'un de ses riches voisins gorgé de pétrole, comme ce fut le cas avec le Koweït. La guerre de 1991 a été déclenchée justement pour faire respecter ce droit à la souveraineté, qui apparaissait comme l'une des pierres angulaires d'un nouvel ordre mondial appelé à succéder à la confrontation américano-soviétique.

Saddam Hussein viole les résolutions du Conseil de sécurité sur les armes de destruction massive et les traités sur la non-prolifération des armes nucléaires et chimiques. Il a la passion des armes sales, mais, en l'état actuel des informations, il ne possède pas la bombe atomique. Que l'on sache, la seule bombe nucléaire islamique existante est de nationalité pakistanaise. (...)

A guerra em excesso

Um ano após. A América de George W. Bush combina as comemorações da tragédia do 11 de setembro com o desconto de uma nova guerra. Ela mobiliza a opinião e suas tropas para um combate duvidoso prefigurando o triunfo da desordem mundial.

Não é o bilionário saudiano (se ele ainda está vivo) e suas redes em fuga que mobilizam essa armada, é uma vez mais Sadam Hussein. O vencido da guerra de 1991 é de novo o alvo americano.

O ditador iraquiano tem uma lista edificante: utilização de armas químicas contra os iranianos e contra sua própria população, os curdos do Iraque, invasão-anexação do Kuaite em agosto de 1990, o que provocou a

primeira guerra do golfe, guerrilhas e partes de esconde-esconde sobre as armas de destruições massivas com os inspetores das Nações Unidas até sua expulsão em 1998.

Nenhuma conexão é hoje provada entre Sadan Hussein e Bin Laden. São dois fenômenos de natureza diferente, mesmo se eles pertencem a nossa “modernidade”. Desta vez, esse descontrolado baasista não agrediu nem Israel nem os Estados Unidos, ele não quis anexar nenhum território de seus ricos vizinhos cheios de petróleo, como foi o caso do Kuaite. A guerra de 1991 começou justamente para fazer respeitar o direito à soberania, que parecia como uma das pedras angulares de uma nova ordem mundial chamada para suceder o confronto americano-soviético.

Sadan Hussein viola as resoluções do Conselho de segurança sobre as armas de destruição de massa e os tratados de não proliferação das armas nucleares e químicas. Ele tem a paixão por armas sujas, mas, no estado atual das informações, ele não possui a bomba atômica. Que nós saibamos, a única bomba nuclear islâmica existente é de nacionalidade paquistanesa (...)

Tópico: O aniversário

M1) Guerra anti-terrorista

P1: ...la tragédie du 11 septembre avec le décompte d’une nouvelle guerre

P1: Elle mobilise l’opinion et ses troupes pour un combat douteux préfigurant le triomphe du désordre mondial.

P2: Ce n’est pas le milliardaire saoudien (...) qui mobilise cette armada, c’est encore une foi S. Hussein.

P3: Le dictateur irakian a un palmarès édifiant...

M2) Ameaça terrorista de Saddam

P1: Saddam Hussein viole les résolutions.

P2: ... ce qui a laissé à Saddam un temps précieux. Il l’a sans doute mis à profit pour relancer sa mortelle industrie.

06) Le nouvel Observateur – 5 -11 septembre 2002

Título: *Yankees go home – Anatomie d’une obsession française* (Rubrique: Rentrée Littéraire- “L’ennemi américain” par Philippe Roger, Seuil, 600 pages).

Por: Pascal Bruckner

L’antiaméricanisme a toujours été un sport national. Dans un livre magistral, Philippe Roger analyse cette tradition qui, de Buffon à Thierry Meyssan, mêle sottise, ignorance et ressentiment paranoïque.

Novamente, aqui temos o tópico do antiamericanismo, que renasceu com força no correr do primeiro ano após os atentados do 11 de setembro. Várias publicações, de autores considerados sérios, eruditos, apareceram nas livrarias e foram temas de análises e discussões.

Trecho:

Depuis ses origines, l’Amérique éveille en France des sentiments extrêmes; trop loin ou trop près, trop puissante et trop riche, à la fois semblable et divergente, elle ne nous laisse jamais indifférents. Cette longue histoire de fraternité, de désamour, de calomnies, l’universitaire Philippe Roger a décidé de l’explorer en retraçant dans un gros livre rempli d’anecdotes passionnantes la généalogie de l’antiaméricanisme.

(...)

La haine de l’Amérique est le sentiment qui divise moins les Français; rien de tel pour fabriquer du consensus chez nous que de casser du sucre sur Oncle Sam.

(...)

Dans leur “Journal”, les Goncourt notent qu’en Amérique “les lavabos tiennent au mur”. Abomination des abominations: ce n’est ni plus ni moins que la fin de la culture! En 1947, le stalinien Roger Vaillard fustige le Frigidaire, inutile invention yankee (“puisque le rosbif se conserve très bien au garde-manger”) et n’a d’autre but que d’“aggraver l’aliénation des travailleurs”.

(...)

En réalité, comme le confirme toute une rhétorique dès les années 1930, l’Amérique est une machine totalitaire digne de l’Allemagne hitlérienne, un monstre de racisme qui expérimente en même temps le mélange de toutes les races, double tare que ses adversaires ne manqueront pas de stigmatiser.

(...)

Comme l’antisémitisme, l’antiaméricanisme ne se reconnaît pas comme tel et se prétend un juge objectif du monde anglo-saxon.

(...)

Le Grand Satan allie chez nous le plus fort pouvoir de séduction au plus fort pouvoir de répulsion. Schizophrénie redoutable: la France contemporaine regarde beaucoup plus vers New York ou la Californie que vers l’Allemagne, l’Italie ou l’Espagne. Philippe Roger a raison: l’antiaméricanisme n’a aucune raison de s’éteindre. Il cristallise notre ambivalence à l’égard d’une culture que nous jalouons à la mesure même de l’enthousiasme qu’elle suscite.

Yankees go home – Anatomia de uma obsessão francesa (Coluna: Retorno literário – “O inimigo americano” por Philippe Roger, Seuil, 600 páginas).

Por: Pascal Bruckner

O antiamericanismo sempre foi um esporte nacional. Em um livro magistral, Philippe Roger analisa essa tradição que, de Buffon a Thierry Meyssan, mistura burrice, ignorância e ressentimento paranoico. mêle sottise, ignorance et ressentiment paranoïque.

Desde suas origens a América desperta na França sentimentos extremos; longe demais ou perto demais, muito poderosa e muito rica, ao mesmo tempo semelhante e divergente, ela não nos deixa nunca indiferentes. Essa longa história de fraternidade, de desamor, de calúnias, o universitário Philippe Roger decidiu explorar traçando em um grande livro cheio de anedotas apaixonantes a genealogia do antiamericanismo.

(...)

O ódio da América é o sentimento que menos divide os franceses, nada como falar mal do Tio Sam para fabricar um consenso em nosso país.

(...)

Em seu “Jornal” os Goncourt notam que na América “os lavabos ficam na parede”. Abominação das abominações não é nada mais nada menos que o fim da cultura! Em 1947, o estalinense Roger Vaillard fustiga o Frigidaire, invenção inútil dos yankees (“uma vez que o rosbife se conserva muito bem no guarda-comida) e não há outro objetivo que “agravar a alienação dos trabalhadores”.

(...)

Na realidade, como confirma toda uma retórica desde os anos 1930, a América é uma máquina totalitária digna da Alemanha hitlerista, um monstro de racismo que experimenta ao mesmo tempo mistura de todas as raças, duplo vício que seus adversários não deixarão de estigmatizar.

(...)

Como o antisemitismo, o antiamericanismo não se reconheceu como tal e se toma por um juiz objetivo do mundo anglo-saxão.

(...)

O Grande Satã alia em nosso país o mais forte poder de sedução e o mais forte poder de repulsão. Esquizofrenia temerosa: a França contemporânea olha mais em direção de Nova York ou da Califórnia que em direção da Alemanha, Itália ou Espanha. Philippe Roger tem razão: o antiamericanismo não há nenhuma razão de se apagar. Ele cristaliza nossa ambivalência em relação a uma cultura que invejamos na mesma medida do entusiasmo que ela suscita.

M1) A tradição do antiamericanismo “à la française”:

P1: “Depuis ses origines l’Amérique éveille en France des sentiments extrêmes” - “La haine de l’Amérique est le sentiment qui divise moins les Français”.

M2) O discurso autônomo que se alimenta de si:

P2: “L’événement ne vient pas l’ébranler, mais le confirmer, ou le renforcer” – “Un de ces grands récits de la modernité” – “Pour ceux qui la vomissent l’Amérique est un pays de béotiens, d’ilotes sans manières ni conversations. Là-bas un Français, amis des arts et des lettres, ne saurait vivre heureux” – “En réalité, comme le confirme toute une rhétorique dès 1930, l’Amérique est une machine totalitaire digne de l’Allemagne hitlérienne, un monstre de racisme...”

07) Le Nouvel Observateur – 5 - 11 septembre 2002

Título: La grande leçon du 11 septembre

Por: Josette Alia e Jean Daniel

Nesse artigo podemos notar que a compaixão pelos americanos que é substituída pelo antiamericanismo, devido sobretudo à arrogância dos Estados Unidos, que, agora, deixam de ser a vítima. O uso da palavra cruzada pode ser interpretado de duas maneiras: como um movimento contra algo considerado mal (ou para se instaurar o que se considera bom), ou como referência às expedições militares cristãs contra os muçulmanos na Idade Média. Difícil interpretar. Temos também a necessária afirmação da diferença entre Europeus e árabes.

Trecho:

1. Ce monde est américain. Il l'était dès après la guerre froide. Il l'est plus encore depuis le 11 septembre 2001. Ce que la femme est pour l'homme selon Aragon, ce que le marxisme est pour notre société selon Sartre, les Etats-Unis le sont pour tous les peuples en ce début de siècle: un horizon indépassable. Tout, presque tout, en tout cas bien de choses se déterminent dans ce sous-continent américain à qui l'évolution des civilisations a procuré des privilèges et des prééminences. Par exemple, une grande partie de l'avenir du monde de l'après 11-septembre 2001 sera orientée dans un sens ou dans un autre selon que les Etats-Unis auront décidé ou non d'intervenir en Irak. Dans un cas comme dans l'autre, les conséquences et les enseignements seront considérables. Dès lors que la menace en a été – avec quelle imprudence! – formulée par un président des Etats-Unis, il est aussi désastreux d'intervenir (et de créer le chaos) que de ne pas faire (et renforcer Saddam Hussein). De ce point de vue, le conflit freudo-shakespearien entre le père Bush et son fils est notre affaire à tous.

(...)

Au lendemain du 11 septembre 2001, personne n'a refusé aux Etats-Unis le droit de se défendre contre les terroristes. La solidarité mondiale n'a pas manqué à George W. Bush, même si l'on pouvait estimer que les opérations de commandos préconisées par les Britanniques eussent été préférables à l'invasion de l'Afghanistan.

En peu de temps, cependant, en très peu de temps, avec leurs discours "unitéalistes", leur arrogante prétention à tout savoir et à tout pouvoir, cette idée, surtout, que pour lutter contre le mal on pouvait se passer de consulter les autres si l'on était un homme de bien, tout cela a fait disparaître la compassion. Les Américains n'ont plus paru mériter leur "élection". La situation de victime ne sied guère aux hyperpuissants.

(...)

L'avenir sera dans notre capacité, celle des Européens mais aussi des Arabes, à opposer au dictateur irakien une autre solution que la guerre. La croisade contre le terrorisme ne peut avoir de sens et d'efficacité qu'à la condition d'isoler les terroristes dans leur propre mouvance. C'est la plus grande leçon du 11 septembre.

A grande lição do 11 de setembro

Este mundo é americano. Ele o era desde após a guerra fria. Ele o é mais ainda após o 11 de setembro. O que a mulher é para o homem segundo Aragon, o que o marxismo é para nossa sociedade segundo Sartre, os Estados Unidos são para todos os povos nesse início de século: um horizonte que não se pode cruzar. Tudo, quase tudo, em todo caso muitas coisas se determinam nesse sub-continente americano ao qual a evolução das civilizações deu privilégios e distinções. Por exemplo, uma grande parte do futuro do mundo do pós-11 de setembro de 2001 será orientada em um sentido ou outro segundo o que os Estados Unidos decidirem de intervir ou não no Iraque. Em um caso como no outro, as conseqüências e os ensinamentos serão consideráveis. Desde quando a ameaça foi – com que imprudência! – formulada por um presidente dos Estados Unidos, é tão desastroso intervir (e criar o caos) quanto não fazê-lo (e reforçar Sadam Hussein). Desse ponto de vista, o conflito freudo-shakespeariano entre o pai Bush e seu filho é um problema para todos nós.

(...)

No dia seguinte ao 11 de setembro de 2001, ninguém recusou aos Estados Unidos o direito de se defender contra os terroristas. A solidariedade mundial não faltou a George W. Bush, mesmo se pudessemos estimar que as operações dos comandos preconizadas pelos britânicos tivessem sido preferíveis à invasão do Afeganistão.

Em pouco tempo, entretanto, em muito pouco tempo, com seus discursos “unilateralistas”, sua arrogante pretensão a saber tudo e a poder tudo essa idéia sobretudo que para lutar contra o mal podia-se deixar de consultar os outros se se fosse um homem de bem, tudo isso fez desaparecer a compaixão. Os americanos não pareceram mais merecer sua “eleição”. A situação de vítima não cabe mais aos superpoderosos.

(...)

O futuro estará em nossa capacidade, a dos europeus mas também a dos árabes, de dar outra solução ao ditador iraquiano que não a guerra. A cruzada contra o terrorismo só pode ter sentido e eficácia na condição de isolar os terroristas em seu próprio movimento. É a maior lição do 11 de setembro.

Tópico: O mundo após o 11 setembro

M1) Os E.U. e a guerra anti-terrorista:

P1: “Le monde est américain”

P2: “ Les Etats Unis sont pour les peuples en ce début de siècle un horizon indépassable”

P3: “Une grande partie de l’avenir du monde de l’après 11 sept 2001 sera orientée dans un sens ou un autre selon que les E.U. auront décidé ou non d’intervenir en Irak.”

M2) A solidariedade e o pós-11 de setembro

P1: Au lendemain du 11 septembre 2001, personne n’a refusé aux Etats-Unis le droit de se défendre contre les terroristes.

P2: . La solidarité mondiale n’a pas manqué à George W. Bush

P3: “La situation de victime ne sied guère aux hyperpuissants”

08) Le Nouvel Observateur – 5 - 11 septembre 2002**Título:: 11 septembre – La réaction*****Les croisés font la loi*****Por: Jean-Gabriel Fredet**

Este artigo é de extrema importância, pelo fato de revelar a questão da aliança da direita religiosa, principal colaboradora para a eleição de George W. Bush. Finalmente, temos um artigo que corrobora o fato de que o conservadorismo (sem falar no peso dos fundamentalistas cristãos) religioso também existe na América, que corre o risco de se transformar em um império teocrático.

Ainda se toca no assunto da cruzada contra o Eixo do Mal, e os Estados Unidos como o anjo exterminador de todo o mal, ou seja, encarnando todo o Bem

Trecho:

Elu grâce à l’alliance de la droite religieuse et des néoconservateurs, George W. Bush paie ses dettes rubis sur l’ongle. Au risque de transformer l’Amérique en empire théocratique.

Eloge de la théocratie, obsession sécuritaire, croisade contre un “axe du Mal” dont elle se veut l’ange exterminateur...l’Amérique est-elle en train de virer à l’extrême droite?

(...)

Elu grâce aux voix fondamentalistes, “reconverti” consacrant une heure chaque jour à la lecture de la Bible (après une jeunesse plutôt portée sur la bouteille), le président paie ses dettes. A la Maison-Blanche, son directeur de cabinet, Andy Card, est à la fois l’émanation et l’agent de liaison de la droite religieuse.

(...)

Combinée au poids des fondamentalistes chrétiens, cette nouvelle posture explique le soutien inconditionnel de l’administration républicaine, suspectée longtemps d’antisémitisme, au gouvernement Sharon. Devant l’appui sans réserve de la droite religieuse à Israël, au prétexte que “tous deux sont porteurs des mêmes valeurs judéo-chrétiennes menacées par un terrorisme antioccidental”, le “Jerusalem Report”, plutôt libéral, avance une thèse: cette nouvelle alliance a des bases théologiques. Beaucoup de chrétiens évangélistes, en ligne avec les prophéties de la Bible, considèrent le retour des juifs en Israël comme la précondition du retour du Christ...

(...) Pris dans la spirale dépressive qui coûta à son père sa réélection malgré son triomphe dans la guerre du Golfe, “W” sera-t-il tenté par un quitte ou double en Irak? Tout est possible. L’Amérique sur laquelle nous avons l’habitude d’appliquer le schéma d’une division entre démocrates proches de notre vieille gauche et républicains comparables à notre droite bonapartiste n’existe plus! Avec des républicains sous influence religieuse, voici venu le temps de la République impériale, de la politique de puissance et d’Armageddon, l’ange exterminateur.

11 de setembro – A reação Os cruzados fazem a lei

Eleito graças à aliança da direita religiosa e dos neoconservadores, George W. Bush paga suas dívidas à unha. Com o risco de transformar a América em império teocrático.

Elogio da teocracia, obsessão securitária, cruzada contra um “eixo do mal” contra o qual ela se quer o anjo exterminador... a América está se voltando para a extrema direita?

(...)

Eleito graças às vozes fundamentalistas, reconvertido consagrando uma hora todo dia à leitura da Bíblia (após uma juventude com uma garrafa na mão), o presidente paga suas dívidas. Na Casa Branca, seu chefe de gabinete, Andy Card, é ao mesmo tempo a emanção e o agente de ligação da direita religiosa.

(...)

Combinada com o peso dos fundamentalistas cristãos, essa nova postura explica o apoio incondicional da administração republicana, suspeita por muito tempo de antisemitismo, ao governo de Sharon. Diante do apoio sem reservas da direita religiosa a Israel, sob pretexto de que “os dois possuem os mesmos valores judaico-cristãos ameaçados por um terrorismo antiocidental”, o “Jerusalem Report”, liberal, tem uma tese: essa nova aliança possui bases teológicas. Muitos evangélicos, em linha com as profecias da Bíblia, consideram o retorno dos judeus a Israel como a pré-condição do retorno do Cristo...

(...) Preso na espiral depressiva que custou a seu pai sua reeleição, apesar do triunfo na guerra do Golfo, “W” será tentado a desistir ou repetir no Iraque? Tudo é possível. A América sobre a qual tínhamos o hábito de aplicar o esquema de uma divisão entre democratas próximos de nossa velha esquerda e republicanos comparáveis a nossa direita bonapartista não existe mais! Com os republicanos sob influência religiosa, eis o tempo da República imperial, da política da potência e do Armagedon, o anjo exterminador.

M1 – Fundamentalismo cristão

P1: Elu grâce à l’alliance de la droite religieuse et des néoconservateurs, George W. Bush paie ses dettes rubis sur l’ongle

P2: Combinée au poids des fondamentalistes chrétiens, cette nouvelle posture explique le soutien inconditionnel de l’administration républicaine, suspectée longtemps d’antisémitisme, au gouvernement Sharon.

P3: Devant l’appui sans réserve de la droite religieuse à Israël, au prétexte que “tous deux sont porteurs des mêmes valeurs judéo-chrétiennes menacées par un terrorisme antioccidental”, le “Jerusalem Report”, plutôt libéral, avance une thèse: cette nouvelle alliance a des bases théologiques. Beaucoup de chrétiens évangélistes, en ligne avec les prophéties de la Bible, considèrent le retour des juifs en Israël comme la précondition du retour du Christ...

M2 – A cruzada contra o eixo do Mal

P1: Eloge de la théocratie, obsession sécuritaire, croisade contre un “axe du Mal” dont elle se veut l’ange exterminateur...l’Amérique est-elle en train de virer à l’extrême droite?

P2: Avec des républicains sous influence religieuse, voici venu le temps de la République impériale, de la politique de puissance et d’Armageddon, l’ange exterminateur.

09) L'Express n° 2671 – 12 septembre 2002**Título: Islam – Ce que l'on n'ose pas dire.****Por: Eric Conan**

Neste artigo, o autor comenta diversas publicações que apareceram após os atentados do 11 de setembro, como um “efeito do choque do 11 de setembro”, debatendo a questão muçulmana tanto mundial quanto francesa, questionando a ingenuidade e muitas vezes o desconhecimento no tratamento da questão, os livros analisados, segundo o autor, convergem na convicção de que o problema do lugar do Islã está diante de todos, muçulmanos ou não, assim como a questão católica, cuja violência nós esquecemos, está atrás de nós. Os diversos livros analisados no artigo abordam temas diversos dentro da questão religiosa, como por exemplo o lugar das mulheres, a inovação tecnológica e bélica, o lugar das ciências no mundo árabo-muçulmano, a situação econômica, as minorias terroristas, o discurso neofundamentalista na França, a noção de cidadania, a laicidade, as gangues organizadas da periferia das grandes cidades francesas ou a questão dos muçulmanos que lutam para modernizar o Islã.

Trecho:

Non, le monde musulman n'est pas victime de l'Occident, mais de son propre archaïsme et de l'incurie de ses dirigeants. Non, les musulmans de France ne doivent pas “adapter” la laïcité mais s'y plier. Un an après le choc du 11 septembre, plusieurs ouvrages l'affirment et ouvrent le débat sur ce sujet explosif.

C'est un effet paradoxal du choc du 11 septembre 2001: loin de provoquer un débat sur l'islam réel, il a engendré une langue de bois qui aura régné durant l'année écoulée. Au nom du refus de l'“amalgame” – entre un bon islam, majoritaire, paisible et fidèle au Coran, et les dérives minoritaires de radicaux trahissent le texte sacré – fut ainsi affirmé que l'islam ne posait guère plus de problème que le judaïsme et le christianisme. Motivée par les meilleurs sentiments, cette “ligne” a renforcé plus qu'affaibli les tabous qui pesaient déjà sur deux interrogations. L'islam a-t-il une part de responsabilité dans la situation (absence de démocratie et de liberté d'expression, statut minoré de la femme, analphabétisme) de quasiment tous les pays à Etat musulman, dont beaucoup sont loin d'être pauvres? Et quelle attitude faut-il adopter face aux revendications de l'islam dans nos sociétés occidentales postreligieuses?

Islã – aquilo que não se ousa dizer.

Não, o mundo muçulmano não é vítima do Ocidente, mas de seu próprio arcaísmo e da grande negligência de seus dirigentes. Não, os muçulmanos da França não devem “adaptar” a laicidade mas se curvar diante dela. Um ano após o choque do 11 de setembro, várias obras o afirmam e abrem o debate sobre esse assunto explosivo.

É um efeito paradoxal do 11 de setembro de 2001: longe de provocar um debate sobre o islã real, engendrou uma maneira estereotipada de se exprimir que teria dominado durante o ano que passou. Em nome da recusa do “amalgama” – entre um bom islã, majoritário, pacífico e fiel ao Corão, e as derivações minoritárias de radicais que traem o texto sagrado – foi assim afirmado que o islã não causava mais problema que o judaísmo e o cristianismo. Motivada pelos melhores sentimentos, essa “linha” reforçou mais que enfraqueceu os tabus que pesavam sobre duas interrogações. O islã tem uma parte de responsabilidade na situação (ausência de democracia e de liberdade de expressão, status minoritário da mulher, analfabetismo) de quase todos os países com Estado muçulmano, em que muitos estão longe de serem pobres? E qual atitude é preciso adotar diante das reivindicações do islã em nossas sociedades ocidentais pós-religiosas?

M1) O islã

P1: Non, le monde musulman n'est pas victime de l'Occident, mais de son propre archaïsme et de l'incurie de ses dirigeants.

P2: C'est un effet paradoxal du choc du 11 septembre 2001: loin de provoquer un débat sur l'islam réel, il a engendré une langue de bois qui aura régné durant l'année écoulée.

P3: L'islam a-t-il une part de responsabilité dans la situation (absence de démocratie et de liberté d'expression, statut minoré de la femme, analphabétisme) de quasiment tous les pays à Etat musulman, dont beaucoup sont loin d'être pauvres?

M2) Os muçulmanos da França – laicidade

P1: Non, les musulmans de France ne doivent pas “adapter” la laïcité mais s'y plier.

10) L'Express n° 2671 – 12 septembre 2002

Título: Cercle fatal

Por: Denis Jeambar

A problemática da História, o tempo que passa e a possibilidade de se responder à seguinte questão: quando mudamos de século, em 1989 ou em 2001? Datas que têm em si esperanças e medos.

Podemos perceber também, neste artigo, a observação crítica que retoma a questão do anti-americanismo, deixando para trás toda a simpatia e compaixão da semana do 11 de setembro de 2001.

Trecho:

Avec le recul du temps, les historiens nous apporteront la réponse à cette question: quand avons-nous changé de siècle, c'est-à-dire de monde? Le 9 novembre 1989, avec l'effondrement du totalitarisme communiste dans les décombres du mur de Berlin, ou le 11 septembre 2001, dans les ruines macabres des Twin Towers de New York? Ces deux dates portent, en elles-mêmes, nos espoirs et nos peurs, nos rêves et nos cauchemars. Nous avons cru, avec la chute de l'empire soviétique, que la raison pouvait s'imposer en loi humaine générale. Après un siècle de ténèbres, véritable charnier alimenté par deux guerres mondiales, Kant et son projet de paix perpétuelle semblaient enfin triompher: des peuples se libéraient sans prendre les armes.

(...)

Nous nous sommes trompés: 1989-2001 n'a été qu'une brève parenthèse d'apaisement. Après des années de guerres et de tensions, le monde modifiait ses fractures (Est-Ouest, hier; Nord-Sud, aujourd'hui) et retrouvait simplement son souffle avant de reprendre sa marche dans les ténèbres, tâtonnant sans arrêt entre la crainte et l'espérance, déjouant de grands périls pour capituler ensuite devant de grands maux.

L'année qui vient de s'écouler est un saisissant précipité de cette permanente incertitude. Ainsi que le souligne Emmanuel Todd: "Dans les heures qui avaient suivi l'attentat sur le WTC, nous avons eu la révélation de la dimension la plus profonde et la plus sympathique de l'hégémonie américaine: un pouvoir accepté, dans un monde qui admettait, en très grande majorité, qu'une organisation capitaliste de la vie économique et démocratique de la vie politique étaient seules raisonnables et possibles. L'image d'une Amérique narcissique, agitée et agressive a remplacé, en quelques mois, celle de la nation blessée, sympathique et indispensable à notre équilibre. Nous en sommes là. Mais où en sommes-nous vraiment?"

Oui, où en sommes-nous vraiment? Peut-être tout simplement là où l'homme a toujours été, au milieu du fleuve Temps, luttant contre les flots pour rester debout, chevauchant la monture de la vie qui, selon l'éternel Shakespeare, "saute plus loin qu'elle ne veut, et tombe ailleurs qu'où elle voulait".

Emmanuel Todd: *Après l'empire. Essai sur la décomposition du système américain*. Gallimard.

Shakespeare: *Macbeth*.

Círculo fatal

Com o recuo do tempo, os historiadores nos trarão a resposta a esta questão: quando mudamos de século, quer dizer, de mundo? O 9 de novembro de 1989, com o desmoronamento do totalitarismo comunista nos escombros do muro de Berlim, ou o 11 de setembro de 2001, nas ruínas macabras das Torres Gêmeas de Nova York? Essas duas datas trazem, nelas mesmas, nossas esperanças e nossos medos, nossos sonhos e nossos pesadelos. Nós acreditamos, com a queda do império soviético, que a razão pudesse se impôr na lei humana geral. Após um século de trevas, verdadeira carnificina alimentada por duas guerras mundiais, Kant e seu projeto de paz perpétua pareciam enfim triunfar: povos se libertavam sem pegar em armas.

(...)

Nós nos enganamos: 1989-2001 foi apenas um breve parêntese de apaziguamento. Após anos de guerras e de tensões, o mundo modificava suas fraturas (Leste-Oeste, ontem; Norte-Sul, hoje) e encontrava seu sopro antes de retomar sua marcha nas trevas, tateando sem parar entre o medo e a esperança, desativando grandes perigos para em seguida capitular diante de grandes males.

O ano que acaba de passar é uma surpresa precipitada desta permanente incerteza. Assim reforça Emmanuel Todd: “Nas horas que se seguiram ao atentado ao WTC, nós havíamos tido a revelação da dimensão mais profunda e mais simpática da hegemonia americana: um poder aceito, em um mundo que admitia, em sua grande maioria, que uma organização capitalista da vida econômica e democrática da vida política eram as únicas razoáveis e possíveis. A imagem de uma América narcisista, agitada e agressiva substituiu, em alguns meses, a da nação ferida, simpática e indispensável a nosso equilíbrio. Nós estamos aqui. Mas onde estamos realmente?” Sim, onde estamos nós realmente? Talvez simplesmente lá onde o homem sempre esteve, no meio do rio do Tempo, lutando contra o fluxo para ficar de pé, cavalgando a vida que,, segundo o eterno Shakespeare, “salta mais longe que quer, cai em um lugar diferente do que queria”.

Emmanuel Todd: *Après l'empire. Essai sur la décomposition du système américain.* Gallimard.

Shakespeare: *Macbeth.*

M1 – O medo

P1: Ces deux dates portent, en elles-mêmes, nos espoirs et nos peurs, nos rêves et nos cauchemars.

P2: Après un siècle de ténèbres, véritable charnier alimenté par deux guerres mondiales, Kant et son projet de paix perpétuelle semblaient enfin triompher: des peuples se libéraient sans prendre les armes.

M2 – O antiamericanismo

P1: L'image d'une Amérique narcissique, agitée et agressive a remplacé, en quelques mois, celle de la nation blessée, sympathique et indispensable à notre équilibre. Nous en sommes là. Mais où en sommes-nous vraiment?"

11) Le Monde – 13 setembro 2002

11 septembre – antiaméricain

Título: Américanophobie, tempête contre un désert

Por: Jean Birnbaum

A questão do antiamericanismo francês vista sob enfoques histórico e semiológico, a partir das *Lumières*. Antiamericanismo, islamismo, terrorismo, tudo isso está nos jornais, mas o autor observa que é preciso uma observação mais detalhada e crítica, uma vez que tudo é muito recente.

Trecho:

Philippe Roger articule approches historique et sémiologique pour analyser, depuis les Lumières, l'antiaméricanisme français.

Dans la masse des titres suscités par le 11 septembre, ses causes et conséquences, nous avons fait un choix. Deux constats: les thèmes s'emboîtent les uns dans les autres (antiaméricanisme, islamisme, terrorisme...). Mais les oppositions s'aiguisent entre les tenants de grilles de lectures incompatibles. Sans doute ces clivages ne font-ils que commencer.

Au matin du 11 septembre 2001, Philippe Roger se trouvait en plein cœur de New York, à quelques centaines de mètres seulement des Twin Towers. Pourtant, ce n'est ni un témoignage ni même une analyse de cet événement que nous propose aujourd'hui le directeur de la revue *Critique*, puisque, au moment même de l'attaque terroriste, il était en train de mettre la dernière main à une enquête entamée plusieurs années auparavant, et consacrée, justement... à la détestation de l'Amérique.

Sans doute cette distance envers l'actualité explique-t-elle la sérénité d'un travail dans lequel ce chercheur au CNRS et à l'EHESS évite les dérives qui paralysent souvent le débat sur l'antiaméricanisme français. Et d'abord la tendance un peu obsessionnelle (amplifiée depuis le 11 septembre) à traquer partout les américanophobes réels ou présumés, en considérant que "tout antiaméricain est un chien", pour paraphraser – en le retournant – un mot célèbre de Jean-Paul Sartre. Or Philippe Roger prend bien soin de distinguer la critique légitime, d'une part, et la reprise automatique des vieux préjugés sur les Etats-Unis, d'autre part, les deux aspects pouvant parfois coexister au sein d'un même discours, y compris celui des philoaméricains affichés, comme l'illustre l'exemple d'André Tardieu, surnommé "Tardieu l'Américain" dans les années 1920.

C'est ici qu'il faut souligner le choix central de l'Ennemi américain: articuler approches historique et sémiologique pour aborder l'antiaméricanisme comme un "discours", une sédimentation d'images et de récits, bref "un bloc sémiotique historiquement stratifié" qu'il convient de sonder dans la longue durée.

Americanofobia, tempestade contra um deserto

Philippe Roger articula abordagens histórica e semiológica para analisar, desde o Iluminismo, o antiamericanismo francês.

Na massa de títulos suscitados pelo 11 de setembro, suas causas e consequências, nós fizemos uma escolha. Duas constatações: os temas se encaixam uns nos outros (antiamericanismo, islamismo, terrorismo...). Mas as oposições se afixam entre as circunstâncias de decodificações de leituras incompatíveis. Sem dúvida essas distinções apenas começam.

Na manhã do 11 de setembro de 2001, Philippe Roger se encontrava em pleno coração de Nova York, a algumas centenas de metros apenas das Torres Gêmeas. Entretanto não é nem um testemunho nem uma análise deste acontecimento que nos propõe hoje o diretor da revista Critique, uma vez que, no momento exato do ataque terrorista, ele estava acabando uma pesquisa começada muitos anos antes, e consagrada justamente... a como se detesta a América.

Sem dúvida essa distância da atualidade explique a serenidade de um trabalho no qual esse pesquisador do CNRS e do EHESS evita as derivações que paralisam sempre o debate sobre o antiamericanismo francês. E antes de tudo a tendência um pouco obsessiva (ampliada após o 11 de setembro) a perseguir os americanofóbicos reais ou presumidos, considerando que “todo antiamericano é um cão”, para parafrasear – retomando-a – uma palavra célebre de Jean-Paul Sartre. Ora Philippe Roger toma cuidado em distinguir a crítica legítima, de uma parte, e a retomada automática de velhos preconceitos contra os Estados Unidos, de outra parte, os dois aspectos podendo às vezes coexistir no seio de um mesmo discurso, incluindo aquele dos filoamericanos, como ilustra o exemplo de André Tardieu, apelidado “Tardieu l’Américain” nos anos 1920.

É aqui que é preciso reforçar a escolha central do Inimigo americano: articular abordagens histórica e semiológica para abordar o antiamericanismo como um “discurso”, uma sedimentação de imagens e de narrações, enfim, “um bloco semiótico historicamente estratificado” que convém sondar em sua longa duração.

M1 – Antiamericanismo.

P1: Philippe Roger articule approches historique et sémiologique pour analyser, depuis les Lumières, l’antiaméricanisme français.

P2: Et d’abord la tendance un peu obsessionnelle (amplifiée depuis le 11 septembre) à traquer partout les américanophobes réels ou présumés, en considérant que “tout antiaméricain est un chien”, pour paraphraser – en le retournant – un mot célèbre de Jean-Paul Sartre.

P3: C’est ici qu’il faut souligner le choix central de l’Ennemi américain: articuler approches historique et sémiologique pour aborder l’antiaméricanisme comme un “discours”, une sédimentation d’images et de récits, bref “un bloc sémiotique historiquement stratifié” qu’il convient de sonder dans la longue durée.

Conclusões parciais

O aniversário dos ataques às Torres do WTC é bastante comentado, e basicamente não é mais preciso relatar o ocorrido em detalhes, pois já se tornou um ponto de referência extremamente difundido. A noção de antes e depois do 11 de setembro.

É possível verificar os aspectos da estrutura da narração: o herói e o vilão; os combates em lugares exóticos; a busca pelo culpado; o enredo bastante conhecido; a busca por um final feliz e a fratura de civilizações - Ocidente e Islã.

Observa-se uma elaboração no discurso de mídia francesa do antiamericanismo histórico entre os franceses.

Temos também a referência à dessacralização do território norte-americano.

SETEMBRO DE 2003

Mais uma vez, no aniversário do 11 de setembro, são os embates ideológicos e as questões islamistas que estão nas manchetes dos jornais. Paralelamente, como vimos, está a caça ao culpado, na ainda contínua luta entre o Bem e o Mal. A obsessão americana em capturar e punir o grande líder da organização terrorista responsável pelos atentados a Nova York e Washington é que dá o tom dos artigos de jornais franceses neste segundo aniversário. Não se tem mais aquela sensação emocional, nem o sensacionalismo dos dois anos anteriores. Uma parte do roteiro narrativo continua, tanto na questão da fratura entre civilizações, quanto na questão do herói e do bandido.

É interessante observar que não há mais tantos artigos referentes ao 11 de setembro naquele ano de 2003. Não porque o assunto tornou-se menos importante, mas, acima de tudo, porque já é parte do esquema paradigmático dos leitores e das sociedades.

Agora, o que se pretende é trazer novidades que possam vender a notícia.

Antes de vermos artigos de jornais franceses, não se poderia deixar de fazer referência a um artigo escrito pelo francês Régis Debray, publicado no *The New York Times*, em 23 de fevereiro de 2003:

The French Lesson

Trecho:

Paris - In the year 212, Emperor Caracalla granted citizenship to all free men in the Roman Empire. Emboldened by that precedent, a friend of mine, a former high French official, once asked a president of the United States to treat Europeans as compatriots. It was a agreeable fantasy; only vassals were wanted.

(...)

Eight out of 10 Europeans on the street agree with the French-German position, and the governments of Britain, Spain, Italy et al., have cut themselves off from public opinion. In confronting that awkwardness, the United States has chosen France as its scapegoat. Not having any training as a satellite state, unlike the countries of Eastern Europe, France has assumed the right to judge for itself (despite a number of elites firmly in the American camp).

“Old Europe”, the Europe of Crusades and expeditionary forces, which long fought by sword and gun to subjugate Jerusalem, Algiers, Timbuku and Beijing, has learned to distinguish between politics and religion.

Europe defends a secular vision of the world. It does not separate matters of urgency from long-term considerations. The United States compensates for its shortsightedness, its tendency to improvise, with an altogether biblical self-assurance in its transcendent destiny. Puritan America is hostage to a sacred morality; it regards itself as the predestined repository of Good, with a mission to strike down Evil. Trusting in Providence, it pursues a politics that is at bottom theological and as old as Pope Gregory VII.

“Old Europe” has already paid the price. It knows that the planet is too complex, too definitively plural to suffer insertion into a monotheistic binary logic: white or black, good or evil, friend or enemy.

Paris – No ano de 212, o Imperador Caracalla concedia a cidadania a todos os homens livres no Império Romano. Com a certeza desse precedente, um amigo meu, um ex-alto oficial francês, pediu uma vez a um presidente dos Estados Unidos para tratar os Europeus como compatriotas. Foi uma fantasia, somente vassalos eram desejados.

(...)

Oito de 10 europeus nas ruas concordam com a posição franco-germânica e os governos da Grã-Bretanha, Espanha, Itália et al., foram cortados da opinião pública. Confrontando esse embaraço, os Estados Unidos escolheram a França como seu bode espiatório. Não tendo treinamento como estado satélite, diferentemente de outros países da Europa do Leste, a França se deu o direito de julgar por si mesma (apesar de um número de elites firmemente no campo americano).

“Velha Europa”, a Europa das Cruzadas e forças expedicionárias, que lutou sob a espada e a arma de fogo para subjugar Jerusalém, Alger, Timbuku e Pequim, aprendeu a distinguir entre política e religião.

Europa defende uma visão se secular do mundo. Não separa assuntos de urgência de considerações de longo termo. Os Estados Unidos compensam por serem pouco iluminados, sua tendência a improvisar, com uma auto-segurança bíblica em seu destino transcendente. América puritana é refém de uma moralidade sagrada; olha a si mesma como um depositário predestinado do Bem, com uma missão de destruir o Mal. Acreditando na Providência, segue uma política que é na base teológica e tão antiga quanto o Papa Gregório VII.

“Velha Europa” já pagou o preço. Sabe que o planeta é tão complexo, tão definitivamente plural para sofrer a inserção em uma lógica binária monoteísta: branco ou preto, bom ou mau, amigo ou inimigo.

Interessante esse ponto de vista de Debray, em que fala por uma parcela dos europeus, e sobretudo por uma parcela de acadêmicos e eruditos, sobre a sapiência da “velha Europa”, que não confunde política com religião, que é laica, desde o Iluminismo, e que, portanto, já aprendeu a se comportar. Embora seja bastante lúcido ao afirmar a necessidade de que se afaste da concepção binária simplista do mundo, Debray ainda assim parece desconhecer que a Europa não está tão longe assim desse modo de pensar e até mesmo de agir.

O que se pode perceber nos artigos de jornais é a representação de uma mescla de opiniões, em que paralelamente à visão pluralista da Europa e do mundo, ainda se pode ler que existe uma lógica binária em que existem bárbaros contra civilizados, orientais contra ocidentais. De todo modo, é possível crer em uma certa diferença no discurso político e das relações internacionais entre Europa e Estados Unidos, hoje.

01) Le Monde – 11 setembro 2003

Editorial

Trecho:

LES ATTENTATS du 11 septembre 2001 contre le World Trade Center à New York et contre le Pentagone à Washington ont provoqué une vague de solidarité avec les Américains, sans précédent dans l'histoire. Le nombre des victimes, les moyens employés et les symboles détruits ont suscité l'émotion dans le monde entier. Rares sont ceux qui osaient alors se réjouir d'une « punition » sanglante infligée aux représentants les plus emblématiques de l'Occident.

Deux ans plus tard, la cote des Etats-Unis est au plus bas. La compassion a fait place à la crainte que des actions inconsidérées n'aggravent les problèmes et que la lutte contre le terrorisme ne soit un prétexte à l'extension de l'hégémonie américaine.

Le président George W. Bush est convaincu que le monde civilisé est engagé dans une nouvelle guerre mondiale contre un nouveau totalitarisme. Cet esprit de croisade a fait peu d'adeptes, y compris parmi les alliés traditionnels des Etats-Unis. Le monde, pensent ces derniers, est plus complexe que le laisse croire un double sentiment de vulnérabilité et de toute-puissance.

La restructuration démocratique du Moyen-Orient, présentée comme la grande idée de la présidence Bush, a connu plus de revers que d'avancées et l'impasse sanglante dans le conflit israélo-palestinien n'incite pas à l'optimisme.

Les Etats-Unis ne peuvent pas, seuls, « rendre le monde plus sûr pour la démocratie », selon l'expression de leur président Woodrow Wilson en 1917. Il leur faut écouter leurs alliés, tenir compte des situations contrastées dans lesquelles ils interviennent, respecter les règles internationales qu'ils ont eux-mêmes contribué à édicter. Le bilan de ces deux dernières années sonne comme un rappel de ces principes.

Editorial

Os atentados do 11 de setembro de 2001 contra o WTC em Nova York e contra o Pentágono em Washington provocaram uma onda de solidariedade com os americanos, sem precedente na história. O número de vítimas, os meios empregados e os símbolos destruídos suscitaram a emoção no mundo inteiro. Raros são aqueles que ousaram se alegrar com uma “punição” sangrenta infligida aos representantes mais emblemáticos do Ocidente.

Dois anos mais tarde, a quotação dos Estados Unidos está em baixa. A compaixão deu lugar ao medo que ações inconsideradas agravem os problemas e que a luta contra o terrorismo seja um pretexto à extensão da hegemonia americana.

O presidente George W. Bush está convencido que o mundo civilizado está engajado em uma nova guerra mundial contra um novo totalitarismo. Esse espírito de cruzada teve poucos adeptos, incluindo os aliados tradicionais dos Estados Unidos. O mundo, pensam esses últimos, é mais complexo do que se deixa crer um sentimento duplo de vulnerabilidade e de onipotência. (...)

A reestruturação democrática do Oriente Médio, apresentada como a grande idéia da presidência Bush, conheceu mais reverses que avanços e o impasse sangrento no conflito israelo-palestino não incita ao otimismo.

Os Estados Unidos não podem, sozinhos, “tornar o mundo mais seguro pela democracia”, segundo a expressão de seu Woodrow Wilson em 1917. É preciso que escutem seus aliados, tomar consciência das situações contrastantes em que intervêm, respeitar as regras internacionais que eles mesmos contribuíram a legislar. O balanço desses dois últimos anos soa como uma chamada a esses princípios.

M1 – Solidariedade x medo

P1: Deux ans plus tard, la cote des Etats-Unis est au plus bas. La compassion a fait place à la crainte que des actions inconsidérées n'aggravent les problèmes et que la lutte contre le terrorisme ne soit un prétexte à l'extension de l'hégémonie américaine.

M2 Antiamericanismo

P1: Le président George W. Bush est convaincu que le monde civilisé est engagé dans une nouvelle guerre mondiale contre un nouveau totalitarisme. Cet esprit de croisade a fait peu d'adeptes, y compris parmi les alliés traditionnels des Etats-Unis.

M3 – A busca pelo culpado

P1: Certes les Etats-Unis et l'Europe n'ont pas connu les vagues d'attentats que leur promettaient Ben Laden.

P2: Le chef d'Al-Qaida, lui, court toujours, malgré la destruction de l'Etat taliban qui l'hébergeait en Afghanistan.

P3: En Irak, le spectre de Saddam Hussein continue de rôder, et le pays reste « le front central de la guerre contre le terrorisme » (George W. Bush), alors que la chute du dictateur avait justement pour but d'en finir avec la menace.

02) L'Express n° 2723 - 11/09/2003

Título: Al-Zawahiri - Le cerveau d' Al-Qaeda

Por Marc Epstein

A busca por um culpado continua. Os Estados Unidos gastaram bilhões de dólares a fim de procurar e destruir a organização terrorista supostamente liderada por Osama Bin Laden. No entanto, analistas começam a se perguntar sobre uma eminência parda, um gênio por detrás do terrorista líder. Este homem, fundador do Jihad islâmico no Egito, teria organizado a maior parte dos atentados anti-americanos. Para Al-Zawahiri, o grande combate ainda não começou. Os atentados terroristas aos Estados Unidos ainda são uma marca, não há necessidade de se relembrar o fato em si, mas busca-se novas informações que venham a informar o público leitor. Al-Zawahiri e Bin Laden, dois ‘vilões’, se embrenham nas montanhas e grutas do Afeganistão, no dia mesmo dos atentados, segundo as fontes do jornal.

Trecho:

Fondateur du Jihad islamique en Egypte, c'est l'éminence grise de Ben Laden. Il aurait organisé la plupart des attentats antiaméricains, dont les assauts suicides du 11 septembre 2001

Plus de sept cents jours après les attentats de New York et de Washington (...) les nos 1 et 2 d'Al-Qaeda restent introuvables.

Le nom de Ben Laden est devenu synonyme de terrorisme planétaire et d'islamisme fanatisé. Mais que penser de son proche compagnon, cet homme au turban blanc et aux grosses lunettes que l'on aperçoit à ses côtés sur toutes les séquences vidéo? A l'époque des attentats du 11 septembre, on ne savait pas grand-chose d'Ayman al-Zawahiri, si ce n'est qu'il était d'origine égyptienne et avait exercé le métier de chirurgien. Avec le temps, toutefois, son rôle apparaît comme déterminant au sein d'Al-Qaeda. Alors que Ben Laden apporte son charisme et son financement indispensable, c'est l'Egyptien, soulignent les spécialistes des agences de renseignement, qui fournit au mouvement ses racines intellectuelles et idéologiques.

(...)

Le 23 février 1998, enfin, Al-Zawahiri scelle officiellement son alliance avec ben Laden, lors de la création d'un Front international islamique pour le jihad contre les juifs et les croisés.

Dans la journée du 11 septembre 2001, Ayman al-Zawahiri et Oussama ben Laden s'enfuient dans les montagnes, où ils suivent à la radio l'enchaînement des attentats contre le World Trade

Center et le Pentagone. Selon un membre de la CIA, cité par l'hebdomadaire The New Yorker, on entendit ce jour-là un membre d'Al-Qaeda expliquer au téléphone que les attaquants avaient mené à bien le «programme du docteur».

Dans sa dernière intervention en date, diffusée le 3 août 2003 sur la chaîne de télévision Al-Arabiya, Al-Zawahiri met en garde Washington: «Ce que l'Amérique voit jusqu'à présent ne constitue que de premières escarmouches, déclare-t-il. La grande bataille n'a pas encore commencé.»

Al-Zawahiri: o cérebro do Al-Qaida

Fundador do Jihad islâmico no Egito, é a eminência parda de Bin Laden. Ele teria organizado a maioria dos atentados antiamericanos, inclusive os ataques suicidas de 11 de setembro de 2001.

(...) Mais de setecentos dias após os atentados a Nova York e a Washington(...) os nr. 1 e 2 da Al-Qaida continuam desaparecidos.

O nome de Bin Laden tornou-se sinônimo de terrorismo planetário e de islamismo fanatisado. Mas o que pensar de seu companheiro próximo, esse homem de turbante branco e de lentes grossas que percebemos a seu lado em todas as sequências de vídeo? Na época dos atentados do 11 de setembro, não sabíamos muito sobre Ayman al-Zawahiri, apenas que era de origem egípcia e tinha exercido a profissão de cirurgião. Com o tempo, entretanto, seu papel aparece como determinante no seio da Al-Qaida. Enquanto Bin Laden traz seu carisma e o financiamento indispensável, é o egípcio, reforçam os especialistas das agências de informação, que fornece ao movimento suas raízes intelectuais e ideológicas.

(...)

Em 23 de fevereiro de 1998, enfim, Al-Zawahiri sela oficialmente sua aliança com Bin Laden, quando da criação de um Front internacional islâmico para o jihad contra os judeus e os cruzados.

No dia do 11 de setembro de 2001, Ayman al-Zawahiri e Osama Bin Laden se escondem nas montanhas, onde seguem pela rádio o encadeamento dos atentados contra World Trade Center e o Pentágono. De acordo com um membro da CIA, citado pelo semanário The New Yorker, ouviu-se naquele dia um membro da Al-Qaida explicar pelo telefone que os atacantes tinham tido sucesso no "programa do doutor".

Em sua última intervenção, difundida em 3 de agosto de 2003, na rede de televisão Al-Arabiya, Al-Zawahiri ameaça Washington: «Aquilo que a América vê até o presente constitui apenas as primeiras escaramuças, declarou ele. A grande batalha ainda não começou.»

M1 – A busca pelo culpado

P1: Fondateur du Jihad islamique en Egypte, c'est l'éminence grise de Ben Laden. Il aurait organisé la plupart des attentats antiaméricains, dont les assauts suicides du 11 septembre 2001.

P2: Le nom de Ben Laden est devenu synonyme de terrorisme planétaire et d'islamisme fanatisé.

P3: Le 23 février 1998, enfin, Al-Zawahiri scelle officiellement son alliance avec ben Laden, lors de la création d'un Front international islamique pour le jihad contre les juifs et les croisés.

03) Le Monde – 11 setembro 2003

Título: Deux ans de traque n'ont pu réduire la menace terroriste d'Al-Qaida.

Por: Eric Leser

Neste artigo parte-se do princípio de que a rede terrorista de Osama Bin Laden poderia se reorganizar, que continua poderosa em vários países, mesmo com vários de seus membros (tanto da rede quanto da organização) tendo sido presos. A busca pelos culpados, portanto, continua, e é uma questão de honra que sejam punidos, em nome, sobretudo, dos ataques à liberdade individual, tão prezada pelos americanos. A luta antiterrorista continua.

Interessa-nos aqui o fato de que não se fala tanto dos ataques em si, mas da luta contra a rede terrorista. Não há mais aquela grande compaixão em relação aos Estados Unidos, e o artigo, neste caso, tenta ser menos passional e emotivo, passando ao leitor as informações que obtém de governos e agências de notícias.

A questão das diferenças entre Ocidente e Oriente pode ser observada quando se menciona o fato de que no Ocidente não se fazia idéia do poder da organização terrorista no ano de 2001, como se todos no Oriente o soubessem.

A popularidade da Al Qaida no mundo muçulmano preocupa os Estados Unidos, muito embora já se admita a adesão de vários cidadãos ocidentais, inclusive americanos.

Trecho:

Les services américains s'inquiètent de la réorganisation des réseaux d'Oussama Ben Laden. Si, depuis le 11 septembre 2001, deux tiers de ses dirigeants ont été arrêtés, le FBI estime que l'organisation demeure puissante, bénéficiant de relais dans de nombreux pays

Deux ans après les ATTENTATS du 11 septembre 2001, les services américains estiment que la menace terroriste Al-Qaida demeure entière. En tout, près de 3 000 membres de ce réseau ont été arrêtés ainsi que les deux tiers des dirigeants de l'organisation. Mais, selon le FBI, l'organisation d'Oussama BEN LADEN « reste un réseau puissant, organisé et très dangereux ». Les responsables de la lutte contre le terrorisme estiment avoir affaibli et éparpillé l'organisation terroriste, ce qui ne l'empêche pas de conserver la capacité de mener des attaques et de ne cesser de le prouver. Le réseau se trouve peu ou

prou à l'origine au cours des deux dernières années d'attentats en Tunisie, au Maroc, en Indonésie, au Yémen, au Pakistan, en Arabie Saoudite et en Irak.

« En dépit des succès contre des dirigeants d'Al-Qaïda, il reste un réseau puissant, organisé et très dangereux. De loin la principale menace terroriste contre les Etats-Unis », expliquait au mois de juin à une commission du Sénat Larry Mefford, le responsable de la lutte antiterroriste du FBI (la police fédérale).

(...)

Les experts américains sont notamment inquiets de la popularité grandissante d'Al-Qaïda dans les pays musulmans. Selon la dernière étude du Pew Global Attitudes Project publiée en juin, la majorité de la population dans ces pays estime qu'Oussama Ben Laden « a fait ce qu'il fallait faire ». Voilà sans doute une des explications à la vitalité d'Al-Qaïda et à sa capacité à obtenir des soutiens.

Dois anos de medo não reduziram a ameaça terrorista da Al-Qaida

Os serviços americanos se inquietam da reorganização das redes de Osama Bin Laden. Se, desde o 11 de setembro, dois terços de seus dirigentes foram presos, o FBI estima que a organização permanece poderosa, beneficiando de intermediários em vários países.

Dois anos após os atentados do 11 de setembro de 2001, os serviços americanos estimam que a ameaça terrorista Al-Qaida permanece inteira. Ao todo, cerca de 3000 membros desta rede foram presos do mesmo modo que os dois terços dos dirigentes da organização. Mas, de acordo com o FBI, a organização de Bin Laden "continua uma rede poderosa, organizada e muito perigosa". Os responsáveis pela luta contra o terrorismo estimam ter enfraquecido e dispersado a organização terrorista, o que não a impede de conservar a capacidade de ataques e continuar a prová-lo. A rede se encontra mais ou menos na origem dos atentados na Tunísia, no Marrocos, na Indonésia, no Iemen, no Paquistão, Arábia Saudita e Iraque.

« Apesar do sucesso contra os dirigentes do Al-Qaida, ele continua uma rede poderosa, organizada e muito perigosa. De longe a principal ameaça terrorista contra os Estados Unidos », explicava no mês de junho a uma comissão do Senado Larry Mefford, o responsável pela luta anti-terrorista do FBI (a polícia federal).

(...)

Os experts americanos estão especialmente inquietos com a popularidade de Al-Qaida nos países muçulmanos. De acordo com o último estudo do Pew Global Attitudes Project publicado em junho, a maioria da população nesses países estima que Osama Bin Laden "fez o que era necessário fazer". Eis aí, sem dúvida, uma das explicações à vitalidade da Al-Qaida e a sua capacidade de obter apoios.

M1 – A luta antiterrorista e a busca pelo culpado

P1: En tout, près de 3 000 membres de ce réseau ont été arrêtés ainsi que les deux tiers des dirigeants de l'organisation.

P2: En dépit des succès contre des dirigeants d'Al-Qaida, il reste un réseau puissant, organisé et très dangereux.

M2 – O medo

P1: Les services américains s'inquiètent de la réorganisation des réseaux d'Oussama Ben Laden

P2: Autre certitude, la menace n'a pas disparu aux Etats-Unis mêmes

P3: Les experts américains sont notamment inquiets de la popularité grandissante d'Al-Qaida dans les pays musulmans

04) Le Monde – 11 setembro 2003

Título: Les guerres de l'après-11 septembre

Editorial

A problemática da rede Al Qaida continua, dois anos depois dos atentados. Os Estados Unidos sentem-se constantemente ameaçados e a busca pelos culpados continua, inclusive com a punição de alguns deles.

Trecho:

Deux ans, jour pour jour, après les attentats du 11 septembre 2001 à New York et Washington, les autorités américaines ont la conviction que des membres du réseau d'Al-Qaïda sont présents sur le sol des Etats-Unis et que le pays est toujours placé sous la menace d'actions terroristes. Retour à Hambourg, centre nerveux de la préparation des attentats de 2001. Oussama Ben Laden serait toujours en vie. En Indonésie, l'un des cerveaux de l'attentat de Bali en octobre 2002, a été condamné à mort. Des Etats-Unis à l'Irak, en passant par l'Afghanistan et le Proche-Orient, notre inventaire.

LE DÉBAT AUX ETATS-UNIS.

Le renforcement de l'arsenal judiciaire pour traquer les suspects, et notamment le Patriot Act, suscite de nombreuses critiques. Le bilan de l'administration Bush en Irak est mis en cause par l'opposition démocrate et même dans la majorité républicaine. Les élus dénoncent l'impréparation de l'après-guerre, son coût politique, financier et militaire. La Maison Blanche sollicite une rallonge budgétaire.

As guerras do pós-11 de setembro

Dois anos, dia a dia, após os atentados do 11 de setembro de 2001 a Nova York e Washington, as autoridades americanas têm a convicção de que os membros da rede do Al-Qaida estão presentes no solo americano e que o país está sob a ameaça de ações terroristas. Retorno a Hamburgo, centro nervoso da preparação dos atentados de 2001. Osama Bin Laden estaria vivo. Na Indonésia, um dos cérebros do atentado a Bali em outubro de 2002, foi condenado à morte. Dos Estados Unidos ao Iraque, passando pelo Afeganistão e o Oriente Próximo, nosso inventário.

O debate nos Estados Unidos

O reforço do arsenal judiciário para perseguir os suspeitos e sobretudo o Ato Patriótico suscita inúmeras críticas. O balanço da administração Bush no Iraque foi questionado pela oposição democrata e mesmo pela maioria republicana. Os políticos denunciam a falta de preparação do pós-guerra, seu custo político, financeiro e militar. A Casa Branca solicita o aumento no orçamento.

M1 – O medo

P1: Deux ans, jour pour jour, après les attentats du 11 septembre 2001 à New York et Washington, les autorités américaines ont la conviction que des membres du réseau d'Al-Qaïda sont présents sur le sol des Etats-Unis et que le pays est toujours placé sous la menace d'actions terroristes.

M2 – A busca pelo culpado

P2: Oussama Ben Laden serait toujours en vie. En Indonésie, l'un des cerveaux de l'attentat de Bali en octobre 2002, a été condamné à mort.

Conclusões parciais

Em setembro de 2003, já não se têm tantos artigos referentes ao 11 de setembro em si mesmo como anteriormente. Claramente, há a referência, não apenas durante os aniversários posteriores (mesmo em 2004, 2005 e 2006), mas não se têm tantas análises. O acontecimento agora faz parte das representações ou do imaginário das pessoas. Não é mais necessário o dito, quando o não-dito – ou o que já está no imaginário – é o bastante.

Tem-se, porém, a questão do medo do terrorismo no território americano, além do europeu, claro, mas, sobretudo, nos Estados Unidos. A busca pelo culpado continua e a “guerra” do Iraque também. O mundo já teve o tenebroso espetáculo, horríveis cenas, da morte por enforcamento de Saddam Hussein. Um dos culpados se foi, mas o medo do terrorismo continua, e a busca pela imposição da democracia ocidental no país barbarizado que é o Iraque continua.

De certa maneira, o anti-americanismo aumenta, o que, também de certa maneira, contribui para o aumento do medo em relação ao terrorismo em seu próprio território e contra seus cidadãos espelhados pelo mundo.

O mundo agora é antes e depois do 11 de setembro, não resta mais dúvida quanto a isso, pelo menos nos relatos da mídia.

Em 11 de setembro de 2006, o título do *Libération.fr* era: “Que resta-t-il du 11 Septembre sur la planète?” (O que vai restar do 11 de setembro no planeta?), em que onze personalidades pelo mundo interpretam o fato sob seu ponto de vista.

Em 16 de setembro de 2006, no mesmo *Libération* se tem o título: “C’est tous les ans 11 Septembre” (Todos os anos é 11 de setembro). Temos o seguinte, por Mathieu Lindon:

“C’est facile de se rappeler l’anniversaire du 11 septembre. Pour la première fois, un événement est immédiatement résumé par sa date (pour les écoliers du futur, ce sera du gâteau). De fait, George W. Bush, l’ensemble des médias occidentaux et Nicolas Sarkozy, exceptionnellement sur la même longueur d’onde, n’ont pas raté le jour. (...) Ce fut un Pearl Harbor moderne. (...) Le 11 Septembre est une commémoration consensuelle: les terroristes et leurs amis doivent être enchantés de revoir les images jusqu’à plus soif. (...) En Irak, c’est 11 Septembre tous les jours, un 11 Septembre à petit feu, dilué. Oussama Ben Laden, c’est le Michael Schumacher du terrorisme: il n’arrête pas de gagner et il court toujours (et lui n’a pas parlé de stopper sa carrière à la fin de la saison).”⁵⁵

⁵⁵ É fácil se lembrar do aniversário do 11 de setembro. Pela primeira vez, um acontecimento é imediatamente resumido por sua data (para os estudantes do futuro, será uma moleza). De fato, George W. Bush, o conjunto da mídia ocidental e Nicolas Sarkozy, excepcionalmente, sintonizados, não perderam o momento. (...) Foi um Pearl Harbor moderno. (...) O 11 de setembro é uma comemoração consensual: os terroristas e seus amigos devem estar encantados de rever as imagens até não poder mais. (...) No Iraque, é 11 de setembro todos os dias, um 11 de setembro a fogo baixo, diluído. Osama Bin Laden é o Michael Schumacher do terrorismo: ele não pára de ganhar e corre sempre (e ele não falou em parar sua carreira no final da temporada).

Conclusão

Chegamos a um termo quanto a esta pesquisa, referente às representações sócio-discursivas da identidade na narração ou na construção do acontecimento através do discurso de comunicação.

Observamos aspectos representacionais sócio-discursivos e de modelos identificatórios construídos que interferem na narração do acontecimento. Foi possível trabalhar com a questão das fraturas, enquanto argumento utilizado na narração do acontecimento, ao repetir a idéia construída de choque de civilizações, de embate, de luta entre o Bem e o Mal. No contexto como o da sociedade francesa, encontramos contextos culturais variados, uma pluralidade cultural que nos permitiu observar a construção de fronteiras, de fraturas e os *continua*, ou seja, a ruptura da visão dicotômica. Em princípio, pelo menos, pudemos entender a lógica da informação em casos de acontecimentos inéditos.

Numa outra oportunidade, pesquisaremos com mais objetividade a questão da argumentação.

É importante observar que a narração dos acontecimentos do 11 de setembro poderiam ter tomado outra direção, por exemplo, como um atentado contra a humanidade, uma vez que se trataram de civis de diversas nacionalidades mortos de uma só vez. Podia-se ser chegado ao Tribunal Internacional de Justiça. No entanto, o que vimos foi uma narração que se guiou pelas referências à guerra contra o mal, contra o terrorismo e contra os fanáticos islamistas, guerra liderada pelos Estados Unidos, que, no final, foram o país considerado atacado. Mesmo que inicialmente o mundo todo estivesse solidário e se sentisse ameaçado e mesmo atacado, foram os Estados Unidos que tomaram a liderança de combater o terrorismo, procurar os culpados e fazer justiça através de uma guerra que até o ano de 2007 ainda continua.

Observamos que as hipóteses são verificáveis tanto na análise dos artigos quanto nos textos acadêmicos que, de um modo geral, tratam dos assuntos recorrentes, a saber, as entidades mito-ideológicas: aspectos da religião e laicidade; o já propagado choque de civilizações – Bárbaros versus civilizados, Oriente versus Ocidente -; representações de uma determinada identidade; a problemática do Estado-nação; o ineditismo de um acontecimento, que precisou se encaixar no grande esquema paradigmático da cultura.

É possível observar que as estruturas do discurso estão relacionadas a um contexto e a processos representacionais ou socioculturais. De início, tínhamos o fato bruto, posteriormente as estruturas discursivas obtiveram níveis de descrição e de relação com os processos cognitivos. Suas estruturas textuais, portanto, sempre estiveram dependente do contexto. As representações sócio-psico-discursivas influenciaram a situação social, a narração da situação social, e, posteriormente, foram influenciadas por ela.

Há um esquema narrativo que facilita a compreensão dos acontecimentos construídos. No entanto, passado o tempo, o esquema narrativo é diferente, e, a nosso ver, isso se deve à própria circularidade entre notícia-leitor-notícia, ou seja, a circularidade, o vai-e-vem da comunicação, ou da informação.

Conclui-se que, deste modo, as representações psico-sócio-discursivas e as ideologias subjacentes às representações estão mediando o discurso, a sociedade e o sujeito.

Outra conclusão a que podemos chegar é que houve o *triunfo da narração*. Nas pesquisas sobre os atentados, a dominação das palavras sobre as imagens mostrou como a necessidade da narração foi preenchida pelo discurso e pelo escrito mais que por elementos visuais. E, muito embora nesta pesquisa não tenhamos tratado da narração histórica, podemos nos indagar se a narração jornalística contribuiu para enriquecê-la, o que se verá no futuro. Se assim for, a narratividade jornalística terá contribuído para, como diria Ricoeur, a “arquitetura do saber histórico”.

Nas semanas imediatamente posteriores aos ataques e no primeiro aniversário, as questões foram muito mais exploradas pela mídia do que nos anos subseqüentes, em que mesmo o número de artigos foi visivelmente reduzido. Obviamente, não se deixou de *comemorar o aniversário*, expressão utilizada pelos franceses, dos ataques terroristas do 11 de setembro, mas não se observavam mais com tanta atenção os aspectos narrativos. Sempre se perguntava como o mundo estava após o 11 de setembro, sempre se discutia a guerra do Iraque ou o responsável pelos ataques. Nos anos que se seguiram ao 11 de setembro de 2001, vários pontos foram colocados em questão, criticados e polemizados, e se observam várias tomadas de consciência. O mundo passou, na construção discursiva - que é a que nos interessa e, finalmente, a que faz o acontecimento ser um acontecimento -, a ser antes e depois do 11 de setembro. A linguagem, como vimos, age sobre o mundo, e vice-versa.

Imediatamente após as imagens televisadas, o que se tinha eram exatamente as imagens, e o fato bruto, não narrado. A partir de então, o ineditismo passou a ser explorado dentro de uma seqüência de entidades mito-ideológicas, dentro do esquema paradigmático que se podia ter naquele momento, ou seja, a dicotomia e o choque de civilizações, o Bem contra o Mal. Passado um ano, o discurso já havia sido influenciado por outras questões, e não apenas tinha reproduzido representações. O anti-americanismo foi especialmente o foco das questões, embora o choque de civilizações continuasse na mídia.

A narração do fato, ou seja, sua construção no discurso, se deu a partir de um modelo recorrente, como se pode observar no capítulo 4. Assim, conclui-se o seguinte: 1) ao narrar o acontecimento não se tem apenas o fato em si, mas maneiras de narrar; 2) o narrador está diretamente conectado às ideologias e à cultura da sociedade em que vive e atua profissionalmente; 3) as sociedades hoje são traduzidas pela pluralidade, com mais continuum que fronteiras, no entanto são ainda bastante restritas ao local, ao que se construiu e se

estabilizou como nação; 4) a narração está vinculada ao tempo e à preservação da memória, ou como afirma Ricoeur, para que não se inflinja uma «segunda morte às vítimas».

Podemos ainda incluir a narração do 11 de setembro à classe das «narrações heróicas». Existe um esquema narrativo que aborda, em suma, a dicotomia Bem *versus* Mal, herói e vilão, islamofobia, antiamericanismo e o ineditismo.

Na França, há claramente pontos que minimizam o mito da fratura ou do choque de civilizações. Além de possuir áreas geográfica e culturalmente plurais, onde “Ocidente” e “Oriente” se entrecruzam, há também a questão dos próprios analistas, que interpretam questões identitárias de maneira bastante expressiva e baseadas em pesquisas qualitativas. A reflexão sobre o Outro na França sempre foi longa e rica, como afirma Todorov, e foi central para a construção do acontecimento do 11 de setembro.

Foi possível, em vários momentos, perceber a construção do acontecimento que fugia ao esquema de tópicos inicial - às entidades mito-ideológicas simples, à crença do choque de civilizações (Ocidente versus Islã), à luta do Bem contra a banalidade do Mal, por exemplo -, bem como aspectos fundamentados em pesquisa histórica, e experiência de analistas respeitados. A mídia impressa francesa, portanto, não se ateve a um esquema único e simplista.

Assim como na tradição grega - platônica e aristotélica -, temos uma alternativa de pensamento com relação ao acontecimento: ele fica na memória ou fica na imaginação?

Podemos assim nos perguntar se temos memória ou imaginação da construção do acontecimento. Para essa pergunta, há tanto tempo esperando por uma resposta, não foi possível, aqui, uma definição nossa. Sabemos que o acontecimento narrado precisou se encaixar no grande esquema paradigmático, na cultura, nas representações e, ao mesmo tempo, sua narração enriqueceu esse esquema, e despertou identidades dentro mesmo do Estado-nação.

O discurso jornalístico, ao narrar e, portanto, construir o acontecimento, remete às representações que homens e sociedades fazem de suas identidades.

Bibliografia

- ACHUGAR, Mariana. The events and actors of 11 September 2001 as seen from Uruguay: analysis of daily newspaper editorials. *Discourse & Society*. Vol 15(2–3): 291–320. London: Sage Publications, 2004.
- AL-JABRI, Mohammed Abed. *Introdução à crítica da razão árabe*. UNESP.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism. Revised Edition.
- ARKOUN, Mohammed. Penser l'espace méditerranéen aujourd'hui. . *Diogène* nr. 206: 122-150. Avril-juin 2004.
- ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. O pensar. O querer. O julgar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. (Cap 3. *O que nos faz pensar? Nr. 18: O dois-em-um*)
- ARENDT, Hannah. *Le concept d'amour chez Augustin*. Rivages poche/Petite Bibliothèque. Éditions Payot, 1999.
- ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- ATELO, Raul. (Org.) *Identidade e representação*. Florianópolis, UFSC, 1994.
- BADIOU, Alain. *L'éthique*. Hatier, 1993.
- _____. *L'être et l'événement*. Seuil.
- BALLE, Francis. *Médias et Sociétés*. 9 éd. Paris: Montchrestien, 1999.
- BARBÉ, Philippe. *L'Anti-choc des civilisations*. Médiations méditerranéennes. Éditions de l'Aube:2006.
- BATESON, Gregory. *Vers une écologie de l'esprit*. Tome 1. Éditions du Seuil, 1977.
- BATESON, Mary Catherine. Comment a germé *Angels Fear*. IN WINKIN, Yves (dir.). *Bateson. Premier état d'un héritage*. Seuil, 1988. p. 26-43.
- BATISTA, William. Ética e contemporaneidade. Sujeito e destruição do destino. IN KOSOVSKI, Ester (org.). *Ética na comunicação*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean & GUILLAUME, Marc. *Figures de l'altérité*. Paris: Descartes & Cie, 1994.
- BENDER, Peter. Lorsque les Grecs devinrent insolents. *Études*. Revue de culture contemporaine Avril 2003, pp. 475-482.

- BENNINGTON, Geoffrey. Desconstrução e ética. In DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (Org.). *Desconstrução e Ética*. Ecos de Jacques Derrida. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- BENSA, Alban. Individu, structure, immanence: Gregory Bateson et l'école française de sociologie. IN WINKIN, Yves (dir.). *Bateson. Premier état d'un héritage*. Seuil, 1988. p. 153-169.
- BENZINE, Rachid. *Les nouveaux penseurs de l'islam*. Paris: Albin Michel, 2004.
- BLONDIN, Denis. *Les deux espèces humaines*. Autopsie du racisme ordinaire. Paris: L'Harmattan. 1995.
- BONNEFOY, Laurent. *La stigmatisation de l'islam et ses limites dans les discours et pratiques des institutions publiques en France et en Grande-Bretagne après le 11 septembre 2001*. Mémoire de DEA présenté à l'Institut d'Etudes Politiques de Paris Cycle Supérieur de Relations Internationales, préparé sous la direction de M. Didier BIGO. 2003
- BOUCHERIT, Aziza. Norme, représentation, idéal, imaginaire linguistique? In HOUDEBINE-GRAVAUD, Anne-Marie (sous la direction). *L'imaginaire linguistique*. Paris: L'Harmattan, 2002. P. 25-39.
- BOYER, Henri. Matériaux pour une approche des représentations sociolinguistiques. Eléments de définition et parcours documentaire en diglossie. *Langue Française*, février 1990, 85, P. 102-124.
- BRANCA-ROSOFF, S. Les imaginaires des langues. IN BOYER, H. (direction). *Sociolinguistique. Territoire et objets*. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1996.
- BRAUDEL, Fernand. *L'identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986.
- BRUNER, Jerome. *Pourquoi nous racontons-nous des histoires?* Le récit au fondement de la culture et de l'identité individuelle. RETZ/VUEF, 2002.
- BULLIET, Richard W. *La civilisation islamo-chrétienne*. Son passé, son avenir. Flammarion, 2006.
- BURGAT, François. *Que islamismo aí ao lado?* Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- BURGER, Marcel. Les mots de la peur: médias et analyse du discours. Recueil de textes préparatoires. 2ème Colloque de l'Institut de Journalisme et Communication. Université de Neuchâtel, 11 Avril 2003.
- BURGUIÈRE, André. L'historiographie des origines de la France. Genèse d'un imaginaire national. *Annales HSS*, janvier-février 2003, nr. 1, p. 41-62.

- BUTT, David G., LUKIN, Annabelle and ATTHIESSEN, Christian M . I . M . M. Grammar, the first covert operation of war. *Discourse & Society*. Vol 15(2–3): 267–290. London: Sage Publications, 2004.
- CALVET, Louis-Jean. *Pour une écologie des langues du monde*. Plon, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. Tradução: Angela S.M.Corrêa. São Paulo: 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Les médias et l'information*. L'impossible transparence du discours. Bruxelles: De Boeck, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette. 1992.
- CHARTIER, Roger (sous la direction). *Pratiques de la lecture*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1993
- CHARTIER, Roger. Lecteurs et lectures à l'âge de la textualité électronique. Site Internet: www.text-e.org. 2003.
- CASTELLS, Manuel. *Le pouvoir de l'identité*. T II L'ère de l'information. Fayard, 1999.
- CESARI, Jocelyne. *L'Islam à l'épreuve de l'Occident*. Paris: La Découverte, 2004.
- CESARI, Jocelyne. *Faut-il avoir peur de l'Islam?* Presses de Sciences PO, 1997.
- CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. IN: BOURDIEU, Pierre et alii: *A miséria do mundo*. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ. 1997.
- CHEBEL, Malek. *Le sujet en islam*. Seuil, 2002. (Cap. 1: L'être musulman/ Cap 4: L'autre).
- CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Palestra realizada no MIT em 18/10/2001. IN *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, 2002. pp. 5-33.
- CORRÊA, Letícia Maria Sicuro. Restrições ao pronome livre na linearização do discurso. *Palavra* 1, 75-95, 1993.
- COSTAQUEC, Denis. Althusser: Idéologie et appareils idéologiques d'État. In HOUEBINE-GRAVAUD, Anne-Marie (sous la direction). *L'Imaginaire Linguistique*. L'Harmattan.2002.
- DAGENAIS, Diane & MOORE, Danièle. Représentations ordinaires du plurilinguisme, transmission des langues et apprentissages chez des enfants, en France et au Canada. *Langages* 154: 34-46. Juin 2004.
- DEBRAY, Régis. The French Lesson. *The New York Times on line*, março 2003.
- DEBRAY, Régis. *Les enjeux et les moyens de la transmission*. Éditions Pleins Feux, 1998.

DEBRAY, Régis. *Cours de Médiologie générale*. Paris, 1993.

DER DERIAN, James. A virtual theory of Global Media, Mimetic war and the spectral State. In: MENDES, Candido (coord.). *Media and the social perception*. Rio de Janeiro: UNESCO/ISSC/Educam. 1999.

DERRIDA, Jacques. *Sur Parole*. Instantanés philosophiques. Éditions de l'Aube, 1999.

DERRIDA, Jacques & VATTIMO, Gianni (sous la direction de). *La religion*. Paris: Editions du Seuil, 1996.

DU BOIS, John. Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. IN: CHAFE, Wallace (ed.). *The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood, NJ: Ablex, 1980. p. 203-274.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Principes de sémantique linguistique. Paris: Hermann, 1991.

DUCROT, Oswald. *Les échelles argumentatives*. Paris: Les Editions de Minuit, 1980.

DUFOURMANTELLE, Anne. *Derrida. De l'hospitalité*. Calmann-Lévy, 1997.

DUMONT, Gérard-François. *Les racines de l'identité européenne*. Paris: Economica, 1999.

DUPIN, Éric. *L'hystérie identitaire*. Paris: Le Cherche Midi, 2004.

DUQUE-ESTRADA, Paulo Cesar (Org.). *Desconstrução e Ética*. Ecos de Jacques Derrida. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

EDWARDS, John. After the fall. *Discourse & Society*. Vol 15(2-3): 155-184. London: Sage Publications. www.sagepublications.com

EMBIRIKOS, Léonidas. L'inextricable mélange des populations. *Confluences*. Méditerranée. Nr. 30 – Été 1999 pp. 155-160.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *Language and Power*. Londres: Longman, 1989.

_____. Discourse representation in media discourse. *Sociolinguistics*, 17:125-139, 1988.

FARR, Robert M. Les représentations sociales. IN: MOSCOVICI, Serge(direction). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1988. p. 379-390

FERREIRA, Lucia M. A. & ORRICO, Evelyn G. D. (org.). *Linguagem, identidade e memória social. Novas fronteiras, novas articulações*. Rio de Janeiro: Uni-Rio/FAPERJ/DP&A Editora, 2002.

- FERRO, Marc. *Histoire de France*. Paris: Editions Odile Jacob, 2001.
- FLICHY, Patrice. La place de l'imaginaire dans l'action technique. IN *Réseaux* nr. 109. FT R&D. Hermès Science Publications, 2001. Pp.53-73.
- FLORI, Jean. *La guerre sainte*. La formation de l'idée de croisade dans l'Occident chrétien. Paris: Aubier, 2001.
- FOUREST, Caroline & VENNER, Fiammetta. *Tirs croisés*. La laïcité à l'épreuve des intégrismes juif, chrétien et musulman. Calmann-Lévy, 2003.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. Editora 34, 2006.
- GAJO, Laurent. Disponibilité sociale des représentations: approche linguistique. *TRANEL*, 2000, 32, P. 39-53.
- GAUCHET, Marcel. *La religion dans la démocratie*. Éditions Gallimard, 1998.
- GERVEREAU, Laurent. *Inventer l'actualité*. La construction imaginaire du monde par les médias internationaux. Paris: Editions la Découverte, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GLUCK, Carol. 11 Septembre. Guerre et télévision au XXI^e siècle. *Annales HSS*, janvier-février 2003, nr. 1, p. 135-162.
- GOODY, Jack. Démocratie, valeurs et modes de représentation. *Diogène* nr. 206, avril-juin 2004. Pp. 6-22.
- GOODY, Jack. *L'Islam en Europe*. Editions la Découverte, 2004.
- GOODY, Jack. L'Eurasie et les frontières entre l'Orient et l'Occident. *Diogène* nr. 200, octobre-décembre 2002, pp.141-146.
- GOUDAKOV, Vladimir. Gumilev et Huntington. Aproches et terminologies. *Diogène* n° 210, avril-juin 2005.
- GUERNIER, Eugène. *La Berbérie, l'Islam et la France*. Tome Premier. Paris : Editions de l'Union Française, 1950.
- GUILLAUMA, Yves. *La presse en France. Repères*. Paris: La Découverte, 1990.
- GUISAN, Pierre F. G. Para uma sociolinguística das representações. *Conferência apresentada no Congresso da ANPOLL*. 2004.
- GUISAN, Pierre F. G. Os discursos da francofonia – vias e desvios. *Gragoatá*. Nr. 11, p. 21-29, 2^o sem 2001.
- HAGÈGE, Claude. *Le Français, histoire d'un combat*. Éditions Michel Hagège, 1996.

- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. DP&A, 2006.
- HALPERN, Catherine. Faut-il en finir avec l'identité? *Sciences Humaines*. Nr. 151 – Juillet 2004.
- HARTOG, François. *Memória de Ulisses*. Narrativas sobre a fronteira da Grécia antiga. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- _____. *O espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Nova edição revista e aumentada. Belo Horizonte: Editora UFMF, 1999.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era dos extremos* (o breve século XX – 1914-1991). Companhia das Letras.
- _____. *A era dos impérios*. Ed. Paz e Terra.
- _____. *Sobre História*. Companhia das Letras. 1998. 5 reimpressão, 2002. (Cap 20. Barbárie: Manual do usuário).
- HOUEBINE-GRAVAUD, Anne-Marie (sous la direction). *L'Imaginaire Linguistique*. Paris: L'Harmattan. 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- IVANIC, Roz. *Writing and identity. The discursual construction of identity in academic writing*. Studies in written language and literady 5. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998.
- JODELET, Denise. Représentation sociale: phénomènes, concepts et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (direction). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1988. p. 357-378.
- JURT, Joseph. L'identité nationale: une fiction, une construction ou une réalité sociale? IN MONTLIBERT, Christian (directeur de publication).. *Regards Sociologiques*. Nr 16, Sur l'identité. Strasbourg, 1998. P. 37-50.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1996.
- KLEMPERER, Victor. *LTI, La langue du IIIe Reich*. Albin Michel, 1996.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 7. edição revista. São Paulo: Cortez. 2002.
- _____. *Desvendando os segredos do texto*. Cortez Editora, 2002 (*formas de representação do conhecimento na memória*).
- KOSOVSKI, Ester. Ética, imprensa e responsabilidade social. IN KOSOVSKI, Ester (organizadora). *Ética na comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 1995.

- KRATOCHWIL, Friedrich. Sovereignty as Dominion: Is there a right of humanitarian intervention? IN LYONS, Gene, MASTANDUNO, Michael. *Beyond Westphalia Sovereignty and international intervention*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1995. pp. 21-42.
- KRISTEVA, Julia. *Étrangers à nous-mêmes*. Fayard, 1988.
- KUBLI, Olivier Ladislav. *Du nationalisme yougoslave aux nationalismes post-yougoslaves*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Terror e mídia: história e economia simbólica no limiar do século XXI. *Revista Estudos Históricos*. N. 31 – Número temático “Mídia”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2003. p. 41-63.
- LE GOFF, Jacques. *L'Europe est-elle née au Moyen Age?* Seuil, 2003.
- LECHÊNE, Robert. *L'imprimerie de Gutenberg à l'électron*. Editions La Farandole. 1972.
- LELOUP, J.Y. *Tout est pur pour celui qui est pur*. 2006
- LEMIEUX, Cyril. Autorités plurielles: le cas des journalistes. *Esprit*, Mars-Avril 2005. P.101-114.
- LEWIS, Bernard. *Os assassinos*. Os primórdios do terrorismo no islã. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003a.
- LEWIS, Bernard. *Europe-Islam*. Actions et réactions. Gallimard, 2003b.
- LUCCHESI, Marco (Org.). *Caminhos do Islã*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LYONS, Gene & MASTANDUNO, Michael. Internatioinal Intervention, state sovereignty, and the future of international society. IN LYONS, Gene, MASTANDUNO, Michael. *Beyond Westphalia? Sovereignty and international intervention*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995. Pp.1-18.
- MAALOUF, Amin. *Les identités meurtrières*. Paris: Grasset, 1998.
- _____. *Les croisades vues par les Arabes*. Éditions J'ai Lu, 1983.
- _____. *Léon, l'Africain*. Jean-Claude Lattès, 1986.
- MACHILL, Marcel; KÖHLER, Sebastian & WALDHAUSER, Markus. The use of narrative structures in television news. An experiment in innovative forms of journalistic presentation. *European Journal of Communication*, Vol 22, N° 2, 185-205, SAGE, 2007
- MAINGUENEAU, Dominique. *Analyser les textes de communication*. Armand Colin, 2005.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Cortez, 2001.
- _____. *Nouvelles tendances em Analyse du Discours*. Paris: Hachette. 1987.
- _____. *L'Analyse du Discours*. Itroduction aux lectures de l'archive. Paris: Hachette. 1991.
- MAIRET, Gérard. *Le principe de souveraineté*. Histoires et fondements du pouvoir Moderne. Paris: Gallimard, 1997.
- MATTÉI, Jean-François. *La barbarie intérieure*. Essai sur l'immonde moderne. Paris:PUF, 1999.
- MATTHEY, Marinette. Aspects théoriques et méthodologiques de la recherche sur le traitement discursif des représentations sociales. *TRANEL*, 2000, 32, P. 21-37.
- Meddeb, Abdelwahab. *La Maladie de l'Islam*. Seuil, 2002
- MONDADA, Lorenza. Représentations, stéréotypes, catégorisations: de nouvelles voies pour la sociolinguistique et la linguistique de l'acquisition? In Gajo, Laurent, Matthey, Marinette, Moore, Danièle, Serra, Cecilis (éds). *Un parcours au contact de langues*. Textes de Bernard Py commentés. Paris: Crédif/Didier, 2004.
- MONTBRIAL, Thierry de. Interventions internationales, souverainete des Etats et democratie. *Politique Etrangère*, nr.3, 1998. pp. 549-565.
- MORAES, Eduardo Jardim de & BIGNOTTO, Newton (Org.). *Hannah Arendt*. Diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MORIN, Edgard. La Méthode. Tome 5. L'Humanité. *L'identité humaine*. Éditions du Seuil, 2001.
- MORIN, Edgar. *Penser l'Europe*. Folio/actuel. Gallimard, 1987.
- MOSCOVICI, Serge (direction). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1988.
- NEGRI, Antonio & HARTD, Michael. *Empire*. Harvard University Press, 2000.
- NIETSCHE, Friedrik. *Genealogia da moral*. Uma polêmica. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- NOGUEIRA, João P. Ética e Violência na Teoria das Relações Internacionais: Uma reflexão a partir do 11 de Setembro. *Contexto Internacional*. Vol 25, nr.1: 81-102. Rio de Janeiro, Janeiro/junho 2003.
- NOIRIEL, Gérard. *Population, immigration et identité nationale en France. XIXe-Xxe siècle*. Paris: Hachette, 1992.

- O'BRIEN, James C. Sovereignty and the security council. IN *The United Nations at fifty: sovereignty, peacekeeping and human rights*. Center of strategic and international research. pp. 30-38. 1998.
- OLENDER, Maurice. *Les langues du Paradis*. Gallimard/Le Seuil, 1989.
- OLSON, R. David. *L'Univers de l'écrit*. Paris: Retz, 1998.
- PEYTARD, Jean. Evaluation sociale dans les thèses de Mikhaïl Bakhtine et représentations de la langue. *Langue Française*, février 1990, 85 *Langue Française*, février 1990, 85, P.6-21.
- PFETSCH, Frank R. La problématique de l'identité européenne. In DUMONT, Gérard-François. *Les racines de l'identité européenne*. Paris: Economica, 1999. P.260-280.
- PICON, Antoine. Imaginaires de l'efficacité, pensée technique et rationalisation. *Réseaux* nr. 109.: 19-50. FT R&D. Hermès Science Publications, 2001.
- PIRENNI, Henri. *Mahomet et Charlemagne*. QUADRIGE/PUF, 2005.
- Pires, Maria da Glória Nolla. *Eles e os Outros: o imigrante na imprensa francesa*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fac. De Letras, 1998. Tese de Doutorado em Língua Francesa e Literaturas de Língua Francesa
- PISANO, Jean-Baptiste. L'identité de l'Europe: la philosophie de l'histoire. In DUMONT, Gérard-François. *Les racines de l'identité européenne*. Paris: Economica, 1999. P. 281-296.
- PY, Bernard. Le discours comme médiation. IN Berthoud, Anne-Claude et Mondada, Lorenza (textes recueillis et édités par). *Modèles au discours en confrontation*. Peter Lang, 2000.
- PY, Bernard. Pour une approche linguistique des représentations sociales. *Langages* 154: 6-19. Juin 2004.
- RABAH, Saddek, *L'islam dans le discours médiatique : comment les médias se représentent l'islam en France*, Beyrouth : al Bouraq, 1998, 513 p.
- RAMONET, Ignacio. *A tirania da comunicação*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.
- REBOUL, Anne & MOESCHLER, Jacques. *La pragmatique aujourd'hui. Une nouvelle science de la communication*. Editions du Seuil, 1998.
- REBOUL, Anne et MOESCHLER, Jacques. Pourquoi l'analyse du discours a-t-elle besoin d'une théorie de l'esprit? In Berthoud, Anne-Claude et Mondada, Lorenza (textes recueillis et édités par). *Modèles au discours en confrontation*. Peter Lang, 2000.

- RENAN, Ernest. *Qu'est-ce qu'une nation?* : littérature et identité nationale de 1871 à 1914. In: Forest, Philippe (Org.). *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Bordas, 1991. (Collection Littérature vivante).
- RICOEUR, Paul. *Parcours de la reconnaissance*. Folio Essais. (Éditions Stock) Gallimard, 2004.
- RICOEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Ed. du Seuil, 2000.
- RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e Comunicação*. Princípios radicais. Sao Paulo: Edições Loyola, 2003.
- RODMAN, Kenneth A. Think globally, punish locally: nonstate actors, multinational corporations, and human rights sanctions. *Ethics and International Affairs*. Vol 12. 1998. pp. 19-41.
- ROSENFELD, Denis Lerrer. *Retratos do Mal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- ROSENFELD, Denis Lerrer & MATTÉI, Jean-François (editores). Terror e barbárie. *Filosofia Política*. Número temático "O Terror", série III, n.4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2002.
- ROUQUETTE, Michel-Louis. Les communications de masse. IN : MOSCOVICI, Serge(direction). *Psychologie sociale*. Paris: PUF, 1988: pp. 495-512.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Le contrat social. In: *Oeuvres complètes*. Paris: Seuil, 1971. v.2.
- SAID, Edward. *Orientalismo*. O Oriente como invenção do Ocidente. Companhia das Letras. 1990.
- _____. *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras, 1995. (*Culture et impérialisme*. Librairie Arthème Fayard – Le Monde Diplomatique, 2000).
- SCHNAPPER, Dominique. La France de l'intégration. Sociologie de la nation en 1990. Editions Gallimard, 1991.
- SEGUIN, J.P. *L'information en France avant le périodique*. 517 canards imprimés entre 1529 et 1631. Paris: G.P.Maisonneuve & Larose, (sem data).
- SERRES, Michel. *Hominiscence*. Editions Le Pommier. 2001.
- SFEZ, Lucien. *Critique de la communication*. Nouvelle édition entièrement refondue et augmentée. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- SOULEZ, Guillaume. Rhétorique, public et "manipulation". *Hermès* 38, 2004, P.89-95.
- SPERBER, Dan. Vers une lecture sans écriture? Site Internet: www.text-e.org. 2003.

- STEPHANOU, Constantin A. L'identité européenne et les identités nationales. In DUMONT, Gérard-François. *Les racines de l'identité européenne*. Paris: Economica, 1999. P. 252-259.
- TÁVOLA, Arthur. (Paulo Alberto M. Monteiro de Barros). *Comunicação é mito*. Televisão em leitura crítica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- THOMAS, Joël (direction). Introduction aux méthodologies de l'imaginaire. Paris: Ellipses, 1998.
- TODOROV, Tzvetan. *Mémoire du mal. Tentation du bien*. Enquête sur le siècle. Paris: Robert Laffont, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres*. La réflexion française sur la diversité humaine. Éditions du Seuil, 1989.
- TODOROV, Tzvetan. *La conquête de l'Amérique*. La question de l'autre. Éditions du Seuil, 1982.
- TURNER, Scott. Global civil society, anarchy and governance: assessing an emerging paradigm. *Journal of peace research*. vol. 35, nr.1, 1998. pp. 25-42.
- VANDENDORPE, Christian. *Du papyrus à l'hypertexte*. Essai sur les mutations du texte et de la lecture. Paris: La Découverte, 1999.
- _____. L'hypertexte et l'avenir de la mémoire. Article initialement publié dans *Le Débat* n° 115, mai-août 2001, p. 145-155.
- VAN DIJK, Teun A. Discourse, ideology and context. *Folia Linguistica*, XXX/1-2, 2001, p. 11-40.
- VAN DIJK, Teun A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. London: Sage Publications, 1998.
- VAN DIJK, Teun A. Discourse as Interaction in Society. IN VAN DIJK, T.A. (Edited by) *Discourse as social interaction*. London: Sage, 1997
- VAN DIJK, Teun A. De la grammaire de textes à l'analyse socio-politique du discours. *Le Français dans le Monde*: Le Discours: enjeux et perspectives. Juillet 1996.
- VAN DIJK, Teun A. Discourse semantics and ideology. *Discourse & Society*. Vol 6 (2). London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: Sage, 1995a. p. 243-289.

- VAN DIJK, Teun A. Discourse analysis as Ideology analysis. In: C. Schäffner & A. Wenden (Eds.), *Language and Peace*. Aldershot: Dartmouth Publishin, 1995b. p. 17-33.
- VAN DIJK, Teun A. Discourse and cognition in society. In D. Crowley & D. Mitchell, *Communication Theory Today*. Oxford: Pergamon Press, 1993. p. 107-126.
- VAN DIJK, Teun A. The interdisciplinary study of news as discourse. In: K. Bruhn-Jensen & N. Jankowski (Eds.), *Handbook of Qualitative Methods in Mass Communication Research*. London: Routledge, 1991. p. 108-120.
- VAN DIJK, Teun A. *News as discourse*. Hove and London: LEA, 1988.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Origens do pensamento grego*. Lisboa: Teorema, 1987.
- VILLAÇA, Nizia. *Impresso ou eletrônico? Um trajeto de leitura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- VILLELA-PETIT, Maria. Compte Rendu. Paul Ricoeur, *Parcours de la Reconnaissance – Trois Études* (Paris, Stock, coll. “les essais” 2004, 387p.) *Diogenes* nr. 206, avril-juin 2004. p.157-164.
- VILLELA-PETIT, Maria. Narrative Identity and Ipseity by Paul Ricoeur. *From Ricoeur's 'Time and Narrative' to 'Oneself as an Other'*. Tradução de uma comunicação feita no Colóquio Internacional para comemorar os 80 anos de Paul Ricoeur, Rio de Janeiro, 1993. Pp. 1-7. Arquivo pessoal da autora. Difundido na internet: www.onlineoriginals.com
- VISVANATHAN, Shiv. Les rencontres culturelles et l’Orient. Une étude sur la politique de la connaissance. *Diogenes* nr. 200, octobre-décembre 2002. p. 83-99.
- VOGT, C.A. *Linguagem, Pragmática e Ideologia*. São Paulo: Hucitec/Funcamp. 1980.
- WEISSBERG, Jean-Louis. A propos de l’art du moteur de Paul Virilio. Site internet: <http://homestudio.thing.net/revue/content/virilio.htm>. 26/11/2002.
- WIEVIORKA, Michel. *La différence*. Ballard, 2000.
- WILLAIME, Jean-Paul. *Europe et Religions. Les enjeux du XXIe siècle*. Bibliothèque de culture religieuse. Librairie Arthème Fayard, 2004.
- WINKIN, Yves (sous la direction de). *La Nouvelle Communication*. Paris: Editions du Seuil, 1988.
- WODAK, Ruth, DE CILLIA, Rudolf, REISIGL, Martin and LIEBHART, Karin. *The discursive construction of National Identity*. Edinburgh University Press, 1999.

WOLTON, Dominique. Avant-propos. Le moment de la communication. *Hermès* 38, 2004, P.9-11.

Leituras de Textos históricos e especializados.

Título	Autor	Publicação e Ano
<i>L'effroyable mensonge: thèse et foutaises sur les attentats du 11 septembre</i>	Guillaume Dasquié e Jean Guisnel	Paris: Ed. La Découverte, 2002.
<i>Pouvoir et terreur: l'après 11 septembre.</i>	Noam Chomsky. Entretiens sous la direction de John Junkerman et Takei Masakazu.	Paris: Le serpents à Plumes, 2003.
La découverte de l'Orient.	Henri Bresc	<i>L'Express</i> , 12/12/2002
L'Islam dans son texte.	Dossier	<i>Notre Histoire</i> . Nr. 195. Janvier 2002, P.21-41
Le 11 septembre et après. Stratégie de la terreur.	Anatol Lieven	<i>Le Débat</i> . Nr. 117. NOV-DEC 2001. Gallimard.
La "guerre des civilisations" n'aura pas lieu.	Bernard-Henri Lévy	<i>Le Point</i> . Nr. 1514, 21/09/2001
The French Lesson	Régis Debray	<i>The New York Times</i> . 23 Feb 2003.
A Fênix em cinzas: mídia – (des)informação, violência e poder.	Cristina Rego Monteiro da Luz	In <i>Revista Semiosfera- on line</i> Ano 3 Nr. 4-5.
La Turquie en Europe: imaginaire et politique.	Benît Dupin	IN <i>Les Temps Modernes</i> . N° 623. Février-Mars-Avril 2003. pp. 44-59.
Guerre préventive ou apocypse?	Claude Lanzmann	IN <i>Les Temps Modernes</i> . N° 623. Février-Mars-Avril 2003. pp. 1 e 2.
Regard de l'islam, regard de l'Occident.	Thierry Zarcone.	IN <i>Diogène</i> . Nr. 200. Octobre-Décembre 2002
Terror e mídia: história e economia simbólica no limiar do século XXI.	LATTMAN-WELTMAN, Fernando.	<i>Revista Estudos Históricos</i> . N. 31 – Número temático "Mídia". Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2003. P. 41-63.
Respuestas, respuestas, respuestas.	Juan Goytisolo	<i>El País</i> . 12/09/02
Guerra: ritual e símbolos.	Affonso Romano de Sant'Anna	<i>O Globo</i> . Caderno Prosa e Verso, 29/09/2001 p.2
Scenari di uma guerra globale: le idee	Umberto Eco	<i>La repubblica</i> , 13/10/2001
Psychanalyse et trauma: retour sur le 11	Gerard Fromm	<i>Diogène</i> Nr 203, Juillet-Sept 2003

septembre.		
Cahier documentaire sur le Golfe – La réponse aux attaques du 11 septembre 2001		www.monde-diplomatique.fr/cahier/irak/r1423